



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIV - Nº 038 - QUARTA-FEIRA, 1º DE ABRIL DE 2009 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marconi Perillo - (PSDB-GO) 2º VICE-PRESIDENTE Serys Slhessarenko - (PT-MT) 1º SECRETÁRIO Heráclito Fortes - (DEM-PI) 2º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)	3º SECRETÁRIO Mão Santa- (PMDB-PI) 4º SECRETÁRIO Patrícia Saboya - (PDT-CE) Suplentes de Secretário 1º - César Borges - (PR-BA) 2º - Adelmir Santana - (DEM-DF) 3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB) 4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇAS

Maioria (PMDB/PP) - 20 Líder Renan Calheiros - PMDB Vice-Líderes Valdir Raupp Paulo Duque Lobão Filho Francisco Dornelles Gilvam Borges Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Wellington Salgado de Oliveira Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Líder do PP - 1 Francisco Dornelles	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PRB/PSB/PC DO B) - 21 Líder Aloizio Mercadante - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 12 Aloizio Mercadante Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 27 Líder Mário Couto - PSDB ¹ Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu Papaléo Paes Líder do DEM - 14 José Agripino Vice-Líderes do DEM Jayme Campos Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Moraes Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes
PTB - 7 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello Romeu Tuma
PDT - 5 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Patrícia Saboya		

¹ Senador Mário Couto indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2009, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 8 de maio de 2008.

EXPEDIENTE	
José Alexandre Lima Gazineo Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 39ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 31 DE MARÇO DE 2009

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Destinação do tempo dos oradores do Período do Expediente da presente sessão em homenagem aos 87 anos de fundação do Partido Comunista do Brasil – PCdoB, de acordo com o Requerimento nº 256, de 2009, do Senador Inácio Arruda e outros senhores senadores. 07538

1.2.2 – Fala da Presidência (Senador Mão Santa)

1.2.3 – Oradores do Expediente

Senador Inácio Arruda 07539
Senador Geraldo Mesquita Júnior 07545
Senador Paulo Paim 07548
Senador Renato Casagrande 07559
Senador Renan Calheiros 07560
Senador José Nery 07561
Senador Cristovam Buarque 07563
Senadora Rosalba Ciarlini 07565
Senador Aloizio Mercadante 07566
Renato Rabelo (Presidente Nacional do PCdoB) 07567

1.2.4 – Suspensão da sessão às 16 horas e 27 minutos e reabertura às 16 horas e 29 minutos

1.2.5 – Leitura de requerimentos

Nº 330, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2008, por versarem sobre matéria análoga* 07569

Nº 331, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso para o ginasta Diego Hypólito* 07569

Nº 332, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso para o fotógrafo Walter Firmo* 07569

Nº 333, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia e outros senhores senadores, *solicitando a alteração da data de realização de sessão especial em homenagem ao primeiro aniversário da morte do Senador Jefferson Péres* 07570

1.2.6 – Comunicações

Da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicações de membros para comporem às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Agricultura e Reforma Agrária. Designação das Senadoras Marina Silva e Serys Slhessarenko, como suplentes, respectivamente, para comporem as referidas Comissões. **(Ofícios nºs 72 e 73/2009, de 31 do corrente)**.... 07571

Da Liderança do PMDB no Senado Federal, comunicando cessão ao PRB, de vaga na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. **(Ofício nº 94/2009, de 31 do corrente)** 07571

Da Senadora Ideli Salvatti, comunicando presença e solicitando o registro na sessão de 26 do corrente. **(Ofício nº 3/2009, de 31 do corrente)**... 07571

Do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, comunicando a aprovação de substitutivo integral ao Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2003, e que será submetido a turno suplementar de discussão na próxima reunião daquela Comissão. **(Ofício nº 69/2009, de 31 do corrente)** 07571

Do Senador Garibaldi Alves Filho, solicitando seja feita retirada de frases sobre Advogado-Geral do Senado, em pronunciamento ocorrido na Sessão Plenária de 21 de outubro de 2008. **(DSF 169, p. 40982)** 07572

1.2.7 – Comunicação da Presidência

Abertura de prazo para oferecimento de emendas, até o encerramento da discussão, no turno suplementar, ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2003. 07572

1.2.8 – Ofício

Nº 67/2009, de 31 do corrente, da Liderança do PPS na Câmara dos Deputados, de substituição de membros para comporem a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 459, de 2009 07572

1.2.9 – Leitura de projetos

Projeto de Resolução nº 13, de 2009, de autoria do Senador José Nery, que *regulamenta o ingresso de estagiários no Senado Federal* 07572

Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim, que *permite que o trabalhador desempregado saque seus re-*

curios acumulados no Fundo de Participação PIS-PASEP. 07573

Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2009, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que altera a alínea "b" do inciso II do § 2º, do art. 4º da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, com vistas a permitir a exploração de instalações portuárias privadas para o uso geral. 07576

Projeto de Lei do Senado nº 119, de 2009, de autoria do Senador Osmar Dias, que acrescenta § 6º ao art. 43 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para dispor que qualquer documento expedido pelos bancos de dados e cadastros de consumidores deverá conter o número do CPF ou CNPJ do credor responsável pela inscrição do débito. 07577

Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2009, de autoria do Senador Cícero Lucena, que autoriza o Poder Executivo a criar, no Município de Itabaiana, **campus** do Instituto Federal da Paraíba. 07578

Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2009, de autoria do Senador Inácio Arruda, que altera dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais. 07579

Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2009-Complementar, de autoria do Senador Inácio Arruda, que dispõe sobre a criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Cariri-Araripe (RICA). 07580

1.2.10 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 20, de 2009 (nº 261/2009, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 451, de 2009, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentaram, referente aos Relatórios de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre de 2008, encaminhados pelos Poderes e órgãos federais relacionados na Lei de Responsabilidade Fiscal. (TC 026.703/2008-0)..... 07582

Nº 21, de 2009 (nº 292/2009, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 379, de 2009, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram, que trata de Incidência de Uniformização de Jurisprudência referente à incompatibilidade ou conflito da Lei Complementar nº 51/85 em relação à Constituição e suas respectivas emendas. (TC 010.598/2006-6). 07582

1.2.11 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Registro da realização da 33ª Feira Internacional de Couros. 07583

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Considerações a respeito da Operação Castelo de Areia, realizada pela Polícia Federal. 07586

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 – Item extrapauta

Mensagem nº 2, de 2009 (nº 17/2009, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República

submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Antonio Fernando Cruz de Mello, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Ucrânia, e, cumulativamente, junto à República de Moldova. **Aprovado o Parecer nº 96, de 2009-CRE. (Votação nominal)**..... 07608

1.3.2 – Item 1

Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social). **Votação adiada.** 07611

1.3.3 – Item 2

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o artigo 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições. **Votação adiada.** 07611

1.3.4 – Ordem do Dia (Continuação)

1.3.5 – Item extrapauta

Mensagem nº 38, de 2009 (nº 87/2009, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor José Vicente da Silva Lessa, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Namíbia. **Aprovado o Parecer nº 97, de 2009-CRE. (Votação nominal)**..... 07611

1.3.6 – Item extrapauta

Mensagem nº 39, de 2009 (nº 88/2009, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Arthur Vivacqua Correa Meyer, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de São Tomé e Príncipe. **Aprovado o Parecer nº 98, de 2009-CRE. (Votação nominal)** 07614

1.3.7 – Item 3

Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar. **Retirada de pauta.** 07616

1.3.8 – Item 4

Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, termi-

nando com o voto secreto do parlamentar. Retirada de pauta. 07616

1.3.9 – Item 5

Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)*. **Retirada de pauta.** 07616

1.3.10 – Item 6 (Incluído em Ordem do Dia nos termos dos Recursos nºs 4 e 5, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *dispõe sobre a repressão ao crime organizado e dá outras providências. Aprovado o Requerimento nº 334, de 2009*, de audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 07616

1.3.11 – Item 7 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal. Não houve oradores na terceira sessão de discussão, em primeiro turno.* 07617

1.3.12 – Item 8 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal. Não houve oradores na terceira sessão de discussão, em primeiro turno.* 07617

1.3.13 – Item 9 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal. Não houve oradores na terceira sessão de discussão, em primeiro turno.* 07617

1.3.14 – Item 10 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabe-*

lece. Não houve oradores na terceira sessão de discussão, em primeiro turno. 07617

1.3.15 – Item 11 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos. Não houve oradores na terceira sessão de discussão, em primeiro turno.* 07617

1.3.16 – Item 12 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos. Não houve oradores na terceira sessão de discussão, em primeiro turno.* 07618

1.3.17 – Item 13

Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 507, de 2003 (nº 6.206/2005, naquela Casa), da Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação. Requerimento nº 335, de 2009, de adiamento para o dia 14 de maio. Aprovado o Requerimento nº 335, de 2009, de adiamento da discussão para o dia 14 de maio de 2009.* 07618

1.3.18 – Item 14

Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal. Votação adiada por falta de quorum qualificado* ficando para a sessão deliberativa ordinária de amanhã. 07618

1.3.19 – Item 15

Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente). Rejeitado.* 07618

1.3.20 – Item 16

Requerimento nº 982, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando a inclusão, em Ordem*

do Dia, do Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2007, por ter se esgotado o prazo regimental para manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (prisão especial para diplomados em nível superior). **Aprovado o Requerimento nº 336, de 2009**, de retirada definitiva do Requerimento nº 982, de 2008.....

07619

1.3.21 – Item 17

Requerimento nº 1.689-P, de 2008, do Senador Jarbas Vasconcelos, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2008, com os Projetos de Lei do Senado nºs 265, de 2006, e 164, de 2007, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (remissão de pena para estudo). **Aprovado**.....

07619

1.3.22 – Item 18

Requerimento nº 1.700, de 2008, do Senador Raimundo Colombo, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (movimentação e armazenagem de mercadorias importadas). **Aprovado**.....

07620

1.3.23 – Item 19

Requerimento nº 6, de 2009, do Senador Expedito Júnior, solicitando o desapensamento das Propostas de Emenda à Constituição nº 34, de 2005, e 31, de 2008, por tratarem de matérias distintas. **Aprovado**.....

07620

1.3.24 – Item 20

Requerimento nº 7, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando, nos termos regimentais, o desapensamento do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2007, dos Projetos de Lei da Câmara nºs 107, de 2006, e 25, de 2008, e dos Projetos de Lei do Senado nºs 1, 117 e 153, de 2003, 212, de 2005, 64, 67, 199, 239 e 342, de 2006, 65 e 173, de 2007, e 287, de 2008, a fim de que tenha tramitação autônoma (dispõem sobre o porte de armas de fogo). **Aprovado**.....

07620

1.3.25 – Item 24

Requerimento nº 250, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (regulamenta a assistência judiciária internacional em matéria penal nos casos em que especifica, bem como estabelece mecanismos de prevenção e bloqueio de operações suspeitas de lavagem de dinheiro). **Aprovado**.....

07620

1.3.26 – Item 25

Requerimento nº 251, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 541, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (dispõe sobre autorização ao Poder Executivo

para instituir Programa de Melhoria Habitacional em Áreas Urbanas de Risco). **Aprovado**.....

07620

1.3.27 – Item 26

Requerimento nº 255, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 304, de 2007, e 64, de 2008, com os de nºs 131, de 2007, e 78, de 2008, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (dispõem sobre a concessão de incentivos fiscais e creditícios a quem promova a reposição florestal). **Aprovado**.....

07620

1.3.28 – Item 27

Requerimento nº 258, de 2009, do Senador Marconi Perillo, solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2007, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 22, de 2001; 43, de 2003; 60, de 2005; e 20, de 2006, para retomar sua tramitação individual (destinação de recursos para segurança pública). **Aprovado**..

07621

1.3.29 – Item 28

Requerimento nº 259, de 2009, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 294, de 2004, e 368, de 2008, com o Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2006, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 53, de 2003, 219, de 2005 e 353, de 2007, por regularem a mesma matéria (dispõem sobre a obrigatoriedade e o horário de transmissão do programa oficial dos Poderes da República). **Aprovado**.....

07621

1.3.30 – Item 29

Requerimento nº 318, de 2009, do Senador Herácto Fortes, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 77, de 2009-Complementar, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (requisitos para composição de diretoria-executiva, conselho deliberativo e fiscal de entidade de previdência complementar patrocinada por entes públicos). **Aprovado**.....

07621

1.3.31 – Item 21

Requerimento nº 227, de 2009, da Senadora Lúcia Vânia, solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 14 e 20, de 2008, por tratarem de matérias distintas (dispõem sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, nos casos que especificam). **Aprovado o Requerimento nº 337, de 2009**, de adiamento da votação por trinta dias.

07621

1.3.32 – Item 22

Requerimento nº 231, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, solicitando a criação de Comissão Temporária, composta por 5 membros titulares e igual número de suplentes, com prazo de funcionamento de 12 meses, para acompanhamento das Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas – ONU, a serem

alcançadas pelo governo brasileiro. Apreciação adiada por quinze dias......

07622

1.3.33 – Item 23

Requerimento nº 247, de 2009, de iniciativa do Senador Geraldo Mesquita Júnior e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária, composta por seis Senadores para em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília. Apreciação adiada por quinze dias.*.....

07622

1.3.34 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2009 (nº 1.664/2007, na Casa de origem), do Deputado William Woo, que *dispõe sobre a residência provisória para o estrangeiro em situação irregular no território nacional e dá outras providências. É proferido o Parecer nº 99, de 2009-PLEN*, favorável com apresentação de quatro emendas, pelo Senador Romeu Tuma, em substituição às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Relações Exteriores. Discussão adiada para a sessão deliberativa ordinária de amanhã.

07623

1.3.35 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2008 (nº 2.576/2000, na Casa de origem), de autoria do Deputado Fernando Gabeira, que *dispõe sobre limites à exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos; altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965; e dá outras providências. Aprovado*, após leitura dos **Pareceres nºs 100, de 2009-CCJ**, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, e **100-A, de 2009-CMA**, relatora **ad hoc** Senadora Marisa Serrano, favorável, e **Parecer nº 100-B, de 2009-PLEN**, proferido pelo Senador Mário Couto, em substituição às Comissões de Assuntos Sociais; Ciência, Tecnologia, Comunicação, Inovação e Informática; e de Serviços de Infra-Estrutura. À sanção.

07630

1.3.36 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 338, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, de retirada do Requerimento nº 226, de 2009. **Aprovado.**.....

07652

1.3.37 – Ordem do Dia (continuação)

1.3.38 – Item extrapauta (Incluído na pauta, nos termos do Requerimento nº 339, de 2009, de urgência, lido e aprovado nesta oportunidade)

Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2009 (nº 4.383/2008, na Casa de origem), do Deputado Beto Albuquerque, que *institui a Semana de Mobilização Nacional para Doação de Medula Óssea. Aprovado*, após **Parecer nº 101, de 2009-PLEN**, proferido pelo Senador Renato Casagrande, em substituição à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, tendo usado da palavra os Senadores

Flávio Arns, Antonio Carlos Júnior, João Pedro, Romero Jucá e Cristovam Buarque. À sanção.

07653

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – Discursos

SENADOR **CÍCERO LUCENA** – Preocupação com a queda da receita dos municípios brasileiros. Críticas ao programa habitacional lançado pelo Governo Federal, por não atender a cidades com menos de cem mil habitantes.

07656

SENADOR **FLÁVIO ARNS** – Cumprimentos à TV Senado e à Jornalista Solange Calmon, pela realização do Programa Inclusão.

07665

SENADOR **VALTER PEREIRA** – Apelo em favor dos municípios brasileiros, afetados pela queda do repasse do Fundo de Participação dos Municípios.

07667

SENADOR **EXPEDITO JÚNIOR** – Expectativas da apreciação e aprovação, amanhã, na CCJ, de projeto que regulamenta a categoria de mototaxista, motoboy e motofrete. Apelo ao Governo para que o Programa Luz para Todos funcione no Estado de Rondônia. Agradecimentos ao Ministro Carlos Minc pela presença em audiência pública que discutiu a questão da reserva de Bom Futuro. Apelo ao Deputado Michel Temer para haja uma pauta positiva de votações de projetos paralisados na Câmara dos Deputados, destacando o projeto da transposição dos servidores públicos do Estado de Rondônia. ...

07669

SENADOR **MÃO SANTA** – Análise da queda da popularidade do Presidente Lula, conforme pesquisas divulgadas pela imprensa.

07672

1.4.2 – Leitura de requerimentos

Nº 340, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro e outros senhores senadores, *solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Helena Mutran...*

07676

Nº 341, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros senhores senadores, *solicitando a realização de sessão especial do Senado Federal, no dia 17 de junho próximo, para comemorar o centenário da morte do escritor Euclides da Cunha. ...*

07677

Nº 342, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à Deputada Federal Rebecca Garcia, à Deputada Estadual Conceição Sampaio (AM) e ao Vereador Marcelo Ramos (Manaus), pela iniciativa de promover o I Fórum das Águas de Manaus.*.....

07678

Nº 342-A, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Povo de Rio Preto da Eva, pela realização do Festival da Canção.

07678

Nº 342-B, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Povo de Uruará-AM, pela tradicional Festa do Tucumã.

07678

Nº 343, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando informações à Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República.*.....

07678

Nº 344, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando informações ao Ministro de Estado das Minas e Energia*..... 07679

Nº 345, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, *solicitando informações ao Ministro de Estado da Integração Nacional*..... 07679

Nº 346, de 2009, de autoria do Senador Flávio Arns, *solicitando voto de aplauso à TV Senado e à Jornalista Solange Calmon*. 07679

Nº 347, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando a convocação do Ministro de Estado da Justiça*. 07681

1.4.3 – Parecer

Nº 102, de 2009, da Comissão da Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2006 (nº 7.226/2006, naquela Casa), de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para prever a indisponibilidade de bens do indiciado ou acusado e a necessidade de comparecimento pessoal em juízo para a apresentação de pedido de restituição ou disponibilidade*..... 07682

1.4.4 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Registro da matéria intitulada “O custo da farra”, publicada pela revista **Veja**, edição de 28 de janeiro último. 07685

SENADOR ROMERO JUCÁ – Comentários ao Relatório de Sustentabilidade 2007, da Companhia Vale do Rio Doce, no período de 2005 a 2007..... 07687

1.4.5 – Comunicação da Presidência

Realização de Sessão Deliberativa Ordinária amanhã, dia 1º, quarta-feira, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 07689

1.5 – ENCERRAMENTO

2 – ATOS ADMINISTRATIVOS

2.1 – Ato da Mesa

Nº 2, de 2009..... 07691

2.2 – Atos do Presidente

Nº 50, de 2009 (*republicação*) 07694

Nºs 51 a 87, e 92 a 113, de 2009 07694

2.3 – Ato do Diretor-Geral

Nº 1.233, de 2009..... 07747

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

Agenda cumprida pelo Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, em 31-3-2009..... 07747

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

CONGRESSO NACIONAL

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 39ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 31 de março de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Marconi Perillo, Mão Santa,
Inácio Arruda, Flávio Arns, Gilvam Borges e a Sra. Lúcia Vânia*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 4 minu-
tos e encerra-se às 21 horas e 7 minutos)*

É o seguinte o registro de compareci-
mento

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 31/3/2009 07:34:34 até 31/3/2009 21:09:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	X
Bloco-PT	SP	ALOÍZIO MERCADANTE	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	X
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	X
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	X
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	X
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	X
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	X
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	X
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	X
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X

Compareceram: 65 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Brasília, 31 de março de 2009.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão do Senado da República do Brasil.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O tempo destinado aos oradores do período do Expediente da presente sessão será dedicado a comemorar os 87 anos de fundação do Partido Comunista do Brasil – PCdoB, de acordo com o Requerimento nº 256, de 2009, do Senador Inácio Arruda, Líder do PCdoB do Estado do Ceará e hoje talvez a maior liderança desse Partido no nosso País, e outros Srs. Senadores.

Convido para compor a Mesa o ilustre Senador que representa esses 87 anos da grandeza desse Partido que participa da nossa vida democrática, o Senador Inácio Arruda.

A Presidência convida a todos para, de pé, ouvirem o Hino Nacional Brasileiro, interpretado pelo extraordinário violinista Daniel Cunha Rego.

(Execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sr^{as} e Srs. Senadores, ilustres Lideranças do PCdoB, por uma feliz iniciativa do Senador Inácio Arruda, a quem parabeno desde já, dedicamos o período do Expediente desta sessão de hoje à comemoração dos 87 anos de fundação de uma das instituições mais tradicionais da história política brasileira, o Partido Comunista do Brasil – PCdoB.

O congresso de fundação do PCdoB ocorreu no dia 25 de março de 1922, no Rio de Janeiro e em Niterói, com a presença de nove representantes de grupos comunistas de diversas partes do Brasil. Aprovados o Estatuto e as condições para ingresso na Internacional Comunista, o Partido estava pronto para atuar e se fazer ouvir no cenário político brasileiro, mesmo que de forma clandestina!

Nunca é demais lembrar: dos 87 anos da história do PCdoB, 60 foram na clandestinidade. E é exatamente aí que está uma de suas maiores façanhas. A despeito das seis décadas de ilegalidade, sempre esteve presente e sempre foi atuante na vida política de nosso País.

Duramente perseguido no período do Estado Novo e nos 21 anos do regime militar, o Partido nunca se acovardou, fazendo das dificuldades o fermento da luta de seus militantes. Talvez tenha saído das fileiras do PCdoB o maior número de vítimas dos assassinatos e das torturas perpetrados no período da repressão,

o que faz do Partido um dos próceres da luta contra o arbítrio e a favor da democracia em nosso País.

Com a redemocratização, em 1985, o Partido voltou à legalidade, consequência óbvia do retorno da liberdade ao Brasil. Cessaram as razões para a luta armada, mas não rarearam os ideais por que lutar: os ideais da solidariedade, da justiça e da igualdade.

É necessário fazer um parêntese por questão de justiça, de respeito e de gratidão. Essa abertura e a aprovação do PCdoB devemos ao nosso Presidente, Senador José Sarney, que preside a Mesa Diretora desta Casa.

Sempre lutando pelo povo e sempre ao lado do povo, o PCdoB experimentou, após o fim da ditadura militar, um período de franco crescimento, que perdura até hoje, tendo aumentado sua representação na Câmara dos Deputados, chegando ao Senado Federal, Casa legislativa em que atualmente é representado pelo eminente Senador Inácio Arruda.

Seja qual for a nossa coloração política, qualquer que seja nosso matiz ideológico, é impossível não reconhecer a importância da luta do PCdoB em prol de uma sociedade mais humana e mais justa em nosso País.

Um dos grandes méritos do Partido é, sem sombra de dúvida, sua capacidade de adaptação aos diversos momentos vividos pelo Brasil nas últimas nove décadas, tendo sempre por objetivo a construção de dias melhores para o povo brasileiro. Foi assim na clandestinidade e é assim na democracia.

Durante a ditadura, quando achou que a luta armada era a melhor ou talvez a única solução, promoveu a Guerrilha do Araguaia. Com o fim do período de exceção, submeteu-se ao crivo das urnas, que sempre garantiram sua subsistência.

Parabéns ao PCdoB e a todos os militantes pelos 87 anos de história. Estejam certos de que a existência do PCdoB, assim como a de todos os outros partidos políticos, é de suma importância para a vida democrática nacional. Quando não há partidos, há arbítrio. E isso não queremos mais.

Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda, primeiro signatário desta homenagem.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Mão Santa, peço, por gentileza, a minha inscrição, para falar no momento que V. Ex^a achar apropriado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Peço ao Secretário Executivo, João Pedro, para fazer a inscrição.

Convidamos o Deputado Manuel D'Ávila, para fazer parte da Mesa.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É Deputada Manuela.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Manuela D'Ávila.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores; Sr^{as} e Srs. Deputados; Srs. Embaixadores Ibrahim Zeben, da Palestina, e Nguyễn Hạc Dinh, do Vietnã – está próximo disso em vietnamita ou meio distante? –; Embaixador da Venezuela, Exm^o Sr. Julio García Montoya; nosso amigo, Reitor da Faculdade de Cidadania Zumbi dos Palmares, Magnífico Sr. José Vicente; Procurador da Justiça e Presidente da Associação Paulista do Ministério Público, Sr. Washington Barra; senhores funcionários do Senado Federal, que desempenham um trabalho sem igual – não um trabalho para os Senadores, mas para o Brasil, nas várias frentes de atuação dos servidores públicos do Senado Federal –; senhores servidores da direção do Ministério do Esporte aqui presentes, senhoras e senhores, quero agradecer aos meus Pares, Senadores e Senadoras, que subscreveram comigo o requerimento de realização desta homenagem aos 87 anos do Partido Comunista do Brasil.

Normalmente buscamos comemorar datas mais arredondadas, os 90, os 80, os 100, mas esta data, em que se comemora os 87 anos, tem um significado muito especial para o Partido Comunista do Brasil. Nós estamos às vésperas da convocação do nosso XII Congresso, o XII Congresso do Partido Comunista do Brasil. E esse se dá, também, em uma situação muito especial para o mundo inteiro, que é a de uma crise de largas proporções do sistema capitalista. Portanto, uma daquelas raras oportunidades em que transformações sociais que se pensava, que se imaginava que poderiam durar 100, 200, 300 anos para acontecer, de repente, se veem às portas do acontecimento. Por isso, o nosso Congresso é cheio de relevo e tão especial, e esta sessão solene casa exatamente com essa grande oportunidade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores convidados, é com imensa alegria, portanto, que venho a esta tribuna falar sobre os 87 anos do Partido Comunista do Brasil, cuja história está profundamente ligada à história de lutas do povo brasileiro.

Nesta sessão solene, na qual o Senado da República, em seus 183 anos, homenageia pela segunda vez o Partido Comunista do Brasil, considero relevante resgatar um pouco da trajetória desse que é mais do que uma sigla partidária, pois representa o ideal de liberdade que repousa no coração de cada brasileiro e de cada brasileira.

Desde sua fundação, naquele ousado ano de 1922, ano em que a sociedade brasileira começa a questionar os seus fundamentos a partir da criação de novas referências, entre as quais o emblemático movimento que resultou na primeira Semana de Arte Moderna do Brasil, o Partido Comunista do Brasil esteve presente em todas as lutas do nosso povo. A oposição ao Estado Novo, a campanha “O Petróleo é Nosso!”, a oposição ao regime militar fascista instaurado em 1964, a luta pela anistia, pela redemocratização, por uma Constituinte livre e soberana e, mais recentemente, a resistência contra a política neoliberal são apenas alguns momentos da vida brasileira nos quais o Partido Comunista do Brasil se caracterizou pelo seu protagonismo na defesa dos interesses do povo e da nossa soberania.

No cenário político-institucional, o reconhecimento desse protagonismo veio, pela primeira vez, em 1946, com a eleição de Luiz Carlos Prestes para o Senado da República e a eleição de uma representativa bancada para a Assembleia Nacional Constituinte de 1946. Prestes, em seu discurso proferido quando da instalação da Assembleia, destacou o grande número de obstáculos que o Partido e seus membros precisaram superar para chegarem até ali e defenderem os interesses do povo brasileiro.

Peço aqui permissão para fazer referência a um dos trechos mais contundentes desse discurso, no qual está presente uma das características fundamentais de nosso partido e que o tem acompanhado ao longo desses 87 anos, que é justamente a primazia do interesse da Nação sobre qualquer outro.

Afirma Luiz Carlos Prestes:

O Partido Comunista do Brasil, durante anos, foi caluniado, seus membros foram difamados e sofreram física e moralmente! Somente há poucos meses, dez no máximo, dispõem os comunistas em nosso País de liberdade de imprensa, de direito de reunião e de associação política, inclusive para seu partido. E foram esses dez meses que nos permitiram dizer alguma coisa e provar quanto eram falsas as calúnias e as infâmias contra nós assacadas.

Esta é a atitude dos comunistas no mundo inteiro, e na nossa terra também já mostraram eles do que são capazes, na luta pela independência nacional. (...) Em 1942, quando o partido ainda se achava perseguido, com seus líderes presos, muitos sofrendo os vexames e as torturas de uma política de assassinos, os comunistas foram os primeiros a levantar a bandeira da união nacional em torno do go-

verno [o governo que os perseguia]. Esqueceram ressentimentos pessoais, sofrimentos e sangue de sua própria carne, afastando todas as paixões subalternas para lutar pela união nacional em torno do Governo... Por quê? Porque os comunistas colocam o interesse do povo, o interesse da democracia, o progresso e o bem-estar da pátria muito acima de seus sofrimentos pessoais, de suas paixões ou de seus próprios interesses.

Eu não estou na Presidência, mas estou com a palavra; assim, peço licença a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Eu apenas estava aguardando V. Exª, para convidar S. Exª o Ministro Orlando Silva de Jesus para compor a Mesa.

Era isso?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)

– Peço a V. Exª para que possa acompanhar o nosso Ministro o nosso Presidente do Partido Comunista do Brasil, Sr. Renato Rabelo.(Palmas.)

Estando o Ministro do Esporte bem sentado, aproveite também para fazer um protesto relacionado ao contingenciamento dos recursos do Orçamento da União. Não pode um Ministério tão novo, com atribuições tão relevantes, sofrer um contingenciamento de 84% dos seus recursos. Isso não é correto, isso não é justo, e o Presidente da República precisa saber o que aconteceu, para que possamos repor os recursos desse importante Ministério, que faz um trabalho tão bonito para o povo brasileiro.

Mas, voltando ao nosso tema central – digamos que esse também é nosso tema –, a impressionante atualidade desse discurso manifesta-se, em especial, no trecho onde Prestes conclama a união pela construção de um país livre, soberano e democrático, diante da grave crise econômica então vivenciada pelo mundo do pós-guerra.

Ele fala:

Vivemos um dos momentos mais sérios da vida de nossa pátria. A crise econômica é, sem dúvida, das mais graves; a carestia da vida acentua-se de maneira catastrófica. Nós, comunistas, sabemos que estes problemas não podem ser resolvidos nem por um homem providencial, nem por um partido político isoladamente, nem por uma classe social; exigem a colaboração de todo o nosso povo e de quantos amam sinceramente nossa pátria, independentemente de classes sociais e ideologias políticas ou de crenças religiosas. Que todos os brasileiros se unam, que todos

os brasileiros estejam ao lado do governo nas medidas práticas, eficientes e imediatas para enfrentar os sérios e graves problemas econômicos que significam o aniquilamento físico do nosso povo.

Sr. Presidente, faço referência a essas palavras lá do período de 1946, 1947, nesse pequeno intervalo que o nosso partido conquistou a legalidade, para fazer uma ligação forte com o momento atual. A atualidade da crise que vive o sistema capitalista, a sua interligação, a necessidade que os comunistas tiveram que enfrentar. Às vezes, disse aqui o nosso Presidente Mão Santa, tendo que resistir de armas na mão, porque não havia outro meio, outra maneira para resistir a um regime fascista que impedia o povo de fazer política em nome da liberdade, da democracia e do seu País; por isso fazemos essa ligação.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o PC do B comemora 87 anos em meio a uma conjuntura que, embora desafiadora no plano nacional e internacional, apresenta-se como momento no qual a história nos convida para uma profunda reflexão sobre o melhor caminho a ser seguido. A crise do capitalismo, por sua amplitude e profundidade, evidencia todo o conjunto de contradições que culminaram no abalo do sistema como um todo. Não se trata apenas de um contratempo passageiro, que interrompe momentaneamente um ritmo de crescimento. Não se trata, por outro lado, de uma crise setorializada, restrita ao setor imobiliário, ao crédito ou causada pela ação inescrupulosa de especuladores. Trata-se, de fato, de uma crise gerada pelo esgotamento de um padrão de acumulação que não mais se sustenta em sua autofagia, o que coloca a impossibilidade de sua superação dentro dos marcos deste atual modelo.

A crise financeira mundial vem confirmar que o mercado não é uma “divindade” diante do qual todos devem se curvar. Paradoxalmente, no ideário neoliberal, o Estado, tantas vezes demonizado, é chamado a pagar a conta dos prejuízos. Nesta hora, o Estado parece que se transforma na “divindade”. O mercado deixa momentaneamente de ser a “divindade” e recorre ao Estado, convoca o Estado para pagar a conta e deixam cair sobre os trabalhadores o ônus pela adoção de políticas que visam preservar os interesses do capital.

É, portanto, um momento singular, onde as sólidas certezas sobre o “fim da história”, recente, todos lembram de Fukuyama, que teria encontrado sua plenitude na prevalência do capitalismo sobre todas as formas de organização social, “desmancha-se no ar” das insolvências generalizadas, que transformam em fumaça o domínio de grandes e gigantescas corporações.

No contexto brasileiro, Sr. Presidente, o Estado tem hoje melhores condições para enfrentar as tormentas do que em qualquer período anterior. O Brasil possui uma história de enfrentamento das crises do capitalismo onde conseguiu tirar proveito delas, a exemplo das grandes crises dos anos 30 e dos anos 70. Portanto, temos um quadro de ameaças, mas também de aperfeiçoamentos, oportunidades no sentido de um reposicionamento do papel relativo do País no contexto mundial, no sentido de sua maior projeção e liderança, na medida de sua capacidade de lutar de forma afirmativa por seus interesses.

O atual ciclo político liderado pelo Presidente Lula reabriu perspectivas para o desenvolvimento econômico, melhorou a renda dos trabalhadores e possibilitou a inclusão das camadas mais desassistidas da população. É fato que a política monetária, elaborada e defendida pelo Banco Central, impondo ao Brasil o título de campeão mundial de juros, não nos parece adequada para promover o enfrentamento da crise e consolidar o ciclo de desenvolvimento nacional de que o País precisa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, convidadas, a existência do PC do B se confunde com a luta pela ampliação dos espaços democráticos e políticos no País. Há muito tempo o PC do B, junto com diversos partidos e setores do Parlamento brasileiro, insiste na ideia de que a reforma política é uma das mais importantes reformas exigidas do Congresso Nacional, empreendendo reiterados esforços para que ela se concretize.

O Poder Executivo, em fevereiro passado, enviou à Câmara dos Deputados um conjunto de sete propostas, entre emendas constitucionais e projetos de lei, para iniciar um novo processo de discussão da reforma política. Quanto ao seu mérito, nosso Partido concorda em parte com o que é ali proposto, em especial com a previsão de financiamento exclusivamente público das campanhas eleitorais, com o voto proporcional em listas pré-ordenadas e com regras de fidelidade partidária. Contudo, consideramos inadequado que tenha vindo justamente do Executivo a iniciativa de propor uma reforma dessa magnitude e advertimos para os graves riscos à manutenção da democracia que tais projetos podem trazer.

Em primeiro lugar, porque não cabe ao Executivo propor uma reforma política, sendo fato inédito na história da nossa República esse Poder encaminhar ao Congresso Nacional matéria específica que afeta a organização e o funcionamento partidários. Em segundo lugar, e mais grave, porque o encaminhamento dos diversos temas da reforma, necessariamente interligados, foi feito em projetos isolados. Isso pro-

porciona, digamos assim, aos grandes partidos, por conta de suas maiorias numéricas, ainda mais força para decidir quais itens serão aprovados, remetendo os demais às gavetas do esquecimento.

Aquilo que pode parecer o fato marcante de democratizar a vida política e partidária do País, com a proposta que veio do Executivo, pode exatamente deslizar pelo encanto da vontade das maiorias, de estabelecer uma reforma que transforme o Congresso Nacional numa reserva de vagas para três, quatro ou cinco partidos no máximo.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Deputados e Deputadas, ao solicitar a V. Ex^a que acolha o conjunto do meu pronunciamento, quero destacar esses aspectos. Primeiro, essa grande crise que vive o mundo inteiro e que abala o nosso País está a exigir dos comunistas, dos democratas, dos socialistas, das pessoas que pensam e querem ver o nosso País crescendo, se desenvolvendo, melhorando a qualidade de vida do povo, ousadia, coragem e promoção da unidade do povo – unidade dos trabalhadores, unidade dos democratas, socialistas, comunistas, enfim, de toda a Nação – para que construamos uma saída que permita ao Brasil, portanto, tirar proveito da crise e não ser liquidado por ela.

O segundo ponto é que é cada vez mais necessário o Partido Comunista para a democracia brasileira. Não podemos, de forma nenhuma, numa hora como esta, num momento de crise tão profunda da economia mundial, criar mecanismos que possam, de longe, cercear as possibilidades de um partido como o Partido Comunista do Brasil.

Por isso, ao comemorar os nossos 87 anos, também nos dirigimos aos nossos pares no Senado, aos nossos colegas Deputados e Deputadas, para darem uma atenção especial a estes pontos críticos da agenda brasileira: crise econômica, reforma política e atenção àqueles projetos que podem ajudar o nosso País a enfrentar a crise de cabeça erguida.

Quero, Sr. Presidente, agradecer a V. Ex^a, que tem contribuído com o PC do B nesta Casta, e a todos os meus colegas que assinaram junto comigo este pedido para que pudéssemos comemorar, no Senado da República, o aniversário do Partido Comunista do Brasil.

Parabéns ao PC do B, parabéns aos comunistas, parabéns a esses homens e mulheres que não permitiram que, quando foi anunciado o fim da história, nós enrolássemos as bandeiras e fôssemos para casa. Não. Esses dirigentes do nosso Partido que aqui estão, comandados pelo Renato Rabelo, e boa parte da sua direção, aqui presente neste momento, vocês, juntamente com essa força do povo brasileiro, foram

responsáveis para que as bandeiras vermelhas do PC do B, com a foice e o martelo, pudessem tremular firmes, junto com a bandeira do Brasil, para mostrar que existem, sim, caminhos novos que devemos trilhar para construir o socialismo na nossa Pátria.

Parabéns ao PC do B! Parabéns, Renato! Um abraço.

Obrigado.(Palmas.)

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. convidados, é com imensa alegria que venho a esta tribuna falar sobre os 87 anos do Partido Comunista do Brasil, cuja história está profundamente ligada à própria história de lutas do povo brasileiro.

Nesta Sessão Solene, na qual o Senado da República, em seus 183 anos de existência, homenageia pela segunda vez o Partido Comunista do Brasil, considero relevante resgatar um pouco da trajetória deste que é mais do que uma sigla partidária, pois representa o ideal de liberdade que repousa no coração de cada brasileiro e de cada brasileira.

Desde sua fundação, naquele ousado ano de 1922, ano em que a sociedade brasileira começa a questionar os seus fundamentos a partir a criação de novas referências, entre as quais o emblemático movimento que resultou na primeira Semana de Arte Moderna, o Partido Comunista do Brasil esteve presente em todas as lutas de nosso povo. A oposição ao Estado Novo, a campanha do “Petróleo é Nosso!”, a oposição ao Regime militar-fascista instaurado em 1964, a luta pela anistia, pela redemocratização, por uma constituinte livre e soberana, e, mais recentemente, a resistência contra a política neoliberal, são apenas alguns dos momentos da vida brasileira nos quais o Partido Comunista do Brasil se caracterizou pelo seu protagonismo na defesa dos interesses do povo e de nossa soberania.

No cenário político-institucional, o reconhecimento desse protagonismo veio pela primeira vez em 1946, com a eleição de Luiz Carlos Prestes para o Senado da República e a eleição de uma representativa bancada na Assembléia Nacional Constituinte de 1946. Prestes, em seu discurso proferido quando da instalação da Assembléia, destacou o grande número de obstáculos que o Partido e seus membros precisaram superar para chegarem até ali e defenderem os interesses do povo brasileiro.

Peço aqui permissão para fazer referência a um dos trechos mais contundentes deste discurso, no qual está presente uma das características fundamentais

de nosso partido e que o tem acompanhado ao longo desses 87 anos, que é justamente a primazia do interesse na nação sobre qualquer outro.

Afirma Luiz Carlos Prestes:

“O Partido Comunista do Brasil, durante anos, foi caluniado, seus membros foram difamados e sofreram física e moralmente! Somente há poucos meses, dez no máximo, dispõem os comunistas em nosso país de liberdade de imprensa, de direito de reunião e de associação política, inclusive para seu partido. E foram esses dez meses que nos permitiram dizer alguma coisa e provar quanto eram falsas as calúnias e as infâmias contra nós assacadas.

Esta é a atitude dos comunistas no mundo inteiro, e na nossa terra também já mostraram eles do que são capazes, na luta pela independência nacional. Em 1942, quando o partido ainda se achava perseguido, com seus líderes presos, muitos sofrendo os vexames e as torturas de uma política de assassinos, os comunistas foram os primeiros a levantar a bandeira da união nacional em torno do governo. Esqueceram ressentimentos pessoais, sofrimentos e sangue de sua própria carne, afastando todas as paixões subalternas para lutar pela união nacional em torno do Governo... Por quê? Porque os comunistas colocam o interesse do povo, o interesse da democracia, o progresso e o bem-estar da pátria muito acima de seus sofrimentos pessoais, de suas paixões ou de seus próprios interesses.”

A impressionante atualidade desse discurso manifesta-se em especial no trecho, onde Prestes conclama a união pela construção de um país livre, soberano e democrático, diante da grave crise econômica então vivenciada pelo mundo do pós-guerra. Prestes assim nos fala:

“Vivemos um dos momentos mais sérios da vida de nossa pátria. A crise econômica é, sem dúvida, das mais graves; a carestia da vida acentua-se de maneira catastrófica. Nós, comunistas, sabemos que estes problemas não podem ser resolvidos nem por um homem providencial, nem por um partido político isoladamente, nem por uma classe social; exigem a colaboração de todo o nosso povo e de quantos amam sinceramente nossa pátria, independentemente de classes sociais e ideologias políticas ou de crenças religiosas. Que todos os brasileiros se unam, que todos

os brasileiros estejam ao lado do governo nas medidas práticas, eficientes e imediatas para enfrentar os sérios e graves problemas econômicos que significam o aniquilamento físico do nosso povo”.

Disse ainda Prestes:

“Os comunistas jamais farão uso desta tribuna para insultos ou ataques pessoais. Estenderemos, fraternalmente, as mãos a todos os partidos políticos e sempre estaremos prontos a apoiar todas as medidas úteis ao povo, à democracia, ao progresso de nossa pátria, partam elas de quem partirem. E que ninguém veja nesta defesa intransigente de princípios de nossos pontos de vista qualquer preocupação de ataque pessoal, porque essa jamais será a nossa atitude”.

Essas são as palavras sábias, oportunas e de grande atualidade proferidas pelo Senador Luiz Carlos Prestes, que, juntamente com toda a então Bancada comunista na Câmara, foi impedido de concluir, pelo ato arbitrário da cassação, seu mandato legitimamente conquistado pelo voto popular. Após 61 anos o Senado tem novamente entre seus membros um senador comunista, o que aconteceu somente a partir de 2006, pela vontade soberana do povo do Ceará – embora, durante um breve período, esteve também abrigado em nossa sigla o ilustre Senador Leomar Quintanilha.

Como se vê, em toda a sua trajetória, não foram poucas as vezes em que o Partido Comunista do Brasil foi perseguido pela firmeza das convicções de mulheres e homens que fizeram de suas vidas um exemplo de patriotismo. Isso pode ser constatado pelo fato de que, dos seus 87 anos de existência, o PCdoB tenha passado 60 deles na clandestinidade, impedido de exercer livremente sua representação política.

Porém, é preciso destacar que, nem mesmo diante da mais devastadora repressão política, este valioso partido arrefeceu seu ânimo de luta pela causa do povo. Na década de setenta, em defesa da democracia, organizou a heróica resistência do povo – a Guerrilha do Araguaia. Foi o Partido que deu o maior número de mártires à causa da democracia e do socialismo. Na constituinte, seja a de 1946 ou a de 1987, o Partido defendeu a reforma agrária, a criação dos direitos sociais e trabalhistas como a jornada de trabalho de 8 horas diárias, o direito a férias, aposentadoria, 13º salário, saúde, educação e previdência pública.

Sr. Presidente, e Srs. Senadores, o PCdoB comemora 87 anos em meio a uma conjuntura que, embora desafiadora no plano nacional e internacional, apresenta-se como momento no qual a história nos

convida à uma profunda reflexão sobre o melhor caminho a ser seguido. A crise do capitalismo, por sua amplitude e profundidade, evidencia todo o conjunto de contradições que culminaram no abalo do sistema como um todo. Não se trata apenas de um contratempo passageiro, que interrompe momentaneamente um ritmo de crescimento; não se trata, por outro lado, de uma crise setorializada, restrita ao setor imobiliário, ao crédito ou causada pela ação inescrupulosa de especuladores. Trata-se, de fato, de uma crise gerada pelo esgotamento de um padrão de acumulação que não mais se sustenta em sua autofagia, o que coloca a impossibilidade de sua superação dentro dos marcos deste atual modelo.

A crise financeira mundial vem confirmar que o mercado não é uma “divindade” diante do qual todos devem se curvar. Paradoxalmente, no ideário neoliberal, o Estado, tantas vezes demonizado, é chamado a pagar a conta dos prejuízos, fazendo recair sobre os trabalhadores, o ônus pela adoção de políticas que visam preservar os interesses do capital.

É, portanto, um momento singular, onde as sólidas certezas sobre o “fim da história”, que teria encontrado sua plenitude na prevalência do capitalismo sobre todas as formas de organização social, “desmancha-se no ar” das insolvências generalizadas, que transformam em fumaça o domínio de grandes corporações.

No contexto brasileiro, Sr. Presidente, o Estado tem hoje melhores para enfrentar as tormentas do que em qualquer período anterior. O Brasil possui uma história de enfrentamento das crises do capitalismo onde conseguiu tirar proveito delas, a exemplo das grandes crises dos anos 1930 e dos anos 1970. Portanto, temos um quadro de ameaças, mas também de oportunidades. Oportunidades no sentido de um reposicionamento do papel relativo do País no contexto mundial, no sentido de sua maior projeção e liderança, na medida de sua capacidade de lutar de forma afirmativa por seus interesses.

O atual ciclo político liderado pelo Presidente Lula reabriu perspectivas para o desenvolvimento econômico, melhorou a renda dos trabalhadores e possibilitou a inclusão das camadas mais desassistidas da população. É fato que a política monetária elaborada e defendida pelo Banco Central, impondo ao Brasil o título de campeão mundial de juros não nos parece adequada para promover o enfrentamento da crise e consolidar o ciclo de desenvolvimento nacional que o País precisa.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a existência do PCdoB se confunde com a luta pela ampliação dos espaços democráticos e políticos no País. Há muito tempo o PCdoB, junto com diversos partidos e seto-

res do parlamento brasileiro, insiste na idéia de que a reforma política é uma das mais importantes reformas exigidas do Congresso Nacional, empreendendo reiterados esforços para que ela se concretize.

O Poder Executivo, em fevereiro passado, enviou à Câmara dos Deputados um conjunto de sete propostas, entre emendas constitucionais e projetos de lei, para iniciar um novo processo de discussão da reforma política. Quanto ao seu mérito, nosso partido concorda em boa parte com o ali proposto, em especial com a previsão de financiamento exclusivamente público das campanhas eleitorais, com o voto proporcional em listas pré-ordenadas e com regras de fidelidade partidária. Contudo, consideramos inadequado que tenha vindo justamente do Executivo a iniciativa de propor uma reforma dessa magnitude e advertimos para os graves riscos à manutenção da democracia que tais projetos podem trazer.

Em primeiro lugar, porque não cabe ao Executivo propor uma reforma política, sendo fato inédito na história da República este poder encaminhar ao Congresso Nacional matéria específica que afeta a organização e o funcionamento partidários. Em segundo lugar, e mais grave, porque o encaminhamento dos diversos temas da reforma, necessariamente interligados, foi feita em projetos isolados. Isso proporciona aos grandes partidos, por conta de suas maiorias numéricas, ainda mais força para decidir quais itens serão aprovados, remetendo os demais às gavetas do esquecimento. A maioria pode fazer prevalecer democraticamente sua opinião e seu voto, mas não pode, com esse pretexto, eliminar as minorias. A isso nos opomos e conclamamos todas as forças democráticas e populares a se unirem contra esse arremedo de reforma. Essa não é a reforma que o Brasil precisa. A insistência do retorno da cláusula da barreira representa um retrocesso e contraria a decisão já consolidada pelo STF, quando essa matéria foi anteriormente apreciada por aquela Corte.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, Srs. convidados, nós, comunistas, zelamos pela convivência democrática que alcançamos nesses 24 anos de legalidade, durante os quais construímos uma relação fraterna e respeitosa com todas as forças políticas que atuam cenário nacional, não obstante a legítima disputa política que por vezes travamos.

Na intransigente defesa da independência e da soberania da nação brasileira, o PCdoB atualmente é um partido consciente dos desafios de sua luta. Aos 87 anos, reafirma seu compromisso com os trabalhadores, o povo e a nação. É um partido que vive um período de expansão, quase ultrapassando a marca dos 100 mil militantes e 250 mil filiados.

O PCdoB é um símbolo da luta pela liberdade e pelo direito dos trabalhadores no país, sempre defendendo a unidade do povo e das forças progressistas. E, curiosamente, apesar dos seus 87 anos de vida, é um Partido que se renova e se revigora a cada dia, na força e determinação da juventude e da intelectualidade progressista, na bravura dos camponeses e na combatividade dos operários.

Não podemos esquecer, todavia, daqueles que deram o melhor de suas energias e até a própria vida para que chegássemos até aqui. A eles nossas homenagens vivas, que se expressam no compromisso de seguir adiante com a luta. Este é o partido de Candido Portinari, Graciliano Ramos, Caio Prado Junior, Jorge Amado, Gregório Bezerra, Elza Monerat, Otávio Brandão, Astrogildo Pereira, de Luis Carlos Prestes, herói do povo brasileiro. De Maurício Grabois, Pedro Pomar, Diógenes Arruda, grandes nomes que honraram e marcaram a história do PCdoB.

Neste aniversário de 87 anos do Partido, nós, comunistas do Brasil, reverenciamos a figura singular de João Amazonas, que participou de todos os acontecimentos marcantes da vida política brasileira. Com sua voz serena, porém firme, contribuiu significativamente para a definição da política do Partido Comunista. Dedicou a sua vida inteira ao trabalho incessante de elaboração estratégica e tática dos rumos da construção do socialismo. Não há uma única ação política desenvolvida no período republicano sem que João Amazonas não emitisse a opinião dos comunistas. Da mesma estirpe dessas extraordinárias personalidades, saúdo também este, que é o brasileiro vivo mais ilustre, Oscar Niemeyer, que dedicou seu talento e sua simplicidade às legítimas causas da humanidade, sempre jovem e sábio, generoso e comunista.

É justo lembrarmos também, no momento em que reverenciamos e homenageamos o aniversário do partido, a saga de dois brasileiros de trajetórias que se confundem com os ideais tão caros a nós, comunistas. Dom Helder Câmara e o poeta popular Patativa do Assaré, os dois nascidos no Ceará e que completariam cem anos agora em 2009. Relato aqui um episódio muito ilustrativo do papel que desempenharam durante todas as lutas democráticas ocorridas em nosso País.

Em 1969, Patativa do Assaré foi convidado pela Arquidiocese de Olinda e Recife – na pessoa do próprio cardeal, dom Hélder Câmara – para contar, em versos populares, o assassinato de um jovem padre. Resultou no folheto “O Padre Henrique e o Dragão da Maldade, onde Patativa eleva seu canto aos “injustiçados/ que vagam no mundo afora”, dentre eles, o próprio Dom Helder Câmara, que conviveu com inúmeras acusa-

ções, chegando mesmo a ser chamado de “arcebispo vermelho” pela sua combatividade e sensibilidade com as questões sociais. Assim cantou Patativa:

Será que ser comunista
é dar ao fraco instrução,
defendendo os seus direitos
dentro da justa razão,
tirando a pobreza ingênua
das trevas da opressão?
Será que ser comunista
é mostrar certos planos
para que o povo não viva
envolvido nos enganos
e possa se defender
do jogo dos desumanos?
Será que ser comunista
é saber sentir as dores
da classe dos operários,
também dos agricultores
procurando amenizar
horrores e mais horrores?
Tudo isto, leitor, é truque
de gente sem coração
que, com o fim de trazer
os pobres na sujeição,
da palavra comunismo
inventa um bicho papão

Nossa maior riqueza Sr. Presidente, é permanecer sendo um partido de militância. Portanto não poderíamos deixar de fazer aqui, nesta tribuna, uma menção especial ao enorme contingente de militantes comunistas, muitos anônimos, homens e mulheres, na cidade e no campo. A todos eles, portanto, nossa sincera e legítima homenagem.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, o Partido Comunista do Brasil atua para acumular forças, na luta política e institucional, na luta social, na luta de idéias. Somos um partido socialista, não importa quanto tempo durará essa luta e por quais caminhos. Cada tempo coloca seus próprios desafios: queremos estar livres dos condicionamentos modelados por outra época ou desafios estratégicos de outro molde. Somos um partido do presente para antecipar o futuro. Por isso fazemos o nosso esforço de renovação de concepções e práticas de partido, renovação de cultura política, voltada para os desafios do tempo.

Sr. Presidente, finalizo meu pronunciamento recorrendo a outro poeta universal, desta vez Pablo Neruda, que em 1949 descreveu em poesia o significado de valores como a solidariedade, a fraternidade e a firmeza das convicções que adquiriu ao longo de sua vivência junto ao partido comunista, que passo a ler:

A meu partido

Me deste a fraternidade para o que não conheço

Me acrescentaste a força de todos os que vivem.

Me tornaste a dar a pátria como em um nascimento.

Me deste a liberdade que não tem o solitário.

Me ensinaste a acender a bondade, como o fogo.

Me deste a retidão que necessita a árvore.

Me ensinaste a ver a unidade e a diferença dos homens.

Me mostraste como a dor de um ser morreu na vitória de todos.

Me ensinaste a dormir nas camas duras de meus irmãos.

Me fizeste construir sobre a realidade como sobre uma rocha.

Me fizeste adversário do malvado e muro do frenético.

Me fizeste ver a claridade do mundo e a possibilidade da alegria.

Me fizeste indestrutível porque contigo não termino em mim mesmo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Inácio Arruda, eu convindo...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB

– AC) – Senador Mão Santa, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Pela ordem o Senador Geraldo Mesquita, do PMDB do Acre.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB

– AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria aproveitar a oportunidade e anunciar a presença, no recinto do plenário do Senado Federal, de uma delegação de Parlamentares da Finlândia. Estão em visita ao País, estão em visita ao Congresso Nacional, tratando de assuntos relativos aos interesses comuns dos nossos países.

Digo, em nome do Senado Federal, que é com muita satisfação e muito prazer que recebemos a delegação dos Parlamentares da Finlândia, como disse, em visita ao Senado Federal. Fizemos questão de conhecer o nosso plenário e cumprimentar os Parlamentares e os presentes.

Era o que eu tinha a dizer no momento, Senador Mão Santa. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Em nome da Mesa Diretora do Senado da República do Brasil, faço a saudação aos Parlamentares da Finlândia, fazendo nossas todas as palavras do eminente Senador da República Geraldo Mesquita. Sejam bem-vindos ao Senado da República do Brasil e à nossa Pátria.

Este Senado hoje comemora 87 anos de fundação do Partido Comunista do Brasil. Estão presentes o Ministro do Esporte, Exmº Sr. Orlando Silva; a Deputada Federal encantadora Srª Manuela D’Ávila; o Presidente Nacional do PCdoB, Sr. Renato Rabelo. Estão presentes os Embaixadores e integrantes do Corpo Diplomático: Embaixador da Bolívia, Sr. René Mauricio Dorfler Ocampo; Embaixador da Palestina, Exmº. Sr. Ibrahim Zeben; Embaixador da Venezuela, Exmº. Sr. Julio García Montoya; Embaixador do Vietnã, Exmº. Sr. Nguyễn Hac Dinh; Deputada Federal, Exmª Srª Jô Moraes; ex-Deputado Federal, Sr. Aldo Arantes; Reitor da Faculdade da Cidadania Zumbi dos Palmares, Magnífico Senhor José Vicente; Procurador de Justiça e Presidente da Associação Paulista do Ministério Público, Sr. Washington Barra; senhores filiados do PCdoB; senhores diretores e servidores do Ministério do Esporte; Srª Carmen Carneiro, viúva do ex-Senador Nelson Carneiro; senhoras e senhores.

Convido para presidir a mesa, como um reconhecimento deste Senado da República ao eminente Senador que representa com muita dignidade a grandeza desse extraordinário Partido, o Senador Inácio arruda. V. Exª sabe que eu digo isso com razões de gratidão. A minha mãe me ensinou que a gratidão é a mãe de todas as virtudes. Cheguei aqui todas as vezes, governei o Piauí duas vezes, pela força do PCdoB. Deus me deu o título muito honroso de passar, ser o primeiro Estado a ser governado por um comunista, o Piauí. Então, quero dizer dessa gratidão e fazer uma homenagem. Ele é Presidente do Partido no Piauí e Deputado Federal hoje, o Senador Osmar Junior.

Lá também tem um Deputado estadual muito bravo, o Sr. Robert Rios, Delegado federal e hoje Secretário de Segurança.

Tem o Piauí a maior inteligência de artista do PCdoB. Eu tenho inveja de não ter conseguido levá-lo para o PMDB. E não foi falta de cantada não, eu era até Governador... Mas é o maior valor. Ele conhece. É humorista, intelectual e artista: Cláudio Morelli. Para mim, ele se iguala a Charles Chaplin.

E também tem uma segunda suplente aqui do PCdoB, que foi Secretária de Cultura do meu Gover-

no. Ela é suplente do Senador João Vicente Claudino, é Lourdes Rufino.

Para mim, para Brasília principalmente, mas para o Brasil, o maior brasileiro vivo é o comunista Oscar Niemeyer.

Convido V. Exª a Presidir. (Palmas.)

O Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Agradeço ao nosso Presidente Mão Santa.

E é verdade, nós não tivemos dúvida: nas duas oportunidades que tivemos no Estado do Piauí, quando foi preciso apoiá-lo, ele contou com o Partido Comunista do Brasil e, ao mesmo tempo, deu-nos uma grande ajuda, uma grande contribuição, porque os nossos parlamentares da bancada do Piauí, comunistas, também são fruto dessa relação que tiveram com V. Exª, Senador Mão Santa.

Convido, para falar na sessão de homenagem, o nosso conterrâneo lá do Estado do Ceará que representa o Estado do Acre: Senador Geraldo Mesquita.

Enquanto o nosso convidado chega à tribuna, registro a presença do Embaixador da República Popular da China: Embaixador Qiu Xiaoyi. (Palmas)

Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, querido amigo e companheiro Senador Inácio Arruda, Sr. Senador Mão Santa, Srs. Parlamentares, Senadores e Deputados, caro Presidente Nacional do PCdoB, Ministro Orlando, Deputada Manuela, senhoras e senhores, autoridades presentes, embaixadores, Senador Renato, eu hoje reservei a manhã para folhear, ler dois dossiês.

Dias atrás, Senador Inácio, eu tive necessidade de relembrar os nomes das companheiras e dos companheiros que comigo foram expulsos da UnB pelo Decreto nº 477. Fui ao site da UnB: nenhum registro. Recorri a jornais antigos: também nada. Disseram-me: “Olha, hoje, na Imprensa Nacional, há um arquivo da UnB”, Deputada Manuela. Eu o requeri. Para minha surpresa, de fato, encontravam-se lá as informações, por sinal, a respeito da minha passagem pela UnB. Mas as informações não chegaram a tempo, porque eu queria usá-las para fazer referência a episódio ocorrido em data que se comemorava há pouco, depois de muitos anos: a edição do Decreto nº 477. O Decreto nº 477 era chamado

o AI-5 dos estudantes, na época, e funcionou como um AI-5 para os estudantes.

No formulário que me foi entregue, havia a opção de pesquisa de outros bancos de dados, outros arquivos: do SNI, do Conselho de Segurança Nacional... Aí eu me animei e também os requeri. Alguns dias depois, recebi um dossiê referente à minha atuação como militante, resistente e combatente contra a ditadura, que, por sinal, hoje alguns comemoram, outros lamentam e choram.

A jovialidade da Deputada Manuela me desafia a falar um pouco de um período que o Brasil, aos pouquinhos, vai esquecendo, mas não deveria esquecer. Estou me referindo à participação de pessoas que, na época, tinham entre 18 e 24 anos de idade, enfim, jovens, estudantes, que, em razão de sua participação em movimento estudantil, começaram a ser excluídos ou, de forma voluntária, começaram a se dirigir, a serem recrutados a participar de organizações políticas que atuavam na resistência à ditadura.

Estou de posse de dois dossiês. Olhem que coisa impressionante! Um deles é relativo à minha passagem pela UnB, aqui em Brasília, e outro, relativo a toda a minha atuação.

E por que estou dizendo isso, Deputada? É porque fui recrutado, na época, pela Ala Vermelha do PCdoB. O ambiente em que vivia em Brasília ficou complicado, e eu fui aconselhado a sair daqui. Em razão de nossa participação aqui, pesava sobre mim uma condenação pela Lei de Segurança Nacional – uma prisão decorrente de sentença que não cumpri porque me evadi, fui embora; fui, primeiro, para São Paulo; depois, mandaram-me para o Rio.

Como disse, jovens de 18 a 24, 25 anos carregavam um peso enorme nas costas, seguiam uma disciplina férrea, encaravam uma responsabilidade que era, às vezes, maior do que poderiam suportar. Estudavam textos de forma disciplinada, discutindo a realidade brasileira e a realidade internacional. Eram pessoas que deveriam estar nas escolas, estudando para se formar. No entanto, foram jogados, pela força das circunstâncias e pela imposição das próprias consciências, numa luta terrível, numa luta terrível.

Aqui, fico imaginando o quanto há de falta de respeito no comportamento daqueles que ainda se arvoram o direito de, aqui e acolá, dizer: “O PCdoB errou quando foi para a guerrilha do Araguaia”, “A organização tal operou em erro e em equívoco porque fez isso ou aquilo”. Antes de mais nada, considero uma falta de respeito a pessoas que podem até ter-se equivocado na tática, na estratégia adotada, mas que

foram de uma grandeza incalculável, de uma bravura desmedida, Senador Paim, de uma coragem como eu vi poucas vezes acontecer.

Não tenho, hoje, responsabilidade pela condução, pelos destinos do PCdoB, mas tive uma relação íntima, consciente, dedicada, até o limite das minhas forças, da minha minúscula coragem. E quero aproveitar este momento para render as minhas homenagens a tantos que abdicaram de tanta coisa na vida e se jogaram de corpo e alma na luta contra um regime cruel que se abateu sobre o nosso País num determinado período.

Essa, sim, é uma história que não se pode esquecer, porque muita coisa ainda precisa ser esclarecida. Há famílias ainda no Brasil em busca dos restos mortais dos seus entes queridos. No dia em que nos esquecermos disso não estaremos à altura de reverenciar as pessoas que, naquele momento histórico do nosso País, um momento pesado, um momento de medo, um momento de angústia profunda – trabalhadores brasileiros, principalmente jovens daquela época, milhares e milhares de jovens –, desviaram o rumo de sua vida, muitos tendo sido sacrificados, mortos, assassinados.

Hoje é um dia – talvez o que eu fale aqui incomode muita gente – de refletirmos um pouquinho sobre isso. Não nos esqueçamos do que aconteceu! Eu não sou revanchista, eu não sou daqueles que ficam futricando ferida, mas esse é um fato nacional, esse é um fato que diz respeito ao povo brasileiro, e ele jamais poderá ser esquecido, principalmente por nós.

Aproveito esta oportunidade porque, como eu disse, a jovialidade da Deputada Manuela me desafiou a lembrar esse momento do nosso País, quando pessoas com a idade próxima da dela fizeram o que achavam que tinha que ser feito. Portanto, ao mesmo tempo em que saúdo os 87 anos do PCdoB, meu querido conterrâneo, Senador Inácio Arruda, quero saudar realmente muita luta, muita responsabilidade com o País, muito envolvimento com este País tão querido.

Como eu disse, este é um fato para festejarmos: 87 anos de uma organização política que tem, em seu histórico, a responsabilidade de ter construído as bases para que chegássemos até aqui.

Eu saúdo o PCdoB por seus 87 anos e, aqui, aproveito para lembrar, saudar, reverenciar, com muito carinho, aqueles que, dentro do PCdoB e em organizações que atuavam também como o PCdoB e juntamente com o PCdoB, fizeram com que o País reencontrasse ou se reencontrasse com uma incipiente democracia, democracia que precisamos aprofundar

no nosso País, democracia que precisamos buscar incessantemente. Às vezes, me pego pensando que ela ainda está por se completar, ela ainda está por se fazer plenamente, porque ainda somos um País extremamente injusto, um País extremamente desigual, e a luta de todos, inclusive do PCdoB, tem que visar exatamente ao aprimoramento e ao aprofundamento do processo democrático para que o povo brasileiro, algum dia, possa bater no peito mesmo e dizer: vivemos uma democracia plena, justa, socialmente justa. É o legado que orgulhosamente deveremos deixar para os nossos filhos, para os nossos netos, para as nossas futuras gerações.

Obrigado. Peço desculpas pelo alongado, Senador Inácio Arruda, mas achei oportuno trazer as informações que trouxe e me demorar mais um pouquinho aqui.

Agradeço a bondade de V. Exª e saúdo a todos que hoje, aqui, reverenciam este grande partido que é o PCdoB.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Nós que agradecemos esse pronunciamento emocionado do Senador Geraldo Mesquita Júnior e nos congratulamos com S. Exª.

Quero convidar para participar da Mesa conosco o nosso Líder da Bancada do Partido Comunista do Brasil na Câmara, Daniel Almeida. (Palmas.)

Registramos, com muita alegria e satisfação, a presença entre nós do ex-Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Ibsen Pinheiro, que muito nos honra.

Amigo Deputado Colbert Martins, que nos acompanha nesta sessão, Deputado pelo Estado da Bahia, e veio aqui acompanhando o nosso Líder. Vejam como o Líder está prestigiado em sua terra.

Nosso companheiro Edmilson Valentim, Deputado do Estado do Rio de Janeiro, que esteve conosco na Assembléia Legislativa Constituinte.

Nosso companheiro, ex-Deputado Constituinte de vários mandatos, Aldo Arantes, ex-Presidente da União Nacional dos Estudantes.

Nossa querida companheira Jô Moraes, nossa líder, que nos comandou durante o ano de 2008.

Nossa Deputada do Estado do Amazonas – esperamos encontrá-la, no ano de 2011, aqui, nesta Casa, no Senado da República, como Senadora do Estado do Amazonas –, Vanessa Grazziotin.

Nosso companheiro, amigo – ao anunciar a sua presença, quero fazer uma referência uma vez mais, porque já fizemos aqui uma sessão solene de home-

nagem aos cinquenta anos da revolução cubana –, o Embaixador de Cuba, Pedro Núñez Mosquera.

Convido para fazer uso da palavra o nosso Senador do Estado do Rio Grande do Sul, do Partido dos Trabalhadores, com quem temos trabalhado bastante nesta Casa e também quando éramos Deputados Federais, nosso companheiro Paulo Paim. (Palmas.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Companheiro Inácio Arruda, que preside esta sessão, Embaixadores, Diplomatas, convidados, autoridades, militantes das causas populares que estão no plenário neste momento e que, com certeza, em seus Estados, assistem a esta justa homenagem pela TV Senado, há dois anos, nesta mesma tribuna, quando lembrávamos os 85 anos da fundação do nosso querido PCdoB, lembrei e prestei uma justa homenagem aos 16 militantes que optaram pela solidariedade internacional, atravessaram o oceano e foram lutar, como se diz, Manuel, lá no Rio Grande, na Guerra Civil Espanhola de 1936 a 1939.

Lembrei-me, meus queridos amigos Ministro Orlando Silva e Presidente do PCdoB, Renato Rebelo, de Alberto Bomilcar, de Apolônio de Carvalho, de Carlos da Costa Leite, de Davi Capistrano da Costa, de Delci Silveira, de Dinarco Reis, de Enéas de Andrade, de Hermenegildo de Assis Brasil, de Homero de Castro, de Joaquim Silveira, de José da Cunha, de José Correa de Sá, de Nelson Alves, de Nemo Canabarro Lucas, de Roberto Morena e de Eny Silveira. Senador Inácio Arruda, eu dizia na oportunidade e hoje repito, eram homens enlouquecidos por mudar a sociedade e torná-la mais justa. Sem dúvida, marcaram toda uma geração de ativistas políticos e deram sua vida por essa causa.

Lembro o gaúcho Hermenegildo de Assis Brasil. Agildo Barata escreveu, em maio de 1950, sobre esse comunista: “De olhar sereno e calmo, com lampejos de energia e astúcia. Olhar manso espelhando a simplicidade, a rudeza, a bondade, mas também a firme e exemplar determinação de um consciente militante proletário do jovem Partido Comunista do Brasil”.

Lembro aqui os meus colegas da Constituinte de 1988, Aldo Arantes, aqui presente, e o nosso sempre presente Aroldo Lima, que, com certeza, está assistindo a esta sessão.

Lembro aqui meu sempre colega e amigo, parceiro de todas as horas, Ibsen Pinheiro, que se encontra nesta sessão.

Lembro eu que se fala tanto que haveremos um dia, também aqui no Brasil, de eleger um negro à

Presidência da República. Então, que se registre na história que foi do PCdoB um operário comunista que foi candidato à presidência da República em 1930, mesmo que clandestinamente. Falo do então vereador pelo Rio de Janeiro, Minerzinho de Oliveira. Nós tivemos, sim, um candidato a Presidente da República. Que bom que foi do PCdoB! Palmas ao PCdoB, e não ao meu pronunciamento. (Palmas.) Foi essa iniciativa que com certeza marcou a nossa história.

Claro que poderíamos lembrar outros negros na história do PCdoB. Lembro, Senador Inácio Arruda – e V. Ex^a também se lembrou dele diversas vezes –, o nosso inesquecível Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão, um dos comandantes da luta e da resistência no Araguaia.

Sr. Presidente, os comunistas de ontem estão cada vez mais vivos nos dias de hoje e marcam, de forma ímpar, a nossa história. Estarão sempre na nossa memória no presente e no futuro. As suas ações são eternas, os seus sonhos estão enraizados nos nossos dias, sempre marcados pela coerência.

Eu pensava em como homenagear os comunistas do passado e de hoje e aí me veio algo que digo sempre: quero homenagear aqui todos os comunistas, os jovens comunistas, os idosos comunistas, os estudantes comunistas, as mulheres comunistas, os negros comunistas, os brancos comunistas, os índios comunistas, as pessoas com deficiência comunistas, os desempregados, os sem-teto, os sem-terra, os que lutam pela orientação sexual livre, os que lutam pela liberdade de crença. Enfim, eu quero homenagear, com muita simplicidade, todos, homens e mulheres comunistas.

Digo sempre, quando falo não só num fórum de comunistas, que eu tenho o maior orgulho de dizer que o meu primeiro suplente ao Senado da República e que me ajudou muito a chegar aqui se chama Roberto Macagnan, um professor lá do interior do Rio Grande, de Juí.

Macagnan, eu sei que você está ouvindo. Você ajudou muito este negro operário a chegar à tribuna do Senado da República. Obrigado, Roberto. Eu sei que você continua dando aula, mas a sua causa, com certeza, guia todos nós aqui, neste Parlamento.

Sr. Presidente, faço questão de citar, rapidamente também, o nome da Deputada comunista Manuela D'Ávila, que foi eleita com a maior votação que uma mulher já conquistou no meu Estado do Rio Grande do Sul. Manuela, ao lembrar de você, eu me lembro dos estudantes, é claro, eu me lembro dos jovens, mas eu me lembro do Freitas, eu me lembro do Edson, eu me

lembro da Jussara Cony, eu me lembro do Raul Carrion, que teve a ousadia – alguns não o entenderam, mas eu dei todo apoio a ele e dou aqui também – de apresentar na Assembleia Legislativa o Estatuto da Igualdade Racial, como instrumento de pressão para que o Congresso aprove aquele que já está aqui. Parabéns, Raul Carrion. E você sabe que o que eu estou dizendo aqui eu disse na Assembleia Legislativa.

Não poderia deixar de lembrar a Deputada Federal Jô; o Daniel que está aqui conosco, com que eu estive em diversos Estados discutindo salário mínimo, idoso, aposentado; a minha querida e inesquecível Vanessa Grazziotin e do meu querido amigo Edmilson Valentim.

Edmilson está aqui ainda? (Pausa.) O Edmilson saiu. Mas eu vou, assim mesmo, falar. Um dos momentos mais bonitos da minha vida foi quando fui para a África do Sul, em nome do Congresso Nacional, por delegação do aqui Presidente Ibsen Pinheiro. Ibsen, você ajudou a coordenar aquela ida nossa. Nós fomos levar uma moção do povo brasileiro pela libertação de Nelson Mandela. Eu, Edmilson, Benedita, Caó, Domingos Leonelli estávamos naquela missão. Diziam que o avião da Varig que nos levava, Edmilson, não desceria na África do Sul. Nós desafiámos, fomos à África do Sul, fomos recebidos pela Winnie Mandela e entregamos a carta em nome do povo brasileiro. Estava lá, ao nosso lado, o Edmilson. Felizmente, foi no início de 90. No fim de 90, Nelson Mandela foi libertado, acabou com o *apartheid* e, depois, se tornou Presidente da África do Sul.

Terminaria, meu Presidente, só dizendo que eu tenho um carinho especial, uma relação fraternal com todas as centrais sindicais e com todas as confederações de trabalhadores; todas; todas. Mas quero aqui dar um abraço forte no Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), do Rio Grande do Sul, o meu amigo Guiomar Vidor. É um comunista, como eu digo – é coisa do Rio Grande isso, não é? –, da melhor cepa – dá pra dizer, não é? – da melhor geração, como falamos no Sul. Essa Central entregou à Ministra Dilma, e pediu que nós lêssemos aqui, no Congresso Nacional, uma carta muito clara e muito firme sobre a crise, exigindo posições não só do Executivo como também aqui do Congresso Nacional. Essa carta vai na linha da sua fala, Senador Inácio Arruda, e a lerei na íntegra hoje, na sessão do Senado da República.

Inácio, na carta da nossa querida CTB, eles falam, sim, da redução da jornada sem redução de salário, projeto de sua autoria de que tive a alegria de ser co-

autor e que está em debate na Câmara e no Senado. Na carta, eles falam também, com muita firmeza – você me avisava, Manuela, e aqui na carta está escrito –, que o PCdoB tem posição clara em defesa de todos os aposentados e pensionistas e que votará a favor de todos os aposentados e pensionistas.

Falam também que foram importantes, sim, as últimas medidas tomadas pelo Governo Federal e dão o exemplo claro do PAC, da construção de um milhão de casas. E eu apenas adianto que, se esse um milhão de casas gerar somente um emprego cada uma, serão um milhão de empregos. A carta elogia tudo isso, mas também é muito firme em dizer que não pode o Brasil continuar, como V. Exª diz, tendo a maior taxa de juros do mundo. É uma verdadeira agiotagem. Fala do **spread** bancário, que tem que cair.

Por isso tudo, Sr. Presidente, quero que a considere na íntegra. Terminaria dizendo: viva, sim, a toda a direção do PCdoB! Mas viva, viva, viva os militantes, porque a causa deles é eterna. Nossos nomes passam, mas são as causas que os militantes defendem apon-tarão, de fato, um futuro melhor para todos.

Viva, viva todos os militantes do PCdoB! Um abraço! (Palmas.)

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, há dois anos, aqui mesmo desta tribuna, quando comemoramos os 85 anos de fundação do PC do B, eu lembrei e prestei a minha homenagem aos 16 militantes comunistas que optaram pela solidariedade internacional e cruzaram o oceano para pelear na Guerra Civil Espanhola (1936/1939).

Lembrei do Ministro Orlando Silva, amigo e presidente do PC do B, de Renato Rebello, de Alberto Bomilcar, Apolônio de Carvalho, Carlos da Costa Leite, Davi Capistrano da Costa, Delci Silveira, Dinarco Reis, Enéas de Andrade, Hermenegildo de Assis Brasil, Homero de Castro, Joaquim Silveira, José da Cunha, José Correa de Sá, Nelson Alves, Nemo Canabarro Lucas, Roberto Morena e de Eny Silveira.

Senador Inácio Arruda, esses foram homens “enlouquecidos” por mudar a sociedade e torná-la mais justa, sem dúvida, marcaram toda uma geração de ativistas políticos e deram suas vidas pela causa.

Do gaúcho Hermenegildo de Assis Brasil, Agildo Barata escreveu na Revista Problemas, nº 26, de maio de 1950:

“De olhar sereno e calmo, com lampejos de energia e astúcia. Olhar manso espelhando a simplicidade, a rudeza, a bondade, mas também a firme e exemplar determinação de um consciente militante proletário do jovem Partido Comunista do Brasil”.

Lembro meus colegas de Constituinte de 88, Aldo Arantes e Aroldo Lima do negro, operário e comunista que foi candidato à Presidência da República em 1930 – mesmo que clandestinamente – falo do então vereador pelo Rio de Janeiro, Minerzinho de Oliveira.

E como não deixar de lembrar do negro Oswaldo Orlando da Costa, o Oswaldão, um dos comandantes do Araguaia.

Sr. Presidente, os comunistas de ontem estão cada vez mais vivos na nossa história, na nossa memória.

As suas ações são eternas, os seus sonhos estão enraizados nos nossos dias. E como homenagear os comunistas de hoje?

Os jovens comunistas, as mulheres, os idosos, os negros, os brancos, as crianças, os índios, as pessoas com deficiência, os desempregados, os sem terra, os sem teto, os que lutam pela livre orientação sexual, os que lutam pela liberdade de crença.

O meu primeiro suplente é do PC do B. Falo do Roberto Macanam, e o segundo suplente é o José Pinto, do PT.

Mas faço questão de citar nomes como da Deputada comunista Manuela Davila, que foi eleita com a maior votação que uma mulher já conquistou no Rio Grande do Sul. Lembro dos companheiros de luta: Freitas, Edson, Jussara Cony, Raul Carrion, e dos jovens estudantes da direção da UNE.

Srªs e Srs. Senadores, o Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), do Rio Grande do Sul, Guiomar Vidor, é um comunista da melhor cepa, da melhor geração, como falamos lá no sul. Pois esta central entregou a Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, uma carta contendo uma série de reivindicações e sugestões para combater a crise financeira e econômica.

Como forma de homenagear o PCdoB pelos seus 87 anos eu passo a ler esta carta em anexo.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO- NUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

Rio Grande do Sul

Rua dos Andradas, 943, 9º andar, sala 906, cep 90020-005, Porto Alegre/RS
Endereço eletrônico: ctb.sul@gmail.com

Em defesa do Desenvolvimento, dos empregos e dos direitos sociais

A CTB-RS dirige-se às autoridades federais e estaduais apresentando suas proposições para enfrentar o desemprego e a crise atual.

A crise financeira do capitalismo, originada nos EUA, repercutiu no Mundo todo e no Brasil também. Aqui, caiu a produção e houve demissões em massa no final de 2008 e no ano em curso.

O governo federal adotou medidas positivas de combate à crise, como manter o PAC e o Bolsa-família, reduzir o IPI dos automóveis, lançar programa de 1 milhão de casas, atendendo necessidades sociais e gerando empregos.

Entretanto, a manutenção de juros altos inibe a produção e a geração de postos de trabalho, além de sugar imensos recursos do governo para os bancos. Urge pôr fim à farra financeira de mais de uma década.

O momento é grave e não comporta ações unilaterais, como cortar direitos dos trabalhadores. Além de injusto, reduziria o poder de consumo gerando mais recessão. É preciso ética e visão de conjunto. E ações unitárias, defendendo o desenvolvimento do país com a valorização do trabalho, binômio que envolve o esforço de todos, trabalhadores, empresários, governos, legislativos, entidades associativas, etc. Acima de tudo, são necessárias medidas emergenciais para estancar as demissões e garantir os empregos.

Para a esperança ficar viva, a crise precisa ser vencida urgentemente. Para isso, propomos:

- Redução urgente e drástica da taxa de juros, bem como do spread bancário
- Redução do Superávit Primário visando elevar o Investimento e gastos sociais
- Ampliar as Verbas do PAC (investimento em infra-estrutura/saneamento básico/reforma urbana), o Bolsa-família e outras iniciativas sociais e geradoras de emprego
- Apoio à construção de 1 milhão de casas populares

- Valorização do Salário Mínimo(aprovação de uma política permanente)
 - Redução dos impostos diretos, como Imposto de Renda sobre as faixas de mais baixa renda (maior limite de isenções e com mais e menores alíquotas).
 - Redução dos impostos sobre a cesta básica
 - Taxação das grandes fortunas
 - Redução da jornada de trabalho sem redução salarial (PEC de autoria dos senadores Inácio Arruda e Paulo Paim).
 - Recurso público destinado às empresas seja acompanhado de contrapartidas sociais, com destaque para a estabilidade no emprego.
 - Convenção 158 da OIT (contra demissão imotivada).
 - Valorização do Piso Regional (como instrumento de distribuição de renda e indutor de desenvolvimento).
 - Fim do Fator previdenciário e reajuste dos aposentados igual ao salário mínimo(aprovação dos projetos do Senador Paulo Paim/RS)
 - Frentes emergenciais de trabalho (saneamento, limpeza, ecologia, material de construção, etc.)
 - ampliação do prazo de validade do seguro-desemprego.
 - Valorização da Agricultura Familiar, nos âmbitos federal e estadual com as seguintes medidas dentre outras:
 - Reabertura da discussão do endividamento agrícola, problema crônico que continua sem solução, através de securitização e alongamento das dívidas vencidas e vincendas dos financiamentos de custeios e investimento agrícolas;
 - Socorro às cadeias produtivas de suinocultura, avicultura, fumicultura e vitivinicultura, que passam por sérias dificuldades de comercialização, através da abertura de linhas de crédito específicas, sendo que o apoio a estas cadeias produtivas, deve contemplar também os agricultores familiares.
 - Reajuste imediato dos preços mínimos oficiais do governo, com especial atenção á uva, feijão, milho, trigo, leite, bem como a implementação de medidas de proteção a produção nacional de trigo, leite e vinho, que enfrentam a concorrência desleal da importação.
 - Fortalecimento da assistência técnica voltada a Agricultura Familiar, através da contratação imediata de técnicos para o quadro da EMATER, e ampliação de recursos para a FEPAGRO.
- Revisão de benefícios fiscais concedidos através do FUNDOPEM, como forma de contemplar toda a cadeia produtiva.

Porto Alegre, 26 de março de 2009.

Guiomar Vidor

Presidente Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – RS

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, realizou na última sexta-feira, dia 27, em Porto Alegre, com a participação da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, uma audiência pública para discutir a crise econômica e os seus reflexos no estado. O encontro teve a participação de empresários, trabalhadores e lideranças políticas.

Na ocasião, o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Ivar Pavan, do PT, entregou à Ministra um conjunto de sugestões para amenizar os efeitos da crise, colhidas em audiências públicas realizadas pelo Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional, da Assembléia Legislativa.

As reivindicações envolvem a redução das taxas de juros, redução do IPI para máquinas e equipamentos agrícolas, liberação de recursos para cooperativas, reajuste dos preços mínimos para produtos agrícolas, revisão do reajuste diferenciado para o trigo, entre outras.

Um documento também foi entregue ao representante do Governo estadual, Mateus Bandeira, pedindo a retomada do Simples Gaúcho na sua integralidade,

compensação imediata dos créditos dos exportadores, dilatação do prazo de recolhimento do ICMS e implantação do seguro agrícola, entre outras reivindicações.

Sr. Presidente, o Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), do Rio Grande do Sul, Guiomar Vidor, também entregou à Ministra Dilma uma série de sugestões para combater a crise: valorização do salário-mínimo, redução drástica das taxas de juros, fim do fator previdenciário, ampliação do prazo de validade do seguro-desemprego, valorização da agricultura familiar, entre outras.

Eu peço, respeitosamente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que os dois documentos que foram entregues à Ministra Dilma Rousseff, sejam registrados nos Anais desta casa.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
AUDIÊNCIA PÚBLICA
DIAGNÓSTICO E ALTERNATIVAS PARA ENFRENTAR A CRISE
NO RIO GRANDE DO SUL**

PRESENCAS

Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff.

Secretário de Estado de Planejamento e Gestão, Mateus Bandeira.

Secretário de Estado da Fazenda, Ricardo Englert.

Entidades Empresariais, Entidades de Trabalhadores e Cooperativas.

Realização:

Presidência da Assembléia Legislativa.

Comissão de Economia e Desenvolvimento Sustentável.

Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo.

Comissão de Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle.

Comissão Mista Permanente do Mercosul e Assuntos Internacionais.

Apoio:

Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional.

Data: 27/03/09 – 10 horas.

Local: Plenário 20 de Setembro do Palácio Farroupilha – Assembléia Legislativa.

DOCUMENTO ENTREGUE PELO PRESIDENTE, DEPUTADO IVAR PAVAN, AOS GOVERNOS ESTADUAL E FEDERAL

Excelentíssima Senhora Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff; Excelentíssimos Secretários de Estado de Planejamento e Gestão, Mateus Bandeira, e da Fazenda, Ricardo Englert; demais autoridades já nominadas.

Ao assumir a presidência da Assembleia Legislativa, em 31 de janeiro, anunciei as linhas de trabalho para a gestão de 2009, organizadas em três eixos: Democracia e Valorização do Parlamento; Crise Mundial, Políticas Públicas e Desenvolvimento; Agricultura e Soberania Alimentar. No eixo Crise Mundial, Políticas Públicas e Desenvolvimento, enfatizei que se tratava da crise de um modelo e que o Parlamento Gaúcho estava desafiado a buscar alternativas e a debater o papel do Poder Público no próximo período.

Destaquei que o Parlamento não poderia eximir-se de debater questões como: o papel do Estado na elaboração, financiamento, execução e fiscalização das políticas públicas; a importância do Estado no processo de desenvolvimento; as prioridades dos governos no enfrentamento da crise. Propus a realização imediata de um grande debate com empresários, trabalhadores, poder público e outras organizações da Sociedade, na perspectiva de desencadear uma melhor análise dos impactos da crise nos diferentes setores e construir alternativas a serem propostas. Frisei que era inadiável que a Assembleia Legislativa, como espaço legítimo de discussão da política, assumisse a responsabilidade de fomentar ações, projetos, eventos e iniciativas que prevenissem e buscassem alternativas de enfrentamento à crise.

Já no dia 18 de fevereiro, convidamos entidades representativas de empresários, de trabalhadores e de cooperativas para uma reunião na Assembleia Legislativa. Com a presença dos principais representantes do setor produtivo, definimos a realização de debates regionais para diagnosticar e apresentar alternativas para enfrentarmos a crise. Definimos, também, a constituição de um Grupo de Trabalho, formado por técnicos das Entidades e da Assembleia Legislativa, para subsidiar os debates e sistematizar as propostas apresentadas.

Nesse contexto, e assumindo a diretriz de aproximar o Parlamento da Sociedade e de fortalecer as Comissões Parlamentares, o Plenário e o Fórum Democrático, propusemos que o debate da crise e de outros temas fosse assumido pela Casa. Imediatamente, quatro Comissões, juntamente com o Fórum Democrático, assumiram o tema da crise como prioritário: a da Economia e Desenvolvimento Sustentável; a da Agricultura, Pecuária e Cooperativismo; a de Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle; e a do Mercosul e Assuntos Internacionais. Assim, realizamos três Audiências Públicas regionais: em Caxias do Sul, coordenada pela Comissão de Economia e Desenvolvimento; em Não-Me-Toque, coordenada pela Comissão de Agricultura; em Pelotas, coordenada pela Comissão de Finanças.

O diagnóstico aponta que a crise financeira mundial está atingindo todo planeta. Mesmo que o Brasil esteja mais preparado que outros países para enfrentar a crise, seus impactos já são sentidos no Rio Grande do Sul, com a desestruturação de cadeias produtivas e a geração de desemprego.

Do ponto de vista da estratégia, as manifestações nas Audiências Públicas evidenciaram que a superação da crise passa pela ação do Estado. Investimentos públicos que dinamizem a economia e minimizem os impactos da redução da atividade econômica são fundamentais. Da mesma forma, os debates evidenciaram a necessidade de se repensar o papel do Poder Público.

Como síntese dessa primeira parte do processo, apresentamos ao Governo Estadual e ao Governo Federal um conjunto de propostas visando a reduzir o impacto da crise no Rio Grande do Sul. O documento, que procurou incorporar as contribuições de todas as entidades participantes, está organizado em três partes: Propostas para o Governo Estadual; Propostas para o Governo Federal; Propostas Polêmicas. As propostas para os Governos estão organizadas da seguinte forma: propostas emergenciais prioritárias e acordadas entre as entidades empresariais, de trabalhadores e cooperativas; outras medidas emergenciais apresentadas pelas entidades; medidas de médio prazo.

PROPOSTAS PARA O GOVERNO ESTADUAL

Propostas emergenciais prioritárias acordadas pelas entidades empresariais, entidades de trabalhadores e cooperativas ao Governo Estadual

- a) Reformulação do Simples Gaúcho, retomando as alíquotas vigentes até julho de 2007, com ampliação do número de empresas beneficiadas e inclusão das cooperativas no Programa.
- b) Compensação integral e imediata dos créditos de ICMS devidos aos exportadores.
- c) Dilatação dos prazos de recolhimento do ICMS.
- d) Regularização fiscal e credenciamento da Companhia Estadual de Silos e Armazéns - CESA, como forma de viabilizar novos espaços de armazenamento, permitindo operar-se com os instrumentos de comercialização do Governo Federal.
- e) Manter, até 31 de dezembro de 2010, todos os benefícios fiscais do setor agropecuário.

Outras propostas emergenciais apresentadas ao Governo Estadual

- a) Isenção de ICMS sobre as máquinas e equipamentos agrícolas que se enquadram no Programa Mais Alimento do Governo Federal.
- b) Suspensão da fruição de benefícios fiscais para empresas que reduzirem o número de postos de trabalho.
- c) Concessão de benefícios fiscais a cadeias produtivas e não a empresas, isoladamente, evitando a concorrência desleal dentro de um mesmo setor.
- d) Concessão de Fundopem para empresas agroindustriais condicionada à produção de matéria-prima, evitando a disputa com as empresas já instaladas.
- e) Aquisição de produtos da Agricultura Familiar nos programas de Merenda Escolar.
- f) Ampliação do quadro técnico e dos investimentos em assistência técnica e extensão rural, recuperando a Emater.

- g) Adesão imediata do Rio Grande do Sul ao Sistema Único de Sanidade Animal - SUASA.
- h) Criação imediata do Fundoleite.
- i) Suspensão da execução ou cobrança em dívida ativa dos agricultores com financiamento junto ao FEAPER e outros programas e criação de um grupo de trabalho para elaboração de uma proposta de renegociação.
- j) Participação do Estado no Programa de Habitação do Governo Federal e utilização de imóveis públicos para moradia.
- k) Revogação do Decreto 44.879/2007, que eliminou os subsídios da energia elétrica dos primeiros 100 kw consumidos por agricultores.
- l) Implantação imediata de 5 mil microaçudes para amenizar os problemas com a estiagem na Agricultura Familiar e preservação, com regularização, dos microaçudes já existentes.
- m) Criação de programa específico de abastecimento de água para os agricultores.
- n) Desconto no troca-troca de sementes de no mínimo 50% para os municípios atingidos por vendavais, estiagens e inundações, podendo-se ampliar os descontos conforme o nível de perdas.
- o) Implementação do Seguro Agrícola Estadual.

Propostas de médio prazo apresentadas ao Governo Estadual

- a) Direcionamento de maiores investimentos e financiamentos para a produção por parte dos bancos oficiais.
- b) Revisão dos critérios para a concessão de benefícios do Fundopem e Integrar.
- c) Adequação da legislação ambiental às diferentes realidades e atividades econômicas.
- d) Garantia, por parte do Estado, de renda permanente para o Agricultor Familiar.
- e) Estímulo à agregação de valores nos produtos do setor primário.
- f) Ampliação de recursos para fomento à pesquisa voltada para a Agricultura Familiar.
- g) Estímulo à formação de redes de comercialização de produtos da economia solidária.
- h) Recuperação e fortalecimento da UERGS.

PROPOSTAS PARA O GOVERNO FEDERAL

Propostas emergenciais prioritárias acordadas pelas entidades empresariais, de trabalhadores e cooperativas ao Governo Federal

- a) Redução das taxas de juros para um dígito e maior esforço para a redução das taxas bancárias.
- b) Estender o benefício de redução de IPI, dado para as montadoras, para os fabricantes de máquinas e implementos agrícolas e isenção de impostos sobre as máquinas e equipamentos agrícolas que se enquadram no Programa Mais Alimento, do Governo Federal.
- c) Eliminação da restrição que impede os agricultores que tiveram três perdas, na mesma atividade produtiva, nos últimos 60 meses de terem acesso ao PROAGRO.
- d) Redução dos entraves burocráticos, com flexibilização dos limites e garantias, para a efetiva liberação dos recursos de R\$ 700 milhões do PRODECOOP para capital de giro das cooperativas.
- e) Reajuste nos preços mínimos oficiais, especialmente da uva, do feijão, do milho e do trigo e inclusão dos suínos na Política de Garantia dos Preços Mínimos. No caso do trigo, revisar a decisão do Conselho Monetário Nacional, aprovada ontem (26/03), que reajustou os tipos de trigo com percentuais diferentes, prejudicando o Rio Grande do Sul, que produz trigo brando.

Outras propostas emergenciais apresentadas ao Governo Federal

- a) Alongamento e securitização das parcelas vencidas e vincendas de custeio e investimento dos financiamentos para o setor produtivo por parte dos bancos públicos.
- b) Redução nos preços do óleo diesel.
- c) Consolidação de uma política de proteção do setor suinícola, com ampliação do valor do Empréstimo do Governo Federal - EGF para estocagem de carcaça, crédito para custeio pecuário e crédito de retenção de matrizes.
- d) Ampliação dos programas oficiais de aquisição de alimentos
- e) Criação de um programa de infra-estrutura de armazenamento e de produção e reestruturação da CONAB, ampliando sua capacidade operacional e financeira.
- f) Criação de um programa para construção de silos comunitários credenciados pela CONAB, tanto para grãos, quanto para frios.
- g) Maior controle do Governo Federal no mercado de insumos, fertilizantes e defensivos agrícolas, com a criação de uma estatal com este objetivo.
- h) Alteração da Medida Provisória n.º 449 que veda a compensação dos débitos relativos à antecipação mensal por estimativa do Imposto sobre Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido apurados na forma do art. 2.º da Lei n.º 9.430/96.
- i) Proteção do trigo nacional, com a manutenção da Tarifa Externa Comum – TEC em 10% e incorporação de salvaguardas.

j) Alteração da incidência de IOF no financiamento de carros usados.

Propostas de médio prazo apresentadas ao Governo Federal

- a) Aprovação da Reforma Tributária, garantindo-se a redução da carga fiscal sobre a produção e o fim da guerra fiscal.
- b) Aceleração dos investimentos já anunciados para habitação e infra-estrutura.
- c) Direcionamento de maiores investimentos e financiamentos dos bancos oficiais para a produção.
- d) Ampliação da ação do PROAGRO, incorporando-se produtores que não financiam a lavoura e garantindo-se renda aos agricultores.
- e) Manutenção do imposto de importação de vinhos do Chile, Argentina e Uruguai, cujo término está previsto para 2010/2011.
- f) Adequação da legislação ambiental às diferentes realidades e atividades econômicas.
- g) Intensificação da Reforma Agrária e fortalecimento da Agricultura Familiar, tendo por base um novo modelo tecnológico e de preservação ambiental.
- h) Aprofundamento das políticas de incentivo ao consumo de produtos da Agricultura Familiar.

PROPOSTAS POLÊMICAS APRESENTADAS

Nesse ponto, incluem-se propostas consideradas polêmicas, nas quais se evidenciaram posições bastante contraditórias e que necessitam de um maior debate.

Na **Área Ambiental**, as posições polêmicas giram em torno de duas questões: o Decreto n.º 6.514, que trata da reserva legal de 20% e impossibilita compensar com áreas de preservação permanente; os processos de licenciamento ambiental.

Em relação ao **Salário Mínimo Regional**, há divergências quanto ao mérito, percentuais e data de reajuste e a instituição ou não de uma política permanente para as recomposições futuras.

Na **Política Fiscal**, há divergências entre os que defendem a redução do superávit primário e os que defendem sua manutenção com redução dos gastos em custeio.

Senhora Ministra, senhores secretários, senhoras e senhores deputados, demais autoridades, população aqui presente e que nos acompanha através da imprensa: este evento e estas propostas traduzem nosso compromisso de tornar o Parlamento o espaço de debate dos grandes temas e de mediação dos problemas da sociedade gaúcha junto aos governos. Esperamos que estas iniciativas previnam e constituam alternativas efetivas de enfrentamento à crise.

Muito obrigado.

Porto Alegre, 27 de março de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Obrigado, Senador Paulo Paim, que, de forma vibrante, destaca a atuação do Partido Comunista do Brasil no País e, em especial, no Rio Grande do Sul, que tem grande significado para nós.

Concedo a palavra ao Senador Renato Casagrande, do PSB, Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal. Em seguida, Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Inácio Arruda, Sr. Presidente Renato Rabelo, Deputada Manuela, Deputado Daniel, Senadores e Senadoras, companheiros e camaradas do Partido Comunista do Brasil, é com grande honra que estou aqui, nesta homenagem aos 87 anos de fundação do Partido.

Falo, naturalmente, como Senador, mas falo como Secretário-Geral da Executiva Nacional do PSB. Trago o abraço do Presidente Eduardo Campos e, na oportunidade, quero, primeiramente, reforçar o compromisso dos dois Partidos, PCdoB e PSB, na luta pela democracia e, conseqüentemente, na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Acho que é esse caminho que tem norteado a atuação do PCdoB, que tem norteado a atuação do PSB, de diversas outras Lideranças, de diversos partidos neste País.

Os partidos do campo da esquerda – cito, entre outros, o PT, o PDT, segmentos do PMDB – têm, ao nosso lado, uma história em comum que remonta à fundação das nossas legendas, uns mais antigos, outros mais novos, na militância de forma coordenada, com o objetivo de juntar forças para construirmos um Estado que priorize os direitos sociais.

Refiro-me a um Estado que reforce os princípios mais elementares da cidadania, que ofereça acesso ilimitado às políticas públicas que promovam justiça social, gere emprego e renda aos trabalhadores do campo e das cidades.

Juntos, nós, do espectro da esquerda progressista, passamos por muitas dificuldades na trajetória política do nosso País, sobretudo nos últimos 50 anos.

Cito o PCdoB em especial, pelo nível de exposição dos nossos companheiros comunistas que enfrentaram o regime militar e a ditadura, alguns – e não são alguns poucos – dando a própria vida pela causa, alguns muitos dando a própria vida pela causa do retorno às liberdades, aos direitos individuais e aos direitos coletivos. Posso afirmar que as baixas nas fileiras do Partido Comunista do Brasil, em especial, foram inesquecíveis e insubstituíveis. O Brasil não pode se cansar de homenagear aqueles companheiros, porque, quando

eles tombaram, acabaram fortalecendo a luta dos que sobreviveram pela redemocratização do Brasil.

Não seria diferente após a abertura, em seguida, na Assembléia Nacional Constituinte, quando unimos forças para fortalecer o Estado que impusesse maior controle sobre o sistema financeiro, com a especulação e a ganância dos mercados. Mais do que nunca, essa luta de lá, detrás, que era considerada uma luta atrasada, impõe-se como uma luta moderna neste momento.

Deputada Manuela, Presidente Renato, há quanto tempo estamos ouvindo falar que os partidos de esquerda são retrógrados porque queriam o controle do mercado financeiro, queriam um Estado forte, queriam um Estado presente, interferindo nos destinos, naturalmente, da política pública, ao mesmo tempo que essa política pública pudesse interferir, diretamente, no destino da sociedade brasileira, da sociedade do mundo?

É nesse caminho, nesse sentido que hoje estamos aqui, para reafirmar que a nossa luta é correta, coerente e que se comprova pela fragilidade do sistema capitalista sem regulamentação. A crise imposta por esse sistema é que reforça o nosso discurso e a nossa posição.

Agora, com o pleno Estado democrático de direito, nossa caminhada ao lado dos companheiros do PCdoB se fortaleceu e se consolidou, sendo decisiva para a eleição do Presidente Lula.

Estivemos juntos nas campanhas a partir de 1989, na primeira candidatura do Presidente Lula, com a famosa e histórica Frente Popular, e, depois, nas eleições seguintes.

Só na penúltima eleição é que o PSB teve uma candidatura, no primeiro turno, à Presidência da República, mas, no segundo turno, estávamos lado a lado novamente.

Com a eleição do Presidente Lula, compusemos a base de sustentação parlamentar e a base de sustentação social do Governo. Estão aí a respeitabilidade internacional e os altos índices de aceitação por parte da nossa sociedade ao Governo, em que pese o momento delicado que enfrentamos em decorrência da crise econômica. Falo de uma crise que não começou aqui, mas que atingiu o sistema produtivo de todos os países que operam dentro do sistema capitalista e que não poupou, naturalmente, o Brasil.

Juntos enfrentamos dificuldades e oposição no governo passado; momentos em que fizemos debates com o PCdoB, e esses debates sempre nos fortaleceram e nos uniram. Todo o tempo mantivemos a coerência e não titubeamos diante da opção de outras

legendas, do campo da esquerda, de se aproximarem, pragmaticamente, das forças mais conservadoras.

Persistimos na defesa do essencial e na defesa de um projeto popular para o País. No parlamento, PSB e PCdoB sempre estiveram juntos, especialmente na primeira eleição do Presidente Aldo Rebelo para a Presidência da Câmara dos Deputados, mas sempre votando matérias de interesse do País.

Compomos agora, lá, um bloco parlamentar com o PSB, o PCdoB, o PRB e com o PNM, para fortalecer nossa posição na Câmara dos Deputados. Aqui, no Senado, nossa ação bem articulada é importante para a manutenção das conquistas que obtivemos nesses últimos anos.

Por tudo isso, na hora em que o PCdoB comemora seus 87 anos de fundação, nós, do Partido Socialista Brasileiro, queremos dizer que continuaremos juntos, caminhando e trilhando a defesa de um projeto popular. Tenho certeza de que seguiremos construindo uma sociedade sem exclusão social, sem distinção de raça, de cor ou de credo; sem opressão às minorias, sobretudo às mulheres e aos menores; com preocupação redobrada com os adolescentes, na educação e no primeiro emprego; com garantia de ocupação, sobretudo nos momentos de repique da economia, não permitindo que a insensibilidade e a ganância do mercado joguem sobre as costas dos trabalhadores o ônus de eventuais prejuízos ou, o que é mais repugnante, de redução no lucro.

A luta dos Partidos da base do Governo, especialmente no campo das esquerdas, é por uma saúde pública acessível e de qualidade; por um sistema de segurança pública que garanta tranquilidade a todos indiscriminadamente; por educação pública e de qualidade acessível aos estudantes das famílias de baixa renda.

O Brasil melhorou nos últimos anos os fundamentos econômicos e sociais, e nós, do PSB e do PCdoB, podemos nos orgulhar da nossa participação nesse processo. Não podemos nos iludir, no entanto, porque a luta que temos que desenvolver é grande. E só com união continuaremos a consolidar o ideal de um Brasil para todos.

Neste momento de crise internacional, temos que aproveitar para que a gente possa consolidar o debate sobre um novo modelo de desenvolvimento; sobre um novo modelo que possa fazer a inclusão, respeitar o meio ambiente, fazer com que haja distribuição de renda. É neste caminho que temos que seguir, perseguir, para que a gente possa consolidar, historicamente, a coerência do nosso discurso.

Parabéns, PCdoB!

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Obrigado a V. Ex^a, Senador Renato Casagrande, pelo pronunciamento cheio de conteúdo.

Convido para fazer uso da palavra o Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB, ex-Presidente desta Casa, para falar nesta sessão de homenagem.

Enquanto S. Ex^a chega à tribuna, registro a presença de Walter Sorrentino, Ronald Freitas e Pedro Oliveira, da direção central do Partido Comunista do Brasil; e do Vereador Fábio Tokarski, da cidade de Goiânia, Líder do PCdoB na Câmara de Vereadores.

Com a palavra o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Inácio Arruda; Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras; Presidente Renato Rabelo, do PCdoB; Senhores Embaixadores; Senhores convidados, eu gostaria de a todos cumprimentar, cumprimentando o Deputado Ibsen Pinheiro, ex-Presidente da Câmara dos Deputados.

Poucas pessoas, Sr. Presidente, poderiam crer – não sem alguma surpresa – que a legenda mais antiga em atividade no País sobreviveria para assistir ao momento atual. E estes 87 anos do Partido Comunista do Brasil são 87 anos de história, de evolução de nossa democracia, de afirmação ideológica e programática.

Nunca, Sr. Presidente, é demais lembrar que os partidos políticos são patrimônio do povo, e o PCdoB nasceu da necessidade de expressar o sonho e o desejo dos trabalhadores.

Num País cuja história é marcada por partidos efêmeros, a permanência de uma corrente política por quase 9 décadas é algo digno de nota.

O PCdoB, que nasceu com 73 militantes, hoje conta com mais de 200 mil filiados! Nos momentos mais difíceis deste País, seus militantes entregaram a própria vida pela democracia. Sua trajetória de luta é reconhecida nas mais variadas classes sociais e políticas, nacionais e internacionais.

O PCdoB sempre esteve na linha de frente dos grandes momentos históricos da vida política brasileira. As campanhas “O petróleo é nosso”, e “Diretas Já”, por exemplo, são emblemáticas.

A legenda, Sr. Presidente, construiu-se no vigor democrático e no valor insubstituível da unidade, edificando, com seus sonhos, suas ações concretas, sua dedicação apaixonada, movidas sempre por causas generosas, todas inspiradas no legado do pensamento socialista.

Ao participar de um governo de forte cunho popular, quem saiu ganhando foi a democracia. O Partido contribui, assim, com o esforço de se buscar mudanças e melhores condições de vida para o povo brasileiro.

É o que está fazendo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores convidados, com grande competência, o Ministro dos Esportes, Orlando Silva.

A história do Partido Comunista do Brasil está marcada pela presença de brasileiros eméritos, que atuaram para a grandeza do nosso País, como Astrojildo Pereira, Luís Carlos Prestes, João Amazonas, cuja vida se confunde com a história do PCdoB; Pedro Pomar, Maurício Grabois, Diógenes Arruda, Elza Monerat, Aldo Arantes, entre tantos outros aqui já citados.

Em Alagoas, Sr. Presidente, tenho a satisfação de destacar, entre muitos companheiros, um Constituinte exemplar: o Deputado Eduardo Bonfim.

Hoje, o Presidente Renato Rabelo comanda a história moderna do Partido. Ao lado de militantes notórios, como Aldo Rebelo, nosso dileto amigo e companheiro de muitas horas está, sem dúvida nenhuma, dignificando o legado socialista. Lideranças como o Prefeito de Olinda e o Vice-Presidente Nacional do PCdoB, Renildo Calheiros, realçam, como outros aqui presentes, o lado executivo e inovador do Partido.

Não podemos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, deixar de mencionar outros integrantes da direção partidária, como Adalberto Monteiro, Altamiro Borges, João Batista Lemos, José Reinaldo Carvalho, Ricardo Abreu, o Alemão, Ronald Freitas, Vital Nolasco e Walter Sorrentino.

Atualmente, o PCdoB consolidou seu nome, ampliou sua bancada parlamentar, mantém nesta Casa, como já disse, a voz firme do combativo Senador Inácio Arruda e, na Câmara dos Deputados, valerosos deputados e deputadas. Eu queria destacar o Deputado Daniel Almeida, Líder da bancada; Deputada Perpétua, a Deputada Vanessa, o Deputado Flávio Dino, o Deputado Chico Lopes, a Deputada Alice Portugal, a Deputada Jô Moraes, o Deputado Edmilson Valentim, o Deputado, já citado aqui, Aldo Rebelo, a Deputada Manuela.

A coerência ideológica do PCdoB é uma marca profunda, Sr. Presidente, de sua existência.

O Partido tem-se credenciado como força de aglutinação política dos setores mais avançados da sociedade e como porta-voz de importantes setores da vida nacional. Seus integrantes buscam respostas novas para problemas novos. Procuram entender os meandros da complexa política brasileira.

Em boa medida, Sr. Presidente, Srs. Senadores, os êxitos conseguidos pelo PCdoB no decorrer de sua trajetória estiveram ancorados na coesão política de sua militância, legitimada por um passado de lutas.

O Partido tem participado decisivamente das frentes de esquerda montadas para as últimas eleições no Brasil, para as últimas disputas eleitorais.

O PCdoB atravessou todos estes anos perto do povo trabalhador, sempre suportando e enfrentando os não poucos golpes de força impostos ao País.

A contribuição do Partido tem sido decisiva para fortalecer o movimento de construção de um desenvolvimento alternativo na América Latina.

Ao encerrar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, devo voltar, rapidamente, a falar dos novos desafios que nos esperam.

No mundo todo, é grave a crise econômica e financeira. Muitos pagam caro por ela, sobretudo com o desemprego, que reclama resposta rápida e vigorosa. E é de seu enfrentamento, da capacidade de apontarmos saídas criativas e definitivas que depende o cenário nacional. Nele, terão assento estratégico os partidos políticos, com sua capacidade de digerir as grandes turbulências.

Num momento grave como este, o Partido Comunista do Brasil terá, sem dúvida nenhuma, lugar de realce. Ao lado do PMDB, que tenho a honra de liderar nesta Casa do Congresso Nacional, vamos ajudar o País a enfrentar mais essa crise e sair dela com dignidade e justiça social para o nosso povo, para as gerações futuras.

Parabéns ao PCdoB. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Agradecemos ao Senador Renan Calheiros.

Convidamos para fazer uso da palavra o Senador José Nery, Senador pelo Estado do Pará, mas também meu conterrâneo do Ceará.

Registro a presença do Deputado Chico Lopes, do nosso amigo Deputado Benedito de Lira, do Deputado Manoel Junior. Do Milhomen eu já falei, mas é sempre bom lembrar que está lá no extremo do Amapá. Quero registrar a presença de duas figuras que considero muito interessantes: primeiro, o Presidente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas, nosso jovem Ismael Cardoso, e, ao seu lado, Zezinho do Araguaia, que é um companheiro que sobreviveu na luta heróica do povo brasileiro. (Palmas.) O Zezinho, eu acho, é um pouco mais novo que o PCdoB, e mais ainda o é o Ismael.

Concedo a palavra ao nosso companheiro Senador José Nery, do Partido Socialismo e Liberdade.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Inácio Arruda, Líder do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) nesta Casa; Exmº Sr. Renato Rabelo, Presidente Nacional do PCdoB; Deputada Manuela D'Ávila, integrante da Bancada do Partido na Câmara dos Deputados; Deputado Daniel Almeida, Líder do PCdoB na Câmara dos Deputados; Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados Federais do PCdoB e dos

demais Partidos que prestigiam esta sessão; convidados; militantes; dirigentes de movimentos nos quais o PCdoB tem importante participação, seja o movimento sindical ou o movimento estudantil brasileiro; excelentíssimos senhores membros do Corpo Diplomático, embaixadores de vários países que nos honram com suas presenças – da Bolívia, da China, da Palestina, da Venezuela, de Cuba e do Vietnã –, dou-lhes nossas saudações neste momento em que o Senado Federal realiza esta sessão de homenagem para comemorar os 87 anos de fundação do PCdoB.

Neste 31 de março, 45 anos depois da grande desonra que sofreu o povo brasileiro, quero conchamar todos e todas para transformá-lo na antítese de toda a barbárie. Este 31 de março deve ser dedicado àqueles que, generosa e ousadamente, foram às primeiras e últimas consequências na luta pela preservação da existência do ser humano. Este 31 de março é de todos aqueles que vivem para estar à altura de seu tempo, que buscam liberdade e construção de igualdades verdadeiras que ainda estão por vir.

Quero, neste momento, solidarizar-me com os militantes e dirigentes do PCdoB pelo transcurso de data tão importante na história política do nosso País.

A composição da Mesa que dirige os trabalhos nesta sessão especial de homenagem – são quatro Líderes dirigentes do PCdoB – não seria possível sem o próprio esforço do PCdoB ao longo da história do nosso País. Sem a luta por liberdades democráticas, sem a luta contra a violência institucionalizada das classes dominantes, sem a luta por liberdades políticas e, em especial, como quero lembrar, sem a luta do PCdoB e de todos os democratas contra a ditadura militar, não estaríamos aqui, assistindo a uma Mesa composta, no Senado Federal, nesta sessão, por dirigentes do PCdoB. Em outros tempos, em vez das homenagens, em vez do reconhecimento, os líderes e os militantes do PCdoB foram castigados pela tortura, pelo exílio, pelas cassações, pela proibição do exercício de atividades políticas, sindicais e organizativas do povo trabalhador brasileiro.

A presença nessa Mesa do PCdoB por inteiro, de toda a sua direção, é símbolo da luta pela democracia travada pelo PCdoB, pelos demais Partidos de esquerda, como o Partido Socialista, e pelo movimento sindical e popular para que o nosso País pudesse viver um clima de liberdades democráticas, porém ainda muito distantes das liberdades e da democracia que queremos. Mas não podemos deixar de reconhecer os avanços, fruto da própria luta das massas exploradas, espoliadas, que, ao longo da nossa história, têm sido responsáveis por protagonizar mudanças, transformações e avanços, sobretudo, na organização e na

consciência do nosso povo para lutar por outro modelo de sociedade, por outra forma de vida que não seja a exploração do homem pelo homem.

O PCdoB é muito importante na história política do nosso Brasil, do nosso País, porque, em vários momentos, realizou e incentivou movimentos grevistas, passeatas e mobilizações de operários brasileiros e de imigrantes italianos, no início do século passado, quando reivindicavam melhores condições de trabalho, de salário e de moradia, principalmente nos grandes centros urbanos, como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Salvador.

O ideário socialista ganhou os corações e mentes de trabalhadores do nosso País. Foi pela presença dos comunistas e dos anarquistas que a classe operária obteve conquistas importantes para a melhoria das condições de vida em um País que ainda convivia com os resquícios da escravidão. Falar em direitos trabalhistas e sindicais, em salário justo, em condições dignas de vida e de trabalho era caso de polícia nos primórdios das lutas operárias no Brasil.

Enquanto o mundo assistia à vitoriosa e espetacular revolução do povo russo, em 1917, quando Lênin, Stalin, Trotsky e outros revolucionários comunistas lideravam a tomada do poder pelos soviets de operários e de camponeses, registrávamos, no Brasil, os primeiros levantes e greves lideradas pelos comunistas, inclusive com a deflagração de uma greve geral que paralisaria grande parte da indústria em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Naquele momento, era possível vislumbrar outro modelo de organização da sociedade, do Estado e das classes sociais, de modo que a exploração capitalista desaparecesse da face da terra e que se instalasse uma sociedade sem classes, sem explorados e sem exploradores, uma sociedade verdadeiramente socialista, onde todos os bens produzidos fossem igualmente distribuídos ao povo. Sem dúvida, esta é a mais generosa ideia que o mundo concebeu e conheceu: o comunismo.

A classe operária brasileira também construiu sua história e a inscreveu na história de nosso País por meio de sindicatos e de associações de assistência aos trabalhadores associados, mas ainda faltava um instrumento para a disputa do poder político com as classes antagônicas, principalmente com os burgueses industriais e com os latifundiários. A classe operária e seus aliados precisavam organizar e construir – e construíram – o Partido Comunista.

Senhoras e senhores convidados e convidadas, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, essa brevíssima história não é capaz de revelar toda a importância que os comunistas legaram para a democracia e para a promo-

ção do bem-estar da classe trabalhadora em escala mundial.

Eu não poderia deixar de celebrar aqui a memória dos heróis e dos mártires que, generosamente, depositaram suas vidas na busca da sociedade socialista em nosso País. Destaco os mártires do PCdoB que tombaram tanto nas guerrilhas urbanas de resistência à ditadura militar quanto na heróica resistência no sul do Pará, nos anos 70. Estes merecem, de todos nós, especial reverência, um reconhecimento especial. Quero transmitir aos sobreviventes da Guerrilha do Araguaia, aos familiares dos mortos e dos desaparecidos naquela guerra, minha mais irrestrita solidariedade e espero que o Governo brasileiro faça a justa reparação. (Palmas.)

É preciso abrir os arquivos da ditadura. É preciso esclarecer o destino daqueles que são considerados desaparecidos políticos, porque ousaram lutar, ousaram discordar do poder vigente, ousaram construir alternativa para que os trabalhadores fossem respeitados em toda a sua dignidade e em todos os seus direitos.

A luta pelo socialismo, todavia, é mais atual do que nunca, no momento em que o mundo assiste à falência do Consenso de Washington. A atual crise econômica mundial, que já chegou ao Brasil com toda a sua força destrutiva, teve o mérito de desmascarar os limites da política econômica vigente, ancorada na concessão de ações paliativas aos mais pobres e na manutenção de lucros e de benesses para os poderosos, especialmente para os banqueiros que fazem a farra. Os banqueiros são socorridos com dinheiro público, que deveria servir a todos os interesses da sociedade, à promoção do bem-estar, da igualdade e da justiça, mas que tem servido para salvar banqueiros, empreiteiras, montadoras e tudo o mais que o valha, menos os empregos. Só em nosso País, nos últimos meses, houve 750 mil demissões.

Portanto, Sr. Presidente, as medidas governamentais, até o momento, não escondem uma opção de classe. Somente neste início de ano, como disse, milhares de trabalhadores foram dispensados do emprego, e outros receberam férias coletivas. O pior é que a recessão que se avizinha – e só o Governo e os meios de comunicação não a reconhecem –, infelizmente, levará a que os novos empregos não sejam gerados, bem como a que as demissões aumentem a exclusão social.

Chegou a hora de o Estado brasileiro fugir à regra de privilegiar os ricos e fazer a opção pelos pobres, pelos trabalhadores, pelo povo. Para tanto, é necessário que todos os setores populares e progressistas empreendam um forte embate ideológico, para que a

experiência brasileira não repita a fórmula de socializar os prejuízos e salvar o capital.

Com essa saudação, Sr. Presidente, Senador Inácio Arruda, devo dizer que me orgulho de, neste Congresso Nacional, travar as boas lutas para fazer ouvir a voz dos espoliados, para garantir mecanismos legais que tragam à maioria do nosso povo o direito, a paz, a justiça, a igualdade, princípios maiores da luta pelo socialismo no Brasil e no mundo.

Parabéns aos combatentes do PCdoB! Parabéns aos que sobreviveram à guerrilha e à luta contra a ditadura! Parabéns!

Faço questão de citar, finalmente, Sr. Presidente, homenageando os paraenses com quem tenho convívio na luta por grandes causas, entre outros Líderes, Socorro Gomes, ex-Deputada Federal, hoje Presidente do Conselho Mundial da Paz; nosso companheiro Neuto Miranda; Leila Márcia e muitos outros e outras que se têm dedicado à causa do povo e à luta pela liberdade no Estado do Pará e em nosso País.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Obrigado, Senador José Nery, pelo belíssimo discurso em homenagem ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Convido para compor a Mesa a Deputada Jô Moraes, em homenagem ao povo mineiro, que tem essa grande representante comunista na Câmara dos Deputados.

Concedo a palavra, nesta homenagem aos 87 anos do PCdoB, ao Senador Cristovam Buarque, Senador pelo Distrito Federal, mas pernambucano firme e de muita raça.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Sr. Presidente, Senador Inácio Arruda...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Em seguida, eu lhe concederei a palavra, Senadora Rosalba.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – V. Ex^a é a próxima oradora inscrita.

Tem a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pro-nuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Inácio Arruda, que preside esta sessão; companheiros, camaradas presentes à Mesa; Sr^{as} e Srs. aqui presentes, nós teríamos muito o que comemorar neste dia em relação ao PCdoB. O simples fato da idade deste Partido já seria um motivo de comemoração. Eu antevejo, daqui a 13 anos, a comemoração do primeiro centenário do PCdoB.

Além disso, poderíamos, aqui, comemorar o heroísmo. Este é um Partido casado com o heroísmo das mortes de seus companheiros, da luta incessante não apenas do ponto de vista físico, mas também ideológico. Poderíamos comemorar a luta de um partido que nunca fugiu dela. Poderíamos comemorar aqui o exemplo, para o Brasil inteiro, de uma juventude, e muitas vezes de velhices dedicadas à luta sem jamais fraquejar, como o exemplo de civilismo de cada um desses companheiros.

Poderíamos comemorar aqui a causa, a causa da utopia, sempre presente na luta do PCdoB. Poderíamos comemorar até mesmo aquilo que tanto eu gostaria, que é o fato de que esse sempre foi um partido que é também uma escola, que hoje falta nos partidos no Brasil e talvez no mundo. Militar no PCdoB, como também foi no PCB, era fazer parte de uma escola.

Mas eu não vou fazer nenhuma dessas comemorações, Sr. Presidente, porque acho que um partido revolucionário, mais do que comemorar o passado, gosta de receber desafios para o futuro. E é na ideia de desafios que quero aqui trazer a minha fala de homenagem a cada um de vocês que fazem parte desse Partido.

Poderia até mesmo, e esqueci, comemorar minha proximidade sempre constante com o Partido Comunista do Brasil no meu tempo de militante na Ação Popular e naquele momento em que se fundiam os dois, e eu ali estava perto. Mas eu quero é fazer um desafio. Primeiro, lembrar que nunca, nunca antes, foi tão necessária uma utopia política como agora. Alguns dizem que elas morreram. Ao contrário, elas ficaram faltando, elas ficaram ausentes, não morreram.

Quero, portanto, aqui dizer que, dos partidos que temos hoje em todo o continente, e especialmente no Brasil, vejo em poucos a capacidade de dar a volta por cima de uma crise profunda no pensamento político, na ideia de utopias, e trazer de volta uma chama utópica para o debate e para a ação política no Brasil, no continente e até no mundo inteiro.

A sensação que nós temos quando vemos, sobretudo, a juventude que fazia fila, digamos assim, metaforicamente, para ingressar no partido revolucionário, nós vemos hoje essa juventude ausente, perplexa. E não é por culpa dela. A juventude nunca tem culpa. Este é um desafio dos partidos que querem transformar a sociedade: reconquistar a juventude. E a reconquista da juventude exige a reformulação de uma utopia. Disso estamos precisando.

Até há pouco tempo, era fácil ser revolucionário. Nós agarrávamos a bandeira e saíamos caminhando nas ruas. Agora, temos que desenhar a bandeira, cons-

truir a bandeira, para começar a caminhar com ela na rua. Esse é o grande desafio que nós temos hoje.

Como desenhar utopias em um momento em que houve a queda do Muro de Berlim? Em que Cuba – o Embaixador aqui presente – luta, tão heroicamente, para continuar mantendo os sonhos que teve e que tem? Como manter uma utopia no tempo em que aqueles mais moderados defendiam que o desenvolvimento levaria à liberdade? Como trazer a utopia de volta ao cenário do imaginário político no Brasil e no mundo? Esse é um desafio que poucos partidos podem ter. Porque a maior parte de hoje não passa – falemos com franqueza – de clubes eleitorais.

O PCdoB, sim, pode-se chamar de um partido. Podemos até discordar das alianças, podemos discordar dos programas, podemos discordar do que defendem, mas não é um clube eleitoral. É um partido político. Como trazer para os tempos de hoje a reescritura do problema da luta de classes, não abandonando-a, mas também não ficando na visão tradicional que tinha?

Aqui eu vejo o reitor da Universidade Zumbi dos Palmares. E até pouco tempo atrás, muitos de nós achávamos que o problema racial era só uma questão de classe. E está claro hoje que o problema racial tem um conteúdo maior do que o problema de classe. Há um problema, sim, de racismo subterrâneo, escondido, que as pessoas se negam, e até muitos revolucionários, a ver.

Aqui estão as mulheres. E todos nós sabemos, e Fidel Castro já falou, mais de uma vez, que o machismo não acaba quando se estatiza o capital. Mas a gente se negava a ver esse lado do problema das explorações que não eram apenas econômicas.

E hoje está – e não quero demorar muito – o desafio maior de saber qual é a verdadeira luta de classes que é hoje e como superá-la. Para mim, posso estar completamente equivocado, mas, hoje, a maior luta de classes não é entre quem tem e quem não tem capital, mas entre quem tem e quem não tem conhecimento. Até porque o capital que produz hoje é, sobretudo, o capital conhecimento, e não o capital máquina. É o capital conhecimento dos *chips* dentro dos equipamentos e o capital conhecimento dentro da cabeça daqueles que já não são operários, são operadores.

Nós precisamos redefinir as nossas variáveis. O proletariado foi jogado no desemprego ou se transformou em operadores. Não é mais o mesmo proletariado de antigamente.

E aquele que conseguir acumular conhecimento participa do processo, mesmo como trabalhador assalariado numa posição privilegiada em relação àqueles que não dispõem de conhecimento e que são simples excluídos, o que antes nós chamávamos de lumpen.

Mas o lúmpen era aquele que trabalhava um dia e ficava desempregado hoje. O excluído é aquele que fica desempregado sempre. Uma categoria diferente. É uma categoria que o final do século XX trouxe, que não estava nos escritos de Marx, porque não podia estar, porque era um fenômeno da realidade que não existia ainda.

Esse é um desafio que poucos partidos podem enfrentar. O PCdoB é um deles. O partido a definir a utopia, a meu ver – e posso dizer algo que muitos não gostarão –, a enfrentar a utopia que a meu ver não está mais em quem é o proprietário do capital máquina, fábrica, campo, mas quem é o proprietário do capital conhecimento. A utopia em que mais importante do que tomar o capital do capitalista para o trabalhador é colocar o filho do trabalhador na mesma escola do filho do capitalista, o que Cuba fez.

Esse é um desafio novo que a gente precisa enfrentar. De uma revolução, não pela economia, mas pela educação; não pela propriedade do capital material, mas pela propriedade do capital imaterial do conhecimento, do saber pela educação.

Esse é o desafio que eu gostaria de deixar aqui aos meus companheiros do PCdoB, com respeito e carinho e com a certeza de que não vejo muitos outros agrupamentos políticos capazes de dar o salto, porque esse agrupamento político é um partido, não é um clube eleitoral. E os demais, não todos, obviamente, até porque pertencem a outro, mas outros partidos, no nosso País e no mundo inteiro se transformaram em clubes eleitorais, sem preocupação com o heroísmo da luta, querendo apenas não ficar fora do Poder; sem preocupação com uma utopia, querendo apenas discutir o projeto do momento, sem uma preocupação em ser escola, querendo apenas o voto.

O PCdoB pode ser uma esperança. E eu espero que nós tenhamos muito que comemorar nos próximos dois, três, cinco, daqui a treze anos, no primeiro centenário desse Partido, não olhando para trás, mas olhando para a frente, com o mundo inteiro a ser feito, com a utopia inteira a ser inventada e com o poder a ser tomado, para exercê-lo a serviço de uma causa, e não a serviço de cargos...

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – A serviço de uma causa, e não a serviço de cargos, como muitas vezes nossos clubes eleitorais caíram na tentação, nos últimos anos.

É um desafio. Mas um partido que tem a idade do PCdoB não tem o direito de se negar a enfrentar. Errando, às vezes, tentando e construindo um marco, uma bandeira que nos sirva de referência.

Longa vida para o PCdoB, mas longa vida se renovando conforme a realidade exija e sem perder jamais o compromisso fundamental com a causa, como homens como João Amazonas deixaram para nós.

Era isso, Sr. Presidente, o que eu tinha a dizer para vocês, comemorando o passado, mas, sobretudo, olhando com desafio para o futuro. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Não sou o Presidente do Partido, mas, como estou presidindo a Mesa nesta homenagem, já convido o Senador Cristovam Buarque a participar conosco da preparação do XII Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), com suas ideias. Só o fato de participar já é um desafio. Então, V. Exª está convidado a ajudar-nos, a contribuir conosco, para que possamos sair mais fortalecidos desse XII Congresso. Obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Está aceito o convite, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Muito bem! Obrigado.

Convido para fazer uso da palavra, em homenagem aos 87 anos do PCdoB, a Senadora Rosalba Ciarlini, do Partido Democratas, do Estado do Rio Grande do Norte. Posso dizer que é minha conterrânea, porque somos ligados pela nação potiguar, pela bacia Potiguar, que liga os dois Estados, o Ceará e o Rio Grande do Norte.

Quero também registrar a presença da nossa Deputada Alice Portugal, do Estado da Bahia. (Palmas.)

Tem a palavra a Senadora Rosalba Ciarlini.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente Inácio Arruda; Sr. Renato Rabelo, Presidente do Partido; Deputada Jô, em nome de quem quero cumprimentar todos os que estão à Mesa, todos os comunistas e o povo brasileiro, venho, nesta data, prestar homenagem ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), ao Partidão, como é conhecido, ao “partido vovô”, como podemos dizer neste Brasil, porque ele é símbolo, sim, da luta pela redemocratização do nosso País, da luta pela igualdade e pela liberdade. Faço essa homenagem ao PCdoB, revolucionário desde 1922, na defesa do povo brasileiro, lembrando fatos que, talvez, poucos conheçam, mas que fazem parte da minha história de vida.

No Rio Grande do Norte, eu, menina, ouvia falar de um tal de Sindicato do Garrancho. Os trabalhadores do sal, sindicalistas, tiveram de reunir-se, durante muito tempo, às escondidas, dentro de uma caverna coberta de garrancho. E lá estavam muitos dos comunistas, na defesa do trabalhador de uma atividade que, ainda hoje, é muito forte, muito presente no Estado do

Rio Grande do Norte, que é exatamente a da produção do sal. Todos sabem que somos produtores de cerca de 96% do sal consumido no Brasil.

Lembro-me da figura de um trabalhador da construção civil que era empregado do meu pai – meu pai também era da construção civil –, o Sr. Zé de Rosa. Eu era menina e ia à construção, naquela época, acompanhando meu pai. E ele vinha sempre de forma interessante, de forma muito organizada, com as palavras muito bem colocadas, que me impressionavam, na defesa do trabalho e dos trabalhadores, para que pudessem avançar nos seus direitos. Depois, encontrei o Zé de Rosa quando eu era, pela primeira vez, candidata à Prefeita. Contei com o Partido Comunista nessa luta. Depois, como chefe de gabinete, participando da administração, estava o Professor João Batista Xavier, que, realmente, foi grande auxiliar e que nos ajudou a fazer uma grande administração. E não me esqueço daquele que era meu líder para as questões sindicais, Lourival de Góes. Que Deus o tenha, com certeza, em bom lugar, gritando sempre a liberdade! São figuras como essas que fazem parte da história deste Brasil e que poucos conhecem.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – V. Exª me permite um aparte?

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Pois não, Senador Sarney. Sr. Presidente, é um grande prazer, uma grande honra ser apartada por V. Exª.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Primeiro, peço desculpas por interromper seu brilhante discurso. Até estou quebrando um pouco a norma regimental, que diz que, nas sessões solenes, não são permitidos apartes, mas eu não poderia deixar de associar-me às congratulações que estão sendo feitas, hoje, nesta Casa e que se estendem ao País inteiro, pelos 87 anos de fundação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que tem prestado relevantes serviços à política do nosso País, sobretudo pelo idealismo com que tem marcado sua presença na política brasileira. Quero relembrar, numa homenagem muito carinhosa, que tive a felicidade de ter, posso até dizer, laços de amizade com João Amazonas. Sei que era um dos homens que tinha uma força interior, na sua fragilidade pessoal, que, sem dúvida, inspirava a todos nós. Ele guardou, até o fim da vida, com sua idade avançada, a força do ideal que tinha e ao qual dedicou toda a sua existência. E é na pessoa do Presidente do Partido, Renato Rabelo, que quero me congratular com todos os que pertencem ao PCdoB por essa data, dizendo que tive a felicidade também de legalizar o PCdoB quando era Presidente da República. E, muitas vezes, posso até dizer que, de certo modo, fui uma linha auxiliar do

PCdoB; fomos aliados em muitas campanhas. Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Agradeço ao Senador Sarney, Presidente do Senado, um democrata, um homem de luta, um homem que realmente tem sua história marcada na vida brasileira.

Vou terminar, Senador Inácio Arruda, porque, pela falta de tempo, eu não poderia lembrar os muitos que convivem conosco, que fazem e fizeram parte da história do PCdoB, do nosso País, da nossa cidade, do nosso Estado. Dizem que a vida é um fato local, e isso é verdade. Foi lá que vi a luta; foi lá que vi o sofrimento; foi lá que acompanhei colegas, professores, trabalhadores que, naquele momento, na clandestinidade ou nos momentos difíceis da ditadura, jamais deixaram de acreditar no seu ideal e na sua luta.

Então, homenagem esses homens e mulheres – muitas companheiras também estiveram presentes – que lutaram sempre e que jamais deixaram que a bandeira do Partido fosse abaixada nos momentos mais difíceis, enfrentando as maiores adversidades, mas trazendo a esperança daqueles que acreditam nas mudanças, daqueles que querem as mudanças, daqueles que querem um País mais justo, mais solidário, mais fraterno. Tudo isso é nosso sonho.

O fato de estarmos em siglas diferentes não quer dizer que nossos caminhos não se possam cruzar num só ideal: o do Brasil maior, o do Brasil que orgulha todos nós, o do Brasil da liberdade.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Obrigado, Senadora Rosalba Ciarlini.

Parece que nosso Presidente, mesmo estando presente no plenário, está dando-nos a honra de a Mesa ser conduzida pelo PCdoB.

Concedo a palavra, então, ao Senador Aloizio Mercadante, Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco do Governo no Senado Federal.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Inácio Arruda, Renato Rabelo, em nome de quem cumprimento todas as lideranças, as militâncias, a bancada do Partido Comunista do Brasil, aqui hoje representada, neste momento importante, em comemoração aos 87 anos de história, o PCdoB nasce numa conjuntura de grandes transformações, de grandes expectativas no cenário internacional, em 1922. Desde a sua fundação, é um dos partidos políticos que teve, seguramente, uma presença absolutamente decisiva em todos os momentos importantes da História do Brasil.

É um partido político que acumulou uma memória das lutas sociais, das transformações históricas do

Brasil, com uma presença determinante e com algumas características que o marcam e o distinguem de muitas outras agremiações políticas.

Eu não acompanhei os 87 anos, evidentemente, a não ser por literatura, mas os últimos 37 anos eu acompanhei. Acompanhei na universidade, na luta contra a ditadura. Quando nós estávamos organizando as entidades estudantis, reconstruindo o DCE Livre da USP, o PCdoB estava lá. Quando nós estávamos fazendo a luta pela carestia e contra o custo de vida, o PCdoB estava lá. Quando nós estávamos lutando pelas liberdades democráticas, pela anistia ampla, geral e irrestrita, o PCdoB estava lá fazendo uma militância decisiva. Quando nós estávamos nas campanhas pelas diretas, uma grande manifestação, uma grande mobilização popular pelas liberdades democráticas, o PCdoB estava lá começando o seu caminho para a legalidade.

Quero destacar um momento que, para mim, foi fundamental – e recentemente, há umas duas semanas, na sede nacional do PCdoB, com o companheiro Renato, camarada Renato, Walter Sorrentino e Nádia Campeão, nós o discutíamos – e que teve um papel decisivo na História do Brasil.

Em 1989, quando a gente começava a construir a campanha presidencial definindo um caminho da esquerda popular e democrática, uma liderança que teve um papel absolutamente decisivo foi João Amazonas. Decisivo. Lembro-me que, nos momentos mais difíceis da campanha e da construção da campanha, ele tinha sempre um eixo determinante: a união do povo é fundamental para mudar a História do Brasil e se nós não fizermos a aliança política, nós não mudaremos a História do Brasil.

E, a partir dali, daquela campanha de 1989 – com a qual nós empolgamos o Brasil, criamos uma referência histórica obrigatória para tudo o que veio depois, que foi a liderança do companheiro Lula –, o PCdoB e João Amazonas tiveram papel decisivo, junto com Miguel Arraes, junto com o PSB. Mas ele foi o primeiro a se engajar, a se empenhar e a definir que aquele era o caminho. E nunca deixou esse caminho, em 1994, nos momentos difíceis, e em 1998. João Amazonas e o PCdoB sempre nos acompanharam.

Quero dizer que é muito difícil substituir a experiência histórica, a vivência de um dirigente como João Amazonas. Mas, Renato, você faz isso com muita competência, com seriedade, com compromisso, com equilíbrio, com credibilidade. Quero parabenizar o Partido pelos quadros e pela militância social que vocês construíram.

A História do Brasil não seria o que é sem o PCdoB.

E se hoje nós temos um Governo, um Governo que tem, na crise, nessa grave crise internacional, 76% de apoio popular – o Presidente Lula tem –, um Governo que patrocinou a maior distribuição de renda da nossa História do nosso país nos últimos cinco anos, de todos os índices do IBGE disponíveis e documentados, o PCdoB ajudou a construir. Ajudou a construir no Ministério, ajudou a construir nos embates do Parlamento, ajudou a construir nas lutas sociais, nos momentos difíceis. O PCdoB sempre foi um Partido leal, coerente e combativo. Essas são marcas absolutamente indissociáveis da história do PCdoB.

Portanto, quero dar, de forma muito humilde, o meu testemunho desses 37 anos que acompanhei. Seguramente, eu não vi um momento em que estivéssemos engajados em uma luta importante da História do Brasil em que a legenda do PCdoB não estivesse à frente dessa luta com coragem, com determinação e com coerência.

Quero parabenizar todos vocês, em particular o PCdoB por ter nesta Casa um Senador como Inácio Arruda, que expressa a história desse Partido, a coerência desse Partido, a combatividade desse Partido. É um companheiro absolutamente indispensável à nossa bancada, ao nosso Governo e ao povo brasileiro.

Parabéns, PCdoB, pelos 87 anos de história! Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Nós que agradecemos a V. Ex^a pelo pronunciamento.

Por liberalidade da Mesa, Sr. Presidente, quebrando o protocolo, partindo então dos ensinamentos de V. Ex^a, vou tomar a liberdade de conceder a palavra ao Presidente Nacional do PCdoB, Renato Rabelo. (Palmas.)

E, se V. Ex^a aceitar, eu gostaria que V. Ex^a pudesse conduzir os trabalhos neste momento.

O SR. RENATO RABELO – Meu caro Presidente Inácio Arruda, Senadores, Deputados, Embaixadores – destaco aqui a presença do Presidente do Senado, este eminente brasileiro, José Sarney, entre nós – eu queria, antes de tudo, agradecer àqueles responsáveis por esta sessão solene de homenagem ao nosso partido.

O PCdoB é um partido que prima pela convivência democrática. O PCdoB é um partido que leva em conta as opiniões, as ideias, e há um respeito mútuo entre o nosso partido e todos os partidos. A compreensão nossa é de que esta homenagem ao PCdoB, no ensejo do seu octogésimo sétimo aniversário, é uma valorização à política. Essa é a nossa compreensão. É uma valorização à política porque a história do PCdoB é a história da luta pela democracia, pela

democratização do País, pela defesa da soberania deste País, com grandes recursos, com grande povo, pelo progresso social e, hoje, pela integração solidária do nosso continente.

O PCdoB é um partido de ideias e um partido de programa. Dizia aqui o Senador Cristovam Buarque que o PCdoB é um partido político, é um verdadeiro partido político. Este é o nosso esforço, para que o PCdoB assuma as suas responsabilidades perante o povo e a Nação brasileira, porque a nossa experiência, a experiência do PCdoB, é que a luta democrática e o avanço da democracia são fundamentais para os destinos do País e para a própria existência do PCdoB.

O PCdoB viveu a maior parte do seu tempo na ilegalidade. Vivemos, talvez, agora o período maior de legalidade, se considerarmos de 1985 para cá. Portanto, o PCdoB é a expressão da democracia e ele luta, evidentemente de forma mais conseqüente, por essa democracia.

O nosso esforço, portanto, é para que a valorização da política se volte a mobilizar consciências e forças sociais nesse intuito de transformação do Brasil e do mundo. Nós não compreendemos transformações sem política, e sem política justa, política com horizontes, política que leve em conta o progresso social, o avanço civilizacional.

Neste momento de crise econômica e financeira de grande dimensão, que atinge todo o mundo, nós temos dito que a saída, antes de tudo, é uma saída política, porque a própria condução econômica requer uma decisão política. A política, portanto, é o fator essencial do processo de transformação.

Eu não vejo como sair dessa crise de grande dimensão, que é uma grande crise do capitalismo, sem a política no comando, não só no âmbito nacional, como no âmbito das nações. Antes de tudo, é preciso decisões políticas voltadas para os interesses dos povos, interesses das nações, interesses dos trabalhadores, porque, em uma hora como esta, a saída da crise é uma luta política, porque estão em jogo interesses. Quem vai pagar pelo ônus da crise? Quem vai se beneficiar com a crise? Essa é a questão que está colocada diante de nós. Por isso, é uma luta política. E, neste momento, os responsáveis mais importantes pela crise – exatamente os grandes monopólios, os países desenvolvidos, os países capitalistas mais desenvolvidos, que são os responsáveis pela crise – querem empurrá-la para os países em vias de desenvolvimento, para os países que compõem a chamada periferia; como também, no âmbito nacional, querem empurrá-la para a maioria da população, para os trabalhadores e para o povo.

Portanto, é uma luta política. A saída da crise, a alternativa da saída da crise é uma luta política. A saída da crise, a alternativa para ela, beneficia a maioria da população, beneficia os trabalhadores, ou mantém os privilégios daqueles que foram os responsáveis por essa própria crise, mantendo, portanto, aquele punhado detentor da crise, detentor da geração desse processo de crise. Essa é a questão que está diante de nós.

O Brasil enfrentou bem duas grandes crises do capitalismo na história do capitalismo. No final do século XIX, com a grande depressão capitalista de 1873 a 1896, 22 anos de crise do capitalismo, o Brasil aproveitou esse processo, dando dinamismo à sua economia cafeeira, que foi exatamente a financiadora da economia brasileira daí para adiante. Em 1929 e 1930, também com a grande depressão do capitalismo, outra grande crise no capitalismo, o Brasil se aproveitou disso, no período de Getúlio Vargas, para sair daquela fase agrária e exportadora para a fase do desenvolvimento industrial e urbano. Portanto, nós soubemos aproveitar, Presidente Sarney, esses dois períodos de grande crise do capitalismo.

Considero que nós estamos numa situação semelhante a de uma grande crise do capitalismo, comparada a essas duas que eu citei. Portanto, estamos diante de uma oportunidade de aproveitar a crise para que o Brasil dê um passo adiante; para que o Brasil saia dela mais rapidamente e numa posição mais importante no cenário mundial, porque nós temos condições para isso. Nós somos um grande País, com grandes recursos. Esse é o desafio colocado diante de nós.

O Presidente Lula, no seu segundo governo, vem fazendo um grande esforço nesse sentido. O Brasil está em melhores condições para enfrentar essa crise de grandes proporções, e a realidade vem demonstrando isso. Mas nós temos que dar passos maiores.

O Brasil está diante do desafio de construir um projeto alternativo de desenvolvimento nacional que leve em conta duas questões que nós consideramos fundamentais: a soberania do nosso País, a independência do nosso País, a identidade nacional, porque nós somos uma grande Nação, um avanço civilizacional, porque esse é o momento para o Brasil dar um passo adiante no avanço civilizacional, na conquista de mais direitos para o seu povo, seus trabalhadores; como também é um momento importante nessa fase nova de integração do nosso continente, porque é importante a integração dos países da América do Sul e do continente americano, porque essa é a forma de esses países enfrentarem melhor essa crise. É melhor enfrentar a crise unidos, numa integração que avança, do que cada país levar em conta a crise de modo próprio, isoladamente. Acho até mesmo que a defesa

da própria soberania dos países da América do Sul, América Latina, Caribe e América Central passa por essa integração. Neste momento, é importante uma unidade maior do nosso povo. Eu não acredito que se enfrentem crise dessas proporções sem uma unidade maior do nosso povo.

O nosso partido tem pregado uma unidade entre os trabalhadores, as camadas médias e os empresários da produção. Neste momento, é preciso uma grande aliança daqueles que produzem, trabalham e têm interesse pelo futuro do nosso País. Esse é o novo pacto político que nós temos de fazer, essa é a nossa compreensão diante desses desafios.

Queria dizer para os Senadores aqui presentes que a responsabilidade do nosso partido é grande, e nós estamos convictos de que essa unidade maior do nosso povo é o caminho para nós enfrentarmos a crise, sairmos com êxito, e o Brasil descortinar um horizonte melhor ainda.

Portanto, queria agradecer aos Senadores por esta homenagem ao nosso partido e dizer que o nosso partido mantém os seus ideais, mantém os seus objetivos e tem este compromisso com o nosso povo, de abrir o caminho para o País diante da crise que nós temos de enfrentar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Agradeço por esta grande oportunidade, que Senadores e militantes do partido tiveram, de poder comemorar, no plenário do Senado da República Federativa do Brasil, os 87 anos do Partido Comunista. E agradeço aos Senadores, aos militantes, aos Embaixadores, aqui representados pelo Embaixador da Bolívia e pelo Embaixador de Cuba, mas também ao Embaixador da China, do Vietnã, da Palestina, da Venezuela, que estiveram aqui presentes conosco; e também ao Presidente do PCdoB do Distrito Federal, Apolinário Rebelo; ao Presidente do PSB do Distrito Federal, Sr. Marcos Dantas; e ao Presidente do PCdoB de Valparaíso, em Goiás, Sr. Joaquim do Monte. Agradeço a todos.

Convido o Presidente José Sarney a comandar, daqui para diante, a sessão do Senado da República. Cumprimento aqui o nosso Presidente, a nossa companheira, a Deputada Jô Moraes; o nosso líder Daniel Almeida; e o nosso companheiro Mão Santa, Senador da República e 3º Secretário desta Casa.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

(*Suspensa às 16 horas e 27 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 29 minutos.*)

O Sr. Inácio Arruda, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Está reaberta a sessão.
Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.
É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 330, DE 2009

Requeiro, nos termos do art.258 do Regimento Interno do Senado, a tramitação conjunta do PLS nº /38/2007, com o PLC/ nº 12/2008, por versarem sobre matéria análoga.

Sala das Sessões, 31 de março de 2009. – Senador **Romero Jucá**, Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.
Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 331, DE 2009

Requeiro Voto de Aplauso para o ginasta Diego Hypólito, pelas duas medalhas de prata conquistada na Copa do Mundo, na Alemanha.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, Voto de Aplauso para o ginasta Diego Hypólito, pelas duas medalhas de prata conquistadas na Copa do Mundo de Cottbus, na Alemanha.

Requeiro, ademais, que este Voto de Aplauso seja encaminhado ao homenageado.

Justificação

Na sua estréia em competições oficiais, o ginasta Diego Hypólito ganhou duas medalhas de prata em Cottbus, na Alemanha, nas provas de solo e de salto.

Desde 2004, Diego conquistou 20 medalhas em etapas da Copa do Mundo, sendo 11 ouros, 5 pratas e 4 bronzes.

Sala das Sessões, 31 de março de 2009. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

REQUERIMENTO Nº 332, DE 2009

Requeiro Voto de Aplauso para o fotógrafo Walter Firmo, pelo lançamento do livro “Brasil – Imagens da Terra e do Povo”.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos

Anais do Senado Federal, Voto de Aplauso para o fotógrafo Walter Firmo, pelo Lançamento do livro “Brasil-Imagens da Terra e do Povo”.

Requeiro, ademais, que este Voto de Aplauso seja encaminhado ao homenageado, bem como à Diretoria daquela instituição.

Justificação

Um dos maiores fotógrafos do País, Walter Firmo está lançando seu livro “Brasil-Imagens da Terra e do Povo” reunindo 260 fotos, a maioria delas registrando pessoas desconhecidas, de várias partes do País, no

seu cotidiano ou em situações especiais como casamentos e festas religiosas.

Com 52 anos de carreira e aos 71 anos de idade, Firmo ainda se considera um criador jovem e diz estar olhando sempre um horizonte novo.

Sala das Sessões, 31 de março de 2009. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– A Presidência encaminhará o votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMIENTO
Nº 333, DE 2009**

Em aditamento ao requerimento nº 19 de 2009, encaminhado ao plenário no dia 09 de fevereiro de 2009, requeiro, nos termos dos artigos 199 e 200 do Regimento Interno do Senado Federal, a alteração da data de realização de sessão especial em homenagem ao primeiro aniversário da morte do Senador JEFFERSON PÉRES, ocorrida em 23 de maio de 2008, para o dia 27 de maio do corrente ano.

Sala das Sessões, 31 de março de 2009.

Senador JEFFERSON PRAIA

Senador JEFFERSON PRAIA

Arthur Vilela - Arthur Vilela
S. Acirino - S. Acirino
A. C. M. Junior - A. C. M. Junior
Enzo Mendes - Enzo Mendes
Efraim Morris - Efraim Morris
A. C. Valente - A. C. Valente
Reneio Ambrosi - Reneio Ambrosi

Alcides Mendes

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– A Presidência recebeu, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, expedientes referentes a indicações de seus membros às Comissões Permanentes do Senado Federal.

A Presidência designa as Senadoras Marina Silva e Serys Slhessarenko como suplentes das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Agricultura e Reforma Agrária, respectivamente, nos termos dos expedientes encaminhados.

São as seguintes as comunicações recebidas:

Ofício nº 72/2009 – GLDBAG

Brasília, 31 de março de 2009

Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora Marina Silva como membro suplente na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração. – Senador **Aloizio Mercadante**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 73/2009 – GLDBAG

Brasília, 31 de março de 2009

Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora Serys Slhessarenko como membro suplente na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração. – Senador **Aloizio Mercadante**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício GLPMDB nº 94/2009

Brasília, 31 de março de 2009

Exmº Sr.

Senador José Sarney
DD. Presidente do Senado Federal
Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência que o PMDB cede ao PRB vaga na comissão abaixo relacionada:

Suplente

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO – 1 vaga

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

Ofício nº 3/2009-GSISAL/PRESID

Brasília, 31 de março de 2009

Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney Filho
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, comunico a Vossa Excelência que estive presente na Sessão do Senado de 26-3-2009, tendo até usado da palavra, porém, por um lapso, deixei de fazer o registro eletrônico. Peço então, a regularização de minha frequência.

Renovo-lhe meus protestos de elevado apreço. – Senadora **Ideli Salvatti**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Sobre a mesa, comunicações que passo a ler.

São lidas as seguintes:

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) –
Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.
Sobre a mesa, comunicações que passo a ler.

São lidas as seguintes:

Ofício nº 69/2009/CAE

Brasília, 31 de março de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada nesta data, Substitutivo Integral oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 266, de

2003, que “altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir o parceiro outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínios como contratantes do Fundo Garantia-Safra”, e que, nos termos do art. 282 do RISF, o referido Substitutivo será submetido a turno suplementar de discussão na próxima reunião desta Comissão.

Respeitosamente, Senador **Garibaldi Alves Filho**,
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Ofício nº /2009

Brasília, 31 de março 2009

Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Em vista da decisão que adotei, na condição de Presidente do Senado Federal, anunciada na Sessão Plenária do dia 21 de outubro de 2008 e publicada no **Diário do Senado Federal** do dia seguinte (fls. 40982), solicito a Vossa Excelência a retirada da expressão “por entender que S. Sª não se mostrou à altura do desafio posto à Mesa relativamente ao chamado nepotismo”.

Atenciosamente, – Senador **Garibaldi Alves Filho**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Com referência ao expediente que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que ao Substitutivo ao **Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2003**, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF/LID/Nº 67/2009

Brasília, 31 de março de 2009

Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Indicação de membros para comissão Mista.

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os Deputados Moreira Mendes – PPS/RO e Cezar Silvestri – PPS/PR, como titular e suplente, respectivamente, em substituição aos Deputados Fernando Coruja – PPS/SC e Arnaldo Jardim – PPS/SP – para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP nº 459/2009, que “Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências.”

Atenciosamente, – Deputado **Fernando Coruja**,
Líder do PPS.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, projeto de resolução e projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 13, DE 2009

Regulamenta o ingresso de estagiários no Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Observado o disposto na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, o ingresso de estagiários no Senado Federal somente será feito mediante seleção pública de provas convocada anualmente.

§ 1º O edital da seleção pública será publicado com antecedência mínima de trinta dias, na íntegra, no **Diário Oficial da União** e na página do Senado Federal na rede mundial de computadores (Internet) e, em resumo, em jornal de grande circulação.

§ 2º O resultado da seleção pública será publicado no **Diário Oficial da União** e na página do Senado Federal na rede mundial de computadores (Internet), e o ingresso dos estagiários obedecerá rigorosamente a ordem de classificação.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Senado Federal tem, nos últimos dias, frequentado o noticiário pelas piores razões possíveis. A cada dia, as mazelas da Casa são expostas, levando a grande desgaste para o Parlamento. Impõe-se tomar providências urgentes para resolver esses problemas, restaurando a dignidade do Poder Legislativo. Uma das graves acusações que vem sendo veiculadas é a de que o ingresso de estagiários no Senado Federal acaba sendo fruto de indicação pessoal.

Ora, trata-se, certamente, de agressão ao princípio da impessoalidade, ao qual a Administração Pública está submetida por determinação constitucional.

Assim, para impedir esse tipo de prática, estamos apresentando a presente proposta prevendo que o ingresso de estagiários no Senado Federal somente será feito mediante seleção pública de provas convocada anualmente.

Exige-se que o edital da seleção pública seja publicado com antecedência mínima de trinta dias, na íntegra, no **Diário Oficial da União** e na página do Senado Federal na Internet e, em resumo, em jornal de grande circulação e que o resultado da seleção pública também seja publicado no **Diário Oficial da União** e na página do Senado Federal na Internet. O ingresso dos estagiários obedecerá rigorosamente a ordem de classificação.

Temos a certeza que a aprovação deste projeto de resolução irá contribuir fortemente para a moralização do Senado Federal.

Sala das Sessões, – Senador **José Nery**, PSOL/PA.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008

Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Brasília, 25 de setembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA** – **Fernando Haddad**, – **André Peixoto Figueiredo Lima**.

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 26-9-2008

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e Diretora)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2009

Permite que o trabalhador desempregado saque seus recursos acumulados no Fundo de Participação PIS-PASEP.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Fica autorizada a liberação do saldo da conta individual do Programa de Integração Social – PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP ao participante desempregado há pelo menos três meses.

Parágrafo único. O Conselho Diretor do PIS-PASEP, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º do Decreto nº 4.751, de 17 de junho de 2003, regulamentará o disposto neste artigo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O PIS-PASEP é um fundo contábil de natureza financeira criado em 1975, pela Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, e é constituído com os recursos do Programa de Integração Social

– PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP. Desde 1989, deixou de contar com os recursos provenientes da arrecadação de contribuições, já que o art. 239 da Constituição Federal de 1988 deu-lhes outra destinação: custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do abono salarial e de programas de desenvolvimento econômico a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDES.

Assim, o fundo de participação representa hoje um estoque de recursos sem fluxo de novos aportes, a não ser os ingressos oriundos das aplicações financeiras efetuadas. Ademais, constitui um patrimônio que pertence apenas aos trabalhadores cadastrados no PIS-PASEP até outubro de 1988. Em outras palavras, as contas de participação no PIS-PASEP representam patrimônios individuais que geram créditos sob a forma de rendimentos, enquanto não há o saque das quotas.

Os rendimentos anuais correspondem a juros de 3% ao ano mais o Resultado Líquido Adicional – RLA, de acordo com o saldo das quotas existente na conta de participação PIS/PASEP do trabalhador. Tais rendimentos podem ser sacados anualmente, no período estabelecido, de acordo com o calendário de pagamentos divulgado.

A gestão dos recursos está a cargo de um Conselho Diretor coordenado por representantes da Secretaria do Tesouro Nacional e composto por membros dos Ministérios da Fazenda, do Planejamento, do Desenvolvimento e do Trabalho, além de representantes dos participantes do PIS e do PASEP. Apesar de unificados, o PIS e o PASEP têm patrimônios e agentes operadores distintos, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, ficando a cargo do BNDES a aplicação dos recursos.

Dados do último relatório de gestão referente ao exercício jul/2007-jun/2008 indicam a existência de 35,6 mil contas com saldo, sendo 29,4 mil no PIS e o restante no PASEP, lembrando que nesse montante só estão incluídas as contas cadastradas até 1988. No mesmo período, verificou-se a distribuição de R\$ 1,8 bilhão aos participantes, respondendo o PIS por 78% desse montante, além de R\$ 1,2 bilhão correspondente à distribuição de parte do saldo da rubrica “Reserva para Ajustes de Cotas”, registrado no balanço do ano anterior.

Os saques corresponderam a R\$ 1,6 bilhão, sendo 49,4% relativos a rendimentos e 50,6%, a saque do principal. Na medida em que o total dos saques representou 53,52% dos créditos realizados nas contas dos participantes, 46,48% dos recursos creditados destinaram-se à capitalização de suas contas no fundo de participação.

Em 30 de junho de 2008, as aplicações do PIS-PASEP somavam R\$ 35,6 bilhões, o patrimônio líquido, cerca de R\$ 34 bilhões (78,8% pertencentes ao PIS)

e o valor médio unitário do patrimônio, R\$ 955,00. No geral, o PIS-PASEP proporcionou a seus participantes receita média anual de apenas R\$ 88,00.

Com relação ao saque de quotas, este é possível apenas em caso de morte do trabalhador; aposentadoria comum e por invalidez; transferência para a reserva remunerada ou reforma, no caso de militares; AIDS; neoplasia maligna; benefício assistencial a idoso ou deficiente; e idade igual ou superior a 70 anos.

Entre julho de 2007 e junho de 2008, foram registrados 18,6 milhões de saques de rendimentos. Já os saques de quotas somaram apenas 737 mil, com a seguinte distribuição:

- aposentadoria: 510,5 mil
- morte: 127,7 mil
- invalidez e reforma: 22,2 mil
- neoplasia maligna: 19,9 mil
- idade igual ou maior que 70 anos: 13,9 mil
- transferência para a reserva: 7,0 mil
- AIDS: 4,7 mil
- outros: 28,3 mil

Do exposto, conclui-se que os rendimentos anuais distribuídos aos trabalhadores são sobremaneira pequenos quando se contempla a magnitude das aplicações e do patrimônio do fundo de participação vis-a-vis as elevadas taxas de juros presentes na economia brasileira.

Outra conclusão é que as hipóteses de saque são limitadas, não contemplando sequer o saque por motivo de desemprego, uma das situações em que o trabalhador mais precisa de recursos financeiros que o sustentem enquanto não consegue se recolocar no mercado de trabalho.

Para corrigir essa injustiça, propõe-se que a situação de desemprego possa ensejar o direito ao saque dos recursos acumulados na conta individual do trabalhador no PIS-PASEP, de acordo com normatização a ser estipulada pelo Conselho Diretor desse Fundo.

Sala das Sessões, 31 de março de 2009. – Senador **Paulo Paim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO Nº 4.751, DE 17 DE JUNHO DE 2003

Dispõe sobre o Fundo PIS-PASEP, criado pela Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, sob a denominação de PIS-PASEP, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea “a”, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975,

Decreta:

Art. 8º No exercício da gestão do PIS-PASEP, compete ao Conselho Diretor:

- I – elaborar e aprovar o plano de contas;
- II – ao término de cada exercício financeiro:
 - a) calcular a atualização monetária do saldo credor das contas individuais dos participantes;
 - b) calcular a incidência de juros sobre o saldo credor atualizado das mesmas contas individuais;
 - c) constituir as provisões e reservas indispensáveis; e
 - d) levantar o montante das despesas de administração, apurar e atribuir aos participantes o resultado líquido adicional das operações realizadas;
- III – autorizar, nas épocas próprias, que sejam feitos nas contas individuais dos participantes os créditos de que trata o art. 4º deste Decreto;
- IV – aprovar anualmente o orçamento do PIS-PASEP e sua reformulação;
- V – elaborar anualmente o balanço do PIS-PASEP, com os demonstrativos e o relatório;
- VI – promover o levantamento de balancetes mensais;
- VII – requisitar do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES as informações sobre os recursos do Fundo repassados, as aplicações realizadas e seus respectivos resultados;
- VIII – prestar informações, fornecer dados e documentação e emitir parecer, por solicitação do Conselho Monetário Nacional e do Ministro de Estado da Fazenda, em relação ao PIS-PASEP, ao PIS e ao PASEP;
- IX – autorizar, fixando as épocas próprias, o processamento das solicitações de saque e de retirada e os correspondentes pagamentos;
- X – baixar normas operacionais necessárias à estruturação, organização e funcionamento do PIS-PASEP e compatíveis com a execução do PIS e do PASEP;
- XI – emitir parecer sobre os balancetes mensais, balanços anuais e demais demonstrações contábeis e financeiras do PIS-PASEP;
- XII – definir as tarifas de remuneração da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil S.A., na qualidade de administradores do PIS e do PASEP, respectivamente; e
- XIII – resolver os casos omissos, inclusive quanto aos pedidos de saques de quotas do PIS-PASEP.

LEI COMPLEMENTAR

Nº 26, DE 11 DE SETEMBRO DE 1975

Altera disposições da legislação que regula o Programa de Integração Social

(PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A partir do exercício financeiro a iniciar-se em 1º de julho de 1976, serão unificados, sob a denominação de PIS-PASEP, os fundos constituídos com os recursos do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), instituídos pelas Leis Complementares nºs 7 e 8, de 7 de setembro e de 3 de dezembro de 1970, respectivamente.

Parágrafo único – A unificação de que trata este artigo não afetará os saldos das contas individuais existentes em 30 de junho de 1976.

Art. 2º Ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo, são mantidos os critérios de participação dos empregados e servidores estabelecidos nos arts. 7º e 4º, respectivamente, das Leis Complementares nºs 7 e 8, referidas, passando a ser considerado, para efeito do cálculo dos depósitos efetuados nas contas individuais, o valor global dos recursos que passarem a integrar o PIS-PASEP.

Parágrafo único. Aos participantes cadastrados há pelo menos cinco anos e que percebam salário mensal igual ou inferior a 5 (cinco) vezes o respectivo salário mínimo regional, será assegurado, ao final de cada exercício financeiro, depósito mínimo equivalente ao salário mínimo regional mensal, vigente, respeitada a disponibilidade de recursos.

Art. 3º Após a unificação determinada no art. 1º, as contas individuais dos participantes passarão a ser creditadas:

a) pela correção monetária anual do saldo credor, obedecidos os índices aplicáveis às Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN);

b) pelos juros mínimos de 3% (três por cento) calculados anualmente sobre o saldo credor corrigido;

c) pelo resultado líquido adicional das operações realizadas com recursos do PIS-PASEP, deduzidas as despesas administrativas e as provisões de reserva cuja constituição seja indispensável.

Art. 4º As importâncias creditadas nas contas individuais dos participantes do PIS-PASEP são inalienáveis, impenhoráveis e, ressalvado o disposto nos parágrafos deste artigo, indisponíveis por seus titulares.

§ 1º Ocorrendo casamento, aposentadoria, transferência para a reserva remunerada, reforma ou invalidez do titular da conta individual, poderá ele receber o respectivo saldo, o qual, no caso de morte, será pago

a seus dependentes, de acordo com a legislação da Previdência Social e com a legislação específica de servidores civis e militares ou, na falta daqueles, aos sucessores do titular, nos termos da lei civil.

§ 2º Será facultada, no final de cada exercício financeiro posterior da abertura da conta individual, a retirada das parcelas correspondentes aos créditos de que tratam as alíneas b e c do art. 3º.

§ 3º Aos participantes cadastrados há pelo menos 5 (cinco) anos e que percebam salário mensal igual ou inferior a 5 (cinco) vezes o respectivo salário mínimo regional, será facultado, ao final de cada exercício financeiro, retirada complementar que permita perfazer valor igual ao do salário mínimo regional mensal vigente, respeitadas as disponibilidades de suas contas individuais.

Art. 5º É mantido, para os recursos do PIS-PASEP, inclusive aqueles a que se refere o art. 1º da Lei Complementar nº 17, de 12 de dezembro de 1973, o sistema de aplicação unificada estabelecido na Lei Complementar nº 19, de 25 de junho de 1974.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei Complementar dentro de 120 (cento e vinte) dias, contados de sua publicação.

Art. 7º Esta Lei Complementar entrará em vigor em 1º de julho de 1970, revogados os arts. 8º e seu parágrafo, e 9º, e seus §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, e os §§ 2º, 3º, 4º e 5º do art. 5º da Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, e as demais disposições em contrário (3).

Brasília, 11 de setembro de 1975; 154º da Independência e 87º da República.

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL****EMENDAS CONSTITUCIONAIS****DECRETO LEGISLATIVO
COM FORÇA DE EMENDA CONSTITUCIONAL****EMENDAS CONSTITUCIONAIS DE REVISÃO****ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS
TRANSITÓRIAS****ÍNDICE TEMÁTICO**

Texto compilado

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício

dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 239. A arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social, criado pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, criado pela Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, passa, a partir da promulgação desta Constituição, a financiar, nos termos que a lei dispuser, o programa do seguro-desemprego e o abono de que trata o § 3º deste artigo. (Regulamento)

§ 1º Dos recursos mencionados no **caput** deste artigo, pelo menos quarenta por cento serão destinados a financiar programas de desenvolvimento econômico, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com critérios de remuneração que lhes preservem o valor.

§ 2º Os patrimônios acumulados do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público são preservados, mantendo-se os critérios de saque nas situações previstas nas leis específicas, com exceção da retirada por motivo de casamento, ficando vedada a distribuição da arrecadação de que trata o **caput** deste artigo, para depósito nas contas individuais dos participantes.

§ 3º Aos empregados que percebam de empregadores que contribuem para o Programa de Integração Social ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, até dois salários mínimos de remuneração mensal, é assegurado o pagamento de um salário mínimo anual, computado neste valor o rendimento das contas individuais, no caso daqueles que já participavam dos referidos programas, até a data da promulgação desta Constituição.

§ 4º O financiamento do seguro-desemprego receberá uma contribuição adicional da empresa cujo índice de rotatividade da força de trabalho superar o índice médio da rotatividade do setor, na forma estabelecida por lei.

.....
(À Comissão de Assuntos Sociais, decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2009

Altera a alínea b, do inciso II, do § 2º, do art. 4º da Lei permitir a exploração de

instalações portuárias privadas para o uso geral.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A alínea **b**, do inciso II, do art. 4º da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, passa a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 4º

.....

§ 1º

§ 2º

b) misto, para movimentação de carga própria e de terceiros, independente do percentual de ambas as cargas;

.....NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O medíocre investimento em infraestrutura de transportes ao longo dos últimos 30 anos evidencia de forma incontestável a incapacidade governamental de honrar seus compromissos com esse suporte vital para o pleno desenvolvimento da economia Brasileira.

De fato, a falta de investimentos se reflete no duplo problema de escassez de infraestrutura de transportes e na precária conservação do pouco existente o que impõe enormes barreiras ao agronegócio e à interiorização do desenvolvimento brasileiro.

As concessões dos pontos, ferrovias e rodovias executadas ao longo de pouco mais de uma década mostram resultados muito exitosos quando confrontados ao cenário anterior. A verdade é que o investidor privado trouxe melhorias operacionais aos portos, forte crescimento da oferta e da confiabilidade do transporte ferroviário, e a melhor conservação dentre as rodovias nacionais.

Mesmo o presidente Lula e sua equipe, que notoriamente sempre foram refratários aos avanços do processo de concessões da infraestrutura, já se renderam às suas vantagens e concederam alguns trechos rodoviários, com aparente sucesso que pode ser medido pela baixa tarifa de pedágio que serão cobradas dos usuários.

Assim, não faz sentido que um investidor privado que tenha capital e interesse não possa construir e explorar um porto para servir apenas às cargas de terceiros com ou sem participação de suas próprias cargas —, como o impede a legislação atual.

O Brasil ante o seguido crescimento de sua produção agrícola e ante a incapacidade de sua infraestrutura para lidar com esse crescimento — como, aliás,

vêm alertando as entidades representativas do setor, que já falam na possibilidade de um “apagão logístico” –, não pode prescindir da ajuda do investidor privado para resolver tais problemas, por conta de eventuais restrições ideológicas já abandonadas, até mesmo, por tradicionais corrente de esquerda.

Assim sendo acreditamos ser urgente a revisão de dispositivo antiquado de nossa legislação, razão pela qual solicitamos o apoio dos nobres Pares à proposição que ora apresentamos.

Sala das Sessões, 31 de março de 2009. – Senadora **Kátia Abreu**.

(Á Comissão de Infraestrutura, decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 119, DE 2009

Acrescenta § 6º ao art. 43 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para dispor que qualquer documento expedido pelos bancos de dados e cadastros de consumidores deverá conter o número do CPF ou do CNPJ do credor responsável pela inscrição do débito.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º O art. 43 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º:

“Art. 43.

.....
§ 6º Os cadastros e bancos de dados de proteção ao crédito e congêneres devem informar, em qualquer documentação, declaração ou certidão por eles emitida, o número do Cadastro da Pessoa Física (CPF) ou do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do credor responsável pela inscrição do débito. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Este projeto de lei pretende introduzir na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor (CDC), disposição no sentido de que toda e qualquer documentação, declaração ou certidão expedida por bancos de dados de proteção ao crédito contenha, obrigatoriamente, o número no Cadastro da Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do credor responsável pela inscrição do débito.

Essa providência torna-se necessária, pois, muitas vezes, consta desses documentos apenas o nome

fantasia, e não se dispõe da identificação correta e completa do credor. Por conseguinte, o que se busca, com essa obrigatoriedade, é propiciar ao consumidor a identificação e localização do credor responsável pela inscrição do débito em arquivos de inadimplência, para que o consumidor possa regularizar a sua situação o mais breve possível.

Assim sendo, caso necessário, ele poderá consultar o endereço eletrônico da Secretaria da Receita Federal para obter o endereço e o telefone da empresa, o que viabilizará a comunicação entre as partes (consumidor e fornecedor).

Ademais, com a obrigatoriedade da identificação correta, os bancos de dados de proteção ao crédito serão mais zelosos quando da emissão dos referidos documentos, tendendo mesmo a não permitir a inscrição sem as informações corretas e completas do credor.

Saliente-se que esta proposição está em consonância com a Política Nacional das Relações de Consumo, cujos princípios são, entre outros, o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo (CDC, art. 4º, inciso I).

Pelas razões expostas, conclamamos os ilustres Pares para a aprovação deste projeto de lei, que reputamos de inquestionável alcance social.

Sala das Sessões, 31 de março de 2009. – Senador **Osmar Dias**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CÓDIGO DO CONSUMIDOR

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

Art. 1º

SEÇÃO VI

Dos Bancos de Dados e Cadastros de Consumidores

Art. 43. O consumidor, sem prejuízo do disposto no art. 86, terá acesso às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes.

§ 1º Os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a cinco anos.

§ 2º A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele.

§ 3º O consumidor, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros, poderá exigir sua imediata correção, devendo o arquivista, no prazo de cinco dias úteis, comunicar a alteração aos eventuais destinatários das informações incorretas.

§ 4º Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito e congêneres são considerados entidades de caráter público.

§ 5º Consumada a prescrição relativa à cobrança de débitos do consumidor, não serão fornecidas, pelos respectivos Sistemas de Proteção ao Crédito, quaisquer informações que possam impedir ou dificultar novo acesso ao crédito junto aos fornecedores.

Art. 44. Os órgãos públicos de defesa do consumidor manterão cadastros atualizados de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, devendo divulgá-lo pública e anualmente. A divulgação indicará se a reclamação foi atendida ou não pelo fornecedor.

§ 1º É facultado o acesso às informações lá constantes para orientação e consulta por qualquer interessado.

§ 2º Aplicam-se a este artigo, no que couber, as mesmas regras enunciadas no artigo anterior e as do parágrafo único do art. 22 deste código.

.....
(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 120, DE 2009

Autoriza o Poder Executivo a criar, no Município de Itabaiana, campus do Instituto Federal da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar, no Município de Itabaiana, no Estado da Paraíba, **campus** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Instituto Federal) da Paraíba.

Art. 2º Com o objetivo de implementar o disposto no art. 1º, o Poder Executivo fica autorizado a:

I – criar os cargos de direção e as funções gratificadas necessárias ao funcionamento do novo **campus**;

II – dispor sobre a organização, as competências, as atribuições, a denominação das unidades e dos cargos, suas especificações e funções, bem como

sobre o processo de implantação e de funcionamento do novo **campus**;

III – lotar no novo **campus** os servidores que se fizerem necessários ao seu funcionamento, mediante a criação de cargos e a transferência e transformação de cargos efetivos vagos dos quadros de pessoal dos órgãos e entidades da administração federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 3º O **campus** do Instituto Federal da Paraíba a que se refere esta Lei será destinado à formação e qualificação de profissionais de educação superior, básica e profissional, para atender às necessidades socioeconômicas do Estado da Paraíba e dos Estados vizinhos, bem como para contribuir com o desenvolvimento tecnológico do País.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A democratização do acesso escolar tem avançado significativamente em nosso País, particularmente na educação básica. Entretanto, os desafios ainda são grandes e demandam ações mais ousadas das autoridades educacionais. Entre esses desafios, merece destaque a oferta de novas oportunidades de acesso à educação tecnológica.

Na verdade, a grande expansão da educação superior nas últimas décadas foi baseada, principalmente, na criação de vagas em cursos de baixo custo. Esse fenômeno traz duas consequências indesejáveis para o País: em primeiro lugar, fornece contribuição limitada para a inserção profissional dos recém-formados; em segundo, deixa lacunas no preenchimento de postos de trabalho em setores produtivos mais modernos.

A relevância da educação profissional e tecnológica está bem clara na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que dedica dois capítulos ao tema: um voltado a essa modalidade de ensino, de forma geral; e o outro à educação profissional técnica de nível médio (arts. 36-A a 36-D).

Após alguns anos praticamente sem crescer, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica voltou a ser objeto de atenção, com a edição da Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005 e, mais recentemente, da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, da qual fazem parte os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais).

A proposição ora apresentada situa-se nesse contexto de revalorização da educação profissional e tecnológica, mediante a iniciativa de indicar ao Poder

Executivo um município que possui todas as condições para ser sede de um novo Instituto Federal.

Com população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em cerca de 25,5 mil habitantes, Itabaiana pode, com a criação de seu **campus** do Instituto Federal da Paraíba, tornar-se um pólo irradiador de desenvolvimento educacional e econômico para o agreste paraibano e pernambucano.

Por fim, manifesto a convicção de que iniciativas como a ora apresentada possam favorecer a interiorização de processos de desenvolvimento dessa natureza, assim como contribuir para o cumprimento da meta do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2001, de elevar, em dez anos, a escolaridade de nível superior de cerca de 12% para 30% da população com idade entre 18 e 24 anos.

Em vista do exposto, peço apoio dos Senhores Congressistas para a transformação deste Projeto em Lei.

Sala das Sessões, – Senador **Cícero Lucena**

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, DE 2009

Altera dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que “Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Funções Públicas Federais”

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Acrescente-se o inciso XX ao art. 117 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a seguinte redação:

“Art. 117.

XX – coagir moralmente subordinado, através de atos ou expressões reiteradas que tenham por objetivo atingir a sua dignidade ou criar condições de trabalho humilhantes ou degradantes, abusando da autoridade conferida pela posição hierárquica.”

Art. 2º O inciso XIII do art. 132 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 132.

XIII – transgressão dos incisos IX a XVI, e XX, do art. 117. (NR)”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O chamado “assédio moral”, expressão cunhada na França, e que para efeitos deste projeto de lei denominamos coação moral, consiste em um dos problemas comumente encontrados no ambiente de trabalho e que põe risco a sanidade mental e a dignidade e honra dos trabalhadores.

A coação moral não é, de forma alguma, um fenômeno novo, porém a reflexão e o debate sobre o tema ainda são recentes. Levantamento da Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta para distúrbios da saúde mental relacionado com as condições de trabalho em países desenvolvidos, como Finlândia, Alemanha, Reino Unido, Polônia e Estados Unidos. Segundo a OIT e a Organização Mundial da Saúde, as perspectivas não são boas, pois nas próximas décadas predominarão vários danos psíquicos relacionados com as novas políticas de gestão na organização de trabalho.

O assédio ou coação moral pode ser definido como a exposição dos trabalhadores e trabalhadoras a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas no exercício de suas funções, sendo mais comuns em relações hierárquicas de um ou mais chefes dirigida a um ou mais subordinado(s). Tal atitude, além de constranger, desestabiliza o empregado durante sua permanência no ambiente de trabalho e fora dele, forçando-o muitas vezes a desistir do emprego, acarretando prejuízos para o trabalhador e para a organização.

Esse comportamento, execrável em qualquer situação, se mostra ainda mais moralmente indefensável quando se trata do serviço público, em que o eventual exercício de cargos de chefia se dá em nome do interesse público e deve ser pautado pelos princípios constitucionais da impessoalidade e da moralidade.

Dessa maneira, se faz necessário o aperfeiçoamento do estatuto que rege os servidores públicos federais, passando a prever a penalidade de demissão para aquele servidor que, no exercício do poder hierárquico, vier a submeter seus subordinados a práticas degradantes ou constrangedoras no ambiente de trabalho, colaborando para a construção de um verdadeiro serviço público de qualidade para seus administrados.

Diante do exposto, contamos com a atenção dos nobres Pares para a aprovação da proposta.

Sala das Sessões, 31 de março de 2009. – Senador **Inácio Arruda**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das

autarquias e das fundações públicas federais.

Publicação Consolidada da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, Determinada pelo Art. 13 da Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997.

O Presidente Da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

**CAPÍTULO II
Das Proibições**

Art. 117. Ao servidor é proibido: (Vide Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)

IX – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

XVI – utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;

Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

XIII – transgressão dos incisos IX a XVI do art. 117.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 122, DE 2009
(COMPLEMENTAR)****Dispõe sobre a criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Cariri-Araripe (RICA).**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Cariri-Araripe (RICA), com o objetivo de articular e harmonizar as ações administrativas da União e dos Estados do Ceará, Piauí, Pernambuco e Paraíba, conforme o previsto no inciso IX do art. 21, no art. 43 e no inciso IV do art. 48, da Constituição Federal.

§ 1º A Região de que trata este artigo é constituída pelos Municípios de Abaiara, Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Aurora, Baixo, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Campos Sales, Caririáçu, Cedro, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Ipaumirim, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Porteiros, Potengi, Salitre, Santana do Cariri, Tarrafas, Umari, Várzea Alegre, no Estado do Ceará; Araripina, Bodocó, Cedro, Exu, Granito, Ipubi, Moreilândia, Ouricuri, Santa Cruz, Santa Filomena, Serrita, Trindade,

no Estado de Pernambuco; Acauã, Alegrete, Belém do Piauí, Betânia do Piauí, Caldeirão Grande, Campo Grande, Caridade do Piauí, Curral Novo, Francisco Macedo, Fronteiras, Marcolândia, Padre Marcos, Paulistana, Pio IX, São Julião, Simões, Vila Nova, no Estado do Piauí; Bom Jesus, Bonito de Santa Fé, Cachoeira dos Índios, Cajazeiras, Conceição, Monte Horebe, Santa Inês, São José de Piranhas, no Estado da Paraíba.

§ 2º Os municípios constituídos a partir de desmembramento dos territórios municipais citados no § 1º deste artigo passarão a compor, automaticamente, a Região Integrada de Desenvolvimento do Cariri-Araripe (RICA).

Art. 2º É o Poder Executivo autorizado a criar o Conselho Administrativo que coordenará as atividades da Região Integrada de Desenvolvimento da Região do Cariri-Araripe (RICA).

Parágrafo único. As atribuições e a composição do Conselho Administrativo de que trata este artigo serão definidas em regulamento, assegurada a participação dos representantes dos Estados do Ceará, Pernambuco, Piauí e Paraíba, dos municípios situados na área de abrangência da Região Integrada de Desenvolvimento do Cariri-Araripe (RICA) e de representantes da sociedade civil.

Art. 3º Consideram-se de interesse comum da Região Integrada de Desenvolvimento do Cariri-Araripe (RICA) as ações da União, dos Estados do Ceará, Pernambuco, Piauí e Paraíba, voltadas para o desenvolvimento econômico sustentável, a conservação do equilíbrio sócio-ambiental, a geração de emprego e renda e a implantação de infra-estrutura.

Art. 4º É o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da Região do Cariri-Araripe (RICA).

Parágrafo único. O Programa Especial de Desenvolvimento da Região do Cariri-Araripe (RICA), ouvidos os órgãos competentes, estabelecerá, mediante convênio, normas e critérios para unificação de procedimentos relativos às ações previstas no art. 3º desta Lei, especialmente em relação a:

I – tarifas, fretes e seguros;

II – linhas de crédito especiais para as atividades prioritárias;

III – isenções e incentivos fiscais.

Art. 5º Os programas e projetos prioritários para a região serão financiados com recursos:

I – de natureza orçamentária, que lhes forem destinados pela União na forma da lei;

II – de natureza orçamentária, que lhes forem destinados pelos estados e municípios abrangidos pela Região Integrada de que trata esta Lei;

III – de operações de crédito externas e internas.

Art. 6º A União poderá firmar convênios com os Estados do Ceará, Pernambuco, Piauí e Paraíba e com os municípios referidos no § 1º do art. 1º, com a finalidade de atender ao disposto nesta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Constituição Federal assegura em seu art. 43 que, para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando ao desenvolvimento e a redução das desigualdades regionais. A criação de regiões integradas de desenvolvimento surge como uma necessidade intrínseca do País em sua busca de progresso e prosperidade.

Com esta iniciativa, propomos a criação de mecanismos que favoreçam o desenvolvimento de 70 municípios do Ceará, Pernambuco, Piauí e Paraíba situados no complexo Cariri-Araripe, que abrangem uma área de 45.901,4 /km² e, em 2007, abrigavam uma população de 1.546.707 habitantes, incluindo-se aí os municípios integrantes da Área de Preservação Ambiental (APA) do Araripe, criada pelo Decreto do Executivo Federal de 4 de agosto de 1997.

A Área de Preservação Ambiental do Araripe abrange um conjunto de 40 municípios pertencentes aos Estados do Ceará (15), Pernambuco (11) e Piauí (14). O referido Decreto, ao disciplinar a justa proteção ecológica, visando assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais, delimita as condições de exploração produtiva, oferecendo particularidades ao desenvolvimento econômico requerido à elevação do padrão de vida das populações envolvidas. A conservação do equilíbrio sócio-ambiental influi, portanto, nas características das políticas de geração de emprego e renda e de outras iniciativas econômicas.

Nesse sentido, o Projeto de Lei Complementar trata de suprir o conjunto dos municípios incluídos na Região Integrada de Desenvolvimento do Cariri-Araripe (RICA), de acordo com os dispositivos constitucionais (artigo 43 da Constituição Federal), com estímulos ao desenvolvimento sustentável na forma de tarifas, fretes e seguros; linhas de crédito especiais para as atividades prioritárias; isenções e incentivos fiscais, entre outros.

É oportuno salientar que pesquisas e estudos geológicos em curso apontam para a possibilidade da existência de petróleo na Bacia Sedimentar do Araripe, englobando municípios do Cariri Cearense, de

Pernambuco, do Piauí e da Paraíba. A confirmação da presença do petróleo na região poderá representar forte impacto no processo de desenvolvimento.

Ressalta-se também que o mais expressivo santuário ecológico do Cariri encontra-se na Chapada do Araripe, representando um dos principais fatores responsáveis pelo peculiar ecossistema da região. A Universidade Regional do Cariri – URCA tem como objetivo promover no território um tipo de desenvolvimento sustentável, integrado e interestadual, e que seja bem adaptado às características da área, o que não pode ser feito sem referências aos objetivos e às políticas adotadas na área de abrangência da Biorregião do Araripe.

Merece destaque o reconhecimento mundial da riqueza natural desta área: em 2006, a Chapada do Araripe, no Ceará, foi incluída na Rede Mundial de Geoparques da UNESCO e passou a ser o primeiro geoparque do Hemisfério Sul. A área foi inserida em uma lista na qual constavam, em 2008, 57 parques de reconhecida importância para a proteção especial de riquezas geológicas e paleontológicas.

Pretende-se com este projeto disponibilizar recursos para as ações articuladas entre a União e estados e municípios da RICA, destinadas ao aproveitamento das potencialidades produtivas locais compatíveis com a conservação ambiental, além das atividades do turismo ecológico, científico e cultural. A existência de uma política local de desenvolvimento econômico e social deverá permitir que setores carentes tenham acesso a instrumentos adequados para as mudanças estruturais necessárias. Para que isso ocorra, é necessário coordenar programas, projetos e políticas públicas, o que será possível com a implantação da Região Integrada de Desenvolvimento do Cariri-Araripe.

Diante da importância da proposição, contamos com o pleno apoio dos ilustres pares para a aprovação deste Projeto de Lei Complementar.

Sala das Sessões, 31 de março de 2009.– Senador
Inácio Arruda.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 21. Compete à União:

IX – elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;

Seção IV Das Regiões

Art. 43. Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.

§ 1º – Lei complementar disporá sobre:

I – as condições para integração de regiões em desenvolvimento;

II – a composição dos organismos regionais que executarão, na forma da lei, os planos regionais, integrantes dos planos nacionais de desenvolvimento econômico e social, aprovados juntamente com estes.

§ 2º Os incentivos regionais compreenderão, além de outros, na forma da lei:

I – igualdade de tarifas, fretes, seguros e outros itens de custos e preços de responsabilidade do Poder Público;

II – juros favorecidos para financiamento de atividades prioritárias;

III – isenções, reduções ou diferimento temporário de tributos federais devidos por pessoas físicas ou jurídicas;

IV – prioridade para o aproveitamento econômico e social dos rios e das massas de água represadas ou represáveis nas regiões de baixa renda, sujeitas a secas periódicas.

§ 3º Nas áreas a que se refere o § 2º, IV, a União incentivará a recuperação de terras áridas e cooperará com os pequenos e médios proprietários rurais para o estabelecimento, em suas glebas, de fontes de água e de pequena irrigação.

Seção II Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Desenvolvimento Regional e Turismo.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 20, de 2009**

(nº 261/2009, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 451, de 2009, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram, referente aos Relatórios de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre de 2008, encaminhados pelos Poderes e órgãos federais relacionados na Lei de Responsabilidade Fiscal (TC 026.703/2008-0).

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 21, de 2009** (nº 292/2009, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 379, de 2009, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram, que trata de Incidente de Uniformização de Jurisprudência referente a incompatibilidade ou conflito da Lei Complementar nº 51/85 em relação à Constituição e suas respectivas emendas (TC 010.598/2006-6).

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Sociais e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Peço aos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes e em outras dependências da Casa que compareçam ao plenário, porque teremos oportunidade de várias votações, conforme acabamos de resolver na reunião de líderes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Temos uma proposta de emenda à Constituição que deverá ser votada, vários embaixadores e outras autoridades. Portanto, convido todos os Senadores e Senadoras a comparecerem ao plenário.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, precisamente para convocar os Senadores do PSDB para uma sessão intensa de votações. Ao mesmo tempo, eu peço a V. Exª que, antes de começarmos o processo de votação, me conceda a palavra pela ordem, porque eu tenho uma comunicação a fazer ao País, e gostaria de fazê-la na frente do máximo possível de Srs. Senadores e Srªs Senadoras. Mas aproveito para tornar a convocar os Senadores do PSDB para se fazerem presentes, porque hoje nós votaremos algumas dezenas de matérias, muitas delas de grande nevrálgia, de grande repercussão popular e para a segurança pública, enfim, são matérias relevantes.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Tem V. Ex^a a palavra. V. Ex^a pediu a palavra em seguida?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não. Quando chegassem os Senadores, Sr. Presidente, antes de começar qualquer processo de votação, eu falaria rapidamente pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador Paim, parece que deseja usar da palavra? (Pausa)

Está inscrito.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é para abusar da gentileza, da generosidade de V. Ex^a. É que desejavam fazer uso da palavra, ainda na sessão de homenagem ao PCdoB, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Valter Pinheiro, Garibaldi. S. Ex^{as} abriram mão porque se sentiram contemplados pelas falas de seus Líderes e dos representantes dos seus Partidos. Mas eu faço questão de fazer esse registro, porque são parlamentares pelos quais temos muito respeito e que gostariam de fazer essa homenagem. Eu disse que iria registrar esse desejo dos Srs. Parlamentares, que queriam falar, que estavam inscritos, mas, como o tempo já estava exigindo que nós encerrássemos a parte da sessão solene, eles não puderam falar.

Era esse registro que eu gostaria de fazer. Um abraço a esses companheiros que estavam aqui conosco para prestar essa homenagem ao PCdoB. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O Senador Paulo Paim estava...

Se V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, desejar fazer uso da palavra, tem a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a propósito da fala do Senador Inácio Arruda, quero dizer que não compareci à sessão de homenagem ao Partido Comunista do Brasil em função do trabalho extenso e intenso que tivemos em seu gabinete. Mas aqui rendo as minhas homenagens a esse Partido de tanta luta, de tanta vida neste País.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Mas V. Ex^a é **hors concours** em homenagens ao PCB. Então, já previamente...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

Uma vez mais, convido os Senadores que se encontram em seus gabinetes e em outras dependências a comparecerem ao plenário, para iniciarmos a votação das matérias que estão na Ordem do Dia.

Perdão, Senador Paim, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu havia me comprometido, na sessão de homenagem ao PCdoB, que, na continuação dos trabalhos, eu apresentaria uma carta que me foi encaminhada pela Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil, pela CTB. Diz a carta:

A CTB-RS se dirige à autoridades federais e estaduais, apresentando suas proposições para enfrentar o desemprego e a crise atual.

A crise financeira do capitalismo, originada nos Estados Unidos da América, repercutiu no mundo todo e [com certeza aqui] no Brasil também. Aqui, caiu a produção e houve demissões [e infelizmente a massa salarial está cada vez mais sendo reduzida] em massa no final de 2008 e no ano em curso.

O Governo Federal adotou medidas positivas de combate à crise, como manter o PAC, o Bolsa-Família, reduzir o IPI dos automóveis, lançar programa de um milhão de casas, atendendo a necessidades sociais e gerando empregos.

Diz mais a carta da CTB:

Entretanto, a manutenção de juros altos inibe a produção e a geração de postos de trabalho, além de sugar imensos recursos do Governo para os bancos. Urge, pôr fim à farra financeira de mais de uma década.

O momento é grave e não comporta ações unilaterais, como cortar direito dos trabalhadores. Além de injusto, reduziria o poder de consumo, gerando mais recessão. É preciso ética e visão de conjunto. As ações unitárias, defendendo o desenvolvimento do País com a valorização do trabalho, binômio que envolve o esforço de todos, trabalhadores, empresários, governos, legislativos, entidades associativas[enfim, a todos], etc. Acima de tudo, são necessárias medidas emergenciais para estancar as demissões e garantir o emprego.

Diz mais a CTB do Rio Grande do Sul:

Para a esperança ficar viva, a crise precisa ser vencida urgentemente. Para isso pre-

posomos [esse documento foi entregue também à Ministra Dilma]:

- *redução urgente e drástica da taxa de juros, bem como do spread bancário,*
- *redução do superávit primário, visando elevar investimentos e mais gastos sociais;*
- *ampliar as verbas do PAC (investimento em infraestrutura/saneamento básico/reforma urbana), o Bolsa-Família e outras iniciativas sociais e geradoras de emprego;*
- *apoio total à construção de 1 milhão de casas populares; valorização do salário mínimo;*
- *redução dos impostos diretos, como o Imposto de Renda, sobre as faixas de mais baixa renda;*
- *redução dos impostos sobre a cesta básica;*
- *taxação das grandes fortunas;*
- *redução da jornada de trabalho sem redução salarial [conforme], PEC de autoria dos Senadores Inácio Arruda e Paulo Paim;*
- *recurso público destinados às empresas seja acompanhado de contrapartidas sociais, com destaque [à não demissão] para a estabilidade no emprego;*
- *convenção nº 158 da OIT (contra a demissão imotivada);*
- *valorização do Piso Regional;*
- *fim do fator previdenciário e reajuste dos aposentados igual ao salário mínimo [conforme propõe projeto deste Senador aprovado por esta Casa e em tramitação na Câmara];*
- *frentes emergenciais de trabalho;*
- *ampliação do prazo de validade do seguro-desemprego;*
- *valorização da agricultura familiar, nos âmbitos federal e estadual com as seguintes medidas, dentre outras:*
- *reabertura da discussão do endividamento agrícola, problema crônico que continua sem solução, através de securitização e alongamento das dívidas vencidas e vincendas dos financiamentos de custeios e investimento agrícolas;*
- *socorro às cadeias produtivas de suinocultura, avicultura, fumiocultura e vitivinicultura, que passam por sérias dificuldades de comercialização, através da abertura de linhas de crédito específicas, sendo que o apoio a estas cadeias produtivas deve contemplar também os agricultores familiares;*

– *reajuste imediato dos preços mínimos oficiais do Governo, com especial atenção à uva, feijão, milho, trigo, leite, bem como a implementação de medidas de proteção à produção nacional de trigo, leite e vinho, que enfrentam a concorrência desleal da importação.*

– *fortalecimento da assistência técnica voltada à agricultura familiar, através da contratação imediata de técnicos para o quadro da Emater e a ampliação dos recursos para a Fepagro;*

– *revisão de benefícios fiscais concedidos através do Fundopem, como forma de contemplar toda a cadeia produtiva.*

Assina esta carta encaminhada ao Governo Federal e ao Legislativo o Presidente da Central Geral, o Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, a CTB, o meu amigo Guiomar Vidor.

Por fim, Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que considere na íntegra o registro que faço aqui da 33ª Feira Internacional de Couros, Produtos Químicos, Componentes, Máquinas e Equipamentos para Calçados e Cortumes, Fimec, da cidade de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, que superou todas as expectativas, demonstrando que aquela região com certeza está combatendo a crise.

A feira, que se encerrou na última sexta-feira, dia 27, teve a participação de 1.200 expositores, reunidos nos pavilhões da Fenac. Foram mais de 45 mil compradores durante os quatro dias da feira.

Segundo o diretor-presidente da Fenac, Ricardo Michaelsen, “realizar a feira em meio à crise era uma incógnita, porém, os números foram muitos positivos.

Tenho também Sr. Presidente, as palavras do Prefeito de Novo Hamburgo, ex-Deputado Federal, Tarciso Zimmermann, do PT, que apresentou um quadro positivo e, ao mesmo tempo, baseado em um seminário realizado lá, uma série de propostas para viabilizar o setor junto ao Governo Federal.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço a V. Ex^a pela oportunidade.

Quero também deixar registrado outro documento da Assembleia Legislativa, assinado pelo Presidente Deputado Ivar Pavan e todos os Deputados Estaduais do Rio Grande do Sul, que visa simplesmente apontar caminhos de combate à crise.

Muito obrigado, Presidente Sarney.

SEGUE NA ÍNTEGRA DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de registrar que a 33ª Feira

Internacional de Couros, Produtos Químicos, Componentes, Máquinas e Equipamentos para Calçados e Curtumes (Fimec), da cidade de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, superou todas as expectativas dos seus organizadores.

A feira, que se encerrou na última sexta-feira, dia 27, teve a participação de mil e duzentos expositores reunidos nos pavilhões da Fenac. Foram mais de 45 mil compradores durante os quatro dias de feira.

Segundo o Diretor-presidente da Fenac, Ricardo Michaelsen, “realizar a feira em meio à crise era uma incógnita, porém, os números revelaram êxito: 70% dos expositores confirmaram presença em 2010 e metade deles querem mais espaço. Talvez tenhamos de construir mais pavilhões”.

Durante a realização da Fimec, Sr^{as} e Srs. Senadores, o prefeito de Novo Hamburgo, Tarcísio Zimmermann, do PT, apresentou algumas reivindicações para o Governo federal, e que desde já tem o apoio deste Senador. São elas:

A ampliação de parcerias com o Governo Federal, através de entidades como a APEX (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos) e a ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial);

Zimmermann solicitou também um posicionamento mais forte diante da disputa política para a imposição de medidas do *antidumping* do calçado chinês; a manutenção do imposto de importação do couro *wet blue*; e apoio nos projetos do IBTeC, para dar ainda mais qualidade e conforto aos produtos do setor.

Registro também que a Fimec multiplicou seus efeitos positivos por outros setores da economia da região.

Por exemplo, os hotéis e pousadas ficaram totalmente lotados, bem como shoppings, bares e restaurantes tiveram o número de clientes elevados com relação a outros períodos do ano.

Para finalizar, Sr. Presidente, parabeno a diretoria da Fenac pela organização do evento e também os seus parceiros e entidades do setor coureiro-calçadista. Que fiquem aqui registrados os seus nomes:

ABRAMEQ – Associação Brasileira das Indústrias de Máquinas e Equipamentos para os Setores do Couro, Calçados e Afins;

AICSUL – Associação das Indústrias de Curtume do Rio Grande do Sul;

ASSINTECAL – Associação Brasileira de Empresas de Componentes para Couro, Calçados e Artefatos;

CICB – Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil;

IBTeC – Instituto Brasileiro de Tecnologia do Couro, Calçado e Artefatos;

ABECA – Associação Brasileira de Estilistas de Calçados e Afins;

ABQTIC – Associação Brasileira de Químicos e Técnicos da Indústria do Couro; e

ACI-NH/CB/EV – Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Novo Hamburgo, Campo Bom e Estância Velha.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pela ordem, Senador Expedito Júnior, do Estado de Rondônia.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há, na pauta de hoje, um requerimento de nossa autoria. Se não estou enganado, é o item 16 da pauta. Eu acabei de conversar com o Senador Demóstenes Torres, Presidente da CCJ, que firmou um compromisso, porque já há no Senado projeto idêntico ao que apresentamos no início, quando chegamos aqui. E S. Ex^a vai acoplar, juntar esses dois projetos, que se referem ao fim da prisão especial, que nós deveremos votar na CCJ amanhã.

Então, eu gostaria de retirar o meu requerimento; quero retirá-lo de pauta para que nós possamos então discutir primeiro esse requerimento na CCJ, o nosso projeto lá na Comissão.

Como participei da reunião do Colégio de Líderes, já sei qual vai ser a decisão de V. Ex^a, mas eu gostaria de fazer aqui um comentário.

Ainda presidia o companheiro Garibaldi, quando fiz uma solicitação de um requerimento em que apresentávamos exatamente o que foi decidido pelo Ministro Celso de Mello. É uma decisão monocrática. Já foi concedida uma liminar à Câmara dos Deputados para que possamos votar as emendas à Constituição, as PECs, para que elas não entrem naquela questão do trancamento da pauta.

Eu gostaria, então, de fazer este apelo a V. Ex^a, para que o Senado também adotasse a mesma medida e que nós pudéssemos votar aqui as emendas constitucionais. Com certeza, há muitas para serem votadas, Sr. Presidente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu queria fazer uma sugestão...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Antes de conceder a palavra pela ordem, alerto que V.

Exª deve formalizar junto à Mesa o pedido de desistência para que nós tenhamos oportunidade de votar.

Muito obrigado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu queria fazer uma sugestão de encaminhamento: que nós pudéssemos iniciar pelas autoridades, dado que o primeiro item da pauta é uma emenda constitucional e exige *quorum* qualificado, o que não temos nem no painel neste momento. Poderíamos, então, começar imediatamente a votação a partir das autoridades indicadas e que precisam de homologação do Plenário.

Eu proponho, se nós mantivermos este quórum no painel, a inversão da pauta, a fim de que comecemos pelo item 6, um projeto de lei ordinária que, portanto, não requer o mesmo quórum das emendas constitucionais anteriores. É um projeto bem importante que tipifica o crime organizado; um projeto que foi construído com juízes, Ministério Público, Polícia Federal e poderia ser o item 1 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – A sugestão de V. Exª é sensata. É evidente que ainda não temos número no plenário, portanto poderíamos começar, se não houver objeção, pelo item 6, que não exige *quorum* qualificado, como é o caso das emendas à Constituição e outras proposições.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Já darei a palavra a V. Exª pela ordem.

Então, vamos iniciar a votação pelo item 6.

Antes, porém, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, enquanto aguardamos a oportunidade de o Plenário ter um quórum significativo.

O SR. RENATO CASAGRANDE (PSB – SE) – Sr. Presidente, Senador José Sarney, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só para lembrar, antes da intervenção do Senador Arthur Virgílio: eu e o Deputado Beto Albuquerque estivemos juntos com V. Exª em uma audiência pedindo a votação de um projeto que trata de transplante de medula. V. Exª se recorda? Eu vou tentar localizá-lo e, com a permissão de V. Exª, pedir a agilidade dele na votação, aproveitando este momento.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Vou determinar à Secretaria que verifique onde se encontra o projeto para que ele possa entrar em pauta. Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é a respeito da recente operação Castelo de Areia. Pessoalmente fiquei muito preocupado com a forma como foi feita essa operação. Estranhei muito, Senador Sérgio Guerra, meu Presidente, o fato de o Senador José Agripino ter vindo à tribuna, ter provado que havia recebido uma doação legal da empreiteira Camargo Correa e, ainda assim, os vazamentos da Polícia Federal denotaram uma preocupação política descabida, imperdoável insinuando que S. Exª estaria do lado dos que tenham feito supostamente caixa 2. A mesma coisa com o meu companheiro de Partido, Senador Flexa Ribeiro, que provou com recibos que a doação era legal. Ou seja: a preocupação que me tomou conta do espírito era se, pela via dessa ação, a meu ver tortuosa, empreendida pela Polícia Federal, se não estávamos vendo a criminalização das doações legais, deixando as empresas, daqui para frente, indispostas a colaborar com campanhas eleitorais ou voltando à velha e deplorável prática do caixa 2 para quem quisesse aceitar essa prática.

Cheguei a pensar, Senador José Agripino, o que seria isso? Puxa, V. Exª estava exatamente na posição daqueles Senadores do seu partido, Senador Tião Viana, que receberam doações legais, estavam ali, enfim... Por que o Senador José Agripino não foi relacionado como aqueles que receberam doações legais, assim como o Senador Flexa Ribeiro? Será que não era uma tentativa de pegar um do DEM e outro do PSDB? Quem sabe o Senador Sérgio Guerra, Presidente, e eu, Líder, não tenhamos frustrado, porque se tivéssemos recebido doações, nós também, ficaria um quadro completo. Seria nota 10 para o resultado que haveria de ter obtido. Agora, ou se muda a forma de se fazer arrecadação para fundos eleitorais, ou as pessoas que não são milionárias e que não roubam na política para ter fundo próprio para fazer campanha do jeito subalterno que alguns fazem terão que se retirar da vida pública a começar por mim próprio.

Antes de conceder o aparte ao Senador Sérgio Guerra, gostaria de dizer o seguinte, Senador José Agripino: dei tratos às bolas para procurar saber até que ponto poderia haver alguma coisa de muito grave por trás disso e tenho impressão que sei o que há de muito grave por trás disso.

Antes da Operação Castelo de Areia, o jornalista Elio Gaspari, numa carta muito bonita – do céu – de Abreu e Lima para o Presidente Lula, como se Abreu e Lima estivesse se dirigindo ao Presidente Lula:

Por favor, não deixe que meu nome seja associado a uma obra que contraria minha fé no progresso e no gênero humano. A Refina-

ria Abreu e Lima foi projetada para custar R\$9 bilhões. Os fornecedores de obras e equipamentos já estão pedindo R\$23 bilhões. Uma unidade de coque foi orçada em R\$15 bilhões. Não vale a quinta parte disso.

Isso foi Elio Gaspari. Poderia ser a especulação de um grande jornalista.

Temos aqui decisão do Tribunal de Contas da União, que diz:

Os trabalhos de investigação intentados pela autoridade policial lograram apurar existência de supostos indícios de prática de crimes contra o sistema financeiro nacional e de eventual lavagem de valores afeitos a esta Vara especializada.

Isso é da 6ª Vara Federal Criminal, especializada em crimes financeiros e em lavagem de valores, com o parecer do Ministro Valmir Campelo, que considera haver superfaturamento na refinaria da Petrobras.

Aí diz aqui – é um parecer muito duro do Ministro Valmir – no trecho do Juízo da Sexta Vara Federal:

Ainda foi possível identificar conversas entre Pietro e Bruno Machado Ferla, suposto diretor de uma das empresas da Camargo Corrêa, segundo autoridade policial, em que estariam, em tese, negociando a remessa de valores em espécie para Recife/PE. Sob tal perspectiva, Fernando Dias Gomes, que também integraria a diretoria da referida construtora, teria solicitado a Kurt a entrega do numerário no prédio da empreiteira construtora.”

No outro trecho:

(...) tem-se que curiosamente a autoridade policial carrou ao feito documentos compartilhados com o Tribunal de Contas da União dando conta acerca de eventual sobrepreço e superfaturamento de obras públicas (...)

Precisamente por parte da empreiteira Camargo Corrêa e precisamente se referindo à obra da refinaria de Pernambuco.

O Ministro Valmir Campelo é muito duro nisso. Após a fala do Ministro Valmir Campelo – peço que tudo isso vá para os Anais, Sr. Presidente –, no final, chama atenção para esse processo administrativo. O que chama atenção são as ligações telefônicas interceptadas exatamente no mesmo período.

Muito bem. Aqui nós temos ainda um outro noticiário *on line*, que eu peço também que vá para os Anais, de Alan Gripp: “TCU diz que refinaria está superfaturada em R\$59 milhões”. Ou seja, eu posso estar muito equivocado, Senador Sérgio Guerra, posso estar muito equivocado, Senador José Agripino, posso estar

muito equivocado, Senador Mário Couto, mas me parece, claramente, que jogaram uma cortina de fumaça, cometendo o crime político de criminalizar doações legais de campanha e, ao mesmo tempo, procurando evitar que alguém se aprofundasse nisso que hoje é uma preocupação nossa, da Bancada do PSDB.

Nós aqui sabemos a quantas anda, como está a refinaria de Pernambuco, que, segundo a imprensa, segundo o TCU, segundo a 6ª Vara Federal Criminal, especializada em lavagem, em crimes financeiros, é uma obra superfaturada.

Muito bem. Aí o Senador José Agripino, um dos mais prestigiosos Líderes da Oposição, recebeu uma ajuda financeira da empresa, e o Senador Flexa Ribeiro recebeu outra ajuda. Os dois mostraram recibo, mas isso não bastou. Além do mais, o descontrole é muito grande.

Eu tenho elogiado aqui a Polícia Federal inúmeras vezes. Considero que há uma parte da Polícia Federal que é absolutamente profissional e não pertence a Governo algum. Eu diria que ela está dividida em três partes: uma parte que é contra o Governo; uma parte que é a favor do Governo; e outra que é a verdadeira Polícia Federal que eu desejo para a proteção da nossa sociedade, das nossas famílias, das nossas vidas.

Mas, muito bem. Esse vazamento – um dia vaza uma coisa, outro dia vaza outra –, as insinuações, as tentativas de macular quem quer que seja... E uma pessoa me disse, Senador José Agripino, uma pessoa aqui em Brasília, do próprio Departamento de Polícia Federal, que o nome “Operação Castelo de Areia” significava – não era nada ao acaso, como não foi nenhum desses nomes ao acaso – uma operação destinada a fazer cair, como um castelo de areia, a reputação de algumas pessoas que, supostamente, teriam reputações absolutamente inabaláveis. Essa foi a explicação que me deu uma pessoa que não concorda com o que entende que tenha sido uma atitude equivocada.

Por tudo isso, Sr. Presidente, estou pedindo que venha ao plenário desta Casa, e não à Comissão, por meio de requerimento apresentando a V. Ex^a – e isso envolve aqui a questão de defesa do Estado de direito – o Ministro Tarso Genro, com o atual Diretor da Polícia Federal, para ser sabatinado por nós, por todos os Senadores, não por quem apenas pertença à comissão tal ou à comissão qual. Estamos apresentando este requerimento neste momento por entender que tem muito o que explicar neste caso.

Mais ainda: eu estranhei muito. Vi uma lista imensa de Senadores e deputados do PT, governadores, prefeitos, tudo lá. É uma lista imensa. E o partido é excluído de qualquer suspeita.

Depois, hoje, na primeira página do jornal, *O Globo* diz: partidos tais, tais e tais, PT, PTB e PV, se não me engano, foram excluídos, aí a explicação: porque parece não haver definição conclusiva quanto à culpabilidade deles. Como se houvesse definição conclusiva quanto à culpabilidade de V. Ex^a ou a culpabilidade do Senador Flexa Ribeiro.

Então, é bom que esta Casa decida de uma vez por todas se quer ser uma Casa independente e soberana ou não. E se quer, que não se curve. Se quer, que não se curve e que não aceite qualquer agressão ao Estado democrático de direito, e que exija, assim, a punição de todo e qualquer corrupto que passeie por este País, mas que não invente o que não existe em pessoas de reputação correta e que simplesmente não fizeram mais do que receber doações legais, de acordo com a lei brasileira.

Criminalizar... E aí eu faço um apelo muito veemente à imprensa brasileira, que informa, que é investigativa, que tem um papel excepcionalmente bem cumprido na democracia brasileira: que não embarque nessa canoa de simplesmente acreditar em tudo o que sai dos vazamentos da Polícia Federal. Porque o dia em que este Congresso realmente – ele tem que se curar por dentro, este Congresso está doente ainda, tem que se curar por dentro –, mas no dia em que este Congresso, porventura desmoralizado ou porventura sem prerrogativa, fechar as suas portas, a outra porta que fecha é a da liberdade de imprensa. E temos que estar muito atentos a tudo isso.

Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Líder Arthur Virgílio, sua fala de hoje deveria ser ouvida por todos nós, Senadores de todos os partidos, com muita atenção. Os fatos que estão aí, a irresponsabilidade que se promove neste instante, o atentado contra pessoas honestas, é extremamente grave. Há uma obra em Pernambuco com suspeita de superfaturamento. Não é de milhões, é de milhões, milhões e milhões de reais. De repente, está lá o nome do Senador José Agripino, que recebeu de uma empresa brasileira reconhecida, notória, legal, contribuição legal, tranquila e segura, para uma determinada campanha política. O mesmo fato se reproduz com o Senador Flexa, do meu Partido, com outros companheiros, políticos da Oposição, que receberam também legalmente contribuição da Camargo Corrêa. Esse fato completamente tranquilo aparece, do ponto de vista público, como fato ilegal, comprometedor. As pessoas em casa, a população de uma maneira geral, muitas vezes desavisada, não percebe com clareza o que foi dito e o que foi afirmado, e começa a se confundir e a confundir opiniões sobre pessoas completamente honestas, completamente limpas, num episódio absolutamente limpo. Uma investigação

sobre obras públicas de uma grande empresa brasileira basta recorrer ao Tribunal de Contas da União, e não pode excluir o PT, não tem chance de excluir o PT. O PT e o PAC, que é o nome da ação que o PT desenvolve do ponto de vista de obra pública no sentido mais geral, estão rigorosamente lá nas investigações do Tribunal de Contas da União. Não são escondidas, são transparentes, são conhecidas. Quem não tem nada a ver com a refinaria de Pernambuco é o Senador José Agripino, ou o Senador Flexa, ou o Deputado Aleluia e outros que foram aparecendo por aí. Isso tudo acontece no momento em que o País está em crise, ao mesmo tempo em que o Congresso é assaltado por denúncias de todos os tipos; no momento em que, pela primeira vez, o Presidente perde popularidade, depois de um bom tempo; que a sua candidata desce para menos de dois dígitos, ficando com o número nove na última pesquisa do Ibope; que os candidatos da Oposição no Brasil inteiro aparecem bem nas pesquisas. Nesse instante, começa uma determinada investigação surrealista envolvendo pessoas que não têm nada a ver com isso, com procedimentos completamente legais, absolutamente normais, que todos nós temos. Impossível não tê-los sendo políticos e candidatos. Isso não vem de graça, isso não acontece de graça. Aquele juiz, que tem todas as qualidades menos a de juiz, essa investigação que nunca provou nada contra ninguém, esses vazamentos contra nós, da Oposição, não são de graça, não acontecem assim sem razão alguma; é evidentemente, uma manobra feita para impedir a consumação do óbvio: uma eleição tranquila e democrática para daqui a um ano e meio.

Não se venha inventar, com antecipação, problemas, perturbações, para que a população não caminhe o seu caminho com tranquilidade, votando de um jeito ou do outro. Factóides desse tipo, isso tudo é uma imensa palhaçada. Essa investigação não tem conteúdo, não tem lógica. Uma coisa não junta com a outra. É para criar confusão na opinião pública e comprometer a Oposição. Tenho certeza disso – e não tenho mania de perseguição. É o que eu estou vendo, é o que percebo na rua, pessoas me perguntando se o PSDB comprometeu-se num episódio ou noutro desses que estão citados. Uma fraude, uma fraude completa! Nós não estamos num momento simples. O Congresso enfrenta sérias dificuldades. Defendo uma profunda reforma do Congresso. Não é do Senado, não. É do Congresso. Vivemos aqui um pacto de muitos anos atrás, que não pode sobreviver às mudanças saudáveis que o País promoveu. Alguém tem responsabilidade, alguém tem mais, alguém tem menos, todos têm? Não sei. Mas o fato é que temos que sair desse estado em que estamos para um outro estado, de transparência, de democracia, de organi-

zação eficiente, de administração competente, em vez dessa imensa clientela que pôde ter sentido em algum momento, mas não tem mais sentido nenhum. Agora, quero dizer ao Líder Arthur Virgílio que nós vamos enfrentar nessa eleição uma luta muito dura. Porque o Presidente da República e o Governo não assumiram a crise que está aí, que eles chamaram de marola; porque os Municípios brasileiros, especialmente os mais pobres, estão pagando um elevado preço já por essa crise. Porque o Governo jamais assumiu essa crise. Jamais! Porque o Presidente a subestimou o tempo todo. Remeteu para a Oposição, remeteu para o Presidente dos Estados Unidos; disse a crise que não iria atravessar o Atlântico; inventou fundo soberano para cá, programa de habitação para lá, um factóide atrás do outro. Mas não encarou como deveria encarar – e teria o apoio de todos nós – uma crise real para a qual o Governo brasileiro tem contribuído: com gasto demais, com taxas de juros demais, com muita irresponsabilidade fiscal, com obras superfaturadas, com um PAC ineficiente, com uma campanha lançada antes do tempo, que perturba a vida democrática. Não precisávamos estar em campanha agora nem cogitando disso agora. Nós do PSDB estamos tendo que entrar nisso porque já botaram a campanha na rua, óbvia, da Ministra Dilma. Por que não assumem? O que é que ela está fazendo por aí se não campanha? Roupa de campanha, cara de campanha, cabelo de campanha, discurso de campanha e não é campanha? É o quê? O Brasil quer ouvir a Ministra Dilma? Não. A Ministra Dilma quer que o Brasil, pretende que o Brasil ouça o que ela tem para dizer – o que aqui entre nós não é muita coisa, aliás, como disse o Deputado Ciro Gomes. Então, eu estou convencido de que nós temos que reagir nessa história, não abrir um minuto, enfrentar o que tivermos que enfrentar, trazer todos os fatos para aqui, para que não fique a suspeição dessas investigações que não concluem nada e deixam um resíduo de acusação contra todos nós e enfraquecem mais ainda a democracia. Que o Presidente assuma o seu papel! Não tem nada a ver com o olho de ninguém, se é azul, preto, amarelo ou seja lá o que for. Tem a ver com consciência democrática, convicção democrática, que falta muito a muita gente. Vamos para a democracia, vamos disputar a eleição, ganhar ou perder, mas golpe sujo, não. Tem todo o apoio o Senador Arthur Virgílio, que afirma a sua liderança mais uma vez.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Sérgio Guerra. E, antes de passar para o aparte do Senador Mário Couto, depois do Senador Gim Argello, do Senador Tasso Jereissati, do Senador José Agripino e da Senadora Kátia Abreu, eu digo uma coisa bem simples, Senador Alvaro Dias, digo uma coisa bem simples, mas muito simples: eu não duvido

de que tenha havido remessa ilegal para o exterior, eu não duvido. Aliás, quem rouba dinheiro público tem que mandar dinheiro para o exterior mesmo. Não vai ficar guardando embaixo do lençol, porque acaba um outro ladrão cumprindo aquela velha máxima de que “ladrão que rouba ladrão tem cem anos de perdão”. E não pode nem dar queixa. Porque ladrão não pode dar queixa de roubo: “Ah, eu fui roubado no dinheiro que roubei da refinaria... Não dá.

Então, eu acredito piamente que tem dinheiro mandado para o exterior sim. Agora, não foi nada relacionado à campanha eleitoral. Pelo menos não foi relacionado à campanha eleitoral do Senador Agripino, do Senador Flexa Ribeiro. Para mim foi relacionado a essa refinaria. O Senador Mário Couto terá todo o nosso apoio para restabelecer as assinaturas para a CPI que vai investigar o Dnit. Agora está na hora de pensarmos maduramente. Nós da Oposição e os Senadores que têm independência neste plenário, não está na hora de pensarmos numa CPI para investigar a Petrobras também? A partir, inclusive, disso, da condenação que lhe dá a 6ª Vara Cível, a partir da censura que lhe faz o Tribunal de Contas da União e a partir do fato de que essa operação veio e procurou pegar uma insignificância aqui, uma insignificância acolá, depósitos em contas de campanha legais. E eles sugerindo, numa atitude que não engrandece os policiais federais que trabalharam nisso e que não engrandece o Ministério da Justiça, que teria que ter controle sobre isso ou que ter isenção e inocência neste caso... Eu não tenho dúvida alguma de que há, sim, o que se investigar. Mas não é a campanha do Senador José Agripino nem a campanha do Senador Flexa Ribeiro.

Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Arthur Virgílio, primeiro, parabéns pelo seu pronunciamento. Acho que a sociedade brasileira esperava da Oposição uma palavra firme, como V. Exª está fazendo na tarde de hoje. Essa investigação foi direcionada, claramente direcionada. Essa investigação é um fato novo criado, com uma seriedade muito grande, mas uma seriedade verdadeira. É sério, muito sério, o que acontece com a Nação brasileira hoje. A investigação foi feita para divulgar nomes de Senadores ilibados, mas que pertencem à Oposição ao Governo, para desmoralizar esses Senadores. Repito, Senador Arthur Virgílio: a finalidade era desmoralizar esses Senadores. Transformaram doações legítimas, legais, em doações ilegais, rapidinho, rapidinho. Em questão de dias, dois, três dias, os nomes dos Senadores estavam em todos os jornais do Brasil. Os nomes dos Senadores eram comentados em todos os cantos do Brasil. A habilidade foi tão grande na divulgação... Divulgação proibida, divulgação que merece o respeito em função dos no-

mes que merecem credibilidade desta Nação e deste Congresso Nacional.

Estes Senadores ficaram expostos, com a sua reputação abalada. A Oposição, neste momento, tem que ser dura, Senador Arthur Virgílio; senão vai acontecer, ou está acontecendo, aquilo que sempre falo desta tribuna: uma ditadura política declarada, onde a Oposição não tem o direito neste País de ser Oposição. Por que sepultaram, por que arquivaram a CPI do Dnit, quando o Tribunal de Contas da União, Senador Arthur Virgílio, manda para esta Casa relatórios mostrando irregularidades que se encontram hoje dentro do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes? É lamentável! V. Exª está tomando uma posição digna, uma atitude digna de Oposição, alertando a Nação, mostrando à Nação o que o Governo direciona contra a Oposição, aqueles que fazem oposição democrática neste País. Por isso, na tarde de hoje, sinto-me muito orgulhoso de V. Exª e da Oposição neste Senado. Teremos daqui para frente que ser duros, muito duros, para que o Governo passe a respeitar a sociedade brasileira, através da sua Oposição. Parabéns, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Mário Couto, pelo aparte sempre corajoso, oportuno e fraterno.

Concedo o aparte ao Senador Gim Argello.

O Sr. Gim Argello (PTB – DF) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio, primeiro, por me conceder um aparte em um discurso tão importante e tão relevante que V. Exª faz na tarde de hoje, porque isso não é brincadeira, não. Não pode, como o senhor bem disse, uma parte da Polícia Federal... Se queriam uma relação das doações feitas legalmente, não precisavam invadir casa de ninguém nem mostrar as jóias da família dessas pessoas. Era só pedir a relação, ao TRE e ao TSE, das doações legais que elas apresentaram.

Não podia, em uma questão dessa, apresentar doação dizendo que é ilegal, pois, de forma legal, foi no caso do Senador Flexa Ribeiro e no caso do Líder José Agripino, um Líder honesto, trabalhador, sério. Um Líder da Oposição, sim, mas um Líder que sabemos que podemos contar porque é transparente. É um homem que faz vida pública há 30 anos sem ter mácula nenhuma. Isso não poderia ter acontecido. Senador José Agripino, em nome do meu Partido, o PTB, eu quero dizer que o senhor tem todo o nosso apoio porque conhecemos o senhor, sabemos que o senhor é um Líder da Oposição, sim, mas um Líder correto, sério e que não merecia o tipo de tratamento que foi dado a V. Exª e ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Gim Argello, pelo aparte que V. Exª faz integrar ao meu discurso.

Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senador Arthur Virgílio, em primeiro lugar, eu gostaria de fazer uma pequena correção na palavra de V. Exª. V. Exª disse que foi uma doação que eu tinha recebido e que o Senador Flexa Ribeiro tinha recebido. Acho que V. Exª cometeu um ato falho, porque, na verdade, quem recebeu foi o Democrata do Rio Grande do Norte e o PSDB do Pará.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Legal do mesmo jeito.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Claro! Evidente! Mas, se V. Exª fala, até por vício de linguagem, dessa forma, não foi dessa forma que pretenderam colocar a pecha do escândalo nas minhas costas. Em tudo que se noticiou de quinta-feira para cá, a seletividade esteve na ponta dos cascos. Era a doação ao Agripino. Nas conversas que depois eu li na imprensa, ficava claro: doação ao Agripino e ao Partido. Depois noticiaram a supressão de palavras que deixava clara que a doação tinha sido legal. A maldade esteve presente o tempo todo. É como V. Exª diz: o seu amigo, acho que da Polícia Federal, disse que o nome da Operação era Castelo de Areia. Estou convencido de que o que eles queriam, e queriam muito mesmo, era desmornar a imagem do meu Partido, do Partido de V. Exª, a minha imagem pessoal; denegrir a minha capacidade de falar pelo povo do Brasil, fazendo oposição, defendendo causas que interessam à sociedade, fazendo oposição, com firmeza, mas com elegância. Era isso o que eles queriam. O que eles queriam, na verdade, era desmornar o castelo de areia de um conceito, que eu não perdi. Eu continuo, Senador Arthur Virgílio, andando pelas ruas do Brasil merecendo,...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Estou seguro disso!

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – ...continuo a merecer o mesmo respeito, se não maior. E sabe por quê? Algo que o Senador Sérgio Guerra acabou de dizer: nós temos que reagir! E eu reagi no primeiro momento! Eu tenho a impressão de que eles imaginavam que, pela fragilidade em que o Congresso se encontra, e é verdade; por coisas que temos de purgar, e é verdade; por erros cometidos pela instituição, achavam eles que a instituição estava fragilizada e iam me encontrar fragilizado, e que a notícia da “doação ao Agripino” ia ficar por isso mesmo, que eu ia deixar que enxovalhassem a minha dignidade. Não contavam eles que, se a denúncia ou o envolvimento do meu nome ocorreu às 5h da tarde, às 6h da tarde o recibo de doação estava entregue às redações de jornais. Era o recibo que podia estar fraudado. Mas, para não correr esse risco, no dia seguinte, eu entreguei, assumindo a minha responsabilidade de Líder,

à Mesa do Senado, com o selo de autenticidade. Ele poderia até, em um primeiro momento, ser entendido: não, ele não é um documento oficial. Ele não foi entregue, como vai ser entregue, na quinta-feira, com trinta dias de antecedência à prestação de contas ao TRE. Mas eu já assumi a responsabilidade, porque, no dia seguinte ao pronunciamento que fiz – lamentavelmente, V. Ex^a não estava presente –, eu entreguei à Mesa do Senado, e o Presidente Sarney já o entregou ao Corregedor da Casa, para que ele fosse fazer aquilo que eu queria que fosse feito: ir ao juiz da justiça de São Paulo perguntar onde é que nós estamos mencionados e qual é o nosso envolvimento nesse processo? Que conversa é essa? O que eles não achavam é que a gente fosse reagir à altura; que nós fôssemos à fonte; que eu não fosse dizer: não vem que não tem; quem não deve não teme. Recebi o documento de doação; dei uma entrevista coletiva no dia seguinte; vim à tribuna; entreguei o documento; pedi ao Corregedor que ele fizesse a sua parte e fosse a São Paulo; voltei ao meu Estado; dei entrevista coletiva e esclareci todos os fatos. Agora, não pára aí, não. Não pára, porque nós temos de continuar reagindo.

(Interrupção do som.)

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senador Arthur Virgílio, esse episódio tem de ser exemplar. A começar pelo nome “castelo de areia”, que eles queriam montar para denegrir a imagem de Partidos e pessoas, tem de nos servir de exemplo. Eles usam simbologias. Nós temos que reagir. Nós temos que trazer... Eu concordo com V. Ex^a inteiramente: nós temos que trazer o Ministro da Justiça, o Delegado da Polícia Federal, aqui, trazer as pessoas que podem responder as perguntas, aqui, a este Senado. Mas nós temos que fazer juntos uma outra coisa. Eu não sei se a Polícia Federal, que é uma bela instituição, que tem grandes serviços prestados a este País e à dignidade do Brasil, foi ou não usada politicamente. Agora, uma coisa é certa: não há nenhum órgão que exerça ingerência ou fiscalização sobre a PF de forma específica e focada. Ah, o Ministério Público já o faz! Não. Eu acho que nós devemos ir ao Presidente do STJ – e quero convidar V. Ex^a, e o Deputado Rodrigo Maia vai chamar o Senador Sérgio Guerra – para que a gente vá pedir ao STJ para que uma das Varas da Justiça Federal exerça de forma cumulativa a Corregedoria junto à Polícia Federal, para que exista nome e endereço, para que as pessoas que se julguem agredidas por excessos de qualquer natureza praticados pela PF possam ter a quem recorrer. E não podemos parar só aí. Nós temos que esclarecer todos estes fatos para mostrar que quem tem dignidade, neste País, tem coragem para mostrar que tem dignidade; e tem

coragem para tomar atitudes e esclarecer. É o que nós temos que fazer e é o que nós vamos fazer. Eu fiz a minha parte. Aquilo que me competia eu já fiz. Com argumentos e documentos, eu já mostrei claramente ao País que campanha política se faz com dinheiro, doações privadas. Como não passou financiamento público de campanha, é doação privada que não pode ser nem de companhia estatal – Petrobras não pode nem fazer obra superfaturada, nem fazer doação de campanha. Nós temos que descobrir se ela, ou aqueles que gravitam em torno dela fazem doações legítimas ou ilegítimas a campanhas eleitorais, e se ela está superfaturando obras. Estatal não pode dar contribuição para campanha política e nem companhia concessionária de serviço público. Agora, companhia privada pode, pode e é a quem nós temos que recorrer. Pode dentro de limites estabelecidos pela lei. Agora, se você pratica a lei, você vai se envergonhar de cumprir a lei?! Para cima de mim, não. Para cima de mim, não! Se existe lei, é para ser cumprida e quem cumpre lei tem é que se envaidecer de ser um cidadão que cumpre a lei, e não se envergonhar de cumprir aquilo que a lei determina, principalmente na sua atividade, que é a nossa de política, que envolve campanha política, que tem custo e que tem ideais. E, quando nós fazemos campanha política, fazemos em nome de ideais e é o que eu faço. Eu quero agradecer a palavra de V. Ex^a e dizer que nós estamos juntos. Como Líderes de Partidos de Oposição, nós vamos reagir à altura para colocar ordem numa farsa que está posta.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a tem absoluta razão.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a tempo para conceder um aparte ao Senador Tasso Jereissati, à Senadora Kátia Abreu, aos Senadores Antonio Carlos e Alvaro Dias, Senadora Rosalba, Senadores Marconi Perillo, Renan e Cícero Lucena e, então, eu encerraria o discurso na medida em que os aparteantes fossem breves.

Gostaria de dizer a V. Ex^a, Senador José Agripino, que me chamou muita atenção o vazamento aqui e acolá, a omissão do PT junto com outros Partidos, no caso o PTB e o PV, com a desculpa esfarrapada de que não há concretude quanto às provas, como se houvesse concretude em relação a V. Ex^a, em relação ao Senador Flexa Ribeiro, enfim. E mais: na verdade – e aí vem a minha opinião –, queriam esconder o superfaturamento de R\$49 bilhões na refinaria de Pernambuco. Essa, para mim, é a verdade dos fatos.

Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Arthur Virgílio, hoje, quando abri o jornal **O Globo**, e li, com muita indignação – não digo surpresa, mas indignação –, a notícia de que a Polícia Federal teria omitido do relatório o PT, o PV e outro Partido – se

não me engano, o PTB. Apesar da indignação, veio-me aquela clareza sobre o que estava acontecendo. E quero relatar a V. Ex^a o que, na minha opinião, está acontecendo. Na verdade, parece-me que a Polícia Federal, dentro das suas funções, fazia uma investigação sobre a remessa de dólares ilegais para o exterior, provocada por obras superfaturadas. Essas investigações levaram a censurar, a grampear os telefones da construtora Camargo Corrêa e levaram à obra da refinaria Abreu de Lima, no porto de Suape, em Pernambuco. Evidentemente, essa investigação, que foi confirmada pelos telefonemas ouvidos – isso já tinha sido levantado pelo próprio TCU, que já havia mandado paralisar a obra –, era uma bomba política que não tinha tamanho. Afinal de contas, aquilo que é tido como a obra mais importante do Governo atual no Nordeste brasileiro estaria sendo o centro de grande desvio de dinheiro, do envio de dólares para o exterior e alvo de superfaturamento. Do ponto de vista político, seria um verdadeiro tiro no coração do PAC e na honestidade das obras que estão sendo realizadas pela Petrobras. Ora, no meio dessas gravações feitas na Construtora Camargo Corrêa, as autoridades do Governo Federal verificaram que havia algumas menções a doações lícitas e legais feitas a políticos brasileiros. O que eles fizeram no topo da pirâmide da Polícia Federal, aqui, em Brasília, já no seu chefe, que está sendo cada vez mais conhecido e reconhecido como um homem que usa todos os meios a seu dispor dentro do Governo para denegrir e atacar os seus adversários políticos? Resolveram que, para não focar as atenções do grande escândalo que ocorreria em cima do superfaturamento, resolveram vaziar para a imprensa, dando uma vestimenta de ilegalidade, doações legais feitas a políticos da Oposição, não sem antes – isto é mais grave ainda, Senador Arthur – de tomar o cuidado de tirar do rol dos beneficiários dessas doações os políticos do seu próprio Partido, o PT. Dessa maneira, tirariam o foco do grande escândalo que está acontecendo aí, que nós temos que averiguar até o fundo, e o colocariam no meio da crise que avassala este Senado Federal e este Congresso Nacional, de desmoralização dos seus membros, de desmoralização da própria instituição. Seria um ingrediente a mais, que apenas engrossaria o caldo de indignação da opinião pública, deixando o grande fato – sim, o grande fato – de milhões e milhões de dólares mandados para o exterior e superfaturados na refinaria Abreu de Lima para segundo plano, esquecendo-se esse fato. E nós seríamos, mais uma vez, a vítima. Dessa maneira, o Ministro da Justiça atingiria dois grandes objetivos que lhe parecem...

(Interrupção do som.)

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – ... desviar a atenção do escândalo do superfaturamento da refinaria Abreu de Lima; e, segundo, desmoralizaria mais ainda a instituição do Parlamento nacional, que já vem sendo vítima de tantos problemas que devem ser consertados. É muito grave o que está acontecendo. V. Ex^a faz, hoje, um dos seus melhores e mais oportunos pronunciamentos nesta Casa. É preciso que sejam dadas atenção e consequência ao pronunciamento que V. Ex^a está fazendo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Tasso. Na verdade, foi V. Ex^a quem a todos alertou sobre o depoimento, sobre o parecer do Tribunal de Contas da União. E mais: a partir daí, fomos ao jornalista Elio Gaspari e analisamos a sua antecedente denúncia. Depois de muitas publicações – uma, por exemplo, do jornalista Alan Gripp –, depois de tudo isso é que veio a tal Operação Castelo de Areia. V. Ex^a está coberto de razão e faz um aparte que só engrandece e honra o discurso deste seu companheiro.

Senadora Kátia Abreu.

A Sr^a Kátia Abreu (DEM – TO) – Senador Arthur Virgílio, quero agradecer o apoio ao nosso Líder José Agripino e dizer da admiração e da importância que o Senador José Agripino tem para o Democratas no Senado Federal, na Câmara e em todo o País. Em nada isso diminui o que pensamos e sentimos a respeito dele. Muito pelo contrário. Estamos diante de uma situação não apenas de ataque à Oposição. Para mim, a gravidade dessa situação, desse procedimento inaceitável não é o prejuízo para o Senador José Agripino, que não o terá, com certeza, ou para Mendonça Filho, nosso ex-candidato a Prefeito, ou para o nosso Senador Flexa, do PSDB, também uma pessoa respeitável, mas o prejuízo à verdade e à sociedade, que paga pelos serviços de credibilidade das suas instituições. Eles são todos mantidas por dinheiro do contribuinte. Presume-se, portanto, que nos pagam, a todas as instituições do Brasil, para agir com a verdade e em favor do bem. Tenho a impressão de que será inevitável uma investigação, a identificação e a punição seriíssima de quem fez essa grande lambança com os Senadores de Oposição aqui no Senado Federal. O Ministro da Justiça tem que reparar. Ele tem que reparar a Oposição, mas principalmente a sociedade, que tem a tradição, ao longo de anos e anos, de respeitabilidade à Polícia Federal. Concordo com o meu Líder José Agripino: a Polícia Federal, com o peso que tem, com pessoas extraordinárias trabalhando naquela instituição, não pode ver a sua imagem denegrada, como acontece no Congresso, que, por conta de um, dois, três, meia dúzia, querem generalizar o papel de todos os Senadores e Deputados Federais. A mesma coisa com a Polícia Federal. Nós não podemos gene-

realizar e dizer que é uma ação irresponsável da Polícia Federal. Nós temos que identificar essas pessoas, essa maçã podre que estão dentro da cesta de maçãs saudáveis da nossa Polícia Federal. Temos que identificar as maçãs podres, tirá-las de lá e dar-lhes uma punição à altura, como sofremos nós, no Congresso Nacional, quando erramos, como acontece com qualquer um no Brasil quando erra, inclusive Ministros do Supremo, juízes de todo o Brasil – o Conselho Nacional de Justiça faz essa avaliação. E por que não termos um controle externo mais duro e mais sério das atividades da Polícia Federal, desses indivíduos que tentam manchar essa imagem? Uma coincidência inexplicável: será que a Polícia Federal, será que o próprio delegado da investigação não tinha instrumentos, tão óbvios, tão transparentes, que são as contas prestadas pelos Senadores e Deputados, que estão no TER? Será que eles teriam dificuldade de identificar que o Democratas do Rio Grande do Norte receberam “x” de forma correta, honesta e transparente? Será que eles teriam dificuldade de identificar que o PSDB do Pará também recebeu de forma transparente, oficial, esses recursos? Assim como o Mendonça Filho, de Pernambuco, do Democratas, que recebeu de forma oficial? Por que isso não consta dessa investigação e desse vazamento imoral que foi feito para poder inibir e calar os Senadores de Oposição? Não temos culpa por que a popularidade do Presidente da República está caindo, e os seus bajuladores de plantão querem evitar uma derrocada ainda maior, tentando misturar a cabeça da população e a cabeça das pessoas. Também quero aqui fazer uma ressalva ao presidente da Fiesp, Dr. Paulo Skaf, que fez o grande mal – se é que fez – de ajudar a combater a CPMF...

(Interrupção do som.)

A Srª Kátia Abreu (DEM – TO) – O mal que o Presidente Paulo Skaf possa ter feito foi ter ajudado, contribuído, na sua luta hercúlea, junto aos Senadores de Oposição e outros Senadores da base que votaram conosco, contra aquele imposto imoral à época. Talvez tenha sido isso o pecado que ele cometeu para ter aparecido como intermediador de verbas. Ele é presidente de uma federação da indústria importante, assim como sou presidente da CNA. Nada de ilegal ele fez, se é que fez, se é que pediu. Se tiver pedido em favor de alguns parlamentares em quem ele acredita, nada tira o seu direito de fazê-lo. Assim como não tira o meu, de Presidente da CNA, de pedir ajuda oficial, correta e transparente para aqueles Deputados ou Senadores que julgo importantes para nosso País. Farei isso sempre que necessário for, e se puder farei com as fontes e amizades que puder ter. E mais um detalhe, mais um detalhe: Senador de Oposição não libera

dinheiro de empreiteira, não! Pelo contrário. Senador e Deputado de Oposição sequer conseguem liberar suas emendas individuais, que são apenas R\$10 milhões. Nós não conseguimos liberar nossas emendas de bancada. Então, é muito grave o que estão fazendo com o nosso País, com as nossas instituições, concordo com V. Ex^a. Agradeço mais uma vez a todos os Senadores que aqui prestaram apoio ao nosso Líder José Agripino, porque, prestando solidariedade a ele o estão prestando ao nosso Partido, o Democratas, para nós convocarmos aqui o Ministro da Justiça para que possa dar a tranquilidade ao Brasil de que não é geral o que está acontecendo lá dentro da Polícia Federal, porque isso traz uma insegurança tremenda para a sociedade brasileira, muito mais do que para nós Senadores de oposição. Muito obrigada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a tem razão. O respeito que tenho pela Polícia Federal é enorme. O exército alemão era composto basicamente por homens honrados, por homens de bem; a SS é que não era. Temos que ter muito cuidado com uma certa SS que está instalada nesse aparelho tão essencial à defesa do Estado democrático de direito.

Ouçó o Senador Alvaro Dias, depois o Senador Antonio Carlos, Sr. Presidente, se me permite – eu pediria só que fossem mais rápidos nos apartes –, o Senador Marconi...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Eu pediria que os oradores fossem breves para começarmos a Ordem do Dia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Seria assim: Senador Alvaro, Senador Antonio Carlos, Senadora Rosalba, Senador Marconi, Senador Renan e Senador Cícero, se estiver aqui ainda. S. Ex^{as} seriam breves e aí começaríamos a votação, Sr. Presidente, sugiro eu que pelos embaixadores para aproveitarmos o quórum.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Arthur Virgílio, serei breve, apenas para dizer que o que está acontecendo é muito mau, porque há uma tentativa de se juntar joio e trigo no mesmo cesto. Fica difícil para a opinião pública brasileira distinguir o correto do incorreto. Parece-me que, depois que o PT foi apanhado com a mão no jarro no episódio do mensalão, há o desejo de fazer com que a sociedade brasileira imagine sermos todos iguais. Não há como separar. A banalização da corrupção é uma realidade no País, mas essa tentativa de confundir, de misturar e de lançar cortina de fumaça para acobertar o que é mais grave está se tornando uma prática comum no Governo do Presidente Lula, lastimavelmente. Neste caso, querem fazer prevalecer o acessório para que se ignore o principal, o essencial. O que há de grave nessa história do Castelo de Areia é

esse superfaturamento bilionário; um superfaturamento da ordem de nove bilhões de reais.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quarenta e nove.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Ou seja, querem que esqueçamos esse superfaturamento e fiquemos discutindo doações, pelo que se vê, legais para algumas campanhas eleitorais. Se há doações ilegais, que se investiguem e que se adotem as providências para criminalizá-las. Mas as operações legais não podem ser criminalizadas, como desejam, misturando-as às eventuais operações de doação para campanha de forma ilegal. Já assistimos, durante o episódio do mensalão, a essa tentativa de se transferirem os crimes praticados para a esfera de crime eleitoral. Essa tentativa já houve no mensalão. Já conhecemos bem essa tática, especialmente a partir de uma entrevista concedida pelo Presidente da República em Paris, na França. E, simultaneamente, aqui pelos seus coadjuvantes naquele episódio. Senador Arthur Virgílio, sob a liderança de V. Ex^a, no gabinete do Senador Tasso Jereissati, debatemos a possibilidade de iniciarmos a coleta de assinaturas para a instalação de uma CPI para investigar o superfaturamento promovido pela Petrobras, nessa obra da refinaria em Pernambuco. Acho que é necessário, Senador Arthur Virgílio. É uma providência de natureza prática. Já que estão tentando jogar uma cortina de fumaça para que se esqueça o superfaturamento, por que não investigarmos através de uma CPI nesta Casa do Congresso Nacional? Parabéns a V. Ex^a pelo oportuno pronunciamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias, e aqui faço uma retificação: eu cheguei a falar – e o erro foi meu – em superfaturamento de 49 bilhões, e não é. A suposição da matéria do jornalista Alan Gripp fala em 59 milhões. Mas a suspeita está em 14 bilhões de reais, ou seja, 9 bilhões era o preço que deveria custar, 23 bilhões o preço em que está orçada hoje a obra.

Obrigado a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias.

Passo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior.

O Sr. Antonio Carlos Júnior (DEM – BA) – Senador Arthur Virgílio, é importante o pronunciamento de V. Ex^a como Líder da Oposição, porque esse estado de coisas não pode continuar; essa armação de que foram vítimas os Senadores José Agripino e Flexa Ribeiro, em que os diretórios regionais do Rio Grande do Norte e do Pará receberam legalmente, oficialmente recursos para campanha de 2008, e foi criminosamente vazada a informação de que seria uma doação por fora, para denegrir a imagem de líderes da Oposição. Nós não podemos permitir isso. A Polícia Federal não pode ser um local para a prática de crimes, e isso é crime. Eu sei que há facções lá, há uma parte boa da Polícia

Federal, mas é preciso que haja controle externo, sim, para acabar com facções criminosas que existem na Polícia Federal a serviço de grupos políticos. Isso tem que acabar. Também não fica atrás a Justiça. A Justiça Federal também é culpada nisso, o Juiz também tem culpa nesse vazamento. Mas, felizmente, aí nós temos o Conselho Nacional de Justiça como controle externo. É preciso fazer o controle da Polícia Federal, já que na Justiça nós temos o CNJ. Agora, esse estado de coisas não pode continuar. É preciso que se dê um basta a esse estado de coisas, porque a Oposição está aqui para exercer democraticamente o seu papel, e não para ser esmagada por armações que envolvem interesses absolutamente escusos e que aumentaram de volume a partir da história do mensalão. Porque, como mensalão feriu gravemente o Governo, então o Governo resolveu agir através da Polícia Federal, de juízes – digamos – apoiadores políticos para querer macular a Oposição. Isso vem desde a questão do mensalão. Nós não podemos admitir isso. A Polícia Federal não está... o seu papel não é esse, e o da Justiça Federal também não, o seu papel não é esse. É preciso que reajamos e exijamos lisura nas investigações e nos julgamentos daqui para frente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Antonio Carlos, pelo aparte corajoso e oportuno.

Concedo aparte, então, à Senadora Rosalba Ciarlini e, depois, ao Senador Marconi, ao Senador Renan Calheiros, ao Senador Cícero Lucena, ao Senador João Pedro e ao Senador Papaléo Paes.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador Arthur Virgílio, eu faria um apelo a V. Ex^a, a fim de que cumpríssemos a Ordem do Dia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se cada um falar um minuto, eu respondo em um minuto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Se os nossos apartes, durante o período em que anunciamos a votação, tivessem oportunidade de expressar o seu ponto de vista sobre esse assunto, nós avançaríamos, então, na Ordem do Dia. Sei que o assunto é importante.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Ao mesmo tempo, há o desejo de todo o Plenário de manifestar-se sobre ele. Mas é um apelo com que, assim, compatibilizaríamos a vontade dos apartes e, ao mesmo tempo, avançaríamos nos trabalhos da Casa. Se V. Ex^a concordasse, procederíamos assim.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu já vi que vários apartes, que certamente se manifesta-

rão a seguir, já baixaram seus microfones. Alguns não o fizeram. Sendo assim, concederei o aparte àqueles que não o fizeram.

Pela ordem, o Senador Marconi Perillo e, depois, a Senadora Rosalba. Será a Senadora Rosalba agora.

Senador Renan Calheiros, pois não.

O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL) – Senador Arthur Virgílio, se V. Exª me permitir um minuto, eu queria dizer que V. Exª faz um discurso oportuno, muito importante, fundamental. Não dá, Sr. Presidente, não dá, Srs. Senadores, eu concordo com o Senador Arthur Virgílio, não dá mais para convivermos com esse sensacionalismo, e a Polícia Federal, nós sabemos da sua importância, eu fui Ministro da Justiça, conheço a Polícia Federal, o seu papel, ela não pode, de forma nenhuma, Senador Arthur Virgílio, permitir que essas investigações, que são necessárias, sejam, de forma nenhuma, utilizadas politicamente. O que aconteceu foi a criminalização do legal. Esta Casa do Congresso Nacional já fez uma reforma política. Nós precisamos cobrar para que essa reforma política seja votada na outra Casa do Congresso Nacional. Nós todos conhecemos o Senador José Agripino, que é um homem correto, que desempenha brilhantemente o seu papel como Líder da Oposição no Senado Federal. Ele tem a total solidariedade do PMDB. Eu falo aqui em nome de toda a bancada, essas coisas não podem continuar a acontecer. Esse debate moral é inadiável, importantíssimo. Eu sei que muitas pessoas reivindicam esse debate, mas pouquíssimas pessoas têm condições de sustentá-lo. Eu quero parabenizar V. Exª. V. Exª conta com o PMDB. A imprensa precisa ter prudência para não deixar que essas investigações sejam manipuladas politicamente. É um horror. Nós não podíamos imaginar que a nossa democracia chegasse a esse ponto. A verdade, Senador Arthur Virgílio, é uma só. Por mais que as pessoas não queiram, a verdade sempre aparece. Demora um pouquinho, mas a verdade sempre aparece. Então, é importante que nós façamos valer essa verdade, que nós possamos unir os partidos no Senado Federal, para dar exatamente as respostas que a sociedade cobra.

Eu quero dizer ao Senador José Agripino e ao Senador Flexa Ribeiro que eles, absolutamente, não têm nada a ver com isso. O que houve foi uma doação legal a um partido político. Colocar o nome de um Senador como beneficiário disso é algo covarde e difícil de consertar. V. Exª tem o meu apoio e a total solidariedade do PMDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Exª, Senador Renan Calheiros, até porque tem aquela velha história: *calomniez, calomniez, quelque chose va rester*. O fato é que, quando recebi a notícia,

eu estava em Manaus. Perdi um grande amigo esta semana. Fiquei a semana quase toda em Manaus, a partir de quarta-feira. Quando li os dois nomes, chocou-me, porque me chocaria o nome do Senador Flávio Arns, me chocaria o nome de tantas pessoas do seu partido e de tantos partidos, me chocaria. Se fosse verdade, seria uma enorme decepção; não sendo verdade, é um crime. Essa é a verdade que coloco. Agradeço a V. Exª pelo aparte, que se incorpora ao meu discurso.

Senadora Rosalba Ciarlini. Em seguida, Senadores Marconi Perillo e Cícero Lucena.

A Srª Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Senador Arthur Virgílio, vou ser rápida, até porque muitos apartes aqui já interpretam o nosso pensamento, a nossa postura neste assunto que o senhor tão bem coloca como Líder que é de um partido de oposição. Gostaria apenas de fazer uma ressalva. Nomes foram envolvidos, entre eles o do Senador José Agripino, a quem conheço não de agora; conheço a sua postura, a sua conduta, a educação que recebeu e o exemplo que teve de seu pai, Tarcísio Maia. É um homem respeitado em nosso Estado exatamente pela probidade, pela sua honestidade, pelas mãos limpas. Então, na hora em que se coloca um fato dessa natureza, querendo atingir a moral, a honra de pessoas que estão na política com seriedade, com ética, na realidade, estão querendo desviar o foco, Senador. Está muito claro para a população; está muito claro para todos nós. Querem desviar o foco! O foco de quê? O foco da questão maior, da questão grave, da questão que realmente levou à investigação, que foi exatamente o superfaturamento. Está muito claro! Não levar para que seja feito sensacionalismo de algo que foi correto, que foi feito dentro da lei, da legalidade. Foi uma doação recebida, sem nenhuma dúvida, até porque, no dia seguinte, logo quando o nome do Senador foi colocado, ele aqui esteve para mostrar e entregar à Mesa o documento que comprova mais do que nunca o recebimento, mas de forma legal, da doação ao nosso partido no Rio Grande do Norte. Era isso o que eu queria colocar e desejo que possamos, mais do que nunca, nos somarmos para que tenhamos a quem reclamar. Porque, na realidade, quando se fala em Polícia Federal, pergunta-se: quem a controla? Quem fiscaliza a própria Polícia Federal? Sabemos que é um grande órgão, que presta grandes serviços ao nosso País. Mas, como bem colocou a Senadora Kátia Abreu, existem também alguns galhos que precisam ser retirados para que essa árvore tão boa continue a dar bons frutos. Era isso o que eu queria colocar, Senador, além de parabenizá-lo pelo seu pronunciamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senadora Rosalba. Aliomar Balieiro dizia que

tinha mais medo do guarda da esquina do que do ditador, em uma ditadura. Eu tenho medo dos dois! Na ditadura, eu tenho medo da ditadura, do guarda da esquina. Eu tenho medo de todos. Entendo que temos de resguardar o Estado democrático de direito e isso só se faz com o absoluto respeito às leis brasileiras, e não com algo que me parece uma deslavada transgressão, esse episódio da investigação que, sobre ela, tenho uma frase para dizer, ao final.

Senador Marconi Perillo e, para encerrar, Senador Cícero Lucena.

O Sr. Marconi Perillo (PSDB – GO) – Senador Arthur Virgílio, eu gostaria de agradecer-lo pela oportunidade de apartear-lo e lembrá-lo de que, há 45 anos, mais precisamente no dia 31 de março de 1964, o Brasil mergulhava em uma crise institucional que durou cerca de 20 anos. O golpe militar de 64 torturou, prendeu, injustiçou inúmeras pessoas; cerceou jovens talentos da política e de outras áreas, especialmente intelectuais, que, com certeza, poderiam ter oferecido muito ao Brasil e contribuído muito com o País. V. Exª hoje, coincidentemente no dia em que a dita cuja ditadura militar completa seus 45 anos, traz à baila, à reflexão de todos, uma discussão da mais alta importância para a democracia brasileira. O discurso de V. Exª, como de resto são os demais, é um discurso corajoso, destemido, lúcido, coerente com a atuação de V. Exª nesta Casa. V. Exª traz aqui um discurso necessário e preciso em relação a um tema, repito, caro para os brasileiros, que é a democracia reconquistada a duras penas. Esse episódio que envolve o PSDB e o Democratas, especialmente que envolve o honrado, combativo e competente Líder José Agripino, e o não menos competente e combativo Senador Flexa Ribeiro, deixa-nos claro que o Governo Federal, o Governo do Presidente Lula todas as vezes que se envolve numa crise, todas as vezes que se vê ameaçado, especialmente a popularidade do Senhor Presidente, começa a buscar artimanhas, a articular saídas para despistar a opinião pública. Senador José Agripino, V. Exª é um dos Líderes, é um dos Senadores mais respeitados pela sociedade brasileira. Converso com muita gente no meu Estado e por este País afora, e percebo que V. Exª é detentor de grande credibilidade. V. Exª foi muito feliz ao se referir a esse lamentável episódio, quando disse que não temia, não teme nada, que deram um tiro n'água, porque V. Exª jamais participou de quaisquer atos que pudessem desonrar esse trajetória vitoriosa que o acompanha há longos anos. Governador duas vezes do seu Estado, Senador da República já no terceiro mandato, Prefeito da Capital, Natal. V. Exª, com a sua lucidez, com o seu brilho, com a sua competência e, principalmente, com a sua coragem cívica, demons-

tra ao Brasil que, aqui no Senado, nós temos homens e mulheres corajosos, destemidos, que enfrentam e perseguem a verdade. Por isso, receba – aproveitando o aparte do querido Líder, outro destemido e corajoso, honrado, inteligente, culto, Líder nesta Casa, Líder da Oposição – receba o meu abraço, a minha solidariedade estendido ao querido companheiro de Partido, o Senador Flexa Ribeiro. Mas, Senador Arthur Virgílio, para encerrar, eu gostaria de apenas sugerir à Oposição nesta Casa: vamos apoiar o pedido de CPI que está sendo proposto pelo Senador Mário Couto – a CPI do Dnit – e vamos, a partir de agora, articular a CPI do superfaturamento da Petrobras. Lá é que estão os podres. Querem desviar a atenção dos brasileiros em relação a assuntos que precisam e merecem, a partir de agora, toda a atenção nossa, que merecem: CPI da Petrobras, CPI do Dnit e outras iniciativas que, por certo, vão mostrar à sociedade brasileira onde é que estão os corruptos, onde é que estão os cana-lhas, onde é que estão as pessoas que estão por trás dessas manipulações que têm como objetivo calar a Oposição, amordaçar a Oposição e nos tirar o discurso e a credibilidade, que nos são tão caros diante da sociedade brasileira. Cumprimento V. Exª mais uma vez pelo conteúdo, pela lucidez e pela coragem desse pronunciamento. O Governo começou a cair e vai cair mais ainda, porque os brasileiros não compactuam, não coadunam com esse tipo de comportamento leviano e lesivo à nossa democracia. Parabéns pelo pronunciamento! Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Marconi Perillo, V. Exª tem inteira razão. Eu devo dizer o que é de conhecimento de toda a Casa: V. Exª é um dos mais fraternos companheiros com que conto na minha convivência diária nesta Casa, onde me dou bem com todos os demais Senadores, todos os demais 79 Senadores. Mas V. Exª me chamou a atenção para um fato: os 45 anos da Ditadura. Se eu fosse supersticioso, eu não sairia de Casa, porque, há 45 anos, se instalou uma ditadura neste País e, há 22 anos, morreu meu pai.

Concedo um aparte ao Senador Cícero.

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – Senador Arthur Virgílio, apenas para me somar a todos os oradores que tiveram a honra de apartear-lo, no sentido de dar o testemunho e, ao mesmo tempo, expressar a preocupação quando uma operação como essa não toma a dimensão da possibilidade de um pano de fundo para encobrir algo muito mais sério, mais grave no Brasil do que tentar se marginalizar uma doação legal, bem como o envolvimento de pessoas que pela sua história, pelos seus mandatos, pelo seu compromisso para com este País não permite que seja incluído em processos como esse.

Mas dizer, de uma forma muito simples, que, dentre tantos oradores que foram felizes, o Senador Gim Argello disse algo muito rapidamente, mas que eu volto à tona. Por que órgão tão sério e responsável como a Polícia Federal – que não pode ser responsabilizada nesse instante, mas que precisa ser apurada – não verificou que essas doações eram legais? E se verificou, por que publicou? Da mesma forma a imprensa, que tem também o seu grau de responsabilidade e deve agir com seriedade, por que antes de noticiar não verificou se essas doações constavam nas prestações de contas dos Partidos? Por que não foram doadas às pessoas que foram citadas? Muito obrigado e parabéns a V. Exª por mais um tema tão importante.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu que agradeço ao meu querido amigo pelo aparte tão oportuno. E para encerrar mesmo, ouço o Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE. Com revisão do orador.) – Primeiro, Senador Arthur Virgílio, para parabenizá-lo pelo oportuno discurso que V. Exª faz hoje à tarde. Eu acho que já não está mais em discussão aqui o gesto, a manifestação de solidariedade ao PSDB, ao Democratas, porque essa não é mais a questão de fundo, como disse muito bem o Senador Tasso Jereissati. Tive oportunidade, desta mesma tribuna em que V. Exª se encontra, de denunciar as “trapalhadas” da Polícia Federal. Primeiro, com aquelas prisões exibicionistas, com a televisão de lado, algemando pessoas às seis horas da manhã, num ato de pura violência e de desobediência ao regime democrático, ao Estado de Direito. Agora é bem pior do que aquele exibicionismo que foi condenado aqui, nesta Casa, há um, dois anos. É a manipulação da Polícia Federal, uma instituição séria e respeitada, não pode se dispor a cumprir um papel desses. Excluir o Partido do Presidente da República, o PT, das “maracutaias” em que está sempre envolvido. De forma que é muito estranho esse episódio da Camargo Corrêa de trazer à tona doações feitas de forma lícita, de forma normal, a Partidos de Oposição e nomes expressivos de Partidos da Oposição. É incompreensível. O que se deve apurar é a denúncia, a que, inclusive, V. Exª se reportou, do artigo de Elio Gaspari da semana passada, quando ele fala de um projeto inicial da ordem de US\$9 bilhões que está se transformado em 17 bilhões...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – 23.

O Sr. Jarbas Vasconcelos (PMDB – PE) – Veja no artigo de Elio Gaspari da semana passada, em **O Globo**, em que ele fala de 9 para 17 bilhões.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – De 9 para 23. É pior ainda.

O Sr. Jarbas Vasconcelos (PMDB – PE. Com revisão do orador.) – Então é pior ainda. O que se deve apurar é a denúncia, que é muito grave, não só do jornalista Elio Gaspari, mas também o parecer do Tribunal de Contas da União, que mostra toda uma série de “trapalhadas”, de ofensa à lei de licitação, de supostos atos de corrupção praticados pela Petrobras com relação à execução daquela obra. Isso que é importante. O foco deve ser esse, e para isso chamou atenção com muita competência o Senador Tasso Jereisati. A solidariedade aos nossos companheiros já foi dada, eu não tive oportunidade de fazer na última quinta-feira porque aqui eu não estava, mas me manifestei hoje pessoalmente junto ao Senador José Agripino. Isso já está feito, o reparo já está feito; a opinião pública entende isso. Entende que eles foram usados. O importante agora é esta Casa se empenhar para, junto à Petrobrás, acompanhar as irregularidades daquela obra lá no meu Estado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Jarbas, eu estava presente à sessão no momento em que V. Exª proferia aquele discurso memorável, corajoso, alertando para a necessidade de a Polícia Federal se defender, defender ela própria. Ela é tão útil, tão importante, não pode permitir que meia dúzia de exibicionistas compliquem a vida funcional e o conceito de uma corporação que é essencial no combate à droga, no combate ao crime organizado, preparada como é, dotada de quadros do melhor nível e do melhor calibre.

Eu encerro, Sr. Presidente, com uma única frase. Isso acabou sendo bom, porque atiraram no que viram, tentando subverter o que eles próprios viram, e acabaram acertando naquilo que não queriam que nós tivéssemos visto, que era a acusação feita pelo TCU de superfaturamento da Refinaria Abreu e Lima em Pernambuco.

Aqui entrego a V. Exª o requerimento de convocação a este plenário do Ministro Tarso Genro e do Delegado-Geral da Polícia Federal, como uma exigência da Casa de receber explicações de quem deve explicações não só à Casa, mas também à Nação brasileira, Sr. Presidente, em nome da democracia que temos de defender e preservar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Acabou?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Aca-bei, Sr. Presidente.
Obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

Senador ARTHUR VIRGÍLIO

**SEXTA VARA FEDERAL CRIMINAL ESPECIALIZADA EM CRIMES
FINANCEIROS E EM LAVAGEM DE VALORES
(Decisão sem conteúdo sigiloso, datada de 23.03.2009)**

Autos n.º 2009.61.81.003210-0.

Vistos em decisão.

Cuida-se de Representação formulada pela I. Autoridade Policial objetivando a decretação de prisões preventiva e temporária das pessoas indicadas às fls. 310/315, a expedição de Mandados de Busca e Apreensão nos endereços colacionados às fls. 316/319, bem como a quebra do sigilo fiscal e bancário dos indivíduos mencionados às fls. 321/323 e o bloqueio de contas indicadas às fls. 320/321.

Acompanha a Representação 01 (um) DVD (fl. 576), bem como o Relatório Final de Análise (fls. 325/575).

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 02/31, bem ainda à fl. 575.

DECIDO.

**DOS TRABALHOS DE INVESTIGAÇÃO
RELACIONADOS À SUPOSTA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES ILÍCITAS
DE CÂMBIO, REMESSAS ILEGAIS DE VALORES AO EXTERIOR,
EVENTUAL COMETIMENTO DO DELITO “LAVAGEM” DE VALORES E
OUTROS DELITOS.**

Os trabalhos de investigação intentados pela I. Autoridade Policial lograram apurar a existência de supostos indícios da prática de crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e de eventual “lavagem” de valores, afetos a esta Vara Especializada, o que se tornou possível através da quebra do sigilo telefônico e das comunicações havidas por telefone, bem ainda por meio do monitoramento telemático

Ainda foi possível identificar conversas entre PIETRO e BRUNO MACHADO FERLA, suposto diretor de uma das empresas da CAMARGO CORREA, segundo a autoridade policial, em que estariam, em tese, negociando a remessa de valores em espécie para Recife/PE. Sob tal perspectiva, FERNANDO DIAS GOMES, que também integraria a diretoria da referida construtora teria solicitado a KURT a entrega do numerário no prédio da empreiteira/construtora:

(...)

Ainda no que concerne ao suposto envio de valores em espécie à Recife/PE, tem-se que curiosamente a autoridade policial carrou ao feito documentos compartilhados com o Tribunal de Contas da União dando conta acerca de eventual sobrepreço e superfaturamento de obras públicas, atinentes a construções que teriam sido realizadas em parte pela CAMARGO CORREA na REFINARIA ABREU E LIMA, também conhecida como REFINARIA DO NORDESTE, em Recife/PE, de molde a evidenciar o questionamento sobre a liceidade de tais condutas, mormente em virtude de supeitas de eventual crime de corrupção e suposto prejuízo ao Erário Público, na monta de R\$ 71.969.885,59, atinente ao interregno de março e abril de 2008.

Nesse sentido, imperioso transcrever trechos do voto do Ministro Relator Valmir Campelo, atinente ao Processo 008.472/2008-3:

“Voto do Ministro Relator

Em exame, relatório de levantamento de auditoria realizado pela Secob nas obras de construção da Refinaria Abreu de Lima, Recife-PE, também chamada de Refinaria do Nordeste, que tem recursos previstos na Lei Orçamentária para 2008 no valor de R\$ 389.775.448,00 sob o PT nº 25.753.0288.1P650026, e previsão, no PPA 2008-2011, de investimentos totais na ordem de R\$ 10.140.000.000,00.

2. Quando a equipe de fiscalização concluiu o seu relatório técnico assinalou doze indícios de irregularidades na obra, concernentes à fase licitatória, à contratação do projeto básico e a ocorrências relativas ao contrato celebrado entre a PETROBRAS e o Consórcio Camargo Correa (...), tendo por objeto “a execução dos serviços de elaboração do projeto e execução da terraplanagem e de serviços complementares de drenagens, arruamento e pavimentação, de modo a preparar a área destinada à construção e montagem da Refinaria do Nordeste”, no valor de R\$ 429.207.776,71, a preços iniciais, data-base de 22 de junho de 2007.

3. Destacam-se, entre as irregularidades apontadas inicialmente pela equipe de fiscalização, a ocorrência de sobrepreço no orçamento e no contrato, na ordem de R\$ 81.558.706,86 e, por conseguinte, a execução dos serviços, até o Boletim de Medição nº 38 (estágio em que se encontrava a obra na época em que foi realizada a auditoria) de R\$ 71.969,885,59, conforme estimado pelos analistas da Secob (...).”

Muito embora tais fatos não tenham sido julgados de modo definitivo, como muito bem frisado pela autoridade policial, em sua Representação Final, o “*chama a atenção para este processo administrativo são as ligações telefônicas interceptadas exatamente no mesmo período*” (fl. 294).

Nesse sentido, vale consignar que as interceptações telefônicas levadas a efeito por meio das investigações realizadas também foram reveladoras no sentido de que poderia estar havendo a ocultação e/ou dissimulação da origem e/ou propriedade de valores que poderiam ter como pressuposto crime antecedente de corrupção.

Em continuidade, no que concerne ao suposto cometimento dos ilícitos financeiros, registre-se diálogo efetivado entre PIETRO e FERNANDO dando conta de que KURT teria fechado, em tese, uma das transações financeiras, bem ainda a menção feita a uma suposta encomenda de “(...)” (cf. conversa travada aos 12.06.2008, às 15:06:16, fone:; fls. 569/570 dos autos n.º 2008.61.81.000237-1).

As interceptações telefônicas também possibilitaram vislumbrar demais diálogos entre FERNANDO e KURT, em que provavelmente estariam fazendo menções a cotações financeiras: (...). Sublinhe-se que nesta conversa FERNANDO teria insistido para que KURT efetivasse a ligação através de um telefone fixo, fato indicativo, mais uma vez, dos cuidados que os alvos estariam tomando em seus contatos telefônicos (cf. dia 16.07.2008, às 15h42m44s, fone: ...; fls. 777/778 dos autos n.º 2008.61.81.000237-1).

TCU diz que refinaria está superfaturada em R\$ 59 milhões

Consórcio integrado pela Camargo Corrêa reitera "regularidade dos preços praticados" e diz que "cumpre fielmente" o contrato

Auditoria lista 12 problemas na obra em PE; Petrobras afirma que há diferença nos parâmetros usados pelo tribunal e pela empresa

ALAN GRIPP

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Citada no relatório da Operação Castelo de Areia como exemplo de desvio de recursos públicos, a obra da Refinaria do Nordeste, em Pernambuco, teve 12 irregularidades detectadas por auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União). Entre elas estão subcontratos feitos sem licitação, ausência de licença ambiental e superfaturamento de R\$ 59 milhões.

Alvo da investigação da Polícia Federal, a empreiteira Camargo Corrêa faz parte do Consórcio Terraplanagem, que venceu a licitação da obra, mas não o lidera -o comando é da Norberto Odebrecht. A Refinaria do Nordeste, cujo nome de batismo é Refinaria Abreu e Lima, é fruto de sociedade entre a Petrobras e a estatal venezuelana PDVSA e tem previsão de entrar em operação em 2011.

As irregularidades apontadas pelo TCU referem-se à primeira fase da obra, que deve consumir cerca de R\$ 400 milhões do custo total de R\$ 10 bilhões. São executadas neste momento a elaboração do projeto básico e a terraplanagem, a drenagem e a pavimentação do terreno. O Consórcio Terraplanagem diz que está "consciente da regularidade dos preços praticados" e que "cumpre fielmente" o contrato. A Petrobras informa "considerar que não houve sobrepreço ou superfaturamento" e diz que há uma diferença nos parâmetros usados pelo TCU e pela empresa, o que gerou divergência de valores.

Numa primeira análise, os técnicos do TCU detectaram superfaturamento de R\$ 71,9 milhões, valor usado pela PF em seu relatório. Mas, após acolher em parte os primeiros argumentos da Petrobras e do consórcio, o valor foi revisto para R\$ 59 milhões, quantia paga pela estatal às empreiteiras.

Segundo a auditoria, o consórcio contratou profissionais, serviços e equipamentos por valores com "enorme discrepância" em relação aos preços de mercado. Como essa etapa da obra se assemelha à construção de uma estrada, o TCU usou como referência o sistema de custos do Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte). Alguns serviços, como aterros, custaram cerca de 1.000% a mais do que os valores de referência.

Os técnicos também indicaram que as construtoras usam uma taxa de Bonificação e Despesas Indiretas -que banca custos com recolhimento de impostos e gastos administrativos- acima do que poderiam.

A auditoria foi aprovada pelo TCU em 10 de dezembro, e o consórcio foi intimado a prestar explicações. O tribunal decidirá se abrirá uma tomada de contas especial. Nessa etapa, são calculados os danos finais e cobrada a devolução do valor pago indevidamente. Até lá, o TCU impediu a Petrobras de pagar ao consórcio R\$ 23 milhões por outros serviços com preço superior ao de mercado.

Bsb, 31-3-09
Publicar no
integrar
Arquivo

ELIO GASPARI**De Abreu.e.Lima@edu para
Lula@gov**

*Eu lutei ao lado do Bolívar, não
gosto do Chávez, e acho que a
refinaria que leva meu nome será
uma desonra*

COMO A MAIORIA dos brasileiros, o senhor deve ter se surpreendido quando soube que os venezuelanos queriam dar o nome do general Abreu e Lima à refinaria que a Petrobras constrói em Pernambuco. Pudera, eu morri em 1869, aos 72 anos, e a história do nosso país está mal contada. Melhor dizendo, está bem contada pelos que gostam de esconder os feitos do povo. Meus inimigos tentaram ridicularizar-me com o apelido de "general das massas". Vi o fuzilamento de meu pai em 1817. Combati ao lado de Simon Bolívar na guerra pela independência da América Espanhola. Fui de capitão a general e voltei ao Brasil só com algumas condecorações, que acabaram roubadas. Os colegas enricaram. Minha última batalha deu-se com o bispo do Recife, dom Cardoso Ayres, que me negou sepultura no cemitério de Santo Amaro. (Outro dia d. Hélder Câmara disse que, por causa da invasão dos protestantes, de vez em quando o Padre Eterno manda para Recife um bispo com parafuso solto.) Escrevo-lhe esta carta a pedido do Barbosa Lima Sobrinho, que sempre fala bem do senhor.

Por favor, não deixe que meu nome seja associado a uma obra que contraria minha fé no progresso e no gênero humano. A refinaria Abreu e Lima foi projetada para custar R\$ 9 bilhões. Os fornecedores de obras e equipamentos já estão pedindo R\$ 23 bilhões. Uma unidade de coque foi orçada em R\$ 15 bilhões. Não vale a quinta parte disso. Felizmente vocês cancelaram essa licitação. Espero que levem adiante a faxina. As grandes empreiteiras engoliram as empresas de engenharia que operavam no setor, juntaram-se e fizeram um cartel, como faziam no Recife os comerciantes portugueses.

Ao contrário do que se presume, não gosto desse coronel Hugo Chávez. Ele acha que porque escrevi um livrinho intitulado "O Socialismo", eu sou aquilo que vocês denominam de socialista. Isso é coisa de quem fala sem ler. Meu socialismo é a visão de uma sociedade de conagraçamento, não é ciência, doutrina, religião, seita ou sistema. Tenho horror a confisco de propriedades e abomino os comunistas, gente odiosa. Aliás, nunca li nada desse Karl Marx e acho-o um chato, intratável. Aqui ele só tem um amigo, o Luiz Carlos Prestes.

Quando a Petrobras concordou em me homenagear, interessei-me pelos seus assuntos e tenho conversado com o Getúlio Vargas, que criou a empresa. É um homem discreto, mas outro dia deixou escapar que estão fazendo coisas tão agressivas e primitivas que lhe parecem ideias do Gregório

BsB, 31-3-09

Publman

uz

insp.

Adalberto

Fortunato, um negro enorme que sempre o acompanha, mas não me parece muito inteligente. Vargas me contou alguns casos de fúria arrecadadora durante a campanha eleitoral em que o senhor se reelegeu. Assustei-me ao saber de presidente de empresa telefonando para fornecedor e ministro pedindo hora. Já lhe contaram que a Petrobras quer o investimento venezuelano, mas não quer dar ao Chávez uma rede de distribuição? Acho até que faz muito bem, mas o coronel não é bobo, haverá de segurar o dinheiro.

Não falo de seus colaboradores, mas devo chamar sua atenção para o grau de exposição a que estão submetendo nosso governo. Daqui podemos ver a campanha presidencial do ano que vem e, pelo que me recordo das baixezas de 2002, ela vai além.

Como pernambucano e meio xará, subscrevo-me,
José Ignácio de Abreu e Lima

**SEXTA VARA FEDERAL CRIMINAL ESPECIALIZADA EM CRIMES
FINANCEIROS E EM LAVAGEM DE VALORES**

(Decisão sem conteúdo sigiloso, datada de 23.03.2009)

Autos n.º 2009.61.81.003210-0.

Vistos em decisão.

Cuida-se de Representação formulada pela I. Autoridade Policial objetivando a decretação de prisões preventiva e temporária das pessoas indicadas às fls. 310/315, a expedição de Mandados de Busca e Apreensão nos endereços colacionados às fls. 316/319, bem como a quebra do sigilo fiscal e bancário dos indivíduos mencionados às fls. 321/323 e o bloqueio de contas indicadas às fls. 320/321.

Acompanha a Representação 01 (um) DVD (fl. 576), bem como o Relatório Final de Análise (fls. 325/575).

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 02/31, bem ainda à fl. 575.

DECIDO.

**DOS TRABALHOS DE INVESTIGAÇÃO
RELACIONADOS À SUPOSTA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES ILÍCITAS
DE CÂMBIO, REMESSAS ILEGAIS DE VALORES AO EXTERIOR,
EVENTUAL COMETIMENTO DO DELITO “LAVAGEM” DE VALORES E
OUTROS DELITOS.**

Os trabalhos de investigação intentados pela I. Autoridade Policial lograram apurar a existência de supostos indícios da prática de crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e de eventual “lavagem” de valores, afetos a esta Vara Especializada, o que se tornou possível através da quebra do sigilo telefônico e das comunicações havidas por telefone, bem ainda por meio do monitoramento telemático

Ainda foi possível identificar conversas entre PIETRO e BRUNO MACHADO FERLA, suposto diretor de uma das empresas da CAMARGO CORREA, segundo a autoridade policial, em que estariam, em tese, negociando a remessa de valores em espécie para Recife/PE. Sob tal perspectiva, FERNANDO DIAS GOMES, que também integraria a diretoria da referida construtora teria solicitado a KURT a entrega do numerário no prédio da empreiteira/construtora:

(...)

Ainda no que concerne ao suposto envio de valores em espécie à Recife/PE, tem-se que curiosamente a autoridade policial carrou ao feito documentos compartilhados com o Tribunal de Contas da União dando conta acerca de eventual sobrepreço e superfaturamento de obras públicas, atinentes a construções que teriam sido realizadas em parte pela CAMARGO CORREA na REFINARIA ABREU E LIMA, também conhecida como REFINARIA DO NORDESTE, em Recife/PE, de molde a evidenciar o questionamento sobre a liceidade de tais condutas, mormente em virtude de supeitas de eventual crime de corrupção e suposto prejuízo ao Erário Público, na monta de R\$ 71.969.885,59, atinente ao interregno de março e abril de 2008.

Nesse sentido, imperioso transcrever trechos do voto do Ministro Relator Valmir Campelo, atinente ao Processo 008.472/2008-3:

“Voto do Ministro Relator

Em exame, relatório de levantamento de auditoria realizado pela Secob nas obras de construção da Refinaria Abreu de Lima, Recife-PE, também chamada de Refinaria do Nordeste, que tem recursos previstos na Lei Orçamentária para 2008 no valor de R\$ 389.775.448,00 sob o PT nº 25.753.0288.1P650026, e previsão, no PPA 2008-2011, de investimentos totais na ordem de R\$ 10.140.000.000,00.

2. Quando a equipe de fiscalização concluiu o seu relatório técnico assinalou doze indícios de irregularidades na obra, concernentes à fase licitatória, à contratação do projeto básico e a ocorrências relativas ao contrato celebrado entre a PETROBRAS e o Consórcio Camargo Correa (...), tendo por objeto “a execução dos serviços de elaboração do projeto e execução da terraplanagem e de serviços complementares de drenagens, arruamento e pavimentação, de modo a preparar a área destinada à construção e montagem da

Refinaria do Nordeste”, no valor de R\$ 429.207.776,71, a preços iniciais, data-base de 22 de junho de 2007.

3. Destacam-se, entre as irregularidades apontadas inicialmente pela equipe de fiscalização, a ocorrência de sobrepreço no orçamento e no contrato, na ordem de R\$ 81.558.706,86 e, por conseguinte, a execução dos serviços, até o Boletim de Medição nº 38 (estágio em que se encontrava a obra na época em que foi realizada a auditoria) de R\$ 71.969,885,59, conforme estimado pelos analistas da Secob (...).”

Muito embora tais fatos não tenham sido julgados de modo definitivo, como muito bem frisado pela autoridade policial, em sua Representação Final, o “*chama a atenção para este processo administrativo são as ligações telefônicas interceptadas exatamente no mesmo período*” (fl. 294).

Nesse sentido, vale consignar que as interceptações telefônicas levadas a efeito por meio das investigações realizadas também foram reveladoras no sentido de que poderia estar havendo a ocultação e/ou dissimulação da origem e/ou propriedade de valores que poderiam ter como pressuposto crime antecedente de corrupção.

Em continuidade, no que concerne ao suposto cometimento dos ilícitos financeiros, registre-se diálogo efetivado entre PIETRO e FERNANDO dando conta de que KURT teria fechado, em tese, uma das transações financeiras, bem ainda a menção feita a uma suposta encomenda de “(...)” (cf. conversa travada aos 12.06.2008, às 15:06:16, fone:; fls. 569/570 dos autos n.º 2008.61.81.000237-1).

As interceptações telefônicas também possibilitaram vislumbrar demais diálogos entre FERNANDO e KURT, em que provavelmente estariam fazendo menções a cotações financeiras: (...). Sublinhe-se que nesta conversa FERNANDO teria insistido para que KURT efetivasse a ligação através de um telefone fixo, fato indicativo, mais uma vez, dos cuidados que os alvos estariam tomando em seus contatos telefônicos (cf. dia 16.07.2008, às 15h42m44s, fone: ...; fls. 777/778 dos autos n.º 2008.61.81.000237-1).

TCU diz que refinaria está superfaturada em R\$ 59 milhões

Consórcio integrado pela Camargo Corrêa reitera "regularidade dos preços praticados" e diz que "cumpre fielmente" o contrato

Auditoria lista 12 problemas na obra em PE; Petrobras afirma que há diferença nos parâmetros usados pelo tribunal e pela empresa

ALAN GRIPP

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Citada no relatório da Operação Castelo de Areia como exemplo de desvio de recursos públicos, a obra da Refinaria do Nordeste, em Pernambuco, teve 12 irregularidades detectadas por auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União). Entre elas estão subcontratos feitos sem licitação, ausência de licença ambiental e superfaturamento de R\$ 59 milhões.

Alvo da investigação da Polícia Federal, a empreiteira Camargo Corrêa faz parte do Consórcio Terraplanagem, que venceu a licitação da obra, mas não o lidera -o comando é da Norberto Odebrecht. A Refinaria do Nordeste, cujo nome de batismo é Refinaria Abreu e Lima, é fruto de sociedade entre a Petrobras e a estatal venezuelana PDVSA e tem previsão de entrar em operação em 2011.

As irregularidades apontadas pelo TCU referem-se à primeira fase da obra, que deve consumir cerca de R\$ 400 milhões do custo total de R\$ 10 bilhões. São executadas neste momento a elaboração do projeto básico e a terraplanagem, a drenagem e a pavimentação do terreno. O Consórcio Terraplanagem diz que está "consciente da regularidade dos preços praticados" e que "cumpre fielmente" o contrato. A Petrobras informa "considerar que não houve sobrepreço ou superfaturamento" e diz que há uma diferença nos parâmetros usados pelo TCU e pela empresa, o que gerou divergência de valores.

Numa primeira análise, os técnicos do TCU detectaram superfaturamento de R\$ 71,9 milhões, valor usado pela PF em seu relatório. Mas, após acolher em parte os primeiros argumentos da Petrobras e do consórcio, o valor foi revisto para R\$ 59 milhões, quantia paga pela estatal às empreiteiras.

Segundo a auditoria, o consórcio contratou profissionais, serviços e equipamentos por valores com "enorme discrepância" em relação aos preços de mercado. Como essa etapa da obra se assemelha à construção de uma estrada, o TCU usou como referência o sistema de custos do Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte). Alguns serviços, como aterros, custaram cerca de 1.000% a mais do que os valores de referência.

Os técnicos também indicaram que as construtoras usam uma taxa de Bonificação e Despesas Indiretas -que banca custos com recolhimento de impostos e gastos administrativos- acima do que poderiam.

A auditoria foi aprovada pelo TCU em 10 de dezembro, e o consórcio foi intimado a prestar explicações. O tribunal decidirá se abrirá uma tomada de contas especial. Nessa etapa, são calculados os danos finais e cobrada a devolução do valor pago indevidamente. Até lá, o TCU impediu a Petrobras de pagar ao consórcio R\$ 23 milhões por outros serviços com preço superior ao de mercado.

*Bsb 31-3-09
Publicar
integrar
Odebrecht*

ELIO GASPARI

**De Abreu.e.Lima@edu para
Lula@gov**

*Eu lutei ao lado do Bolívar, não
gosto do Chávez, e acho que a
refinaria que leva meu nome será
uma desonra*

COMO A MAIORIA dos brasileiros, o senhor deve ter se surpreendido quando soube que os venezuelanos queriam dar o nome do general Abreu e Lima à refinaria que a Petrobras constrói em Pernambuco. Pudera, eu morri em 1869, aos 72 anos, e a história do nosso país está mal contada. Melhor dizendo, está bem contada pelos que gostam de esconder os feitos do povo. Meus inimigos tentaram ridicularizar-me com o apelido de "general das massas". Vi o fuzilamento de meu pai em 1817. Combati ao lado de Simon Bolívar na guerra pela independência da América Espanhola. Fui de capitão a general e voltei ao Brasil só com algumas condecorações, que acabaram roubadas. Os colegas enricaram. Minha última batalha deu-se com o bispo do Recife, dom Cardoso Ayres, que me negou sepultura no cemitério de Santo Amaro. (Outro dia d. Hélder Câmara disse que, por causa da invasão dos protestantes, de vez em quando o Padre Eterno manda para Recife um bispo com parafuso solto.) Escrevo-lhe esta carta a pedido do Barbosa Lima Sobrinho, que sempre fala bem do senhor.

Por favor, não deixe que meu nome seja associado a uma obra que contraria minha fé no progresso e no gênero humano. A refinaria Abreu e Lima foi projetada para custar R\$ 9 bilhões. Os fornecedores de obras e equipamentos já estão pedindo R\$ 23 bilhões. Uma unidade de coque foi orçada em R\$ 15 bilhões. Não vale a quinta parte disso. Felizmente vocês cancelaram essa licitação. Espero que levem adiante a faxina. As grandes empreiteiras engoliram as empresas de engenharia que operavam no setor, juntaram-se

B58, 31-3-09

Publman

mz

indigo

Artur Ribeiro

e fizeram um cartel, como faziam no Recife os comerciantes portugueses.

Ao contrário do que se presume, não gosto desse coronel Hugo Chávez. Ele acha que porque escrevi um livrinho intitulado "O Socialismo", eu sou aquilo que vocês denominam de socialista. Isso é coisa de quem fala sem ler.

Meu socialismo é a visão de uma sociedade de conagraçamento, não é ciência, doutrina, religião, seita ou sistema. Tenho horror a confisco de propriedades e abomino os comunistas, gente odiosa. Aliás, nunca li nada desse Karl Marx e acho-o um chato, intratável. Aqui ele só tem um amigo, o Luiz Carlos Prestes.

Quando a Petrobras concordou em me homenagear, interessei-me pelos seus assuntos e tenho conversado com o Getúlio Vargas, que criou a empresa. É um homem discreto, mas outro dia deixou escapar que estão fazendo coisas tão agressivas e primitivas que lhe parecem ideias do Gregório Fortunato, um negro enorme que sempre o acompanha, mas não me parece muito inteligente. Vargas me contou alguns casos de fúria arrecadadora durante a campanha eleitoral em que o senhor se reelegeu. Assustei-me ao saber de presidente de empresa telefonando para fornecedor e ministro pedindo hora. Já lhe contaram que a Petrobras quer o investimento venezuelano, mas não quer dar ao Chávez uma rede de distribuição? Acho até que faz muito bem, mas o coronel não é bobo, haverá de segurar o dinheiro.

Não falo de seus colaboradores, mas devo chamar sua atenção para o grau de exposição a que estão submetendo nosso governo. Daqui podemos ver a campanha presidencial do ano que vem e, pelo que me recordo das baixezas de 2002, ela vai além.

Como pernambucano e meio xará, subscrevo-me,
José Ignácio de Abreu e Lima

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu queria propor uma inversão de pauta dos próximos itens. É possível? Sei que há dois temas em discussão. Um é muito complicado, e o outro, que acho que é simples, é o PL nº 5, de minha autoria, que está em segundo lugar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Peço a V. Exª que formalize à Mesa.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Formalizo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Então, colocaremos a matéria em votação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item extrapauta:

MENSAGEM Nº 2, DE 2009

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 2, de 2009 (nº 17/2009, na origem), *pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Antonio Fernando Cruz de Mello, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Ucrânia, e, cumulativamente, junto à República da Moldova.*

O parecer é favorável. **(PARECER Nº 96, DE 2009-CRE)**

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo oradores, encerro a discussão.

Vou submeter à votação.

Peço à Secretaria que prepare o painel.

Os Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Senador Agripino, eu quero aproveitar este intervalo para também associar-me às solidariedades que foram dadas a V. Exª. Já o fiz das outras vezes em que o Plenário se manifestou e repito com muito agrado, neste instante.

Sou testemunha de sua vida pública desde jovem, fui amigo do seu pai, fui amigo e companheiro do seu tio, João Agripino, e Tarcísio, e sei perfeitamente o quanto V. Exª tem pautado a sua vida pública de maneira correta, honesta, em favor do País, cumprindo com o seu dever de Líder da Oposição.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pela ordem.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É só para agradecer e fazer um registro.

Sr. Presidente, eu tenho consciência absoluta de que nas manifestações que ouvi na quinta-feira e hoje há uma boa quota de generosidade por parte dos meus companheiros de Senado. Mas eu tenho certeza absoluta de que essa generosidade não se verbalizaria nas manifestações que aconteceram se nós não tivéssemos oferecido a esta Casa e ao País argumentos e documentos que mostraram claramente a tentativa de calar a Oposição, de denegrir a imagem de alguém que tem trinta anos de vida pública e não responde a um processo.

Eu tenho consciência absoluta de que V. Exª, em qualquer circunstância, daria uma palavra de apreço a mim. Mas V. Exª faz e reitera, como todos os que aqui falaram, porque nós oferecemos argumentos para que as pessoas falassem, e falassem com veemência, defendendo não a mim, defendendo a si próprias, defendendo a Casa, a Instituição, que está agredida.

Até o próprio nome “Operação Castelo de Areia” sugere a tentativa de dilapidar a imagem de alguém que não pensa em si, pensa no povo do Brasil, pensa no interesse coletivo. Se enfrento este Governo, se muitas vezes contesto este Governo, não é porque eu queira fazê-lo. É porque entendo, meu Partido entende, que é preciso fazê-lo para preservar o sentimento da sociedade e o interesse da maioria.

Agradeço a V. Exª com essas palavras e com essa manifestação de apreço.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – É meu dever.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador Antonio Carlos Valadares e, depois, Senador Osmar Dias.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, em nome do Partido Socialista Brasileiro, o PSB, como Líder, quero manifestar, em meu nome e em nome do Senador Casagrande, a nossa mais inteira e irrestrita solidariedade ao Líder do DEM, Senador José Agripino, pessoa pela qual temos o maior respeito, pela sua conduta ética, pelo seu procedimento como homem público.

Conheço-o de priscas eras, num momento em que governamos juntos, ele governando o Estado do Rio Grande do Norte com muita eficiência, com muita competência, e eu governando o Estado de Sergipe. E acompanhei de perto a lisura com que ele dirigiu seu Estado, respeitado pela população, pelo povo do Nordeste e hoje altamente respeitado pelo povo do Brasil. Porque se trata de uma liderança de Oposição, mas uma liderança que exerce seu papel com muita dignidade, sem nenhum radicalismo, mostrando os erros e os equívocos do Governo sem propor ações nefastas para a destruição de qualquer liderança.

Por isso, Sr. Presidente, quero relembrar uma frase que é importante no momento em que devemos fortalecer a democracia – e esta Casa, como a Câmara dos Deputados, são o pulmão da democracia. Otávio Mangabeira, ao tomar posse em 47 como Governador do Estado da Bahia, chegou a afirmar, e hoje essa frase está inculcada nos livros de História, que “a democracia é uma plantinha muito tenra, que deve ser cuidada todos os dias”.

Acho que atitudes como essas que estão sendo tomadas pelos Senadores, repudiando ações que venham denegrir a imagem de Senadores que receberam doações legais – e isso é contra a democracia, Sr. Presidente –, merece a nossa condenação, o nosso repúdio. Por isso a solidariedade ao Senador José Agripino, ao Senador Flexa Ribeiro e a todos aqueles que receberam contribuições legais, em solidariedade à democracia, ao regime democrático e às eleições livres em nosso País.

Era o que eu tinha a dizer Sr. Presidente.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome do PDT, também gostaria de colocar aqui a nossa posição de completa solidariedade ao Senador José Agripino. Eu o conheço há mais de 14 anos, período em que estamos juntos nesta Casa. Em nenhum segundo, em nenhum momento, o Senador José Agripino deixou qualquer dúvida sobre sua dignidade, sobre sua integridade.

Depois que se noticia algo de forma injusta e inverídica, fica sempre muito difícil correr atrás para apagar aquilo que foi noticiado. Também já passei por isso. Por isso, quero, ao ser solidário com V. Ex^a, ir mais longe, dizer da minha confiança, não apenas no Partido, mas minha confiança pessoal, do meu respeito pela sua postura, pela sua conduta e pelo que representa aqui como um dos líderes da Oposição, sempre tratando as questões nacionais com muito respeito, com muito rigor, mas com muito respeito a todos.

Não é justo, Senador José Agripino, ver um nome tão digno ser misturado com aquilo que tem que ser condenado. Porque, se V. Ex^a de alguém recebeu doação legal, ela foi registrada, não pode ser misturado com aqueles que não procederam da mesma forma.

O PDT também quer ser excluído dessa lista. Recebi um telefonema do Presidente da época, Ministro Luppi, que pediu para garantir e assegurar. O PDT não recebeu nenhuma doação da citada empresa Camargo Corrêa. O PDT não recebeu, em espécie nenhuma, doações para o Diretório Nacional, e, portanto, também quer ser excluído dessa lista. Não podemos, de forma nenhuma, permitir que a irresponsabilidade possa deixar dúvidas sobre uma pessoa com quem convivemos e de quem conhecemos a seriedade.

Senador José Agripino, a solidariedade do PDT e principalmente minha pessoal, porque confio muito em V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – V. Ex^a, Senador Adelmir Santana, terá a oportunidade de falar em seguida.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Presidente, talvez devesse abrir o painel.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Eu queria encerrar a votação.

Se todos os Senadores já votaram, vou encerrar a votação.

Senador Flexa, V. Ex^a já votou?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já votei.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

Senado Federal

MENSAGEM Nº 2, DE 2009 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. ANTONIO FERNANDO CRUZ DE MELLO, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DA UCRAÍNA, E, CUMULATIVAMENTE, JUNTO À REPÚBLICA DE MOLDOVA

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 31/3/2009

Num.Votação: 1
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 31/3/2009 18:01:05
Encerramento: 31/3/2009 18:10:10

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou				
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou				
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou				
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou				
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou				
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	Votou				
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou				
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou				
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	Votou				
DEM	MG	ELISEU RESENDE	Votou				
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou				
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou				
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou				
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou				
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou				
PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou				
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou				
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou				
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou				
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou				
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou				
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	Votou				
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou				
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou				
DEM	TO	KÁTIA ABREU	Votou				
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou				
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou				
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou				
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou				
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou				
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou				
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou				
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou				
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	Votou				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou				
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou				
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	Votou				
PTB	SP	ROMEU TUMA	Votou				
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou				
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou				
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou				
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou				

Flávio Arnês
Primeiro-Secretário
(*marco*)

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 40
Votos NÃO : 06
Votos ABST. : 00

Total : 46

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Votaram SIM 40 Senadores; e, NÃO, 06.

Total: 46 votos.

A indicação foi aprovada.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Não vamos submeter a votos as Emendas Constitucionais dos Itens 1 e 2, porque precisamos de *quorum* qualificado de 49 votos, e o *quorum* da Casa se encontra baixo. De maneira que, por prudência, a Mesa vai votar os embaixadores, para cuja votação precisamos de maioria simples e, ao mesmo tempo, prosseguir na votação das matérias que possam ser aprovadas pelas Lideranças por meio de voto simbólico.

São os seguintes os itens 1 e 2:

1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 29, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social)*.

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 5, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o artigo 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições*.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 38, DE 2009

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 38, de 2009 (nº 87/2009, na origem), *pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor José Vicente da Silva Lessa, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Namíbia.*

O parecer é favorável. **(PARECER Nº 97, DE 2009 – CRE)**

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que desejarem a palavra podem se manifestar. (Pausa.)

Não havendo oradores, encerro a discussão.

Em votação a mensagem.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Concedo a palavra ao Senador Adelmir Santana.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria, na mesma linha dos meus antecessores que usaram da palavra, também dar minha palavra de solidariedade ao Senador José Agripino, meu Líder.

Eu estou nesta Casa há dois anos e poucos meses e, em nenhum momento, recebi qualquer que fosse uma orientação partidária ou pessoal que desabonasse a conduta do Senador Agripino.

Portanto, a forma como está sendo conduzido esse noticiário, essa pesquisa ou essa investigação, comete uma injustiça ao nominar a pessoa do Senador sem aprofundar para ver se nessas doações efetivamente houve alguma ilegalidade. Creio eu, e estou certo, se há alguma doação que seja ilegal, não foi o caso do Senador José Agripino, porque mostrou que foi uma doação partidária, que foi uma doação correta, dentro dos padrões estabelecidos pela legislação. Portanto, comete-se uma injustiça ao tentar achincalhar o nome de uma pessoa que aprendemos a admirar e sob cuja liderança nunca, em nenhum momento, tivemos uma orientação que não fosse correta e dentro dos princípios democráticos.

Então, Senador Agripino, eu me associo a essas manifestações favoráveis à pessoa de V. Ex^a e formo fileira com aqueles que não acreditam e que estão ao seu lado na defesa intransigente do seu ponto de vista e das suas posições nesta Casa. Parabenizo a V. Ex^a.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB

– AC) – Sr. Presidente José Sarney.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Darei a palavra em seguida a V. Exª.

Peço aos Senadores que se encontram em seus gabinetes ou em outras dependências da Casa que compareçam ao plenário, e peço aos que estão no plenário a gentileza de votarem.

Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita, e em seguida o Senador Heráclito Fortes.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB

– AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, eu não tive oportunidade de estar presente por ocasião do discurso proferido pelo Senador Agripino em sua honrosa defesa acerca de fatos a ele imputados de forma sorrateira, leviana. Eu poderia perfeitamente sair daqui e dar um abraço de solidariedade ao Senador José Agripino, o que faço constantemente, por sinal. Abraço de apreço, carinho, amizade e respeito. Mas é necessário que esta solidariedade se faça de forma pública, Senador Agripino. Estou aqui, mais uma vez, expressando a minha admiração, o meu respeito e a minha solidariedade à pessoa com quem aprendi, e muito, aqui neste Senado. O respeito é na proporção direta ao aprendizado que tive com V. Exª nesta Casa, que tenho como homem sério, correto, uma das maiores lideranças políticas do Congresso Nacional.

Portanto, Senador José Agripino, neste espaço pequenino que nos acolhe aqui, eu poderia perfeitamente lhe dar um abraço, mas faço questão de fazê-lo publicamente. É assim que a gente precisa proceder para que as coisas fiquem absolutamente limpas e cristalinas. O meu abraço de solidariedade a V. Exª, do colega que o respeita e o admira.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador José Agripino, nós estamos vendo aqui uma sucessão de companheiros seus a lhe prestar solidariedade.

Aceite essa solidariedade como um gesto simbólico de defesa à Casa como um todo, mas acho

desnecessário que se faça um gesto de solidariedade individual a V. Exª, até porque V. Exª dela não precisa. A Casa, sim, porque é a Casa que é atingida nesse momento, porque estamos vendo, ao longo desses meses, de maneira espaçada, de maneira cadenciada, vários colegas serem atingidos dessa maneira.

No caso em tela, nós não podemos perder o foco, até porque ele está sendo desviado. Na verdade, o que a operação mandou apurar são fatos que acontecem no momento. A apuração se dirigia e objetivava a denúncia de superfaturamento numa obra patrocinada pelo Governo Federal por meio do PAC, que é exatamente a Refinaria de Abreu e Lima.

Esse é que é o foco. A Nação brasileira, que nos escuta neste momento, não pode e não tem o direito de confundir-se. A apuração feita de maneira espetacular e exagerada pela Polícia Federal foi para apurar desvios de recursos e indícios de superfaturamento indicados pelo Tribunal de Contas da União. Como setores deste Governo têm como filosofia “se estamos no banco dos réus queremos companhia”, desviaram-se para fatos pretéritos e se depararam exatamente com doações feitas de maneira legal.

O Senador Agripino não é objeto, porque no ano em tela nem sequer candidato foi. Quem recebe os recursos é o Partido por ele presidido e não ele para se beneficiar. Mesmo assim, os depósitos foram feitos de maneira cristalina e legal. O estranho é que os Partidos da base do Governo tenham sido poupados nessa denúncia. E aí vai a interrogação: a quem interessa isso e de onde partiram essas denúncias despropositadas e levianas?

O meu abraço, Senador José Agripino!

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Vou encerrar a votação. Os Senadores que não votaram podem votar. (Pausa.)

O Senador Renan ainda está votando. (Pausa.)

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

Senado Federal

MENSAGEM Nº 38, DE 2009 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. JOSÉ VICENTE DA SILVA LESSA, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DA NAMÍBIA

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 31/3/2009

Num.Votação: 2
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 31/3/2009 18:11:13
Encerramento: 31/3/2009 18:18:41

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou				
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou				
Bloco-PT	SP	ALOÍZIO MERCADANTE	Votou				
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou				
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou				
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou				
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou				
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou				
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou				
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	Votou				
DEM	MG	ELISEU RESENDE	Votou				
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou				
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou				
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou				
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou				
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou				
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou				
PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou				
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou				
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou				
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou				
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	Votou				
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou				
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	Votou				
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou				
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou				
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou				
DEM	TO	KÁTIA ABREU	Votou				
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou				
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou				
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou				
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou				
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou				
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou				
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou				
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou				
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou				
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	Votou				
PTB	SP	ROMEU TUMA	Votou				
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou				
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou				
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou				
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou				
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou				

Ja Morais
Primeiro-Secretário
(*mao santa*)

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 42

Votos NÃO : 07

Votos ABST. : 00

Total : 49

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Votaram SIM 42 Srs. Senadores; e, NÃO, 07.

Total: 49 votos.

O nome do Senhor José Vicente da Silva Lessa foi aprovado.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 39, DE 2009

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 39, de 2009 (nº 88/2009, na origem), *pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor Arthur Vivacqua Correa Meyer, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de São Tomé e Príncipe.*

O parecer é favorável. (**PARECER Nº 98, DE 2009 – CRE**)

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que desejarem a palavra podem se manifestar. (Pausa.)

Não havendo oradores que queiram discutir, encerro a discussão.

Em votação a matéria.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador José Sarney, eu estava em compromisso no meu Estado, pela manhã, e estou tendo informações sobre o pronunciamento do Senador Arthur Virgílio e dos apartes de várias Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores a respeito desta lamentável operação da Polícia Federal.

Quero, primeiro, agradecer a V. Ex^a, Senador José Sarney, que tomou as primeiras providências. Ainda na sexta-feira, em comunicação comigo, V. Ex^a informava das ações tomadas pelo Senado Federal no sentido de aprofundar e de chegar à pessoa responsável pelo vazamento, que foi seletivo, dos nomes do Senador José Agripino e do meu, em relação à ques-

tão legal dos apoios da empresa Camargo Corrêa ao processo eleitoral municipal no Estado do Rio Grande do Norte e do Pará.

Quero aqui agradecer a todos os Senadores e Senadoras que apartearam o próprio Senador Arthur Virgílio, agradecer ao Senador Arthur Virgílio pela iniciativa, e à Bancada do PSDB, ao seu Presidente, Senador Sérgio Guerra, que tomaram a iniciativa de convidar o Ministro Tarso Genro e o Superintendente da Polícia Federal a virem ao Plenário do Senado Federal para dar as explicações que a sociedade brasileira toda está querendo conhecer.

Agora, Senador Agripino, começam a surgir os verdadeiros receptores dos recursos que deverão – e queira Deus que sejam, como foram os nossos, de forma legal –, começam a surgir os partidos que, de forma estranha, não apareceram no noticiário da quarta-feira passada, como é o caso do PT, que é mister em ações do tipo em que a Polícia Federal quis sujar os partidos de Oposição, ou melhor, ela quis encobrir as ações que levaram à queda da popularidade do Governo, para, com isso, trazer à mídia assuntos que não eram verdadeiros.

Agradeço a V. Ex^a e aos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Peço aos Srs. Senadores a gentileza de votar.

Todos os Srs. Senadores já votaram? (Pausa.)

Vou encerrar a votação.

Senadora Marisa Serrano. (Pausa.)

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, a segunda votação, do item 2, eu votei de acordo com a orientação do meu Partido, está certo? Eu queria que registrasse, por favor.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– A Ata registrará a manifestação de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, o pulso está desabilitado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Está encerrada a votação. A Senadora Marisa Serrano pode dizer. A Ata registrará o seu voto.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney – PMDB-AP)

– Vou proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

Senado Federal

MENSAGEM Nº 39, DE 2009 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. ARTHUR VIVACQUA CORREA MEYER, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 31/3/2009

Num.Votação: 3
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 31/3/2009 18:19:16
Encerramento: 31/3/2009 18:23:41

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
DEM	PB	EFFRAIM MORAIS	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	Votou
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	Votou
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
DEM	TO	KÁTIA ABREU	Votou
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
Bloco-PT,	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	Votou
PTB	SP	ROMEU TUMA	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou

Partido UF Nome do Senador Voto

Flávio Arns
Primeiro-Secretário
(*Mão Santa*)

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 40
Votos NÃO : 06 Total : 46
Votos ABST. : 00

O SR. PRESIDENTE (José Sarney – PMDB-AP)

– Votaram SIM 40 Srs. Senadores; e, NÃO, 6.

Não houve abstenção.

Total: 46 votos.

A indicação foi aprovada.

Será feita a devida comunicação ao Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– A Presidência informa ao Plenário que os Itens 3, 4 e 5, ficam retirados hoje da pauta, tendo em vista que o Senador Antonio Carlos Valadares – que é o Relator da primeira PEC – as demais são matérias correlatas – , de acordo com a reunião dos Líderes – fará uma análise sobre essas matérias por tratarem do mesmo tema, procurando unificar a posição do Plenário da Casa na votação a que iremos proceder.

São os seguintes os itens retirados da pauta:

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 38, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares,

– 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece;

– 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 50, DE 2006

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que*

Menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

– 1º pronunciamento: (sobre a Proposta)

Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável;

– 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 86, DE 2007

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).*

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

– 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta;

– 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – **Item 6:**

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 150, DE 2006

(Incluído em Ordem do Dia nos termos dos Recursos nºs 4 e 5, de 2007)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *dispõe sobre a repressão ao crime organizado e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 264 e 1.094, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, nos termos das Emendas nºs 1 a 24-CCJ; e 2º pronunciamento (sobre as emendas de

Plenário): favorável às Emendas nºs 26 e 27-Plen, na forma das Subemendas que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 25 e 28 a 36-Plen.

Há sobre a mesa requerimento de adiamento da votação para reexame pela CCJ.

Peço ao 1º Secretário que faça a leitura do requerimento.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 334, DE 2009

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais que o PLS nº 150, de 2006, seja retirado da pauta para reexame da matéria, para Comissão de Justiça.

Sala das Sessões, 31 de março de 2009. – Senador **Romeu Tuma**.

Justificação

Substituir aonde consta Investigação por Inquérito Policial.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o pedido de retirada da matéria queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria será retirada e vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – **Item 7:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

Transcorre hoje a terceira sessão de discussão. Em discussão a proposta.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. (Pausa.)

Encerrada.

A matéria constará da próxima sessão.

O mesmo ocorre com as Propostas de Emenda a Constituição constantes dos itens de 8 a 12.

São os seguintes os itens:

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal*.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece*.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, DE 2003

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar*

penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2004

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Se algum orador...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Se algum orador quiser se manifestar ou discutir uma dessas emendas, poderá fazê-lo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Não. Só peço a V. Exª que faça constar o meu voto “sim” na indicação anterior, pois eu acabei não votando.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– A Ata fará constar a manifestação de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – **Item 13:**

EMENDAS DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 507, DE 2003

Discussão, em turno único, das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 507, de 2003 (nº 6.206/2005, naquela Casa), da Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação.*

Parecer favorável, sob nº 1.018, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Ideli Salvatti.

De acordo com a reunião de Líderes, também há requerimento que solicita o adiamento da discussão por 30 dias úteis.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº 335, de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 279, III, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro o adiamento da discussão das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 507, de 2003, para o dia 14 de maio de 2009.

Sala das Sessões, 31 de março de 2009. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Em votação o requerimento de adiamento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Adiado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Trata-se de uma lei complementar que exige *quorum* qualificado e a Mesa resolve adiá-lo para a próxima sessão.

É o seguinte o **item 14:**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – **Item 15:**

15

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente.)*

Na reunião de Líderes, havia uma indicação para rejeição. Eu pergunto aos Srs. Líderes se mantêm a indicação de rejeição ou se aprovam.

Peço a atenção dos Srs. Líderes.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– **Item 16:**

16

REQUERIMENTO Nº 982, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 982, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando a inclusão, em Ordem do Dia, do Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2007, por ter se esgotado o prazo regimental para manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (prisão especial para diplomados em nível superior).*

Há um requerimento de desistência da matéria.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº 336, DE 2009

Nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a retirada definitiva do RQS nº 982, de 2008, de minha autoria, e, por consequência permitindo que o PLS nº 50/2007 volte a ser apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sala das Sessões, 31 de março de 2009. – Senador **Expedito Júnior**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Os Itens 17 a 20, e de 24 a 29 são requerimentos. Há um acordo de Liderança sobre todos eles que tramam de...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB

– AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Concedo a palavra, pela ordem, a V. Ex^a.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB

– AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Item 23 é um requerimento de autoria de vários Senadores no sentido de que a Casa institua uma comissão

temporária para organizar, a partir do Senado Federal, os festejos...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Senador Geraldo Mesquita, esse requerimento ainda não foi votado. Eu anunciei os de 24 a 29. Esse é o item nº 23.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB

– AC) – De nº 23. Exato. Tudo bem, Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– O que estamos votando são os requerimentos constantes dos itens 24 a 29 que são de desapensamento, tramitação conjunta, audiência de comissão.

Se algum dos Srs. Senadores deseja fazer alguma observação em relação a algum deles, faça-a neste momento.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Pela ordem.

Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu estava no café e não ouvi. E a respeito do Item 22, o meu requerimento de criação da comissão temporária para acompanhamento das metas do milênio?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– O requerimento também ainda não foi submetido à votação.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Como?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) –

Ainda não foi submetido à votação. Será em seguida.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Será em

seguida. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB –

AP) – Em votação os Itens 24 a 29, anunciados pela Presidência.

As Sr^{as} e os Srs. que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados, bem como os de 17 a 20.

São os seguintes os itens aprovados:

17

REQUERIMENTO Nº 1.689-P, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.689-P, de 2008, do Senador Jarbas Vasconcelos, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2008, com os Projetos de Lei do Senado nºs 265, de 2006, e 164, de 2007, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (remissão de pena para estudo).

(Aprovado)

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Constituição, Justiça e Cidadania.

18**REQUERIMENTO Nº 1.700, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.700, de 2008, do Senador Raimundo Colombo, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (movimentação e armazenagem de mercadorias importadas).

(Aprovado)

Uma vez que já está instruída pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, a matéria vai às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, de Desenvolvimento Regional e Turismo, de Constituição, Justiça e Cidadania.

19**REQUERIMENTO Nº 6, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 6, de 2009, do Senador Expedito Júnior, solicitando o desapensamento das Propostas de Emenda à Constituição nº 34, de 2005, e 31, de 2008, por tratarem de matérias distintas.

(Aprovado)

As matérias são desapensadas, voltam a ter tramitação autônoma e retornam à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

20**REQUERIMENTO Nº 7, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 7, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando, nos termos regimentais, o desapensamento do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2007, dos Projetos de Lei da Câmara nºs 107, de 2006, e 25, de 2008, e dos Projetos de Lei do Senado nºs 1, 117 e 153, de 2003, 212, de 2005, 64, 67, 199, 239 e 342, de 2006, 65 e 173, de 2007, e 287, de 2008, a fim de que tenha tramitação autônoma (dispõem sobre o porte de armas de fogo).

(Aprovado)

O Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2007, passa a ter tramitação autônoma e vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

As demais matérias vão ao exame das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Assuntos Sociais, de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania.

24**REQUERIMENTO Nº 250, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 250, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (regulamenta a assistência judiciária internacional em matéria penal nos casos em que especifica, bem como estabelece mecanismos de prevenção e bloqueio de operações suspeitas de lavagem de dinheiro).

(Aprovado)

A matéria vai às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Constituição, Justiça e Cidadania.

25**REQUERIMENTO Nº 251, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 251, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 541, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (dispõe sobre autorização ao Poder Executivo para instituir Programa de Melhoria Habitacional em Áreas Urbanas de Risco).

(Aprovado)

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, às de Assuntos Sociais.

26**REQUERIMENTO Nº 255, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 255, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 304, de 2007, e 64, de 2008, com os de nºs 131, de 2007, e 78, de 2008, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (dispõem sobre a concessão de incentivos fiscais e creditícios a quem promova a reposição florestal).

(Aprovados)

Os Projetos passam a tramitar em conjunto e vão ao exame das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Econômicos.

27

REQUERIMENTO Nº 258, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 258, de 2009, do Senador Marconi Perillo, solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2007, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 22, de 2001; 43, de 2003; 60, de 2005; e 20, de 2006, para retomar sua tramitação individual (destinação de recursos para segurança pública).

(Aprovado)

A Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2007, fica desapensada e volta a ter tramitação autônoma na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

As demais matérias retornam ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

28

REQUERIMENTO Nº 259, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 259, de 2009, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 294, de 2004, e 368, de 2008, com o Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2006, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 53, de 2003, 219, de 2005 e 353, de 2007, por regularem a mesma matéria (dispõem sobre a obrigatoriedade e o horário de transmissão do programa oficial dos Poderes da República).

A Presidência esclarece que, com a aprovação do requerimento, os Projetos de Lei do Senado nºs 294, de 2004, e 368, de 2008, perdem seu caráter terminativo.

(Aprovado)

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, Cultura e Esporte.

29

REQUERIMENTO Nº 318, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 318, de 2009, do Senador Herácto Fortes, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 77, de 2009-Complementar, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (requisitos para composição de diretoria-executiva, conselho deliberativo e fiscal de entidade de previdência complementar patrocinada por entes públicos).

(Aprovado)

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais e, posteriormente, às de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu só queria solicitar à Mesa que encaminhasse à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se possível hoje, o projeto, que já íamos votar, sobre organizações criminosas, que é a adequação da Convenção de Palermo, Convenção da ONU, para que possamos dar o parecer amanhã, no primeiro item da pauta da CCJ. O Senador Demóstenes já concordou. Nós, assim, estaremos aptos para votar essa matéria amanhã à tarde, em plenário.

Então, eu pediria à Mesa para encaminhar à CCJ o processado hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– V. Exª será atendido.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, quero apenas solicitar a V. Exª a inclusão do PLC nº 10 e do PLC nº 31, em razão de acordo na reunião de Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Eles estão aqui.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Item 21:

REQUERIMENTO Nº 227, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 227, de 2009, da Senadora Lúcia Vânia,

solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 14 e 20, de 2008, por tratarem de matérias distintas (dispõem sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, nos casos que especificam).

Há um requerimento de adiamento de votação por trinta dias.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº 337, DE 2009

Requeiro nos termos do art. 315 do Regimento Interno o adiamento, por 30 dias, da votação do Requerimento nº 227/2009, constante da pauta da presente Sessão.

Sala das Sessões, 31 de março de 2009. – Senador **Romero Jucá**, Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – **Item 22:**

REQUERIMENTO Nº 231, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 231, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, solicitando a criação de Comissão Temporária, composta por 5 membros titulares e igual número de suplentes, com prazo de funcionamento de 12 meses, para acompanhamento das Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas – ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

Concedo a palavra à Senadora Kátia Abreu, embora tenha a oportunidade de dizer que, na reunião de Lideranças, houve uma indicação para que adiássemos esses dois requerimentos para exame.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma explicação a respeito para, quem sabe, podermos entrar em acordo de Líderes e votar essa matéria.

Sr. Presidente, no ano de 2000, 189 países assinaram, junto à ONU, o cumprimento das metas do milênio, e o Brasil, que também é signatário, claro, assinou. São oito metas do milênio, sendo que a primeira e, na minha opinião, a mais importante, é a redução da fome até 2015 à metade. E o Brasil é um grande País produtor de alimentos; a Confederação Nacional de Agricultura, que eu presido, está trabalhando para

integrar o Governo no sentido de colaborar no cumprimento dessas metas do milênio; e nós queríamos que o Senado Federal, diante de um assunto tão importante, pudesse criar uma subcomissão especial para o acompanhamento do cumprimento dessas metas e até mesmo envolver mais organismos da sociedade que pudessem contribuir com o Governo – como farão a CNA e o Senai nacional – no sentido de cumprir essas metas até 2015.

Eu acho da maior importância que o Senado Federal possa acompanhar esse assunto. Ministérios afins que assinaram esse termo com a ONU têm a obrigação de acompanhar essas metas, e o Senado faria essa observação, Sr. Presidente. Seria da maior importância para a nossa Casa. Eu gostaria de pedir a reconsideração dos Líderes a respeito da aprovação desse requerimento de criação da Comissão Temporária para o acompanhamento das metas do milênio, especialmente no que diz respeito ao combate à fome.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senadora Kátia Abreu, a discussão foi suscitada pelo fato de ter a Casa muitas comissões criadas e subcomissões que estão se criando para fazermos uma avaliação para, em seguida, votarmos. Isso não significa a recusa do requerimento, mas apenas um adiamento até que fosse feita essa avaliação geral das comissões e subcomissões que estão criadas e que estão sendo feitas no Congresso. Essa foi a observação feita naquele momento. De maneira que não é exatamente a recusa do requerimento de V. Ex^a.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente, apenas um complemento. Não sei se é possível do ponto de vista regimental. Sei que todas as comissões e subcomissões criadas na Casa trazem despesa, mas esse não é o caso. Nós não temos a menor necessidade de onerar a Casa e de trazer despesas com essa subcomissão. Nós, inclusive, podemos abrir mão desses gastos e encontrar outras formas de viabilizar esse acompanhamento sem um ônus a mais para o Senado Federal.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – V. Ex^a contribui porque está fazendo uma explicação, e é essa avaliação que desejamos fazer.

Faria um apelo para que adiássemos, por quinze dias, de modo que pudéssemos votar. Isso não prejudicará o requerimento e, ao mesmo tempo, poderíamos fazer uma aprovação com maior segurança.

Em votação.

Submetemos ao Plenário o adiamento, se todos concordam, dos **Itens 22 e 23**.

Se todos estão de acordo, assim será feito.

São os seguintes os itens adiados:

22

REQUERIMENTO Nº 231, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 231, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, solicitando a criação de Comissão Temporária, composta por 5 membros titulares e igual número de suplentes, com prazo de funcionamento de 12 meses, para acompanhamento das Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas – ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

23

REQUERIMENTO Nº 247, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 247, de 2009, de iniciativa do Senador Geraldo Mesquita Júnior e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Temporária, composta por seis Senadores para em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pela ordem, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só para consultar V. Exª se o Projeto de Resolução nº 32 será votado na tarde de hoje. Ele não está na pauta, mas solicitamos a V. Exª a inclusão dele hoje, já que o projeto foi aprovado em três comissões.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O projeto não se encontra na pauta, mas, se as Lideranças não tiverem nenhuma objeção, nós poderemos colocá-lo em votação.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Peço a V. Exª que consulte, então, as Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Consulto as Lideranças se poderemos colocar em votação o Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2009, de autoria do Deputado William Woo, que dispõe sobre a residência provisória para o estrangeiro em situação irregular no território nacional e dá outras providências.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – O Partido Democrata, “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O Partido Democrata, “sim”.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – O PMDB também concorda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O PMDB também concorda.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, o PR vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O PR, “sim”.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – O PTB também concorda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O PTB também “sim”.

Acho que já temos maioria para considerar aprovada a inclusão do projeto. Então, vamos incluí-lo em pauta e vou proceder à votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – **Item extrapauta:**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 10, DE 2009**

(Inclusão na pauta após consultas às Lideranças)

Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2009 (nº 1.664/2007, na Casa de origem), que dispõe sobre a residência provisória para o estrangeiro em situação irregular no território nacional e dá outras providências.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Se eu entendi, Sr. Presidente, o requerimento do Item 23 também será...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Foi adiado por quinze dias.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – É uma pena, Sr. Presidente.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Nós apenas estamos fazendo uma avaliação das subcomissões e evidentemente não vai prejudicar, de maneira nenhuma, o requerimento de V. Exª.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pela ordem, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu havia solicitado a inclusão do PRS nº 32 e V. Exª consultou sobre o PLC nº 10, cuja inclusão na pauta também aprovo e votei a favor.

Mas o que eu havia solicitado era o Projeto de Resolução nº 32.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– O Projeto de Resolução nº 32 ainda não se encontra na Mesa. Nós estamos pedindo que seja trazido à Mesa para que possamos votar. E eu peço desculpa ao Plenário, porque pensava que se tratava desse. Quanto ao PLC nº 10, de 2009, também há o mesmo requerimento no sentido de votarmos.

Os Srs. Senadores já aprovaram que fosse votado.

Vou submetê-lo à votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Perdão. Não estava na pauta. De maneira que temos que ouvir o Relator, Senador Romeu Tuma, que tem que dar parecer sobre o projeto, que ainda não se encontra aprovado.

PARECER Nº 99, DE 2009 – PLEN

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Está sem som aqui, Sr. Presidente.

É o Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2009, que dispõe sobre a residência provisória para o estrangeiro em situação irregular no território nacional e dá outras providências.

Por que esse projeto foi apresentado na Câmara? Em razão de vários estrangeiros estarem em situação irregular no País, trabalhando como escravos para empregados do mesmo país os quais estão explorando a mão de obra. Mas algumas emendas foram feitas, para poder tranquilamente regulamentar essa lacuna. E o Governo Federal concorda, através do Ministério da Justiça.

Apresentei a Emenda nº 1, que dá ao art. 1º do PLC nº 10, de 2009, a seguinte redação:

Art. 1º Poderá requerer residência provisória o estrangeiro que, tendo ingressado no território nacional até 1º de novembro de 2008, nele permaneça em situação migratória irregular.

Por que, Sr. Presidente, mudei?

Porque o Presidente anunciou a possibilidade desse projeto de anistia e regulamentação de residência em 1º de novembro. Se eu colocar em fevereiro ou março, tranquilamente aproveitaram alguns elementos mau caráter que trouxeram estrangeiros depois do anúncio do Presidente. Então, volto à data original de 1º de novembro.

Emenda 2:

Dê-se ao art. 4º do PLC 10, de 2009, a seguinte redação:

Art. 4º. O requerimento de residência provisória deverá ser dirigido ao Ministério da Justiça até cento e oitenta dias após a publicação desta Lei, obedecendo ao disposto em regulamento e deverá ser instruído com:

I – comprovante original do pagamento da taxa de expedição de Carteira de Identidade de Estrangeiro – CIE, em valor correspondente a 25% do fixado para expedição de primeira via de Carteira de Identidade de Estrangeiro Permanente;

II – comprovante original do pagamento da taxa de registro;

III – declaração, sob as penas da Lei, de quem não responde a processo criminal ou foi condenado criminalmente, no Brasil e no exterior;

IV – comprovante de entrada no Brasil ou qualquer outro documento que permita à Administração atestar o ingresso do estrangeiro no território nacional até o prazo previsto no art. 1º desta Lei; e

V – demais documentos previstos em regulamento.

Emenda 3:

Acrescente-se o art. 6º do PLC 10, de 2009, com a seguinte redação, renumerando-se os demais:

Art. 6º Concedido o Registro Provisório, o Ministério da Justiça expedirá a Carteira de Identidade de Estrangeiro com validade de 2 anos.

Emenda 4: Dê-se ao § 1º, do art. 7º, do PLC 10, de 2009, que será renumerado como Art. 8º a seguinte redação:

Art. 7º A residência provisória ou permanente será declarada nula se, a qualquer tempo, se verificar a falsidade das informações prestadas pelo estrangeiro.

§ 1º A verificação das informações prestadas pelo estrangeiro será realizada por meio de processo administrativo instaurado no Ministério da Justiça, de ofício ou mediante representação fundamentada, respeitados a ampla defesa e o contraditório, assegurado o prazo para recurso de 15 dias contados a partir da notificação.

Não foram identificados vícios de inconstitucionalidade ou de injuridicidade no projeto.

Quanto ao mérito, ele vai ao encontro de esforço deste Congresso Nacional em promover os direitos humanos, independentemente da nacionalidade, na busca de uma solução migratória digna.

Lembramos aqui o que está acontecendo na Europa. Na Espanha, aprovaram um projeto no qual o estrangeiro irregular pode ser preso por oito meses sem processo nenhum.

Então, o Brasil não aceita essa situação em defesa dos direitos humanos.

O voto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é pela aprovação do projeto e segue-se o Projeto de Lei com as modificações propostas.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER CONJUNTO Nº 99, DE 2009-PLEN

Das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2009 (nº 1.664/2007, na Casa de origem, do Deputado William Woo), que dispõe sobre a residência provisória para o estrangeiro em situação irregular no território nacional e dá outras providências.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

Vem a esta Comissão para exame, nos termos do art. 101, II, **d**, do Regimento Interno, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 10, de 2009 que dispõe sobre a residência provisória para o estrangeiro em situação irregular no território nacional e dá outras providências.

O projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados em fevereiro de 2009 e prevê a regularização migratória dos estrangeiros em situação irregular no País.

Até momento, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

II – Análise

A presente proposição visa a beneficiar estrangeiros que já se encontram no Brasil há algum tempo, mas se vêem afastados da possibilidade de exercer seus direitos humanos em razão de mera irregularidade migratória.

Sabe-se que o Brasil apresenta-se à frente de vários outros países que caminham na contramão do desenvolvimento ao restringir a entrada e estada de estrangeiros, enquanto temos que, antes de ser um migrante, estas pessoas são revestidas de direitos humanos.

Entretanto o Projeto de Lei da Câmara nº 10 de 2009, em que pese seu mérito intrínseco, ainda possui algumas lacunas jurídicas que necessitam ser ajustadas.

Com esse intuito, apresentei as emendas abaixo, algumas de mérito, objetivando melhor ajustar a proposta ao fim a que se destina, ou seja, que somente os estrangeiros irregulares que buscam uma solução migratória encontrem-na, e não aqueles que procuram beneficiar-se desse instituto com objetivos escusos.

Emenda 1:

Dê-se ao Art. 1º do PLC nº 10 de 2009, a seguinte redação:

Art. 1º Poderá requerer residência provisória o estrangeiro que, tendo ingressado no território nacional até 1º de novembro de 2008, nele permaneça em situação migratória irregular.

Emenda 2:

Dê-se ao Art. 4º do PLC nº 10 de 2009, a seguinte redação:

Art. 4º O requerimento de residência provisória deverá ser dirigido ao Ministério da Justiça até cento e oitenta dias após a publicação desta Lei, obedecendo ao disposto em regulamento e deverá ser instruído com:

I – comprovante original do pagamento da taxa de expedição de Carteira de Identidade de Estrangeiro – de, em valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do fixado para expedição de primeira via de Carteira de Identidade de Estrangeiro Permanente;

II – comprovante original do pagamento da taxa de registro;

III — declaração, sob as penas da Lei, de que não responde a processo criminal ou foi condenado criminalmente, no Brasil e no exterior;

IV – comprovante de entrada no Brasil ou qualquer outro documento que permita à Administração atestar o ingresso do estrangeiro no território nacional até o prazo previsto no art. 1º desta Lei; e

V – demais documentos previstos em regulamento.

Emenda 3:

Acrescente-se o art. 6º do PLC nº 10 de 2009, com a seguinte redação, renumerando-se os demais:

Art. 6º Concedido o Registro Provisório, o Ministério da Justiça expedirá a Carteira de

Identidade de Estrangeiro com validade de 2 (dois) anos.

Emenda 4:

De-se ao parágrafo 1º do art. 7º do PLC nº 10 de 2009, que será renumerado como Art. 8º, a seguinte redação:

Art. 7º A residência provisória ou permanente será declarada nula se, a qualquer tempo, se verificar a falsidade das informações prestadas pelo estrangeiro.

§ 1º A verificação das informações prestadas pelo estrangeiro será realizada por meio de processo administrativo instaurado no Ministério da Justiça, de ofício ou mediante representação fundamentada, respeitados a ampla defesa e o contraditório, assegurado o prazo para recurso de 15 (quinze) dias contados a partir da notificação.

Não foram identificados vícios de inconstitucionalidade ou de injuridicidade no projeto.

Quanto ao mérito, ele vai ao encontro de esforço deste Congresso Nacional em promover os direitos humanos, independentemente da nacionalidade, na busca de uma solução migratória digna.

III – Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2009, conforme o texto que segue.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, DE 2009

Dispõe sobre a residência provisória para o estrangeiro em situação irregular no território nacional e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Poderá requerer residência provisória o estrangeiro que, tendo ingressado no território nacional até 1º de novembro de 2008, nele permaneça em situação migratória irregular.

Art. 2º Considera-se em situação migratória irregular, para fins desta lei, o estrangeiro que:

I – tenha ingressado clandestinamente território nacional;

II – admitido regularmente no território nacional, encontre-se com prazo de estada vencido; ou

III – beneficiado pela Lei nº 9.675, de 29 de junho de 1998, não tenha completado os trâmites necessários à obtenção da condição de residente permanente.

Art. 3º Ao estrangeiro beneficiado por esta lei são assegurados os direitos e deveres previstos na Constituição Federal, excetuando-se aqueles reservados exclusivamente aos brasileiros.

Art. 4º O requerimento de residência provisória deverá ser dirigido ao Ministério da Justiça até cento e oitenta dias após a publicação desta lei, obedecendo ao disposto em regulamento e deverá ser instruído com:

I – comprovante original do pagamento da taxa de expedição de Carteira de Identidade de Estrangeiro – CIE, em valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do fixado para expedição de primeira via de Carteira de Identidade de Estrangeiro Permanente;

II – comprovante original do pagamento da taxa de registro;

III – declaração, sob as penas da Lei, de que não responde a processo criminal ou foi condenado criminalmente, no Brasil e no exterior;

IV – comprovante de entrada no Brasil ou qualquer outro documento que permita à Administração atestar o ingresso do estrangeiro no território nacional até o prazo previsto no art. 1º desta lei; e

V – demais documentos previstos em regulamento.

Art. 5º Os Estrangeiros que requerem residência provisória estarão isentos do pagamento de multas ou quaisquer outras taxas, além das previstas no Art. 4º desta Lei.

Art. 6º Concedido o Registro Provisório, o Ministério da Justiça expedirá a Carteira de Identidade de Estrangeiro com validade de 2 (dois) anos.

Art. 7º No prazo de 90 (noventa) dias anteriores ao término da validade da CIE, o estrangeiro poderá requerer sua transformação em permanente, na forma do regulamento, devendo comprovar:

I – exercício de profissão ou emprego lícito ou a propriedade de bens suficientes à manutenção própria e da sua família;

II – inexistência de débitos fiscais e de antecedentes criminais no Brasil e no exterior; e

III – não ter se ausentado do território nacional por prazo superior a 90 (noventa) dias consecutivos durante o período de residência provisória.

Art. 8º A residência provisória ou permanente será declarada nula se, a qualquer tempo, e verificar a falsidade das informações prestadas pelo estrangeiro.

§ 1º A verificação das informações prestadas pelo estrangeiro será realizada por meio de processo administrativo instaurado no Ministério da Justiça, de ofício ou mediante representação fundamentada, respeitados a ampla defesa e o contraditório, assegurado o prazo para recurso de 15 (quinze) dias contados a partir da notificação.

§ 2º Negada ou declarada nula a residência provisória ou a permanente, será cancelado o registro, e a CIE perderá seus efeitos.

Art. 9º O disposto nesta lei não se aplica ao estrangeiro expulso ou àquele que, na forma da Lei, ofereça indícios de periculosidade ou indesejabilidade.

Art. 10. Aplicam-se subsidiariamente as disposições contidas da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, alterada pela Lei nº 6.964, de 9 de dezembro de 1981, aos estrangeiros beneficiados por esta lei.

Art. 11. O estrangeiro com processo de regularização migratória em tramitação poderá optar por ser beneficiado por esta lei.

Art. 12. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta lei.

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 31 de março de 2009. – Senador **Romeu Tuma**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Esta Presidência agradece ao Senador Romeu Tuma pelo parecer proferido.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Aloizio Mercadante, Líder do PT.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero evidentemente parabenizar o Senador Romeu Tuma, mas acordamos no Colégio de Líderes que votaríamos esse projeto sem as emendas. Foram apresentadas quatro novas emendas.

Eu pediria à Presidência e ao Relator se poderíamos votar amanhã. Estamos com a pauta em aberto amanhã para que a gente possa discutir, dado que não foram discutidas no âmbito da comissão as emendas diretamente em plenário, e está alterando o mérito do projeto. Gostaríamos de dialogar com o relator para termos um conhecimento mais específico, porque não tivemos essa discussão no âmbito das comissões.

O Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marconi Perillo, 1º Vice-Presidente..

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Um instante, Senador Mário... É sobre o projeto?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – É sobre o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu quero concordar com o Senador Aloizio Mercadante e dizer que as palavras do Senador são corretas e que, na reunião de que participei, o projeto seria votado sem emendas. Eu gostaria também, como o Senador Mercadante fez, de pedir o adiamento desta votação para que se possa discutir novamente com relação às quatro emendas.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Eduardo Azeredo, é sobre o mesmo tema?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, V. Exª.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu considero que, realmente, é importante que nós possamos decidir. Se não for hoje, que decidamos amanhã, porque este projeto tem um grande alcance. São milhares de estrangeiros que estão aqui. O Brasil é um País aberto, um País multirracial e é importante que nós possamos dar esse exemplo, inclusive a outros países que têm uma rigidez excessiva em relação aos estrangeiros que moram em seu país.

Portanto, é importante que o Brasil avance nessa questão. Acho que o projeto é bem intencionado, é um bom projeto. Há ponderação do Senador Mercadante e Mário Couto para que votemos amanhã. Amanhã, já tem um outro ponto na pauta e que diz respeito... É uma PEC, do Senador Cristovam, que estava prevista para hoje e que vai ficar para amanhã também, que é questão da representação dos brasileiros no exterior aqui no Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Eu consulto o ilustre Relator, já que o parecer do Senador Romeu Tuma é favorável e tem quatro emendas. Consulto se há concordância de sua parte.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Eu vou insistir nas emendas, até para evitar que aproveitadores, no espaço entre o projeto original e a volta do que foi informado pelo Governo, do lançamento desse projeto, no dia 1º de novembro, não facilitaria aqueles que entraram posteriormente a serviço de pessoas inescrupulosas e que fizeram esse ingresso.

Fica a critério dos Srs. Senadores o adiamento ou não. Eu vou insistir nas emendas, porque discuti com o

Ministério da Justiça e com as pessoas interessadas. Eu não sabia do acordo.

Sr. Presidente, eu pedi, na reforma do Regimento, que, quando houver reunião do Colégio de Líderes, os liderados tenham conhecimento do que foi discutido, porque chega aqui eu estou surpreso. O Relator não é avisado de que houve um acordo anterior. Então, eu não estou ferindo o acordo que foi feito Senador Mário Couto, apenas eu desconhecia esse acordo. E vou insistir no relatório que fiz. É claro que, se houver a decisão contrária, não haverá nenhum...

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Se V. Exª me permitir, eu vou conceder a palavra ao Senador Mário Couto, que, por certo, quer colaborar com a instrução e o procedimento.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Com certeza, Sr. Presidente. Eu quero só dizer a V. Exª que nós não estamos questionando as emendas, preliminarmente. Nós estamos questionando um direito de acordo, para que... V. Exª tem conhecimento, como Vice-Presidente, de que toda semana os líderes se reúnem com o Presidente da Casa para elaborar a pauta. E a pauta foi elaborada com este projeto sem as emendas. Por isso houve um consenso de votação na tarde de hoje. Exatamente por isso.

Quando o projeto muda, ou seja, quando o projeto sofre emendas, obviamente que o projeto se torna modificado. E não é aquele mesmo para o qual se fez o acordo. Por isso é que eu pondero ao relator, o eminente Senador Romeu Tuma, que se deixe para amanhã e que se converse com as lideranças sobre as emendas, porque teremos um consenso e votaremos sem nenhuma dificuldade com as emendas. Aí, discutiríamos o mérito, porque há consenso no mérito, não tem problema nenhum. Amanhã, votaríamos, com consenso geral, sem nenhuma dificuldade na votação e com respeito àquilo que foi decidido na reunião de líderes com o Presidente da Casa. Essa é a minha preocupação.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Quero justificar que eu desconhecia o acordo de Lideranças.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Meu líder, Gim Argello.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Romeu Tuma, há uma discordância clara, por parte dos líderes: do Líder da Minoria, do Líder do PT...

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Só um instante. E o Presidente da Comissão de Relações Exteriores.

Vou conceder a palavra ao líder do PTB, Senador Gim Argello e, logo depois, vou propor uma solução para o impasse.

Com a palavra o Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Agradeço. Tenho certeza de que, quando V. Exª propuser uma solução para este impasse, vamos encontrar essa solução. Por quê? Porque o Senador Eduardo Azeredo, que é Presidente da Comissão de Relações Exteriores, fez uma análise profunda das emendas apresentadas pelo nobre Senador Romeu Tuma e me disse, há pouco, que concorda com todas elas e que são boas as emendas. Ele estava explicando justamente isso ao Senador Mário Couto. Daí não impediria que essa matéria fosse votada, como foi acordado no Colégio de Líderes, porque as emendas vieram realmente, como é o trabalho de um relator, a acrescentar e a melhorar o projeto.

Foi com essa intenção que eu pedi para fazer o uso da palavra, tendo em vista que o Senador Eduardo Azeredo, há pouco, me disse isso e que iria comunicar, da mesma forma, ao nobre Senador Mário Couto.

Dessa forma, poderíamos continuar fazendo a votação com o projeto que foi acertado na nossa reunião de líderes. Não sabíamos das emendas, mas, se elas vieram para contribuir, é essa a nossa posição.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Mário Couto, Líder da Minoria.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não há nenhum problema com relação às emendas. Conversei agora mesmo com o Senador. É um problema apenas do que foi acordado, para esse acordo não ser quebrado, Presidente.

Votar hoje ou amanhã, não temos nenhuma dificuldade. Amanhã nós votaremos, com toda a tranquilidade. Vejo que as emendas não são problemáticas e, amanhã, nós as votaremos com tranquilidade, sem quebrar acordos, porque mais tarde haverá dificuldade em se fazer acordos na reunião de Líderes.

É exatamente esse o problema, não com referência às emendas, é apenas uma questão de postura ética.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Romeu Tuma, peço a compreensão de V. Ex^a: como há discordância entre os Líderes, eu vou deixar para amanhã.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – V. Ex^a honra essa Presidência e a sua decisão, sem dúvida nenhuma, não ferirá o projeto.

O meu Líder está defendendo que haja votação, mas eu deixaria a critério de V. Ex^a. Se houve o acordo no Colégio de Líderes... Não vou abrir mão das emendas, mas não quero ferir o princípio da respeitabilidade, e insisto para que, quando houver decisão no Colégio de Líderes, sejam os liderados comunicados, principalmente quem vai relatar uma matéria que foi aprovada no Colégio de Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a concordância do Senador Romeu Tuma, antes de passar a palavra ao Líder, quero informar que vamos adiar para amanhã a conclusão da apreciação desse projeto, esperando que haja consenso entre os Líderes em relação às emendas.

Muito obrigado, Senador Romeu Tuma, pela compreensão e pelo relatório.

Com a palavra o Senador Gim Argello. Logo após, falará o Senador Cícero e, em seguida, o Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra o Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. É só para dizer da experiência do Senador Romeu Tuma e do respeito que ele tem da nossa Bancada. A posição que ele assumiu ali é respeitada por mim também, Senador Tuma. Então, vai ficar para amanhã. Suas emendas serão mantidas e, amanhã, debatidas uma a uma. Dará tempo para todos vermos que o que o senhor construiu foi realmente para melhorar o projeto.

Muito obrigado pela sua decisão harmônica, Presidente Marconi Perillo.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Líder Gim Argello, agradeço pela compreensão de V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu pediria para que V. Ex^a registrasse os meus votos acompanhando a Liderança do Partido nas três anteriores votações.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – A solicitação de V. Ex^a será atendida.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro. Logo após, Senador Expedito Júnior.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo, venho, neste instante, requerer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno, ouvido o Plenário, que seja consignado nos *Anais do Senado* voto de pesar pelo falecimento da Sr^a Helena Mutran.

A Sr^a Helena Mutran, amiga nossa, de família, importante senhora, matriarca da família Mutran no nosso Estado, era uma política por natureza. Acompanhava a vida política do Brasil, a vida política do Estado do Pará, que ela tanto amou e tanto ajudou a desenvolver. Ela esteve aqui conosco. Uma das grandes vontades da D^a Helena era vir ao plenário do Senado Federal. Ela assistia, diariamente, à TV Senado. Ela esteve aqui conosco no final da sessão legislativa passada e teve a oportunidade de conversar com vários Senadores que admirava muito, como o Senador Arthur Virgílio, o Senador José Agripino, o Senador Alvaro Dias e o Senador Garibaldi Alves, que presidia o Senado. Todos eles receberam D^a Helena aqui e ela ficou bastante feliz com isso, tendo tirado fotos com todos os Senadores com quem queria fotografar e ainda com vários outros, inclusive com a grande jornalista Cristiana Lôbo, de quem era fã.

Ela passava por Brasília a caminho de São Paulo, para um tratamento médico, e, lamentavelmente, não resistiu, vindo a falecer no sábado passado.

Quero, então, pedir a V. Ex^a a inserção em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento de D^a Helena Mutran e a apresentação de condolências a sua família.

Ela teve três filhos, grandes amigos nossos: Délio, Celso e Evandro Mutran. Peço também que a eles cheguem os votos de pesar do Senado Federal pela partida da querida e sempre saudosa Helena Mutran.

O requerimento é de minha autoria e de todos os Srs Senadores que o assinaram comigo.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – O requerimento de V. Ex^a, subscrito pelos demais Senadores, será atendido integralmente na forma do Regimento do Senado.

Com a palavra o Senador Expedito Júnior. Logo após, vamos colocar em discussão o Projeto de Lei

da Câmara nº 31, cujo Relator é o Senador Mário Couto.

Com a palavra o Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, assim como fez o Senador Cícero, eu gostaria simplesmente de registrar também – infelizmente, não pude acompanhar as três votações anteriores, as três votações nominais – e acompanhar a orientação do PR, do Partido da República.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – O pleito de V. Exª será atendido, Senador Expedito.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2008

Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2008 (nº 2.576/2000, na Casa de origem), que *dispõe sobre limites à exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos; altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 e dá outras providências.*

De iniciativa do Deputado Fernando Gabeira.

Os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e Cidadania – relatório de minha autoria –, e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cuja relatora *ad hoc* foi a Senadora Marisa Serrano, são favoráveis e serão publicados na forma do Regimento.

São os seguintes os pareceres:

PARECER Nº 100, DE 2005

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2008 (PL nº 2.576, de 2000, na origem), que dispõe sobre limites à exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos, altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965; e dá outras providências.

RELATOR: Senador Marconi Perillo

I – Relatório

Submete-se à análise desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 31, de 2008.

O Senado Federal atua como Casa revisora da proposição de autoria do Deputado Federal Fernan-

do Gabeira, denominada, na origem, PL nº 2.576, de 2000, que, com o fim de garantir a proteção da saúde e do meio ambiente, estabelece limites à exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos, associados ao funcionamento de estações transmissoras de radiocomunicação, de terminais de usuário e de sistemas de energia elétrica nas faixas de frequências até 300 GHz (trezentos gigahertz) (ata. 1º). A proposta também altera o Código Florestal Brasileiro (Lei nº 4.771, de 1965) e dá outras providências.

O PL nº 2.576, de 2000, que originalmente continha somente quatro artigos, foi objeto de intensa discussão na Câmara dos Deputados, onde tramitou pelas Comissões de Seguridade Social e Família; de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Foram-lhe apensados os PLs nºs 4.399/2001, 4.505/2001, 4.587/2001, 5.241/2001, 5.843/2001 e 6.835/2002.

A proposição que ora chega a esta Casa, depois de apresentadas emendas, subemendas e substitutivos na Câmara Baixa, contém vinte e um artigos e feição bem distinta da apresentada pelo ilustre Deputado Federal Fernando Gabeira.

De acordo com o PLC nº 31, de 2008, estarão sujeitos às obrigações estabelecidas na lei dele decorrente às prestadoras de serviço que se utilizarem de estações transmissoras de radiocomunicação, os fornecedores de terminais de usuário comercializados no País e as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços de energia elétrica (parágrafo único do art. 1º)

Os limites protetivos estabelecidos no PLC alcançam não apenas a exposição da população, genericamente considerada, aos campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos, mas também a exposição do trabalhador a esses campos, por força de sua relação de trabalho.

O art. 3º do PLC nº 31, de 2008, abriga definições para termos técnicos utilizados em seu texto: área crítica, campos elétricos e magnéticos, campos eletromagnéticos, estação transmissora de radiocomunicação, sistema de energia elétrica, exposição, infra-estrutura de suporte, licença de funcionamento, local multiusuário, radiocomunicação, radiofrequência, relatório de conformidade, taxa de absorção específica, terminal de usuário e torre.

A proposição legislativa determina que sejam adotados os limites recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para a exposição ocupacional e da população em geral a campos elétricos,

magnéticos e eletromagnéticos gerados por estações transmissoras de radiocomunicação, por terminais de usuário e por sistemas de energia elétrica que operam na faixa até 300 GHz (art. 4º, **caput**), e estatui que, enquanto não forem estabelecidas novas recomendações por aquela entidade internacional, os limites adotados serão os da ICNIRIP – sigla em inglês para a Comissão Internacional de Proteção Contra Radiação Não Ionizante –, cancelados pela OMS (art. 4º, parágrafo único).

O art. 5º do PLC afeta ao órgão regulador federal competente a expedição da regulamentação da lei que dele resultar, para as estações transmissoras de radiocomunicação, os terminais de usuário e os sistemas de energia elétrica em funcionamento no território nacional. As normas infralegais a cargo desse órgão veicularão os limites da exposição humana aos campos elétricos, magnéticos ou eletromagnéticos estabelecidos na proposição.

Excluem-se das limitações previstas no PLC nº 311, de 2008, os radares militares e civis utilizados na defesa ou no controle de tráfego aéreo, cujo funcionamento obedecerá a regulamentação própria (parágrafo único do art. 5º)

O projeto preocupa-se em evitar que os condicionamentos estabelecidos pelo poder público para a instalação e o funcionamento de estações transmissoras de radiocomunicação, de terminais de usuário e de sistemas de energia elétrica conflitem com as políticas públicas aplicáveis aos serviços de telecomunicações, de radiodifusão e de energia elétrica, sendo expresso em determinar que as estações transmissoras de radiocomunicação, os terminais de usuários e as infraestruturas de suporte devem observar os imperativos de uso eficiente do espectro de radiofrequências (art. 6º, § 1º).

Desde que haja autorização do proprietário do bem imóvel, público ou privado, é permitida a instalação e o funcionamento de estações transmissoras de radiocomunicação e de infra-estruturas de suporte (art. 6º, § 1º).

O PLC nº 31, de 2008, prevê o aporte de recursos para financiar pesquisas sobre a exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos. Esse financiamento caberá ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), instituído pelo Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e ao Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FIJNTTEL), instituído pela Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000. Com relação ao FNDCT, a proposição especifica a utilização dos

recursos oriundos dos fundos setoriais de energia e de saúde para esse financiamento.

A definição da maneira como serão aplicados os recursos destinados às referidas pesquisas e como se apreciarão os projetos a serem apoiados caberá aos Conselhos Gestores dos Fundos Setoriais, ouvidos previamente os órgãos reguladores federais de telecomunicações e de energia (§§ 1º e 2º do art. 7º)

O projeto promove várias vinculações de recursos. Primeiramente, vincula-se parte dos recursos destinados à pesquisa à realização de projetos, pesquisas e estudos relacionados à exposição aos campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos de ocupantes de postos de trabalho em empresas que utilizem fontes geradoras desses campos e de indivíduos que possam ser especialmente afetados por eles, tais como crianças, idosos e gestantes (§§ 1º e 2º do art. 7º).

Outra vinculação contida no PLC nº 31, de 2008, é a de que, no mínimo, 1% (um por cento) dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL) deve ser destinado às atividades a serem executadas pelo órgão regulador federal de telecomunicações por força da lei que dele advier.

O art. 9º determina a Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) como sendo a fonte de recursos para o desenvolvimento das atividades a serem executadas pelo órgão regulador federal de energia elétrica por força da lei decorrente da proposição sob exame.

Os arts. 10 a 20 da proposição legislativa envolvem disposições de natureza técnica e de delegação de serviço público, referem-se a competências na área de regulação de mercado e disciplinam relações de consumo. Em função da matéria, o seu adequado exame de mérito compete às comissões temáticas pelas quais a proposição tramitará.

O art. 21 modifica o Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), para definir como de utilidade pública, para os fins daquele normativo, as obras destinadas aos serviços de telecomunicações e de radiodifusão.

A cláusula de vigência da lei oriunda do PLC nº 31, de 2008, determina sua entrada em vigor na data da publicação (art. 22).

Ao justificar a proposição, o eminente Deputado Fernando Gabeira expressa preocupação com o crescente uso da telefonia celular, e com as consequências potencialmente danosas não apenas para o ser humano, mas igualmente para o meio ambiente natural e urbano e para a paisagem. O parlamentar preocupa-

se com a proliferação indiscriminada de antenas transmissoras de sinais para a telefonia celular.

O proponente faz referência a estudos realizados em outros países, segundo os quais, dependendo da potência de emissão da radiação eletromagnética, do tempo de exposição ao campo eletromagnético e da distância da fonte, as ondas provocariam excitação das moléculas, aumentando a temperatura e provocando alterações biológicas nos tecidos do corpo humano, acarretando sérios problemas físicos, além de provocar estresse.

A faixa de frequência em que funcionam os serviços de telefonia celular, conforme afirmado na justificativa, seria a mais nociva à saúde humana.

Reconhecendo o poderio econômico das empresas que atuam no mercado de telefonia, o PLC procura estabelecer algum ordenamento para a instalação de antenas de telefonia celular em imóveis, mas não busca apenas resguardar a saúde da população. A sedução da renda extra para uns, que acabam por permitir a instalação dessas antenas, pode provocar a desvalorização dos imóveis próximos, pela interferência com os atributos paisagísticos.

Ao concluir seus argumentos, o Deputado Gaubeira ressalta

“que os limites e restrições que propomos no presente projeto de lei tiveram como base o que já dispõem leis de vários países da Europa e da América do Norte, os quais já têm legislação regulamentando, em termos ambientais e de saúde pública, o setor de telefonia celular.”

O PLC nº 31, de 2008, ainda tramitará pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Assuntos Sociais; de Ciência, Tecnologia, Comunicação, Inovação e Informática; e de Serviços de Infra-Estrutura.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

II – Análise

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria e sobre ela emitir parecer.

Não há conflito do PLS com disposições constitucionais e do Regimento Interno do Senado, bem como com princípios supraconstitucionais. Assim

sendo, pode ser objeto de deliberação pelo Poder Legislativo.

Compete privativamente à União legislar sobre energia, telecomunicações e radiodifusão, a teor do inciso IV do art. 22 da Constituição Federal (CF), cabendo ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, com sanção do Presidente da República (art. 48 da CF). Igualmente compete à União legislar sobre consumo, florestas, proteção ao meio ambiente, ao patrimônio paisagístico e orçamento (art. 24, incisos II, V, VI, VII e VIII da CF).

O tema objeto do PLC nº 31, de 2008, não se inclui na iniciativa privativa de nenhum dos legitimados pela Carta Magna para deflagrar o processo legislativo. Por conseguinte, inexistente óbice à apresentação da presente proposição legislativa por parlamentar.

No que tange à técnica legislativa, a proposição obedece às disposições da Lei Complementar nº 95, de 1998, com redação dada pela Lei nº 107, de 2001.

Quanto ao mérito, julgo a proposição justa, conveniente e oportuna. Ainda que persista discussão sobre os reais efeitos das emissões eletromagnéticas decorrentes do serviço de telefonia celular sobre a saúde do ser humano, são sempre bem-vindas regras que disciplinem a instalação de fontes emissoras de radiação dessa natureza, bem como que garantam recursos para pesquisas na área e para reforçar a fiscalização. Conquanto não se saiba ao certo quais são as implicações da imersão do corpo humano no ambiente em que coexista com essas emissões, não resta dúvida de que há reflexos na sua saúde.

Corroboro a afirmação do proponente quanto ao fato de que já existem normas disciplinadoras da matéria em outros países, o que reforça a conclusão pelo acerto da aprovação do PLC nº 31, de 2008.

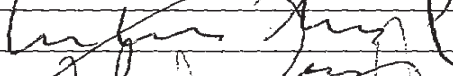
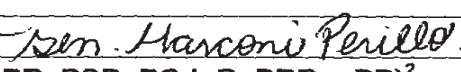
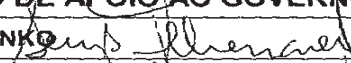
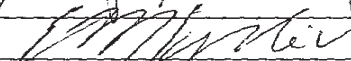
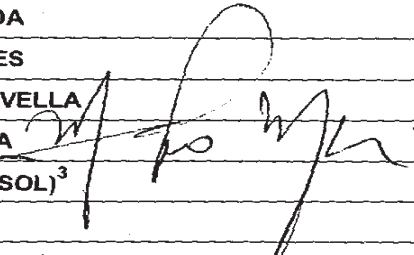



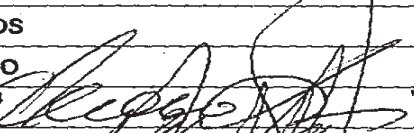
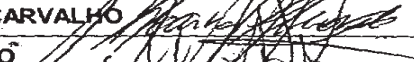
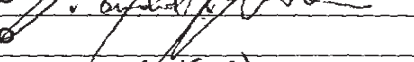
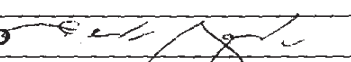


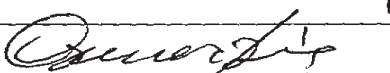
No que tange às disposições de natureza meritória de cunho técnico e de delegação de serviço público, bem como as que se relacionam a competências na área de regulação de mercado e as que disciplinam relações de consumo, considerando que não incorrem em inconstitucionalidade, injuridicidade ou violam o Regimento Interno desta Casa, opto por não analisá-las. Os fóruns adequados para isso são as comissões temáticas.

III – Voto

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2008, e, no mérito, pela sua aprovação.

Sala da Comissão, 6 de agosto de 2008.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**PROPOSIÇÃO:** PLC Nº 31 DE 2008**ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06/10/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

PRESIDENTE: 	
RELATOR:  Sen. Marconi Perillo	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)²	
SERYS SLHESSARENKO 	1. JOÃO RIBEIRO
MARINA SILVA	2. INÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPLICY 	3. CÉSAR BORGES
ALOIZIO MERCADANTE	4. MARCELO CRIVELLA
IDELI SALVATTI	5. MAGNO MALTA 
ANTONIO CARLOS VALADARES	6. JOSÉ NERY (PSOL) ³
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP 
VALTER PEREIRA	5. JOSÉ MARANHÃO
GEOVANI BORGES ⁶	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL ¹ (<i>Presidente</i>) 	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES	3. JOSÉ AGRIPINO
MARCO ANTÔNIO COSTA ⁷ 	4. ALVARO DIAS ⁴ 
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. VIRGINIO DE CARVALHO 
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO 
EDUARDO AZEREDO 	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8. MARCONI PERILLO (<i>relator</i>) 
TASSO JEREISSATI	9. MÁRIO COUTO
PTB⁵	
EPITÁCIO CAFETEIRA	1. MOZARILDO CAVALCANTI 
PDT	
OSMAR DIAS 	1. CRISTOVAM BUARQUE

Atualizada em: 04/07/2008

¹ Eleito Presidente da Comissão em 08/08/2007;² O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22/11/2007 (DSF de 28/11/07);³ Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;⁴ Vaga cedida pelo Democratas;⁵ Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008;⁶ Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB);⁷ Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008 (Of. nº 62/08-GLDEM).

PARECER Nº 100-A ,DE 2009

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2008 (PL nº 2.576, de 2000, na origem), que dispõe sobre limites à exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos; altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965; e dá outras providências.

I – Relatório

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 31, de 2008. De autoria do Deputado Federal Fernando Gabeira, a proposição também foi encaminhada para as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); Assuntos Sociais (CAS); Ciência, Tecnologia, Comunicação, Inovação e Informática (CCT); e de Serviços de Infraestrutura (CI).

Denominada na origem Projeto de Lei (PL) nº 2.576, de 2000, a proposição inicial continha somente quatro artigos e foi objeto de intensa discussão na Câmara dos Deputados, onde lhe foram apensados os PL nºs 4.399, 4.505, 4.587, 5.241 e 5.843, todos de 2001, e o PL nº 6.835, de 2002. Após modificações naquela Casa, o projeto chega ao Senado com vinte e dois artigos.

O art. 1º da proposição estabelece limites à exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos associados ao funcionamento de estações transmissoras de radiocomunicação, de terminais de usuário e de sistemas de energia elétrica, com o fim de garantir a proteção da saúde e do meio ambiente. As prestadoras de serviço que se utilizarem de estações transmissoras de radiocomunicação, os fornecedores de terminais de usuário comercializados no País e as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços de energia elétrica estarão sujeitos às obrigações estabelecidas pelo projeto de lei (art. 1º, parágrafo único).

O art. 2º determina que os limites estabelecidos no PLC referem-se à exposição da população em geral aos campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos, mas também à exposição do trabalhador a esses campos, por força de sua relação de trabalho. O art. 3º define os termos técnicos utilizados no texto da proposição.

O art. 4º determina que sejam adotados os limites recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para a exposição ocupacional e da população

em geral a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos gerados por estações transmissoras de radiocomunicação, por terminais de usuário e por sistemas de energia elétrica que operam na faixa até 300 GHz. Entretanto, o parágrafo único do referido artigo estabelece que, enquanto não forem estabelecidas novas recomendações, os limites adotados serão os da Comissão Internacional de Proteção Contra Radiação Não Ionizante (ICNIRP).

Os arts. 5º e 6º impõem normas para o funcionamento das estações transmissoras de radiocomunicação, para os terminais de usuário e para os sistemas de energia elétrica, excluindo-se das limitações previstas os radares militares e civis utilizados na defesa ou no controle de tráfego aéreo.

O art. 7º prevê a procedência de recursos para financiar pesquisas sobre a exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos. Os arts. 8º e 9º determinam a origem dos recursos para as atividades de fiscalização do órgão regulador federal de telecomunicações.

Os arts. 10 a 20 envolvem disposições de natureza técnica que se referem à regulação do mercado, disciplinando as relações de consumo.

O art. 21 modifica o Código Florestal (Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965), para definir como de utilidade pública as obras destinadas aos serviços de telecomunicações e de radiodifusão. O art. 22 estabelece a cláusula de vigência.

Não foram apresentadas emendas no âmbito da CMA. Apreciada inicialmente pela CCJ, a proposição recebeu parecer favorável naquele colegiado.

II – Análise

Compete à CMA, nos termos do art. 102-A, II, a, do Regimento Interno do Senado Federal, apreciar o mérito das matérias relativas à proteção do meio ambiente.

Relativamente ao mérito, o projeto de lei em exame procura estabelecer, consoante o autor da proposição, limites seguros para o uso de antenas transmissoras de sinais para a telefonia celular e de sistemas de energia elétrica, cujas emissões de radiação podem colocar em risco a saúde humana e o meio ambiente.

Devemos observar que, devido às modificações feitas ao projeto original, na Câmara dos Deputados, foi inserido o art. 21, que modifica o Código Florestal para incluir as obras de serviços de telecomunicações e de radiodifusão no rol das obras essenciais de infraestrutura. A realização de tais obras, quando autorizadas pelo Poder Executivo Federal, permite a supressão total ou parcial de florestas de preservação

permanente, conforme o estabelecido no § 1º, do art. 30 da Lei nº 4.771, de 1965. Todavia, caso consideremos a evolução e o aumento da importância dos sistemas de telecomunicações para o desenvolvimento econômico que ocorreu nas últimas décadas, podemos avaliar tal modificação do Código Florestal como uma atualização pertinente.

A proposição, em linhas gerais, estabelece critérios para a utilização ambientalmente segura de estações transmissoras de radiocomunicação, de terminais de usuário e de sistemas de energia elétrica,

além de determinar como o Poder Público fiscalizará a implementação dessas normas ambientais. Portanto, o projeto de lei reforça o que é estabelecido no art. 225 da Constituição Federal, que obriga o Poder Público a preservar e proteger o meio ambiente, ecologicamente equilibrado, para as gerações presentes e futuras.

III – Voto

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2008.

Sala da Comissão 14 de outubro de 2008.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 31 DE 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 14/10/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>L. Quintanilha</i> (Sen. LEOMAR QUINTANILHA)	
RELATOR: <i>Mena</i> (SEN. MARISA SERRANO)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
RENATO CASAGRANDE-PSB	FLÁVIO ARNS-PT
IARINA SILVA-PT	AUGUSTO BOTELHO-PT
FÁTIMA CLEIDE-PT	SERYS SLHESSARENKO-PT
CÉSAR BORGES-PR	INÁCIO ARRUDA-PC do B
	EXPEDITO JÚNIOR-PR
Maioria (PMDB)	
LEOMAR QUINTANILHA	ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO	GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	ALMEIDA LIMA
VALTER PEREIRA	GERALDO MESQUITA
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
ELISEU RESENDE-DEM	ADELMIR SANTANA-DEM
HERÁCLITO FORTES-DEM	VAGO
GILBERTO GOELLNER-DEM	VAGO
JOSÉ AGRIPINO-DEM	RAIMUNDO COLOMBO-DEM
CÍCERO LUCENA-PSDB	PAPALÉO PAES-PSDB
MARISA SERRANO-PSDB	FLEXA RIBEIRO-PSDB
MARCONI PERILLO-PSDB	ARTHUR VIRGÍLIO-PSDB
PTB	
GIM ARGELLO	
PDT	
JEFFERSON PRAIA	VAGO

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Senador Mário Couto, Relator designado, para proferir parecer, em conjunto, em substituição às Comissões de Assuntos Sociais, de Ciência, Tecnologia, Comunicação, Inovação e Informática e de Serviços de Infraestrutura.

Com a palavra o Senador Mário Couto.

PARECER Nº 100-B, DE 2009 – PLEN

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2008, de autoria do Deputado Federal Fernando Gabeira, dispõe sobre limites à exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos, altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dá outras providências, tem o intuito de garantir proteção à saúde pública e ao meio ambiente.

Para tanto, estabelece limites à exposição humana, para trabalhadores e para a população em geral, a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos associados ao funcionamento de estações transmissoras de rádio e comunicação, de terminais de usuário e de sistema de energia elétrica, excluídos os radares militares e civis utilizados na defesa e no controle do tráfego aéreo, e regulamenta essas atividades.

Os limites estabelecidos no projeto seguem as indicações da Organização Mundial de Saúde (OMS). Porém, enquanto não forem atualizadas as recomendações dessa entidade, serão aceitos os parâmetros propostos pela Comissão Internacional de Proteção Contra Radiação Não-Ionizante (ICNIRP).

A proposição prevê financiamento para a realização de pesquisas científicas acerca da exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos e determina a origem dos recursos para a atividade de fiscalização do órgão regulador federal de telecomunicações. Além disso, estabelece uma série de disposições de natureza técnica que se referem à regulação do mercado, disciplinando as relações de consumo.

Por fim, modifica a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), para declarar como “de utilidade pública” as obras destinadas aos serviços de telecomunicações e de radiodifusão.

Quanto à vigência da lei, o projeto estabelece que ela ocorra na data de sua publicação.

Apreciada, inicialmente, pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, a proposição recebeu parecer favorável em ambas as Comissões.

Na sequência, o projeto seguiria para exame das Comissões de Assuntos Sociais, de Ciência, Tecnologia, Comunicação, Inovação e Informática e de Serviços de Infraestrutura. Porém, por força de aprovação do Requerimento nº 321, de 2009, subscrito por Líderes

partidários, o projeto passou a tramitar em regime de urgência. Por conseguinte, com sustentáculo no inciso II do art. 345, combinado com o inciso II do art. 336 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria foi incluída na Ordem do Dia desta sessão para ser submetida ao Plenário.

Em relação ao mérito da proposição – que visa garantir a proteção, a saúde do trabalhador exposto em sua atividade laboral a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos, bem como a saúde da população em geral –, não há o que se discutir, Srs. Senadores.

Desde o final dos anos 70 do século passado, vários efeitos adversos sobre a saúde humana têm sido estudados em possível associação com campos elétricos e magnéticos: alguns tipos de cânceres em crianças e em adultos, tais como a leucemia infantil, depressão, suicídio, distúrbios cardiovasculares, disfunções na reprodução, distúrbios no crescimento, alterações imunológicas, efeitos comportamentais e doenças do sistema nervoso. Assim, em meados da década passada, a OMS, preocupada com a questão, criou um grupo de trabalho para investigar seus potenciais riscos para a saúde.

Ademais, o projeto de lei tem o mérito de uniformizar os parâmetros em âmbito nacional. Isso pode evitar problemas decorrentes da adoção arbitrária de limites de exposição mais baixos por Estados e Municípios, o que poderia inviabilizar a expansão do setor de telecomunicações no Brasil, bem como o seu desenvolvimento tecnológico.

Esclareço, por derradeiro, que não há o que questionar quanto à constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e regimentalidade da proposição.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2008.

Pois não, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº 100-B, DE 2009 – PLEN

Em substituição às Comissões de Assuntos Sociais, de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e de Serviços de Infraestrutura, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2008 (Projeto de Lei nº 2.576, de 2000, na origem), que dispõe sobre limites à exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos; altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965; e dá outras providências.

Relator: Senador **Mário Couto**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 31, de 2008, de autoria do Deputado Federal Fernando Gabeira,

dispõe sobre, limites à exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos; altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965; e dá outras providências, com o intuito de garantir proteção à saúde pública e ao meio ambiente.

Para tanto, estabelece limites à exposição humana, para trabalhadores e para a população em geral, a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos associados ao funcionamento de estações transmissoras de radiocomunicação, de terminais de usuário e de sistemas de energia elétrica – excluídos os radares militares e civis utilizados na defesa ou no controle de tráfego aéreo –, e regulamenta essas atividades.

Os limites estabelecidos no projeto seguem as indicações da Organização Mundial de Saúde (OMS). Porém, enquanto não forem atualizadas as recomendações dessa entidade, serão aceitos os parâmetros propostos pela Comissão Internacional de Proteção Contra Radiação Não Ionizante (ICNIRP).

A proposição prevê financiamento para a realização de pesquisas científicas acerca da exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos e determina a origem dos recursos para a atividade de fiscalização do órgão regulador federal de telecomunicações. Além disso, estabelece uma série de disposições de natureza técnica, que se referem à regulação do mercado, disciplinando as relações de consumo.

Por fim, modifica a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), para declarar como de utilidade pública as obras destinadas aos serviços de telecomunicações e de radiodifusão.

Quanto à vigência da lei, o projeto estabelece que ela ocorra na data de sua publicação.

Apreciada inicialmente pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, a proposição recebeu parecer favorável em ambas.

Na sequência, o projeto seguiria para exame pelas Comissões de Assuntos Sociais; Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e de Serviços de Infraestrutura. Porém, por força da aprovação do Requerimento nº 321, de 2009, subscrito por líderes partidários, o projeto passou a tramitar em regime de urgência. Por conseguinte, com sustentáculo no inciso II do art. 345, combinado com o inciso II do art. 336 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria foi incluída na Ordem do Dia desta sessão para ser submetida ao Plenário.

II – Análise

Em relação ao mérito da proposição – que visa garantir a proteção à saúde do trabalhador, exposto em sua atividade laboral a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos, bem como à saúde da população

em geral – não há o que se discutir. A despeito disso, gostaríamos de destacar, na sequência, alguns trechos da minuta de relatório elaborada pelo Senador Eduardo Azeredo, que seria apresentada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), e que sintetiza com muita propriedade as principais questões abordadas pelo projeto.

Desde o final dos anos setenta do século passado, vários efeitos adversos sobre a saúde humana têm sido estudados em possível associação com campos elétricos e magnéticos: alguns tipos de cânceres em crianças e em adultos, tais como a leucemia infantil, depressão, suicídio, distúrbios cardiovasculares, disfunções na reprodução, distúrbios no crescimento, alterações imunológicas, efeitos comportamentais e doenças do sistema nervoso. Assim, em meados da década passada, a OMS, preocupada com a questão, criou um grupo de trabalho para investigar seus potenciais riscos para a saúde.

Recentemente, o grupo de trabalho da OMS produziu uma resenha sobre o tema, o **Fact Sheet** nº 322, de junho de 2007 – Campos eletromagnéticos e saúde pública: exposição a campos de frequência extremamente baixa. Desse trabalho, podem ser destacadas duas diretrizes que são úteis para balizar a análise da proposição em tela: 1) os gestores governamentais devem adotar recomendações internacionais de limites de exposição a campos elétricos e magnéticos; 2) o governo e a indústria devem promover pesquisas científicas para aprofundar o entendimento acerca dos efeitos sobre a saúde humana associados à exposição a esses campos.

Ante o exposto, conclui-se que a proposição sob análise atende às recomendações do grupo de trabalho da OMS, primeiro, ao estabelecer limites internacionalmente reconhecidos à exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos e, segundo, ao propor a criação de mecanismos de incentivo e financiamento à pesquisa científica na área.

Ademais, o projeto de lei tem o mérito de uniformizar os parâmetros em âmbito nacional. Isso pode evitar problemas decorrentes da adoção arbitrária de limites de exposição mais baixos por estados e municípios, o que poderia inviabilizar a expansão do setor de telecomunicações no Brasil bem como o seu desenvolvimento tecnológico.

Esclareça-se, por derradeiro, que não há o que questionar quanto à constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e regimentalidade da proposição.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2008.

Sala das Sessões, 31 de março de 2009. – Senador **Mário Couto**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Esta Presidência agradece ao Senador Mário Couto pelo parecer proferido e informa que o parecer é favorável, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, está encerrada a discussão.

As Srs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

Aproveito a oportunidade para saudar e cumprimentar o ilustre e competente Deputado Fernando Gabeira pela iniciativa desse projeto.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2008 (nº 2.576/2000, na Casa de origem)

Dispõe sobre limites à exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos; altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece limites à exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos, associados ao funcionamento de estações transmissoras de radiocomunicação, de terminais de usuário e de sistemas de energia elétrica nas faixas de frequências até 300 GHz (trezentos gigahertz), visando a garantir a proteção da saúde e do meio ambiente.

Parágrafo único. Estão sujeitos às obrigações estabelecidas por esta Lei as prestadoras de serviço que se utilizarem de estações transmissoras de radiocomunicação, os fornecedores de terminais de usuário comercializados no País e as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços de energia elétrica.

Art. 2º Os limites estabelecidos nesta Lei referem-se à exposição:

I - da população em geral aos campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos; e

II - de trabalhadores aos campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos em razão de seu trabalho.

Art. 3º Para os fins desta Lei, são adotadas as seguintes definições:

I - área crítica: área localizada até 50 (cinquenta) metros de hospitais, clínicas, escolas, creches e asilos;

II - campos elétricos e magnéticos: campos de energia independentes um do outro, criados por voltagem ou diferença de potencial elétrico (campo elétrico) ou por corrente elétrica (campo magnético), associados à geração, transmissão, distribuição e uso de energia elétrica;

III - campos eletromagnéticos: campo radiante em que as componentes de campo elétrico e magnético são dependentes entre si, capazes de percorrer grandes distâncias; para efeitos práticos, são associados a sistemas de comunicação;

IV - estação transmissora de radiocomunicação: conjunto de equipamentos ou aparelhos, dispositivos e demais meios necessários à realização de comunicação, seus acessórios e periféricos que emitem radiofrequências e, quando for o caso, as instalações que os abrigam e complementam;

V - sistema de energia elétrica: conjunto de estruturas, fios e cabos condutores de energia, isoladores, transformadores, subestações e seus equipamentos, aparelhos,

dispositivos e demais meios e equipamentos destinados aos serviços de geração, transmissão, distribuição e ao uso de energia elétrica;

VI - exposição: situação em que pessoas estão expostas a campos elétricos, magnéticos ou eletromagnéticos, ou estão sujeitas a correntes de contato ou induzidas, associadas a campos elétricos, magnéticos ou eletromagnéticos;

VII - infra-estrutura de suporte: meios físicos fixos construídos para dar suporte a estações transmissoras de radiocomunicação, entre os quais postes, torres, mastros, armários, estruturas de superfície e estruturas suspensas;

VIII - licença de funcionamento: autorização expedida pelo órgão regulador federal de telecomunicações para operação de estação transmissora de radiocomunicação;

IX - local multiusuário: local em que estejam instaladas ou em que venham a ser instaladas mais de uma estação transmissora de radiocomunicação operando em radiofrequências distintas;

X - radiocomunicação: telecomunicação que utiliza frequências radioelétricas não confinadas a fios, cabos ou outros meios físicos;

XI - radiofrequência - RF: frequências de ondas eletromagnéticas, abaixo de 3000 GHz, que se propagam no espaço sem guia artificial e, para os fins desta Lei, situadas na faixa entre 9 kHz e 300 GHz;

XII - relatório de conformidade: documento elaborado e assinado por entidade competente, reconhecida pelo respectivo órgão regulador federal, contendo a memória de cálculo ou os resultados das medições utilizadas, com os

métodos empregados, se for o caso, para demonstrar o atendimento aos limites de exposição;

XIII - taxa de absorção específica - SAR: medida dosimétrica utilizada para estimar a absorção de energia pelos tecidos do corpo;

XIV - terminal de usuário: estação transmissora de radiocomunicação destinada à prestação de serviço que pode operar quando em movimento ou estacionada em lugar não especificado;

XV - torre: modalidade de infra-estrutura de suporte a estações transmissoras de radiocomunicação com configuração vertical.

Art. 4º Para garantir a proteção da saúde e do meio ambiente em todo o território brasileiro, serão adotados os limites recomendados pela Organização Mundial de Saúde - OMS para a exposição ocupacional e da população em geral a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos gerados por estações transmissoras de radiocomunicação, por terminais de usuário e por sistemas de energia elétrica que operam na faixa até 300 GHz.

Parágrafo único. Enquanto não forem estabelecidas novas recomendações pela Organização Mundial de Saúde, serão adotados os limites da Comissão Internacional de Proteção Contra Radiação Não Ionizante - ICNIRP, recomendados pela Organização Mundial de Saúde.

Art. 5º As estações transmissoras de radiocomunicação, os terminais de usuário e os sistemas de energia elétrica em funcionamento no território nacional deverão atender aos limites de exposição humana aos campos elétricos, magnéticos ou eletromagnéticos estabelecidos por

esta Lei, nos termos da regulamentação expedida pelo respectivo órgão regulador federal.

Parágrafo único. Não estão sujeitos às prescrições previstas nesta Lei os radares militares e civis, com propósito de defesa ou controle de tráfego aéreo, cujo funcionamento deverá obedecer a regulamentação própria.

Art. 6º Os condicionamentos estabelecidos pelo poder público para a instalação e o funcionamento de estações transmissoras de radiocomunicação, de terminais de usuário e de sistemas de energia elétrica deverão conciliar-se com as políticas públicas aplicáveis aos serviços de telecomunicações, de radiodifusão e de energia elétrica.

§ 1º As estações transmissoras de radiocomunicação, os terminais de usuários e as infra-estruturas de suporte devem observar os imperativos de uso eficiente do espectro de radiofrequências, bem público da União e de desenvolvimento das redes de telecomunicações.

§ 2º É permitida a instalação e o funcionamento de estações transmissoras de radiocomunicação e de infra-estruturas de suporte em bens privados ou públicos, com a devida autorização do proprietário do imóvel.

Art. 7º As pesquisas sobre exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos serão financiadas com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, instituído pelo Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, em especial aqueles oriundos dos fundos setoriais de energia e de saúde, bem como do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL, instituído pela Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000.

§ 1º Caberá ao Conselho Gestor do respectivo Fundo Setorial a determinação da forma de aplicação dos recursos destinados a tais atividades e de apreciação dos projetos a serem apoiados.

§ 2º O Conselho Gestor do respectivo Fundo Setorial deverá consultar previamente os órgãos reguladores federais de telecomunicações e de energia sobre a pertinência e utilidade dos outros projetos de pesquisa sobre a exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos submetidos a sua apreciação.

§ 3º Parcela dos recursos referidos no caput deste artigo deverá ser destinada à realização de projetos, pesquisas e estudos relacionados à exposição aos campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos de ocupantes de postos de trabalho em empresas que utilizem fontes geradoras desses campos e de indivíduos que possam ser especialmente afetados por eles, tais como crianças, idosos e gestantes.

Art. 8º Às atividades a serem executadas pelo órgão regulador federal de telecomunicações por força desta Lei será destinada parcela não inferior a 1% (um por cento) dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - FISTEL, instituído pela Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.

Parágrafo único. Os recursos de que trata este artigo serão alocados em categoria de programação específica e administrados conforme o disposto em regulamento desta Lei.

Art. 9º Para o desenvolvimento das atividades a serem executadas pelo órgão regulador federal de energia elétrica por força desta Lei, serão utilizados recursos oriundos da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica, instituída pela Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996.

Art. 10. É obrigatório o compartilhamento de torres pelas prestadoras de serviços de telecomunicações que utilizam estações transmissoras de radiocomunicação, conforme definição constante do art. 73 da Lei n° 9.472, de 16 de julho de 1997, nas situações em que o afastamento entre elas for menor do que 500 (quinhentos) metros, exceto quando houver justificado motivo técnico.

§ 1º O disposto no caput deste artigo não se aplica à utilização de antenas fixadas sobre estruturas prediais, tampouco as harmonizadas à paisagem.

§ 2º O órgão regulador federal de telecomunicações estabelecerá as condições sob as quais o compartilhamento poderá ser dispensado devido a motivo técnico.

Art. 11. A fiscalização do atendimento aos limites estabelecidos por esta Lei para exposição humana aos campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos gerados por estações transmissoras de radiocomunicação, terminais de usuário e sistemas de energia elétrica será efetuada pelo respectivo órgão regulador federal.

Art. 12. Cabe ao órgão regulador federal de telecomunicações adotar as seguintes providências:

I - editar regulamentação sobre os métodos de avaliação e os procedimentos necessários ao licenciamento de estações transmissoras de radiocomunicação e à certificação de terminais de usuário e sobre os casos e condições de medição dos campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos destinada à verificação periódica do atendimento dos limites estabelecidos por esta Lei pelas estações transmissoras de radiocomunicação e pelos terminais de usuário;

II - implementar, manter, operar e tornar público sistema de monitoramento de campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos de radiofrequências para acompanhamento, em tempo real, dos níveis de exposição no território nacional;

III - realizar medição de conformidade, 60 (sessenta) dias após a expedição da respectiva licença de funcionamento, no entorno de estação instalada em solo urbano e localizada em área crítica;

IV - realizar medições prévias dos campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos no entorno de locais multiusuários devidamente identificados e definidos em todo o território nacional; e

V - realizar medições de conformidade, atendendo a solicitações encaminhadas por autoridades do poder público de qualquer de suas esferas.

§ 1º As medições de conformidade a que se referem os incisos III e IV do caput deste artigo poderão ser realizadas por meio de amostras estatísticas representativas do total de estações transmissoras de radiocomunicação licenciadas no período referido.

§ 2º As medições de conformidade serão executadas pelo órgão regulador mencionado no caput deste artigo ou por entidade por ele designada.

Art. 13. As prestadoras de serviços que utilizem estações transmissoras de radiocomunicação deverão, em intervalos máximos de 5 (cinco) anos, realizar medições dos níveis de campo elétrico, magnético e eletromagnético de radiofrequência, provenientes de todas as suas estações transmissoras de radiocomunicação.

§ 1º O órgão regulador federal de telecomunicações poderá estabelecer exceções à obrigatoriedade imposta no caput deste artigo, em virtude de características técnicas do serviço ou de parâmetros de operação ou localização de estações, submetendo-as previamente a consulta pública.

§ 2º As emissoras de radiodifusão comercial não enquadradas na Classe Especial, de acordo com regulamento técnico, e as emissoras de radiodifusão educativa e de radiodifusão comunitária não são obrigadas a realizar as medições mencionadas no caput deste artigo, que ficarão a cargo do órgão regulador federal de telecomunicações.

§ 3º Em locais multiusuários, as medições deverão considerar o conjunto das emissões de todas as fontes de campos elétricos, magnéticos ou eletromagnéticos presentes.

§ 4º As prestadoras deverão disponibilizar ao órgão regulador federal de telecomunicações, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da publicação desta Lei, informações sobre o atendimento aos limites de exposição previstos nesta Lei por suas estações transmissoras, na forma estabelecida na regulamentação.

§ 5º A critério do órgão regulador federal de telecomunicações, as prestadoras poderão ser dispensadas da apresentação de dados sobre estações transmissoras para as quais já tenham encaminhado, até julho de 2004, as informações referidas no § 4º deste artigo ao órgão regulador de telecomunicações.

§ 6º As informações referidas no § 4º deste artigo deverão ser divulgadas na rede mundial de computadores e deverão alimentar, em periodicidade a ser definida na

regulamentação, o cadastro informatizado a que se refere o art. 17 desta Lei.

Art. 14. Os fornecedores de terminais de usuário comercializados no País deverão informar, com destaque, no manual de operação ou na embalagem, que o produto atende aos limites da taxa de absorção específica estabelecidos por esta Lei.

§ 1º Os valores de taxa de absorção específica medidos para cada produto comercializado deverão ser disponibilizados ao público pelos fornecedores na rede mundial de computadores e deverão alimentar o cadastro informatizado a que se refere o art. 17 desta Lei.

§ 2º Os manuais de operação e as embalagens deverão conter ainda informações sobre o uso adequado do terminal e alerta para outros cuidados que devem ser tomados pelos usuários, conforme regulamentação expedida pelo órgão regulador federal de telecomunicações.

Art. 15. Cabe ao órgão regulador federal de serviços de energia elétrica adotar as seguintes providências:

I - editar regulamentação sobre os métodos de avaliação e os procedimentos necessários para verificação do nível de campo elétrico e magnético, na fase de comissionamento e autorização de operação de sistemas de transmissão de energia elétrica, e sobre os casos e condições de medição destinada à verificação do atendimento dos limites estabelecidos por esta Lei;

II - tornar públicas informações e banco de dados sobre medições realizadas, segundo estabelecido pela

normatização metodológica vigente, de campos elétricos e magnéticos gerados por sistemas de transmissão de energia elétrica para acompanhamento dos níveis de exposição no território nacional; e

III - solicitar medição ou verificação, por meio de relatório de cálculos efetuados com metodologia consagrada e verificação de conformidade, na fase de comissionamento, para autorização de operação de novo sistema de transmissão de energia elétrica a ser integrado à Rede Básica Nacional.

Art. 16. Os concessionários de serviços de transmissão de energia elétrica deverão, na fase de autorização e comissionamento de novo sistema de transmissão de energia ou sempre que houver alteração nas características vigentes dos sistemas de transmissão, realizar medições dos níveis de campo elétrico e magnético ou apresentar relatório de cálculos efetuados com metodologia consagrada e verificação de conformidade, conforme estabelecido pela normatização metodológica vigente.

§ 1º O órgão regulador federal de energia elétrica poderá estabelecer exceções à obrigatoriedade imposta no caput deste artigo, em virtude de características técnicas do serviço ou de parâmetros de operação ou localização de estações, submetendo-as previamente a consulta pública.

§ 2º O relatório de medições e verificações de conformidade deverá ser enviado ao órgão regulador federal de energia elétrica, na forma estabelecida por regulamentação própria.

§ 3º As informações referidas no § 2º deste artigo deverão ser divulgadas na rede mundial de computadores, conforme estabelecido em regulamentação própria.

Art. 17. Com vistas na coordenação da fiscalização, o respectivo órgão regulador federal implantará cadastro informatizado, que deverá conter todas as informações necessárias à verificação dos limites de exposição previstos nesta Lei, especialmente:

I - no caso de sistemas de radiocomunicação:

a) licença de funcionamento da estação transmissora de radiocomunicação emitida pelo órgão regulador federal de telecomunicações;

b) relatório de conformidade emitido por entidade competente para cada estação transmissora de radiocomunicação;

c) resultados de medições de conformidade efetuadas pelo órgão regulador federal de telecomunicações, por entidade por ele credenciada ou pelas prestadoras;

d) informações das prestadoras sobre o atendimento aos limites de exposição previstos nesta Lei e sobre o processo de licenciamento previsto na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997; e

e) informações dos fornecedores de terminais de usuário comercializados no País sobre o atendimento aos limites de exposição previstos nesta Lei para cada um de seus produtos;

II - no caso de sistemas de energia elétrica:

a) relatórios de medição e cálculo para verificação de conformidade dos parâmetros de campo elétrico e magnético

para autorização de operação de nova linha de transmissão de energia elétrica segundo estabelecido em normatização metodológica vigente, nos termos do art. 16 desta Lei;

b) resultados de medições de conformidade de sistemas de energia elétrica em operação efetuadas pelo órgão regulador federal de energia elétrica, por entidade por ele credenciada ou pelas prestadoras.

§ 1º Será franqueado acesso livre e gratuito a informações sobre estações transmissoras de radiocomunicação e sobre sistemas de energia elétrica aos entes estaduais, distritais e municipais encarregados do licenciamento ambiental e urbanístico.

§ 2º A fim de permitir sua compreensão pelo usuário leigo, as informações sobre as estações transmissoras de radiocomunicação e sobre os sistemas de transmissão de energia elétrica que compõem o cadastro a que se refere o caput deste artigo deverão ser também apresentadas na forma de um mapa de localização.

§ 3º A obrigação estabelecida no caput deste artigo deverá ser cumprida no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, no caso do inciso I, e em 360 (trezentos e sessenta) dias, no caso do inciso II, ambos do caput deste artigo.

§ 4º A forma de apresentação das informações e o cronograma de implantação do cadastro serão definidos pelos órgãos reguladores federais de telecomunicações e de energia elétrica.

Art. 18. O descumprimento das obrigações estabelecidas por esta Lei sujeita as prestadoras de serviços de telecomunicações e as prestadoras de serviços de

radiodifusão à aplicação das sanções estabelecidas no art. 173 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput deste artigo, será ainda aplicada a sanção de multa diária.

Art. 19. O descumprimento das obrigações estabelecidas por esta Lei sujeita os concessionários de energia elétrica à aplicação das sanções estabelecidas pelo art. 29 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e pelo art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996.

Art. 20. Os fornecedores de terminais de usuário comercializados no País que descumprirem o disposto nesta Lei estarão sujeitos às sanções estabelecidas no art. 56 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 21. A alínea b do inciso IV do § 2º do art. 1º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

.....

§ 2º

.....

IV -

.....

b) as obras essenciais de infra-estrutura destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento e energia e aos serviços de telecomunicações e de radiodifusão;

..... "(NR)

Art. 22. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO)

– Há uma solicitação de iniciativa do ilustre líder Renato Casagrande no sentido de que a Mesa consulte os Líderes a respeito da possibilidade de incluirmos na pauta de hoje o projeto de lei da Câmara de iniciativa do ilustre Deputado Beto Albuquerque, que institui a Semana de Mobilização Nacional para doação de medula óssea.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Considero esse projeto de extrema relevância. Creio que não haverá óbice por parte dos ilustres Líderes, das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, com relação à inclusão na pauta de hoje.

Concedo a palavra ao Senador Renato Casagrande, autor da propositura em conjunto com o Senador Expedito Júnior, que também fará uso da palavra.

Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas agradecer ao Senador Expedito Júnior, por nos permitir fazer a votação desta matéria nesta sessão, e aos Líderes, que assinaram o requerimento de urgência. Se V. Ex^a me der o direito e a honra de relatar, comento sobre o projeto na hora do relatório e deixo de comentá-lo neste momento. Só faço os agradecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – A solicitação de V. Ex^a será atendida.

Com a palavra o Senador Expedito.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, atendi à solicitação do Senador Renato Casagrande, mas, na semana passada, também recebi a ligação do Deputado Beto Albuquerque, que é o autor do projeto. O nosso projeto é anterior ao dele. Só que o nosso projeto cria um dia nacional da consciência, para que possamos fazer a doação da medula óssea – é um dia! –, e o projeto do Beto cria uma semana de mobilização nacional. Então, o assunto teria mais visibilidade.

O projeto é importante e bom, ainda mais vindo do Beto Albuquerque, que sofreu isso dentro de casa, com a perda de seu filho. Não tenho dúvidas de que esse nosso gesto – é um pedido do Senador Renato Casagrande – é favorável a todo o País, de votar esse projeto. É um projeto importante e temos de votá-lo mesmo.

Por isso, quero cumprimentar todos os Líderes, que assinaram o pedido do Senador Renato Casagrande, dando a urgência urgentíssima para que possamos, quem sabe, votar de imediato esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Sobre a mesa, requerimento de retirada do Requerimento nº 226, de 2009.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº 338, DE 2009

Nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a retirada definitiva do RQS nº 226, de 2009, de minha autoria.

Sala das Sessões, 31 de março de 2009. – Senador **Expedito Júnior**.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 339, de 2009

Nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a tramitação, em regime de urgência, do Projeto de Lei iniciado na Câmara nº 7, de 2009, que “Institui a Semana de Mobilização Nacional para Doação de Medula Óssea”.

Sala das Sessões, 31 de março de 2009.

[Handwritten signatures and initials]

– PSB
– PMDB
– DEM
– PTB
– PPS
– PSC
– PSDB

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Em votação o requerimento de urgência.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2009

(Incluído na pauta após lido e aprovado o Requerimento nº 339, de 2009, de urgência.)

Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2009 (nº 4.383/2008, na Casa de origem), que *institui a Semana de Mobilização Nacional para Doação de Medula Óssea*.

Solicito do nobre Renato Casagrande o parecer em substituição à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

PARECER Nº 101, DE 2009 – PLEN

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, quero agradecer a oportunidade de relatar esta matéria, oriunda da Câmara, de autoria do Deputado Beto Albuquerque. Ela institui a Semana de Mobilização Nacional para Doação de Medula Óssea.

Fica instituída a Semana de Mobilização Nacional para Doação de Medula Óssea, que será realizada, anualmente, de 14 a 21 de dezembro. Durante a semana, serão desenvolvidas atividades de esclarecimentos e incentivo à doação de medula óssea e à captação de doadores. As ações, atividades e campanhas publicitárias devem envolver órgãos públicos e entidades privadas a fim de informar e orientar sobre os procedimentos para o cadastro de doadores e a importância da doação da medula óssea para salvar vidas e sobre o armazenamento de dados no Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea.

A frase a ser difundida durante a semana é: “Neste Natal, dê um presente a quem precisa de você para viver: cadastre-se como doador de medula”.

Então, Sr. Presidente, esta matéria é promovida e motivada por um problema pessoal que o Deputado Beto Albuquerque teve: perdeu um filho com leucemia recentemente, neste ano. Ele foi conhecendo o assunto e, como liderança política, verificou que o número de doadores no Brasil é muito pequeno, o cadastro de doadores é muito pequeno. As pessoas acham que doar

medula óssea significa arrancar uma parte da medula óssea para fazer a doação, mas, na verdade, é uma retirada do líquido para poder ficar no cadastro nacional. Quando for preciso, esse cadastro nacional está lá, e você é chamado para fazer a doação. Com uma punção, você faz uma doação. Então, é um processo simples, mas muita gente perde a vida porque não há um cadastro nacional. É difícil achar pessoas com compatibilidade para fazer o transplante de medula.

Então, é uma homenagem que fazemos a uma pessoa que já se foi, o filho do Beto, e ao Deputado Beto Albuquerque. Ao mesmo tempo em que fazemos esta homenagem, prestamos um grande trabalho à população brasileira, constituindo e estabelecendo uma Semana de Mobilização para Doação de Medula Óssea.

Portanto, no mérito, o projeto é extremamente positivo e tem a minha aprovação nas Comissões, além de atender a todos os preceitos constitucionais.

Por isso, aprovo a presente resolução, a presente proposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – O parecer do ilustre Senador Renato Casagrande é pela aprovação deste projeto, que é altamente meritório.

Em discussão o projeto.

Com a palavra o Senador Flávio Arns e, logo após, o Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero, em primeiro lugar, concordar com a apresentação do projeto, com o conteúdo do projeto, com o relatório apresentado pelo Senador Renato Casagrande e dizer que é um projeto muito importante para a saúde do brasileiro.

O transplante de medula significa a possibilidade de as pessoas terem vida, terem saúde, tantos exemplos que temos pelo Brasil de pessoas que estavam doentes e se recuperaram graças a essa técnica importante para a restituição da saúde.

Lamentamos que essa possibilidade não tenha sido concretizada com o filho do Deputado Beto Albuquerque, mas, ao mesmo tempo, todos nós estamos solidários não só com ele mas com a família, com a luta que tiveram para que o filho pudesse ser salvo.

Uma semana de conscientização é um momento de reflexão, de aprofundamento, de esclarecimento, de mostrar para a sociedade que a doação da medula – que não é na medula da pessoa, na coluna, na espinha e no quadril – é a retirada de um líquido que pode constituir um banco também que se tornará acessível

às pessoas do mundo que necessitem, eventualmente, de um transplante.

Quero fazer com o projeto também homenagem à Universidade Federal do Paraná, Estado de onde eu venho, através do Hospital de Clínicas, que tem um grupo de médicos, enfermeiros e funcionários altamente qualificado no transplante de medula óssea. O Hospital de Clínicas do Paraná é uma referência no mundo em termos de transplante.

Só quero dizer, Sr. Presidente, que nós já aprovamos na Comissão de Assuntos Sociais um projeto também da Senadora Lúcia Vânia, do Estado de V. Ex^a, e no projeto também se dizia que, em todo nascimento de uma criança, a mãe e a família deverão ser orientados em relação à possibilidade de doação também do cordão umbilical para efeito de transplante de medula. Um banco que seria constituído no Brasil.

Nesse sentido, queremos dizer que é um projeto importante, se pensarmos nas dificuldades de doadores, não só em termos de medula, mas em termos de todo um processo que pode ser desenvolvido também em termos de outras doenças que possam ser tratadas. São milhões, são quase três milhões de nascimentos no Brasil, em termos de 2% da população e, se isso for aprovado, daria também um impacto muito importante para a área.

Então, quero concordar – desculpe-me, por ter-me alongado –, mas é um projeto da maior importância para o Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em meu nome próprio e também no do Democratas, quero apoiar esse meritório projeto do Deputado Beto Albuquerque, oriundo da Câmara, porque realmente é difícil conseguir doadores de medula que podem salvar muitas vidas. O filho dele foi vítima de uma situação dessa. Então, é meritória a semana de doação de medula para que isso possa servir de incentivo aos brasileiros, para que possam doar e salvar vidas. O projeto é meritório e tem todo o nosso apoio.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra o Senador João Pedro; logo após, o Senador Romero Jucá, Líder do Governo.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Marconi Perillo, primeiro quero registrar a grandeza do gesto do

Deputado Beto Albuquerque do PSB e a minha concordância com o Relator Renato Casagrande, que acaba de proferir um relato importante. Veja V. Ex^a: um homem público, o Deputado, tira da sua dor de pai que perde um filho e, desta adversidade, transforma em uma lei que vai chamar a atenção de todo o Brasil para a importância de termos a consciência dessa campanha que, com certeza, já este ano, em dezembro, vamos fazer para melhorar a cidadania no Brasil e para ajudar milhões de pessoas que precisam de transplante de medula óssea.

É meritório, é grandioso o projeto de lei, mas grandioso é o gesto do Deputado, que transforma a dor em lei, em benefício, em cidadania, em um Brasil mais humano. Acho que é histórico e é muito importante fazer o registro do gesto do Deputado Beto Albuquerque.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome da liderança do Governo, quero também, além de encaminhar favoravelmente para o projeto, registrar e abraçar também o Deputado Beto Albuquerque pelo gesto, pela grandeza e pela sua própria vida parlamentar, que é mais um exemplo do compromisso que ele tem com o País e com a população.

O voto é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para manifestar minha satisfação de ver o trabalho do Senador Renato Casagrande e o projeto do Deputado Beto.

Creio que, se tivéssemos mais momentos como este, Senador Renato Casagrande, o prestígio do Senado estaria melhor. Acho que está faltando o povo brasileiro nos ver votando leis que mudam a realidade. Quantas vidas serão salvas; quantas pessoas melhorarão suas condições de vida, graças a um projeto como esse sendo aprovado por nós. Oxalá a gente aprovar cinco, dez, quinze, vinte projetos como esse, Senador Renato Casagrande, e lá fora as pessoas iam ver que o Senado tem um papel, que esse papel é meritório e não ficariam com essa imagem que ultimamente tem surgido.

Então, meu apoio ao projeto e meu agradecimento como Senador por ver um projeto que, aprovado, trará

um benefício muito claro na demonstração de qual é o papel de cada um de nós nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Não havendo mais oradores inscritos para discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2009

(nº 4.383/2008, na Casa de origem)

Institui a Semana de Mobilização Nacional para Doação de Medula Óssea.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei institui a Semana de Mobilização Nacional para Doação de Medula Óssea.

Art. 2º Fica instituída a Semana de Mobilização Nacional para Doação de Medula Óssea, que será realizada, anualmente, de 14 a 21 de dezembro.

§ 1º Durante a Semana, serão desenvolvidas atividades de esclarecimento e incentivo à doação de medula óssea e à captação de doadores.

§ 2º As ações, atividades e campanhas publicitárias devem envolver órgãos públicos e entidades privadas, a fim de informar e orientar sobre os procedimentos para o cadastro de doadores e a importância da doação de medula óssea para salvar vidas, e sobre o armazenamento de dados no Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea – REDOME.

§ 3º A frase a ser difundida durante a semana é:

“Neste Natal, dê um presente a quem precisa de você para viver: cadastre-se como doador de medula”.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Gostaria de cumprimentar, como Presidente em exercício, em nome da Mesa do Senado Federal, o autor do projeto, o ilustre Deputado Beto Albuquerque, projeto de grande relevância, de grande conteúdo

e grande mérito, que institui a Semana de Mobilização Nacional para Doação de Medula Óssea.

A todos que colaboraram com a aprovação também, os meus cumprimentos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, o Líder Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para solicitar que constem em ata os meus três votos, na votação nominal dos Embaixadores. Para que conste o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – O pleito de V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, o ilustre Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEUTUMA (PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar e endossar as palavras de V. Ex^a em benefício do autor do projeto, Deputado Beto Albuquerque, que sofreu, enormemente, com a perda do filho e teve a cautela, com a abertura de mão do Senador Expedito – que tinha um projeto anterior: de um dia de doação – e que abriu mão para o Deputado Beto Albuquerque, que é um bom Parlamentar, um homem correto, que, conosco, participa do Mercosul e merece todo respeito por esse projeto que V. Ex^a já engrandeceu em seus cumprimentos.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Encerrada a Ordem do Dia, eu prorrogo por mais 41 minutos a presente sessão, para até às 20 horas.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma comunicação. Assim que for possível, eu gostaria que V. Ex^a me concedesse a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – V. Ex^a será inscrito para uma comunicação.

Com a palavra, o Senador Cícero Lucena, em permuta com o Senador Geraldo Mesquita. Logo após, Senador Flávio Arns e Senador Expedito Júnior.

Convido o Senador Flávio Arns para presidir a sessão.

Logo após o pronunciamento do Senador Cícero Lucena, S. Exª fará a troca com V. Exª.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Marconi Perillo, Srªs e Srs. Senadores, volto a essa tribuna para tratar de um assunto que há cerca de 20 dias eu chamava a atenção desta Casa, no sentido da preocupação que me chegava através dos Prefeitos do meu querido Estado, da minha Paraíba, com a queda da receita dos Municípios brasileiros.

Naquela oportunidade, eu lembrava que cerca de 4.300 Municípios brasileiros com menos de 30 mil habitantes dependiam basicamente, Senador Flávio Arns, dos recursos para fazer a atenção básica da sua população, para fazer frente a preocupação da educação, da saúde, da limpeza pública, da garantia do emprego dos servidores municipais, das receitas do Fundo de Participação dos Municípios. Eu lembrava que, no mês de janeiro, esses recursos tinham caído em torno de 3,5%; que em fevereiro chegava a 11%; e que no mês de março a preocupação era que se esse valor tendia a aumentar a queda em relação ao mesmo período do ano passado. Infelizmente, terminando, e hoje no último dia do mês de março, nós temos a confirmação da queda do Fundo de Participação.

Conversei esse final de semana com os nossos Prefeitos, Senador Jefferson Praia, que também fez um aparte a um dos nossos discursos. Por exemplo, o Prefeito do Município de Santa Luzia, terra do Senador Efraim Morais, dizia que, no ano passado, teve uma receita correspondente ao valor de aproximadamente R\$580 mil do Fundo de Participação e que, este ano, no mês de março, ele não iria receber mais do que R\$420 mil. Uma queda no momento em que se desconta a inflação, em que há o aumento do salário mínimo – justo – a ser pago, mas que é o grande peso nas folhas da maioria dos Municípios e também o piso salarial dos professores. Essa queda representava a agonia desse Prefeito, no sentido de como cumprir com as suas obrigações de pessoal, extrapolando todos os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como cumprir o repasse para a Câmara de Vereadores.

No fim de semana, repito, ouvi vários Prefeitos em situação semelhante. O Prefeito Lavoisier, de São João do Rio do Peixe, também esteve hoje à tarde no meu gabinete, quando me dizia que, em março do ano passado, recebeu R\$240 mil líquido e que este mês recebeu R\$52 mil. Disse também que nada adiantou a festa, a comemoração, a antecipação eleitoral que

foi feita em fevereiro pelo Presidente Lula e por sua candidata, no sentido de que estaria renegociando a dívida do INSS das Prefeituras e, até o presente, a burocracia ou a intenção não permitiu que essa despesa, que esse ônus para os Municípios fosse devidamente negociado e justamente aplicado.

Daí a nossa preocupação, porque naquela oportunidade nós sugeríamos que o Governo, que tanta medida provisória faz, que tanta medida provisória baixa, não estava atendendo aos Municípios com um gesto inicial que seria garantir aos Municípios brasileiros, principalmente os pequenos, que a sua receita do Fundo de Participação, no mínimo, seria igual a do ano de 2008.

Não seria suficiente, mas seria um gesto que a Presidência da República poderia demonstrar no compromisso e não no discurso, mas na ação, de que se preocupa com os Municípios brasileiros, porque eu lembrava que seria mais barato para a Nação pagar e garantir os salários dos servidores municipais dos pequenos Municípios do que gastar amanhã com o seguro-desemprego sem ter a contrapartida do trabalho e da ação desses servidores municipais que querem a chance e a oportunidade de garantir o emprego.

Aí o que nós presenciamos? É mais um pacote em nome da garantia do emprego. E por que não garante o emprego desses funcionários públicos municipais? Por que baixa mais uma vez as alíquotas do IPI para a construção civil, para garantir o emprego na construção civil? Ótimo. Mas existia mecanismo de fazer sem usar o chapéu alheio dos Municípios, que já estão tão sacrificados. Baixou o cimento de quatro para zero, Senador João Tenório; baixou da tinta e do verniz de cinco para zero; baixou da massa de vidro de dez para dois; do ferro de cinco para zero; da argamassa e do concreto de cinco para zero. Tudo no IPI, achando que o aumento que está fazendo em relação ao cigarro vai ser suficiente. Corremos dois grandes riscos. E não estou defendendo aqui o cigarro, pelo contrário, acho que quanto mais caro for menos pessoas estarão fumando e mais saúde teremos no País. Alguns países, inclusive, aumentam o imposto do cigarro para que possa diminuir o seu consumo. Mas é exatamente nessa linha. Se alguns países já adotaram essa postura e fizeram com que diminuísse o volume de consumo do cigarro, vamos ver, então, que essa história de que o IPI aumentado do cigarro vai compensar o IPI reduzido de outros produtos.

Sou favorável a reduzir os impostos, mas preferiria essa redução fosse exatamente na Cofins, como o

Governo fez no pacote de ontem, se não me engano, nas motos. Por que não tirou a Cofins do cimento, da massa, da tinta, do ferro, dos produtos da construção civil, desonerando, mas não retirando dos recursos do Municípios, que já estão tão sacrificados ou, como diz na minha terra, tão judiados?

Ouçó com prazer o aparte do Senador João Tenório.

O Sr. João Tenório (PSDB – AL) – Senador Cícero Lucena, V. Ex^a mais uma vez traz um tema absolutamente atual. Estou chegando agora de Alagoas, onde houve uma reunião dos Prefeitos. Há uma disposição dos Prefeitos de fecharem as prefeituras a partir de quinta-feira, e não é por nenhuma manifestação irresponsável ou inconsequente. É pela mais absoluta falta de condição financeira para a sobrevivência dessas entidades. V. Ex^a traz um tema ao qual eu gostaria de acrescentar um detalhe que me parece importante. V. Ex^a é nordestino, de um Estado pobre. Quando o Governo toma uma medida como essa, que é ruim para o Brasil todo, imagine as consequências disso para os nossos Estados da Paraíba e Alagoas, que têm evidentemente uma economia extremamente menos robusta, que suportariam isso, digamos assim, com mais possibilidades como um Estado que tenha condições econômicas e financeiras para suportar com mais força medidas desse tipo. V. Ex^a traz aqui algo que é atual, atualíssimo: em Alagoas, assim como na Paraíba – imagino –, no Brasil como um todo e no Nordeste em particular, não se fala em outro assunto a não ser o desastre que se abate sobre os Estados – é bom que se diga –, e sobretudo sobre as prefeituras. Estou entrando com um PEC na próxima semana, acredito, que propõe uma mudança completa nesse procedimento do Governo Federal, em relação a esse tratamento a que V. Ex^a se referiu: trabalhar com o chapéu alheio, atirar com a pólvora alheia. Eu tive oportunidade, Senador, de participar de uma tentativa de negociação do Estado de Alagoas com o Banco Mundial e com o Tesouro Nacional. O rigor com que o Tesouro Nacional trata os Estados e os Municípios brasileiros... Se esse Tesouro Nacional tivesse esse mesmo rigor no trato das contas públicas federais, eu tenho certeza absoluta de que o Brasil estaria em uma situação absolutamente mais tranquila no que diz respeito ao enfrentamento dessa crise financeira. Portanto, pelo enfoque que V. Ex^a dá ao Brasil como um todo, e, muito particularmente, às coisas do nosso Nordeste, eu me congratulo com V. Ex^a.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Agradeço, Senador, pelo seu aparte, dando testemunho

de alguém que conhece profundamente a nossa realidade de Alagoas, da Paraíba, do Nordeste e por que não do Brasil, sabendo exatamente da necessidade de este País se sensibilizar na busca de uma solução, já que nós estamos tratando de tantos outros assuntos.

Mas, sem dúvida, isso tem a ver com o dia a dia dos nossos Municípios, com a dificuldade por que passam os Prefeitos, até porque há algo que fica mais claro ainda. Com a redução das receitas dos Municípios, se nós hoje achamos que há poucos recursos para a educação, menos recursos ainda haverá com a redução dessas receitas. Se nós achamos que os recursos para a saúde são insuficientes para que os Municípios façam a cobertura de serviços essenciais, menos recursos serão disponibilizados para que essas Prefeituras possam atuar.

Então, é com essa preocupação que eu gostaria também de aproveitar os últimos minutos para falar sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida. Por que o Governo, já que gosta de **marketing**, já que gosta de criar programas, Senadores, não disse que ia ser déficit habitacional zero, como foi, por exemplo, o Fome Zero, que criou como marca, já que ele não estabeleceu prazo?

Nós temos um déficit de 7 milhões de moradias. Então, criar a marca de 1 milhão sem dizer até quando vai resolver, isso é brincar com o sonho do brasileiro, brincar, principalmente, porque nós temos mais de 5 mil Municípios neste País. E na Paraíba, onde há 223 Municípios, apenas 3 serão contemplados. Apenas três dos 223 Municípios.

Onde está escrito, Senador João Tenório, como dizia o nosso Governador Cássio, que a Paraíba tem que continuar pobre, tem que continuar sem solução habitacional, sem infraestrutura, sem investimento compensatório do Governo Federal, enquanto a Petrobras está sob suspeita de investimento em mais de R\$20 bilhões numa refinaria em Pernambuco? Tenho, para mim, que a Petrobras, está quase fechando os seus postos na Paraíba, porque não há outro investimento da Petrobrás na Paraíba.

Então, é isso que precisamos alertar. Por que apenas três Municípios – a Senadora Rosalba deve trazer esse mesmo testemunho em relação ao Rio Grande do Norte, que talvez tenha apenas dois ou três Municípios beneficiados – quando nós sabemos que as grandes cidades deste País não vão ter terreno barato e apropriado para se construir casas populares? Então, é só uma jogada de **marketing** deste Governo.

Eu conversava, há poucos instantes, com o Deputado Estadual Dinaldo Wanderley que aqui se encontra presente – ele representa a rainha do sertão, a terra do sol, a nossa querida Patos –, e ele dizia que Patos vai ser, mais uma vez, penalizada. A cidade está crescendo: cresceu o comércio, cresceram as universidades, mais gente está chegando para morar em Patos, mas Patos não vai ser contemplada com esse programa, Senador Mão Santa, atual Presidente desta Mesa e desta sessão, porque Patos tem 97 mil habitantes.

A quarta cidade do nosso Estado, Bayeux, tem 92 mil habitantes e é uma cidade vizinha a João Pessoa, na Grande João Pessoa, utilizada como abrigo de uma grande massa de trabalhadores da cidade de João Pessoa, pessoas que trabalham nas indústrias da Grande João Pessoa, mas que têm que morar, têm que dormir em Bayeux. E Bayeux não será contemplada com esse programa Minha Casa, Minha Vida. Na verdade, pode-se dizer: “minha casa vai continuar sendo meu sonho”.

Então, trago aqui essa preocupação porque, pelo menos em relação às poucas casas que conseguirem construir, não podem ser excluídas as cidades com um número de habitantes tão próximo de 100 mil habitantes, como não vão poder excluir cidades como Cajazeiras, na Paraíba, que é importante, que vem crescendo, que recebeu um **campus** universitário, uma Faculdade de Direito, que hoje está com problemas habitacionais. Não pode ser excluída a minha Cajazeiras; não pode ser excluída Guarabira com 54 mil habitantes; não pode ser excluída Sapé, com 46 mil habitantes, e tantos outros Municípios da Paraíba que têm, sim, terrenos que podem ser adaptados, que podem ser utilizados.

Se há demanda, necessidade, por que essa marca de 100 mil? É para assumir de vez que o pequeno Município tem que continuar sacrificado, tem que continuar sem ação do Governo, sem respeito pela autoridade deste País?

Não é possível que esta Casa fique omissa, fique calada a respeito desse tratamento desigual e desumano com os pequenos Municípios brasileiros e, mais uma vez, com os pequenos Municípios nordestinos e, em particular, com os paraibanos.

Com a palavra o nobre Senador Jefferson Praia e, depois, a Senadora Rosalba.

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Obrigado, Senador Cícero Lucena. Traz V. Exª dois pontos importantes: faz uma análise sobre a questão do IPI e agora a questão das casas populares. Eu estava aqui

fazendo algumas reflexões sobre o tema importante que V. Exª expõe e vou me reportar ainda com relação ao IPI. Veja bem que o Governo, ao tomar sua decisão, procurou e tem procurado atuar em cima dos custos das empresas. Mas o que precisamos, neste momento, é garantir a demanda, é fazer com que as pessoas tenham renda para que possam comprar. Agora olha só: no momento em que mexem no IPI, há impacto no Fundo de Participação dos Municípios, que, por sua vez, provoca impacto nas prefeituras e aí os Prefeitos – como V. Exª colocou muito bem – ficam se deparando com a nova realidade do que fazer agora. O que fazer diante do problema? Negocia, por exemplo, com o funcionalismo público, baixa salário, não demite ninguém? Porque se eles trabalharem em uma direção oposta àquela a que me referi, nós vamos estar na verdade tendo uma situação diferente daquela proposta na política do Governo Federal, que foi a de manter o emprego, consequentemente manter a renda, para que haja demanda na economia. Mas o que se percebe é o problema chegando às mãos dos Prefeitos. Eles, na verdade, vão ter que trabalhar hoje diante do que já aconteceu – o problema já está aí. Possivelmente, vão ter que reduzir os seus gastos, negociar com o funcionalismo, ver gastos de custeio para poderem manter as prefeituras funcionando sem causar demissões, o que seria um dos piores problemas que teríamos pela frente. Para finalizar, lutamos tanto pela reforma tributária, mas vejam bem como é complicado esse tema, principalmente com uma posição como a que foi tomada agora. Todo mundo quer que se reduzam os tributos no País, mas, como no exemplo que V. Exª deu, mexeu-se no IPI e houve impacto nas prefeituras, problemas com o funcionalismo, com todo o funcionamento das prefeituras. Portanto, nós temos de refletir – quando falo nós, não se trata somente de nós, no Parlamento, mas da equipe econômica do Governo – quanto às decisões que estão sendo tomadas para que...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A minha presença aqui é só para garantir o tempo que V. Exª desejar, porque ninguém melhor falaria desse produto e o interpretaria, porque, além de ser Senador e ter essa liderança forte, V. Exª é um dos engenheiros mais competentes que conheço.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Para finalizar, Senador, que é uma pessoa experiente, eu queria

saber o que fazer nessas prefeituras. Que orientação o senhor daria aos Prefeitos? Muito obrigado.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Antes de passar a palavra à Senadora Rosalba, agradecendo o seu aparte, eu queria dizer a V. Exª que, há 20 dias, sugeri basicamente duas medidas ao Governo, que já ia gastando bilhões para manter o sistema financeiro, atendendo aos banqueiros; bilhões às montadoras de automóveis para garantir o emprego – segundo o Governo dizia naquela oportunidade, já tinha renunciado bilhões de IPI para garantir o emprego no Rio, em São Paulo, na Bahia, onde tem instaladas montadoras, e estava tirando o emprego daqueles que trabalham na limpeza pública, na saúde, na educação dos pequenos Municípios brasileiros.

Então o Governo, que já baixou tanta medida provisória sem necessidade, sem urgência e sem relevância, poderia baixar uma media provisória, ele que detém mais de 50% da receita do IPI e do Imposto de Renda, que compõem o Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios, poderia abrir mão de parte desses recursos, que são dele, para exatamente garantir o mínimo às Prefeituras o valor correspondente ao que receberam em 2008.

Para se ter uma idéia, se nós tivermos uma queda de receita de 10%, Senador, como o montante é em torno de R\$40 bilhões, o Governo estaria fazendo ou adiantamento ou encontro de contas com as Prefeituras, algo em torno de R\$10 bilhões em todo o ano. Ou seja, menos do que foi dado às montadoras, menos do que foi dado aos banqueiros.

Outro item fundamental e em que se sacrificam as Prefeituras é que eu citei exemplo de Prefeituras que estão retendo com o INSS na parcela de débitos, e com a contribuição atual chegam a reter 27% a 35% desse valor. Todavia, o Governo poderia fazer essa renegociação e somado não comprometeria mais que 5% ou 6%. Mesmo aquelas que estão pagando 25% ou 30%, no prazo dado, nunca vão pagar essa dívida. Então, se não vão pagar, o Governo poderia aliviar essas Prefeituras, para que o dinheiro ficasse no Município, para que o dinheiro fizesse a compra no Município, garantisse o emprego no mercado, na farmácia, no açougue, na feira, garantisse o emprego do pequeno comerciante desses Municípios. Aí, sim, ao circular esse dinheiro – como há países dando dinheiro para as pessoas comprarem –, o Governo poderia ter esse gesto de grandeza e de respeito aos pequenos Municípios, levando esses recursos para os nossos Municípios, além de outras medidas que

podem ser adotadas para aliviarem os Municípios brasileiros.

Agradeço a contribuição e concedo um aparte à Senadora Rosalba, com a generosidade de sempre do nosso Presidente Mão Santa, que já foi Prefeito. Ele diz Prefeitinho, mas não. Ele foi Prefeito de uma das mais belas cidades deste País que é a nossa querida Parnaíba. Com a palavra, nossa eterna Prefeita de Mossoró Senadora Rosalba.

A Srª Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Obrigada, Senador Cícero Lucena. Obrigada, Sr. Presidente Mão Santa. V. Exª, como sempre, compreensivo e entendendo, como nordestino e ex-Prefeito, o quanto é importante debatermos e colocarmos aqui as nossas sugestões e as nossas ideias. Senador Cícero, V. Exª, que foi Prefeito da capital e Governador, conhece o interior e sabe que essa situação está se transformando numa situação realmente calamitosa, desesperadora para as Prefeituras, principalmente das cidades menores. Aliás, a esta altura não são só as cidades menores. Todos os Municípios e as cidades de médio porte também estão sofrendo bastante. Porque na hora que o IPI sai para as montadoras e isso dá uma queda tão brutal, como aconteceu, de cerca de 40%, na receita do FPM para os Municípios, atinge todos, inclusive os Estados. Agora, não é somente isso. O Governo lança outro pacote. Vai manter a isenção do IPI para carros; e agora a isenção do IPI também das motos, a isenção do IPI do material de construção. É louvável que não tenhamos mais impostos, fazendo com que moto, material de construção e tantos outros produtos vitais principalmente para a classe média, para os menos abastados, possam ser acessíveis; e que esses produtos venham a cair de preço. Seria muito bom. Acontece que ele não está vendo o outro lado da moeda. Se cada vez mais você reduz o IPI, os Municípios vão receber menos recursos. Eu fui Prefeita, o Senador Mão Santa também foi Prefeito, assim como o senhor. Se não tivermos os recursos que estão mínimos para as despesas que são essenciais, que são necessárias no dia a dia (despesas com saúde, educação, transporte escolar, merenda, limpeza urbana e tantas outras despesas, como para pagamento dos compromissos com o comércio), o que vai acontecer? As cidades vão reduzir, consequentemente, as suas atividades. Aí vem desemprego. Então, como sair de uma crise, se o Município está em crise? O que forma o País? São todos os 5.664 Municípios que formam este País. Não ficará bem se os Municípios não estiverem bem. E outra coisa com os Municípios pequenos. Esses são os que mais so-

frem. E são a grande maioria, a grande maioria. Outra questão, Senador, para a qual também ninguém está atentando: a agricultura, o agronegócio. Porque, na hora em que não estão vindo mais recursos de fora, na hora em que falta crédito, que não tem condições de o pequeno, da agricultura familiar, pegar crédito no banco, que é uma atividade que gera emprego e gera renda e que, nessa crise, também está sendo afetada. O Governo tem que trazer uma proposta real, exequível para atender aos agricultores, para que eles possam continuar produzindo, gerando emprego e renda. Já tive oportunidade, da tribuna, de trazer duas propostas em defesa dos Municípios que quero aqui mais uma vez repetir, somando às suas ideias. Uma delas é exatamente a que está sendo relatada pela Senadora Kátia Abreu e precisa ser urgentemente votada, que é a questão dos precatórios, Senador Mão Santa, que vem trazendo muitos prejuízos para os Municípios em dificuldades. E também a proposta que lancei para que, na Medida Provisória nº 457, que já passou na Câmara e que vai chegar aqui no Senado, consigamos colocar uma emenda de suspensão de cobrança do INSS por pelo menos 90 dias, dando um alento, um respiro, um oxigênio aos milhares de Municípios brasileiros que estão precisando desse socorro. Quero também dizer: o programa Minha Casa, Minha Vida, ah, como eu gostaria que pudessem chegar a todos os que precisam, que são milhões nas cidades pequenas. Para V. Exª ter uma idéia, se é só para cidades com mais de 100 mil habitantes, no meu Estado só vai atender a três cidades: Natal, Mossoró e Parnamirim, porque nenhuma outra passa de 100 mil habitantes! E somos 167 Municípios! Isso é injusto, não pode acontecer. Quero parabenizar V. Exª por ter levantado esta questão tão importante para que todos aqui no Senado analisem o seu Estado e vejam que não podemos deixar que as cidades com menos de 100 mil habitantes sejam discriminadas por um programa que poderá trazer, com certeza, a alegria por se ter a sua casa, a sua vida coroada com uma casa. Muito obrigada.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Sr. Presidente, peço a compreensão que já foi por demais extensa do próximo orador, Senador Flávio Arns, mas gostaria, para encerrar, não mais do que um minuto para dizer que (e o Senador Jefferson Praia perguntou) entre outras ações se faz necessário que as Prefeituras entendam o momento e adotem medidas de contenção de despesas desnecessárias para que possa enfrentar esta crise.

Sr. Presidente, quero dizer que vim defender os Municípios e os munícipes, todos aqueles moradores, principalmente os que precisam da ação do trabalho das Prefeituras em favor de amenizar as suas necessidades e as suas dificuldades.

Mas eu não vim defender prefeito que usa o dinheiro público para fazer procedimentos que não são compatíveis com a sua função e, muito menos, com a sua atribuição.

Esse final de semana, no meu querido Estado, um site de notícias da Paraíba chamado PB Agora noticiou, para tristeza de muitos, que o atual Prefeito da capital publicou documentos, Senador Flávio Arns, com um bilhete assinado, de mensalão na Prefeitura Municipal de João Pessoa. O Sr. Ricardo Coutinho assina gratificações de R\$1.800,00, de R\$1.600,00, de R\$1.600,00, de R\$1.600,00, de R\$1.600,00 para as esposas de vereadores, para motoristas de vereadores, para assessores de vereadores, para familiares de vereadores. Estão todos aqui, devidamente documentados e assinados.

Se a escola que foi feita aqui no Congresso Nacional e, em particular, na Câmara, no passado, de mensalão, que cassou vários, que várias ações estão correndo ainda na Justiça, aqui tem devidamente documentado...

(Interrupção do som.)

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Estou encerrando, Sr. Presidente – que o prefeito da cidade de João Pessoa, que se diz novo na política de práticas novas, a única prática nova que estamos vendo é o mensalão devidamente comprovado e assinado pelo Prefeito.

Espero que esse mau exemplo do mensalão nacional seja combatido e encerrado na Paraíba e, em particular, na cidade de João Pessoa, para que o homem público não esteja pagando o preço de prática de outros.

Então, é com isso que eu encerro meu pronunciamento, agradecendo a compreensão e a generosidade de V. Exª, bem como dos demais oradores, para que fosse tratado assunto tão sério e de tão alta relevância, em defesa de nossos queridos Municípios.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Bilhetes assinados por Ricardo comprovam mensalão na Prefeitura

EXCLUSIVO – A palavra "mensalão" se incorporou ao vocabulário brasileiro quando escândalo estourado no Congresso Nacional revelou a existência de forte esquema de pagamento de parlamentares e aliados políticos em favor de projetos do Executivo. Infelizmente, o escândalo, que provocou cassações e um extenso processo no Supremo Tribunal Federal, fez escola.

Bilhetes assinados de próprio punho pelo prefeito Ricardo Coutinho (PSB) apontam para um verdadeiro esquema de mensalão, que beneficiou parentes e pessoas ligadas a vereadores da Capital na prefeitura de João Pessoa no início de sua gestão. Todos em papel timbrado da prefeitura e escritos à mão, sob a assinatura "Ricardo Coutinho" ou simplesmente a rubrica "RC".

Entre os beneficiados, destacam-se o presidente da Câmara de Vereadores, Durval Ferreira (PP), Zezinho do Botafogo (PMDB), Pedro Coutinho (PTB) e João Almeida (PMDB). Não há registro de critérios para concessão das gratificações.

Todo material, recolhido de dentro da Secretaria de Administração do Município com exclusividade pelo **Portal PB Agora**, inclui ainda autorizações assinadas pelo prefeito Ricardo Coutinho, assegurando garantia de GSEs (Gratificações por Serviço Especial), a pedido de secretários municipais, retroativos para servidores em cargos comissionados.

Em uma dos bilhetes, o prefeito garante uma generosa quantia de R\$ 1.600,00 em GSE para a própria irmã, Patrícia Vieira Coutinho, matrícula 41.2929-9, chefe da Secretaria Pessoal.

Ricardo autoriza gratificação de R\$ 1.600,00 para irmã Patrícia Vieira Coutinho



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Secretaria do Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

Relação emitida no ofício Nº 102/05 - OS/SEPLAN
João Pessoa - PB, 28 de março de 2005

Matrícula	Nome	Cargo Comissionado	Símbolo	Valor da GSE
31.292-2	Ana Maria Tomaz Ferreira Lima	Coordenadora de Programação Orçamentária	DAE-2	R\$ 1.810,43
41.396-8	Marco Antônio Farias Coutinho	Coordenador Geral Municipal de Elab. De Proj. Especiais	DAE-1	R\$ 1.048,35
41.2929-9	Patrícia Vieira Coutinho	Chefe de Secretaria Pessoal	DAE-3	R\$ 1.600,00
41.416-5	Wyllene Carlos Lima Vidal	Chefe de Gabinete	DAE-1	R\$ 1.646,35

Ricardo Coutinho

Apesar das suspeitas, a denúncia de mensalão em João Pessoa somente foi tornada pública, pela primeira vez, pelo ex-secretário de administração do prefeito, professor Francisco Barreto, em pleno debate da TV Cabo Branco, na campanha para prefeito. No debate na emissora repetidora da Rede Globo, Barreto chegou a anunciar que renunciaria à candidatura se Ricardo

provasse o contrário.

Gratificações beneficiaram parentes e pessoas ligadas ao presidente da Câmara e vereadores da situação

Entre tantos, o material obtido com exclusividade pelo **PB Agora** revela autorizações do próprio punho do prefeito Ricardo Coutinho para o filho do atual presidente da Câmara, Durval Ferreira (PP), e ainda para a esposa do ex-vereador João Almeida, que integrava a base de situação na legislação passada.

Num bilhete só, escrito no papel timbrado da prefeitura de João Pessoa, Ricardo garante gratificação de R\$ 1.000,00 para Eudmarco Medeiros de Farias, cunhado de Durval, e ainda R\$ 300,00 para Maria do Socorro Lima Ferreira e mais R\$ 300,00 para Durval Ferreira Primeiro Neto - esposa e filho do presidente da Câmara.

Ricardo autoriza gratificações para família do vereador DURVAL FERREIRA



GABINETE DA SECRETARIA ADJUNTA

Acrescentar as seguintes GSE's
nos servidores abaixo:

- 1- Eudmarco Medeiros de Farias
mat 34.441-9 - 1.000,00
- 2- Maria do Socorro Lima Ferreira
mat 42.784-5 - 300,00
- 3- Durval Ferreira Primeiro Neto
mat 42.743-8 - 300,00

A partir de outubro

Assinatura: RC

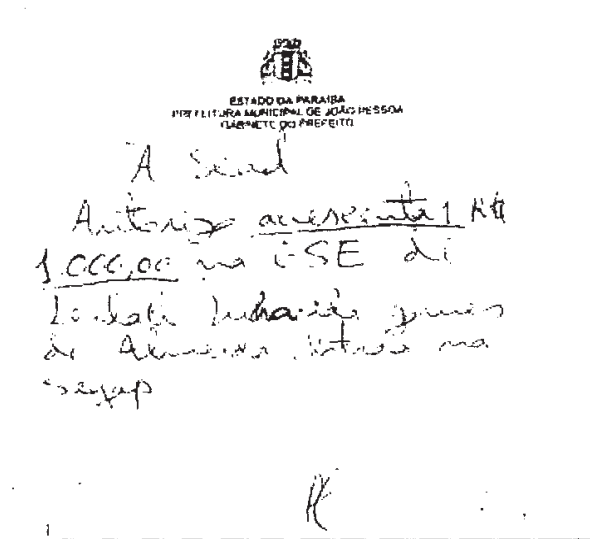
Acrescentar as seguintes GSE's
nos servidores abaixo:

- 1- Eudmarco Medeiros de Farias
mat. 34.441-9 - 1.000,00
- 2- Maria do Socorro Lima Ferreira
mat. 42.784-5 - 300,00
- 3- Durval Ferreira Primeiro Neto
mat. 42.743-8 - 300,00

Autorizo - RC (Ricardo Coutinho)

Para a mulher do ex-vereador João Almeida (PMDB), Leila Luhanda Gomes de Almeida, Ricardo redigiu uma autorização para a Secretaria de Administração do Município acrescentar R\$ 1.000,00 de GSE.

Ricardo autoriza gratificação para mulher do vereador JOÃO ALMEIDA



À Sead

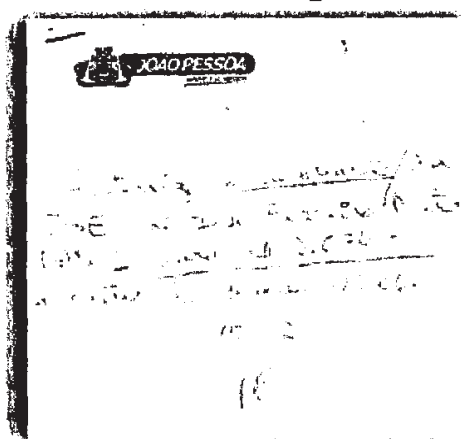
Autorizo acrescentar R\$
1.000,00 na GSE de
Leilah Luhanda Gomes
de Almeida, lotada na
Segap.

RC -(Ricardo Coutinho)

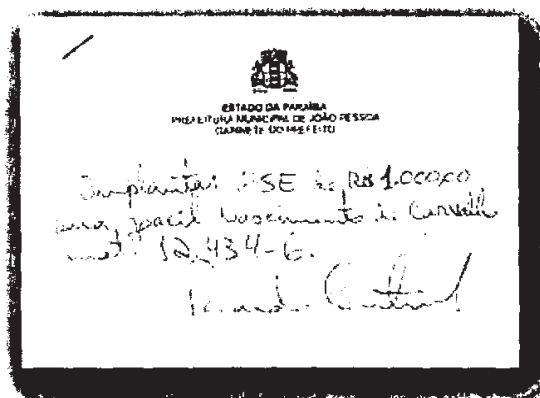
Os vereadores Zezinho do Botafogo (PMDB) e Pedro Coutinho (PTB) também foram beneficiados. Num bilhete assinado "RC", o prefeito autoriza a ampliação da GSE de José Ferreira Neto, assessor de Zezinho, para o astronômico valor de R\$ 2.074,00. Já o vereador Pedro Coutinho teve o motorista Joacil Nascimento de Carvalho, matrícula 12.434-6, beneficiado com gratificação de R\$ 1.000,00.

Ricardo autoriza gratificações para assessores de vereadores de JP

Assessor de Zezinho do Botafogo



Assessor de Pedro Coutinho



O PB Agora teve acesso ainda a contracheque da servidora Maria Nazaré Ferreira da Silva, da Secretaria de Educação do Município, beneficiada com uma gratificação de R\$ 1.000,00 cuja autorização, escrita embaixo do documento, determinava a implantação da GSE na "relação do vereador Luciano Cartaxo", hoje vice-governador da Paraíba. A recomendação, neste caso, entretanto, não leva a assinatura do prefeito.

O prefeito Ricardo Coutinho, que iniciou o primeiro mandato com minoria na Câmara, terminou a primeira gestão à frente da

prefeitura de João Pessoa com apenas seis dos 21 vereadores na oposição.

Prefeito autorizou implantação de gratificações retroativas


Além das gratificações para parentes e aliados de vereadores, Ricardo Coutinho se especializou em autorizar, conforme revelam ofícios e bilhetes obtidos pelo **PB Agora**, pagamentos de GSEs retroativas.

Foi o caso do recado que o prefeito escreveu em ofício assinado pelo jornalista Walter Galvão, ex-secretário de Transparência Pública e atual editor do jornal Correio da Paraíba, solicitando nomeação de Pedro Humberto de Almeida Ruffo na função de Chefe da Divisão de Articulação, Integração e Promoção da Cidadania – DAS 1.

No dia 23 de maio, Ricardo autorizou uma gratificação de R\$ 1.500,00 para o servidor ainda não nomeado assegurando pagamento retroativa para 1º de maio. Em atendimento à ex-secretária de Educação do Município, Elisa Pereira Gonsalves, o prefeito autorizou, no dia 20 de abril de 2005, GSE de R\$ 1.000,00 para Francisca Alexandre de Lima retroativo ao dia 1º do mês.

O caso mais escandaloso, no entanto, é registrado em ofício da secretária Douraci Vieira dos Santos, da Coordenação das Mulheres, à Secretaria de Administração do Município. No dia 12 de maio de 2005, o prefeito autoriza implantação de gratificação para servidora Sílvia Borges, matrícula 41.548-1, retroativa a 14 de fevereiro.

Ricardo autoriza gratificação retroativa de três meses


João Pessoa
Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Desenvolvimento Social
Diretora de Secretária

Antônio
13.5
R

Senhor Secretário,

Solicitamos a Vossa Senhoria, implantação de GSE em favor da
servidora, **SILVIA BORGES**, matrícula **41.548-1**, para
complementação do salário, de DAS-3, para DAS-1, com data
retroativa a 14 de fevereiro.

Informamos ainda, que a simbologia de Diretores de Creches e
DAS-1 e a referida servidora recebe DAS-3, por inexistência do cargo
para a Creche *Christiana Vierge Chaves de Araújo*, pois na atual
estrutura só existem 27 cargos DAS-1 para Diretores de Creches
anexo cópias de contracheques

Atenciosamente,

DOURACI VIEIRA DOS SANTOS
Secretária

**Secretária Douraci Vieira
da Coordenação
das Mulheres envia à Secretaria
de Administração do Município.
No dia 12 de maio de 2005,
o prefeito autoriza implantação
de gratificação para servidora
Sílvia Borges, matrícula 41.548-1,
retroativa a 14 de fevereiro.**

Durante o discurso do Sr. Cícero Lucena, o Sr. Marconi Perillo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Flávio Arns e Mão Santa, 3º Secretário, sucessivamente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Acabamos de ouvir o Senador Cícero Lucena, do PSDB da Paraíba, que fez contundente pronunciamento, advertindo o Governo sobre o plano habitacional que prejudica as cidades pequenas.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senador João Tenório, do PSDB de Alagoas.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como V. Exª sabe, eu sou nordestino e, como tal, as coisas acontecem muito lá sem se esperar. Por exemplo, acabaram de repente com o voo que tinha de Maceió para Brasília, via Recife, porque não há atividade econômica, não há passageiro. Enfim, nosso Nordeste sempre demonstrando, em cada oportunidade, a falta de atividade, de oportunidade econômica que tem. Por conta disso, eu cheguei atrasado a nossa reunião e não pude votar nos três embaixadores.

Eu gostaria que fosse registrado o meu voto positivo, o meu voto “sim” à escolha dos três Embaixadores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Secretário Executivo João Pedro vai providenciar a inserção do voto de V. Exª nos Embaixadores.

E lamentamos o ocorrido em Alagoas. Mas, pior é no Piauí, onde dizem que tem dois aeroportos internacionais e não tem nem teco-teco.

Com a palavra o Senador Flávio Arns, por permuta com o Senador inscrito Pedro Simon.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Só pedir que a reportagem sobre o mensalão, em que fiz referência ao Prefeito de João Pessoa, JP, possa constar nos Anais da Casa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Exª será atendido na forma regimental. Mas a Paraíba toda estava a ouvi-lo.

Com a palavra o Senador Flávio Arns. O Senador Flávio Arns é do Paraná, ele é o melhor trigo que existe no Partido dos Trabalhadores.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em atenção ao debate que temos estabelecido no Senado, em torno das mais relevantes políticas

públicas, eu venho a esta tribuna no dia de hoje para falar do Programa Inclusão, da TV Senado, dirigido pela jornalista Solange Calmon, servidora da Casa.

Com o objetivo de aproximar o trabalho legislativo da realidade da população brasileira e contribuir para a divulgação de iniciativas que resultem no bem-estar comum, o Programa Inclusão, da TV Senado, ecoa em seus temas alguns dos relevantes debates políticos e legislativos ocorridos no dia a dia do Senado brasileiro, notadamente aqueles que dizem respeito à pessoa com deficiência, aos idosos, às pessoas acometidas por doenças mentais, aos males decorrentes do tabagismo, à prevenção de acidentes domésticos, à saúde da mulher, entre tantos outros.

O Programa Inclusão estreou na TV Senado em outubro de 2004, sendo o primeiro da emissora a incluir a intérprete de LIBRAS, isto antes de haver a legislação que, atualmente, assim estabelece.

Desde sua criação, e até este mês de março, foram produzidas 47 edições ininterruptas do Inclusão. São temas que abordam a deficiência intelectual; a doença mental; o autismo; as edições anuais da Semana do Senado de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência; os superdotados; a educação da pessoa com deficiência e a escola especial; as vítimas da hanseníase; a saúde da mulher; os males decorrentes do tabagismo; o teste do pezinho; as tecnologias inclusivas; o Instituto Benjamim Constant; o paraesporte; o erro médico; o paciente judiciário; a manifestação artística da pessoa com deficiência, entre outros tantos de relevâncias assemelhadas que, de forma clara, apresentam ao público realidades muito comuns à nossa produção, e que acrescento em detalhe ao final deste pronunciamento, para que conste nos Anais desta Casa.

Concorrendo com grandes produções de emissoras do mercado, desde a sua estreia, o Programa de Inclusão, com a Jornalista Solange Calmon, vem conquistando os prêmios e reconhecimentos que menciono:

Clara de Assis de TV – CNBB – 2007 e Alexandre Adler de Jornalismo em Saúde – 2006, com o tema Hanseníase, um passado presente.

Imprensa Embratel, 2006, pela matéria Biblioteca T-Bone, veiculada no programa Educação é um direito – 2ª parte.

Programa destaque de televisão – 2005, concedido pelo Movimento Orgulho Autista do Brasil, com o tema Autismo: uma porta entreaberta para o mundo.

Menção honrosa, da Associação Brasileira de Psiquiatria e do Laboratório Lilly do Brasil – 2006, com o tema Transtornos Mentais.

Troféu Clara de Assis de Televisão – 2005, concedido pela CNBB, com o tema A População de Rua.

Homenagem concedida pelo Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase, (Morhan) – 2007 à jornalista Solange Calmon, com placa e troféu, pela atenção e serviços prestados às vítimas da doença.

Além desses, o Programa foi finalista do Prêmio Janssen-Cilag de Jornalismo – 2007, da Associação Brasileira de Alzheimer (ABRAz), com o tema Alzheimer; que mal é este?

Concluo, Sr. Presidente, encaminhando à mesa voto de aplauso ao Programa Inclusão e à jornalista Solange Calmon, assinado por Senadores e Senadoras, e que solicito seja incluído nos assentamentos funcionais da Jornalista do Senado, incentivando a equipe do Programa a que prossiga, valorizada e com a mesma competência demonstrada nesses anos, atuando ao nosso lado, em favor dos cidadãos brasileiros.

O requerimento foi assinado por mim e por outros Senadores e Senadoras. Convido todos os demais membros da Casa a também assinarem o requerimento, porque eu diria que é consenso nesta Casa o valor que todos damos ao Programa Inclusão, da TV Senado. E não é só o valor que damos ao programa, mas também o valor que a sociedade percebe nesses programas todos, durante os anos seguidos, em termos de inclusão da pessoa marginalizada, discriminada na sociedade.

O requerimento está nos seguintes termos:

Requeremos, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja expedido **Voto de Aplauso à TV Senado** e à **jornalista Solange Calmon**, pela realização ininterrupta do **Programa Inclusão**, produzido e levado ao ar mensalmente pela emissora desde outubro de 2004 [cinco anos]. Com o intuito de aproximar o trabalho legislativo da realidade da população brasileira, e contribuir para a divulgação de iniciativas que resultem no bem-estar comum, o **Programa Inclusão** ecoa em seus temas [como já dito e repetido aqui no requerimento] alguns dos relevantes debates políticos e legislativos ocorridos no dia-a-dia do Senado brasileiro, notadamente aqueles que dizem respeito à pessoa com deficiência, aos idosos, às pessoas acometidas por doenças mentais, aos males decorrentes do tabagismo, à prevenção de acidentes domésticos, à saúde da mulher, entre tantos outros. Tendo conquistado a admiração do público e diversas premiações de imprensa [como já mencionado], o Programa realiza trabalho de utilidade pública, propiciando o esclarecimento da população a cerca de temas muitos recorrentes entre os cidadãos brasileiros. Manifestamos nosso reconhecimento e incentivo à TV Senado, e à jornalista

Solange Calmon, pela realização de tão significativo trabalho de apoio às atividades institucionais do Senado da República, e que tem contribuído com a consolidação do direito de cidadania dos brasileiros.

Quero, aproveitando a ocasião, estender os cumprimentos aos meios de comunicação do Senado Federal: TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado, Jornal do Senado, que têm pautado os trabalhos por competência, dedicação, espírito público, por alta qualidade. A todos, os cumprimentos pelo trabalho que vem sendo realidade e, de uma maneira hoje muito particular, o programa reconhecido por toda a sociedade chamado Inclusão.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria que esse pronunciamento fosse dado como lido na sua íntegra e que a Mesa acolhesse o requerimento que acabou de ser lido.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR FLÁVIO ARNS.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Sem apanhamento taquigráfico.).

PROGRAMA INCLUSÃO, DA TV SENADO

(Do Senador Flávio Arns, PT – PR)

Pronunciamento realizado pelo Senador Flávio Arns, no Plenário do Senado Federal, no dia 26 de março de 2009.

Senhor Presidente, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores, Em atenção ao debate que temos estabelecido no Senado em torno das mais relevantes políticas públicas, venho a esta tribuna, no dia de hoje, para falar do Programa Inclusão, da TV Senado, dirigido pela jornalista Solange Calmon, servidora da Casa.

Com o objetivo de aproximar o trabalho legislativo da realidade da população brasileira, e contribuir para a divulgação de iniciativas que resultem no bem estar comum, o Programa Inclusão ecoa em seus temas alguns dos relevantes debates políticos e legislativos ocorridos no dia a dia do Senado brasileiro, notadamente aqueles que dizem respeito à pessoa com deficiência, aos idosos, às pessoas acometidas por doenças mentais, aos males decorrentes do tabagismo, à prevenção de acidentes domésticos, à saúde da mulher, entre tantos outros.

O Programa estreou na TV Senado em outubro de 2004, sendo o primeiro da emissora a incluir a intérprete de Libras, isto antes de haver a legislação que, atualmente, assim estabelece.

Desde sua criação, e até este mês de março, foram produzidas 47 edições ininterruptas do Inclusão. São temas que abordam a deficiência intelectual; a doença mental; o autismo; as edições anuais da

Semana do Senado de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência; os superdotados; a educação da pessoa com deficiência e a escola especial; as vítimas da hanseníase; a saúde da mulher; os males decorrentes do tabagismo; o teste do pezinho; as tecnologias inclusivas; o Instituto Benjamin Constant; o paraesporte; o erro médico; o paciente judiciário; a manifestação artística da pessoa com deficiência, entre outros tantos de relevâncias assemelhadas, que de forma clara, apresentam ao público realidades muito comuns à nossa população, e que acrescento em detalhe ao final deste pronunciamento, para que conste nos **Anais**.

Concorrendo com grandes produções de emissoras do mercado desde a sua estreia, o Programa Inclusão, com a Jornalista Solange Calmon, vem conquistando os prêmios e reconhecimentos que menciono:

Clara de Assis de TV – CNBB – 2007, e Alexandre Adler de Jornalismo em Saúde – 2006, com o tema Hanseníase – um passado-presente.

Imprensa Embratel – 2006, pela matéria Biblioteca T-Bone, veiculada no programa Educação é um Direito – 2º parte.

Programa Destaque de Televisão – 2005, concedido pelo Movimento Orgulho Autista do Brasil, com o tema Autismo: uma porta entreaberta para o mundo.

IGE de Jornalismo em Educação – 2005, e Concurso Ibero-Americano do Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência (UNICEF) – 2006, com o tema Educação Inclusiva.

Menção honrosa da Associação Brasileira de Psiquiatria e do Laboratório Lilly do Brasil – 2006, com o tema Transtornos Mentais.

Troféu Clara de Assis de Televisão – 2005, concedido pela CNBB, com o tema A População de Rua.

Homenagem concedida pelo Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN) – 2007 à jornalista Solange Calmon, com placa e troféu, pela atenção e serviços prestados às vítimas da doença.

Além desses, o programa foi finalista do Prêmio Janssen-Cilag de Jornalismo – 2007, da Associação Brasileira de Alzheimer (ABRAZ), com o tema Alzheimer, que mal é este?

Concluo, Senhor Presidente, encaminhando à Mesa Voto de Aplauso ao programa Inclusão e à jornalista Solange Calmon, assinado por senadores e senadoras, e que solicito seja incluído nos assentamentos funcionais da jornalista do Senado, incentivando a equipe do programa a que prossiga, valorizada e com a mesma competência demonstrada nesses anos, atuando ao nosso lado, em favor dos cidadãos brasileiros.

Muito obrigado. – Senador **Flávio Arns**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Flávio Arns, V. Exª será atendido, de acordo com o Regimento.

Convidamos para usar da palavra, como orador inscrito, o Senador Valter Pereira. Mas o Senador Marconi Perillo já havia anunciado o Senador Expedito Júnior.

Mas S. Exª, com a sensibilidade e a inteligência privilegiada que tem, será breve. Vou conceder dez minutos, que é o tempo e a nota que V. Exª merece.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Municípios de pequeno porte estão perdendo o fôlego e o cenário é sombrio para Prefeitos da maioria das cidades brasileiras.

Com a queda da arrecadação federal, estão desabando as transferências do Fundo de Participação dos Municípios, uma das suas principais fontes de receita. Em alguns casos, os repasses federais equilibram-se com as quotas recebidas nos Estados.

Para muitas comunas, entretanto, Sr. Presidente, a dependência de receitas federais é muito maior. Há casos em que chega a 70% da arrecadação. É a situação, por exemplo, de grande parte dos Municípios do Norte e do Nordeste do País.

Nos Estados de baixa arrecadação, a dependência por recursos federais chega a ser dramática. Circunstâncias ruins para Municípios onde os valores das fontes se equivalem, mas péssima para aqueles que dependem basicamente das transferências da União. Menores repasses, menor capacidade de cumprir suas obrigações financeiras. Com efeito, a inadimplência ronda as administrações municipais. Até mesmo Municípios que tradicionalmente pagaram bem seus compromissos estão perdendo a capacidade de manter a regularidade de suas obrigações.

Em meio a tantas dificuldades, sobressai um credor que a todos assusta. Assusta porque é ávido, assusta porque é implacável e autoritário. Refiro-me à Previdência Social. O INSS é credor das prefeituras brasileiras em cerca de R\$22 bilhões. Na maioria dos casos, são débitos já renegociados, renegociados em condições desiguais, com a faca no pescoço de cada Prefeito. Aliás, é uma impropriedade muito grande falar em negociação, renegociação, quando um lado impõe e o outro lado é obrigado a aceitar, é obrigado a renegociar. No caso da Previdência é assim: seus cálculos são intangíveis; seus encargos, inquestionáveis; suas condições, intocáveis.

Quem está me ouvindo neste instante certamente pode fazer um questionamento da seguinte forma: se a negociação foi tão ruim, por que o Prefeito aceitou

fazê-la, submetendo-se a condições tão desvantajosas? Acontece, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o credor, no caso o INSS, tem uma arma poderosíssima. Ela se chama “Certidão negativa de débitos com a Previdência.” Sem ela, o Município fica impedido de fazer convênios. Sem essa certidão, o Município fica proibido de receber quaisquer tipos de transferências da União, mesmo as emendas parlamentares.

Honra-me, Senador.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Senador Valter, eu gostaria de cumprimentar V. Ex^a. Hoje, vários Senadores já usaram a palavra na tribuna, falando principalmente sobre essa preocupação. V. Ex^a toca num dos problemas que a maioria dos Senadores está enfrentando nas suas bases, nos seus Estados. Eu disse, na semana passada, numa reunião que nós tivemos com os Prefeitos no meu Estado de Rondônia, que nós vamos chegar no final do ano com Municípios acredito que com três ou quatro folhas atrasadas, sem condições de resgatar um compromisso com servidores públicos dos seus Municípios. E V. Ex^a diz exatamente aquilo que eu tenho dito sempre: os Municípios menores sofrerão mais porque eles quase não tem arrecadação de ICMS, porque a arrecadação deles, quase todas elas, é do fundo de participação do FPM e, infelizmente, esses Municípios já começaram agora e estarão passando sérias dificuldades. Eu até acho que nós aqui, como esta é a Casa revisora, temos que buscar uma solução, temos que propor uma solução nesse sentido. O Presidente acaba de assinar novamente prorrogando por mais três meses a isenção do IPI. Quer dizer, os Municípios grandes que têm condições de arrecadar o ICMS um pouco maior certamente não sofrerão tanto quanto os pequenos, mas, com certeza, haverão também de passar sérias dificuldades. Então, eu acho que já que nós temos condições aqui de salvar, de fazer leis no sentido de proporcionar condições de os bancos e os banqueiros se sobressaíam, as indústrias, as empresas o Presidente Lula constantemente fazendo apelo aos empresários para que não demitam, para que busquem um consenso, para que busquem uma saída, eu acho que é hora também de propormos uma alternativa, uma saída. De modo que eu quero parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento que faz no adentrar da noite nesta terça-feira.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – V. Ex^a tem razão. O Senado é a Casa da Federação e, daqui, terá de sair uma solução para os Municípios, porque hoje eles não podem mais viver aprisionados sob uma conduta autoritária que o INSS tem para com todos eles, especialmente com essa faca que fica na goela de cada Prefeito dos Municípios brasileiros, que é o impedimento de que o Município receba quaisquer

recursos federais se não tiver a certidão negativa. Valendo-se dessa arma poderosa, a Previdência impõe seus cálculos, acrescenta correção, adiciona juros e estabelece as formas de pagamento. Se ela comete falhas ou exageros nos cálculos, se a Previdência comete essas impropriedades, azar do Município. Se faltar recursos para investimentos prioritários, no entanto, ou na prestação de serviços essenciais do Município, azar da população. Essa é a realidade que enfrentamos.

A despeito de tanta rigidez na exigência do que lhe interessa, o INSS é relapso no cumprimento de suas obrigações. Vejam, por exemplo, que o Supremo Tribunal Federal editou a Súmula nº 8. E qual foi a posição da Previdência em relação a isso?

A decisão do Supremo, Sr. Presidente, reconheceu que a prescrição das dívidas com o INSS se dá ao cabo de cinco anos. A instituição fingiu que não viu, que não soube e mantém, em todos os seus créditos, a sua antiga norma, que prevê uma prescrição de 10 anos. Com isso, os critérios adotados no cálculo da dívida são duvidosos, como observa o advogado e especialista em Direito Público, Alexandre Bastos, da minha cidade de Campo Grande, em entrevista que concedeu ao jornal *Correio do Estado*. Pelos cálculos do INSS, o Município de Três Lagoas deve R\$38 milhões...

(Interrupção do som.)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a me assegurasse o tempo previsto na letra ‘b’ do art. 14, que, depois da Ordem do Dia, é de 20 minutos, e, em 20 minutos, concluirei meu pronunciamento.

Pelos cálculos, portanto, da Prefeitura de Três Lagoas, a dívida não passa de R\$20 milhões. Três Lagoas, cidade administrada pela Prefeita Simone Tebet, filha do nosso saudoso e inesquecível companheiro e amigo Ramez Tebet. A mesma postura o INSS adotou com relação aos agentes políticos, os Prefeitos, os Vereadores. Nesse caso, desobedece à uma resolução do Senado Federal, a Resolução nº 26, segundo a qual os agentes políticos...

(Interrupção do som.)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Essa resolução dispõe que os agentes políticos não recolhem o INSS.

No início do ano, o Presidente Lula editou a MP 457 e fez até um ato público para anunciá-la a Prefeitos e Prefeitas de todo o Brasil.

Na indigitada medida provisória, que integrava um pacote que a imprensa alcunhou de “pacote de bondades”, há a proposta de um novo parcelamento com até 240 meses para Municípios pagarem seus débitos com a Previdência.

Na “generosidade” (entre aspas) do Governo, a taxa Selic, acrescida de 1% de juros todos os meses, enquanto durarem essas prestações. E mais: a prefeitura que aderir à renegociação é obrigada a desistir de quaisquer demandas contra a União.

Não acredito que o Presidente Lula tenha sido informado sobre o caráter leonino da renegociação. Não acredito! O Presidente Lula é um homem de bem e não quer ver os Prefeitos em má situação, não quer ver Prefeitos em situação de constrangimento. Por isso, eu não acredito. Afinal, as condições que foram impostas não se prestam a socorrer os Municípios, mas socorrer-se da indigência deles.

Não posso analisar esse contexto macro sem ater-me também ao meu Estado. Municípios de Mato Grosso do Sul, Sr. Presidente, devem cerca de R\$411 milhões para a Previdência Social. Dourados deve R\$91 milhões; Três Lagoas, R\$38 milhões; Corumbá, R\$17 milhões; Campo Grande, R\$14,7 milhões, dados esses todos do INSS. Mas pelos estudos e cálculos feitos pela Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul, Assomasul, e pela Confederação Nacional dos Municípios, a CNM, se o INSS acatar a legislação em vigor terá que devolver às prefeituras, por cobranças indevidas, mais de R\$25 bilhões. Ora, esses cálculos mostram que não são os Municípios que devem ao INSS, mas o INSS é que deve aos Municípios. Alguns deles renegociaram suas dívidas há mais de dez anos. Quem o fez e pagou suas prestações com absoluta regularidade ainda deve o mesmo montante ou até mais.

O jornal **Correio do Estado**, de Campo Grande, traz uma longa entrevista com o Presidente da Associação dos Prefeitos de Mato Grosso do Sul, Prefeito Humberto Rezende Pereira. Olha o que diz o Prefeito: “Estamos buscando entrar num acordo político para alterar o decreto ou a MP, mas, se isso não for possível, acionaremos a Justiça, e temos a certeza de que vamos ganhar.”

Está certo o Prefeito. E se os Prefeitos do Brasil não encontrarem guarida no Senado Federal, terão que bater às portas da Justiça. Mas tenho a convicção de que o Senador Mesquita Júnior tem razão ao dizer que aqui no Senado eles vão encontrar guarida. Nós vamos dar guarida, porque, afinal de contas, o problema das prefeituras e dos Governos Estaduais é um problema da Federação, e a Casa da Federação é esta, é o Senado da República.

Portanto, Sr. Presidente, era essa a nossa fala de hoje, uma fala de socorro, um grito de socorro em favor dos Municípios, que estão ameaçados de perecer de inanição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Faltam dois minutos ainda.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Agradeço a V. Ex^a, mas, em razão da minha disciplina, procuro fazer meu pronunciamento estritamente dentro do prazo estabelecido pelo nosso Regimento Interno, na letra “b” do art. 14.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Faltam ainda dois minutos.

Em um minuto, o nosso irmão Cristo fez o Pai Nosso, que nos transporta daqui aos céus, com 56 palavras.

Após brilhante pronunciamento do Senador Valter Pereira, do PMDB do Mato Grosso do Sul, advertindo o Governo Federal quanto à previdência dos Municípios, além das dificuldades que estão enfrentando, convidamos para usar da palavra o Senador Expedito Júnior, que é do PR do Estado de Rondônia.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar a presença de representantes dos mototaxistas. Eles estão presentes aqui e também sentados nas galerias.

Amanhã, deveremos votar, na CCJ, um projeto referente à categoria. Não há como esta Casa, não há como o Senado não aproveitar este momento para... Não estamos criando nada. Os mototaxistas, os motoboys, os motofretes já existem no País. Não tem mais como São Paulo viver sem o motofrete, não tem como São Paulo viver sem o motoboy, não tem como tirar isso do Rio de Janeiro. A mesma coisa acontece com os mototaxistas. Não temos como viver sem os mototaxistas.

Falo de uma região como o Estado de Rondônia. Tirando a nossa capital, Porto Velho, no interior do Estado taxistas e mototaxistas trabalham juntos, fazem o dia-a-dia praticamente um auxiliando o outro.

Então, Sr. Presidente, entendo que é possível que amanhã possamos, na CCJ, votar esse projeto do mototaxista, criando o mototaxista no Brasil.

Na verdade, eu não iria falar sobre isso, mas é que estou vendo aqui, assim como nas galerias, os representantes da categoria. Estou fazendo questão de registrar e dizer que amanhã vamos votar. Sei que há o interesse do Líder do Governo, Senador Romero Jucá, de pedir que façamos aqui uma audiência pública, inclusive com a presença do Ministro da Saúde, Temporão, para que possamos discutir, porque, segundo o Ministro, estão aumentando os índices de acidentes por conta dos mototaxistas. Amanhã, vamos tentar fazer com que isso não aconteça. Há quantos anos, há

quanto tempo eles vêm esperando a regulamentação da categoria. Acho que é importante que façamos isso amanhã na CCJ.

Concedo um aparte ao Senador Leomar Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Senador Expedito Júnior, quero me associar à defesa que V. Exª faz da categoria do mototaxista, que precisa ser regulamentada. A motocicleta tornou-se um instrumento muito forte, importante, imprescindível na vida do brasileiro. Não só na atividade urbana, mas também na atividade rural vê-se grassar o uso da moto como instrumento ágil de locomoção, fácil e mais barato para as pessoas. Se está aumentando o número de acidentes é porque também está aumentando, e muito, o número de pessoas que usam a moto como instrumento de transporte. É importante dizer que não é pelo fato só do risco, porque o risco é calculado. As pessoas que se utilizam da moto sabem do risco que correm ao utilizá-la. Nós precisamos é aprimorar nossa regulamentação sobre o uso das motos, sobretudo nas cidades. Eu tenho um exemplo muito grande. A capital de meu Estado, Palmas, registra...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, quanto ao tempo, tem alguma coisa errada aí, porque meu tempo correu rápido demais!

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Exª não percebeu... Mas vou lhe dar mais cinco minutos...

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Qual era o tempo?

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Qual é o tempo de que V. Exª necessita para concluir o seu pronunciamento?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Eu não necessito dos vinte minutos do Senador Valter, mas pelo menos dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Mas diga quantos minutos!

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Dez minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Então, V. Exª terá dez minutos.

E um minuto terá V. Exª, Senador Leomar, para concluir.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Ele foi mais rigoroso comigo.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – E mais generoso comigo.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – E mais generoso com V. Exª. Eu compreendo que V. Exª é orador que está utilizando a tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Não, mas V. Exª pode utilizar o tempo necessário.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Mas quero enfatizar esse posicionamento que tenho também em defesa dos mototaxistas e em defesa da motocicleta como instrumento muito forte de transporte e de trabalho. Então, quero estar presente amanhã na Comissão de Constituição e Justiça para ajudar V. Exª na defesa, que considero imprescindível e importante, da regulamentação da categoria.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Agradeço e incorporo o aparte de V. Exª em nosso pronunciamento.

Mas eu gostaria, Sr. Presidente, de registrar aqui, também, a presença do Deputado Estadual Maurão de Carvalho, Deputado pelo Estado de Rondônia, que tem feito um grande trabalho, principalmente com os evangélicos de nosso Estado. Registro também a presença do empresário Eugênio, da Cairu, grande empresário do Município de Pimenta Bueno, que está ladeado pelo Deputado Estadual Maurão de Carvalho.

Mas, Sr. Presidente, eu gostaria aqui de registrar que, no final de semana, nós estivemos no Estado de Rondônia, mais uma vez. Percorrendo o Estado de Rondônia junto com o Governador Ivo Cassol e com o Vice-Governador João Caúla eu me deparei com um problema, Sr. Presidente. Quase todos os finais de semana que eu percorro o interior do meu Estado, eu escuto as reivindicações no sentido – acredito que o Senador Mão Santa já não deve mais ter tantos problemas de luz – do Luz para Todos – era conhecido como Luz no Campo e hoje é Luz para Todos. Infelizmente, no meu Estado, o programa Luz para Todos não funciona. Eu tenho denunciado várias vezes, sistematicamente, da tribuna do Senado, tenho cobrado que o calendário, feito pela empresa de energia do Estado de Rondônia, pela Ceron, hoje comandada pelo Rio de Janeiro – seu Presidente fica no Rio de Janeiro – para que seja cumprido o calendário que foi estabelecido para que pudéssemos ter a energia sendo levada a todos os nossos pequenos produtores do interior do Estado de Rondônia.

Estivemos, esta semana, Sr. Presidente, no Município de Alta Floresta D'Oeste, com a presença do Prefeito Daniel Deina, onde houve uma grande festa, e percorremos os distritos do Município de Alta Floresta. Estivemos no distrito de Isidrolândia logo pela manhã. A reivindicação, Sr. Presidente, era no sentido de que o calendário da energia, da eletrificação rural, do Luz para Todos fosse cumprido.

A comunidade desses distritos, principalmente do distrito de Isidrolândia, fez a rede de energia. Eu falo de Isidrolândia, de Filadélfia, que também faz a

mesma reivindicação. Eles fizeram a energia, construíram a energia, doaram para o Governo Federal – porque hoje a energia lá é federalizada –, doaram esse energia para a União, para as Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron), no intuito e na expectativa de terem essa energia sendo ramificada, Sr. Presidente. Infelizmente, só têm a rede mestre, uma rede trifásica, que liga o Município de Alta Floresta principalmente ao distrito de Filadélfia.

Faço um apelo ao Senador Lobão, Ministro de Minas e Energia, do partido de V. Ex^a, Sr. Presidente, por quem tenho o maior respeito e a maior admiração, para que cobre, com maior energia, das empresas que ganharam a licitação e que não estão conseguindo dar continuidade a esse trabalho no meu Estado.

Estivemos no distrito de Nova Geasa. Quando eu era Deputado Federal, levei uma rede trifásica para o distrito de Nova Geasa. Até hoje, Sr. Presidente, eles estão na expectativa de ver essa energia chegando às linhas do distrito de Nova Geasa. Infelizmente, estão só na expectativa, estão só na esperança.

Do distrito de Flor da Serra, no Município de Alto Alegre, ao distrito de São Luís, o Governador Ivo Cassol deu a ordem de serviço para a construção de uma rede trifásica ligando de um distrito ao outro. Isso seria obrigação do Governo Federal, seria obrigação das Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron), mas, infelizmente, isso também não acontece.

O Baixo Madeira, da nossa capital de Porto Velho. Estive recentemente com o Governador Ivo Cassol, visitando o Baixo Madeira, e a reivindicação, Sr. Presidente, que fizeram, que faziam e que fazem até hoje é a questão da iluminação, é a questão da eletrificação rural, que não chega às suas casas.

Então, faço este apelo aqui para que o Ministro possa cobrar, com mais determinação, das empresas que ganharam o processo licitatório e que não estão conseguindo realizar o sonho de muita gente no meu Estado.

Eu vi aqui a Senadora Serys comemorar que as empresas que ganharam, no Estado de Mato Grosso, estavam concluindo a obra do Luz para Todos. E eu faço este apelo, porque nós não temos esse mesmo direito, esse mesmo privilégio de comemorar aqui, haja vista que o Governador Ivo Cassol, mesmo não sendo sua obrigação, ou não sendo seu dever, ou não sendo sua responsabilidade, porque é de responsabilidade hoje do Governo Federal, porque as Centrais Elétricas do Estado de Rondônia são federalizadas, o Governador vem, com a sua Secretaria de Agricultura, realizando o sonho de muita gente, entregando a energia para muitos pequenos produtores do Estado de Rondônia.

Sr. Presidente, eu gostaria de registrar ainda, aproveitando a presença do Deputado Maurão de Carvalho; ele esteve aqui na semana passada, junto com o Prefeito Elcio Monte – registrei aqui também –, do Município de Buritis, numa audiência com o Ministro Minc, onde foi discutida a questão da reserva de Bom Futuro. Na reserva de Bom Futuro nós temos em torno de cinco a seis mil famílias assentadas. Hoje há uma grande discussão no sentido de que é uma reserva federal e que, então, teria que ser feita a retirada desses pequenos produtores da reserva de Bom Futuro.

Sr. Presidente, o Ministro Minc, em uma audiência pública que fizemos, que realizamos aqui na Comissão do Meio Ambiente, presidida na época pelo Senador Leomar Quintanilha, disse que foi um absurdo os governos anteriores deixarem que aquela invasão tivesse acontecido, mas que seria um absurdo, e talvez uma injustiça grande, o Governo achar que seria fácil retirar em torno de cinco mil ou seis mil famílias dessa reserva. Até cumprimentei o Ministro. Vim aqui e parabeneizei o Ministro. Faço questão de fazer novamente isso até por conta dessa reunião. Ele manteve a sua palavra de manter os colonos na reserva de Bom Futuro, os pequenos produtores que tenham em torno de 100 ou 240. Parece-me que estão buscando ainda um acordo em uma comissão que foi criada pelo Ministério do Meio Ambiente para que o Governo possa, então, manter esses produtores nessa área.

Faço minhas as palavras do Ministro quando disse que lá já havia dez escolas, não sei quantas igrejas, não sei quantas estradas... Faço minhas as palavras do Ministro porque, na verdade, Sr. Presidente, não há mais como. Temos, verdadeiramente, que buscar um entendimento com esses colonos para que eles se tornem fiscais do Governo no sentido da proibição do desmatamento. Já ficou claro que o desmatamento na região Amazônica, que o desmatamento no Estado de Rondônia, que o desmatamento no Mato Grosso foram provocados pelos assentamentos feitos pelo Incra. O Incra é o grande responsável pelo desmatamento na região Amazônica.

Então, faço um agradecimento, da tribuna do Senado, mais uma vez ao Ministro Minc, por estar honrando os compromissos assumidos quando esteve aqui na audiência pública que realizamos com a presença de S. Ex^a e do Ministro da Agricultura Reinhold Stephanes.

Para finalizar, Sr. Presidente – quero cumprir aqui o tempo que V. Ex^a determinou para eu usar da palavra –, quero agradecer ao Presidente José Sarney mais uma vez. Todas as vezes em que eu subo à tribuna do Senado, faço questão de falar da transposição dos

servidores públicos do meu Estado. V. Exª viveu isso no seu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Como V. Exª citou o Presidente José Sarney, que é do meu Estado, e dada a importância do seu pronunciamento, vou conceder mais 20 minutos para V. Exª concluir o seu pronunciamento.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Obrigado, Sr. Presidente. Eu não vou precisar dos 20 minutos, mas quero novamente agradecer ao Presidente José Sarney. Estive com S. Exª hoje na reunião de Líderes para a decisão da pauta de votação nesta Casa e tornei a cobrá-lo quanto à questão da transposição dos servidores públicos do meu Estado.

S. Exª fez questão de falar com o Presidente Michel Temer para que pudéssemos fazer uma pauta positiva, tanto o Senado como a Câmara dos Deputados. Ou seja, em relação aos nossos projetos que estão paralisados na Câmara dos Deputados, faríamos uma concentração de esforços para que sejam votados. E S. Exª está tentado incluir, então... Já que o Supremo, por uma decisão do Ministro Celso de Mello, decidiu liminarmente que as medidas provisórias não trancarão mais a pauta na questão das emendas constitucionais, e sendo essa uma PEC, uma emenda à Constituição, o Presidente Sarney está tentando pavimentar um caminho, um acordo com o Presidente Michel Temer, para que possamos, então, de imediato, votar a transposição dos servidores públicos do meu Estado.

Eu dizia que V. Exª viveu o mesmo problema que hoje eu estou vivendo. E, dessa cadeira aí, o Presidente Sarney, quando eu cobrava a questão da transposição, para que nós pudéssemos buscar o entendimento para votar esse projeto – e esse projeto é da Senadora Fátima Cleide, do Partido dos Trabalhadores, do PT, já foi votado aqui no plenário e está há dois anos adormecido no gabinete ou nas gavetas do Presidente da Câmara dos Deputados; na época, o Deputado Arlindo Chinaglia. Agora, nós estamos com um novo Presidente, alinhado do Presidente Sarney, porque são do mesmo partido político. Eu espero, então, que isso seja possível acontecer. Dessa cadeira, o Presidente Sarney disse que nos ajudaria, porque certamente ele ia acabar de resolver o problema do Amapá, dos servidores municipais.

Lá em Roraima, o Senador Romero Jucá conseguiu a transposição para os servidores estaduais e para os servidores municipais; e, certamente, ele estaria também fazendo a mesma coisa com os servidores do Amapá. Agora, veja bem, vocês já estão buscando a transposição dos servidores municipais, e nós do Estado de Rondônia ainda estamos com o pires na mão, pedindo que seja feita a mesma coisa

que foi feita com o Estado do Amapá e que foi feita com o Estado de Roraima, que seja feita com o Estado de Rondônia, que é a transposição em torno de 15 a 16 mil servidores públicos do nosso Estado. Isso vai gerar uma economia, mais ou menos, de R\$30 a R\$33 milhões todos os meses aos cofres públicos do meu Estado. E, certamente, o Governador vai poder investir mais na segurança pública; o Governador vai poder investir mais na nossa educação, na saúde; vai poder melhorar os salários dos servidores que ficarão à disposição ainda, aqueles que serão de responsabilidade do Estado de Rondônia.

Então, é importante, é imprescindível, Sr. Presidente, que seja aprovado este projeto na Câmara dos Deputados, para que nós possamos resgatar uma injustiça com os servidores públicos do meu Estado.

Sr. Presidente, eu agradeço a benevolência de V. Exª, que nos permitiu falar, aqui, por quase vinte minutos, mas...

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Exª ainda tem mais dezessete minutos. Mas desiste, então, da conclusão?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Eu vou ceder o restante do meu tempo ao Senador Mão Santa, que está doido para falar aqui para o seu Piauí e, com certeza, também estará nos apoiando, amanhã, na CCJ, neste projeto dos mototaxistas que haveremos de regulamentar, amanhã, na CCJ.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Expedito Júnior, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilvam Borges.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria de justificar o meu voto nas matérias que foram, hoje, votadas na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Aproveito também, porque cheguei atrasado e, como V. Exª, também peço que a Ata faça constar, na sessão atual, os nossos votos “sim”.

Convido V. Exª para vir até à Mesa Senadora.

Chamo o Senador Mão Santa para que possa fazer o seu pronunciamento.

V. Exª dispõe de cinco minutos, Senador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Gilvam Borges, que preside esta sessão, Parlamentares aqui presentes, brasileiras e brasileiros aqui que nos assistem e que nos acompanham pelo sistema de

comunicação do Senado. Senador Expedito Júnior, o Brasil está aí. Nós advertimos muito Sua Excelência, o Presidente Luiz Inácio. Eu quero deixar claro que ele começou a descer, a cair nas pesquisas políticas.

Senadora Lúcia Vânia, que está presidindo, o Expedito Júnior não se lembra da Martha Rocha. Ele é muito jovem. Mas ela nos faz lembrar Martha Rocha a nossa encantadora Senadora.

Mas eu queria dizer o seguinte. Nesse negócio de queda em pesquisa política, eu tenho experiência, Expedito. Não tem freio, não. Começa a cair, cai, cai, cai... Isso vai acontecer com Sua Excelência, o Presidente da República. Não tem freio, não, em queda política. Tem freio em avião, tem freio em trem, tem freio em bicicleta, em moto, em mototáxi, eles freiam ali.

Carroça tem freio, jumento... Até homem tem freio – a mulher bota freio na gente, de vez em quando. Mas, em queda política, Zezinho, tem não. Em queda, quando começa a cair... Não é? Quem planta colhe. Está no livro de Deus. Ô Lúcia Vânia, nós advertimos aqui. Esta é a Casa dos Pais da Pátria. Nós somos, só tem essa razão de ser. Nós advertimos. No início, dizíamos nós que Bill Clinton – Bill Clinton, aquele amigo do Fernando Henrique Cardoso. O Bill Clinton foi quatro vezes governador de Arkansas. O nosso Presidente Luiz Inácio não foi nem governador... Bill Clinton, quando assumiu a Presidência, mandou chamar os maiores técnicos de administração, Ted Gable e David Osborne. Com você, V. Ex^a que é o próximo Governador da Rondônia, compre logo o livro **Reinventando o Governo**.

Resumindo, Ted Gable e David Osborne, fazendo um trabalho para Bill Clinton, dizem que o governo não pode ser grande demais, não. Se for grande demais, que nem o Titanic, ele afunda. Deu o exemplo. Tem de ser pequeno, ágil e estar próximo. E nós advertimos que este Governo estava inchando demais, de 16 Ministros para quase 40. Graças a Deus, não conheço uns 30, eu não conheço e nem o Brasil. E 60 mil entraram pela porta larga, sem concurso e tal. Agigantou-se.

E nós advertíamos também que isso não daria certo. Abraham Lincoln já pregava: não baseie sua prosperidade com dinheiro emprestado. O que houve aqui foi empréstimo, empréstimo consignado. Enganaram os velhinhos. Os velhinhos não podiam ler os contratos, Expedito Júnior, porque, sou médico, ou eles têm catarata ou vista cansada ou hipermetropia. Enganaram os velhinhos. Eles tiraram o empréstimo e aí estão todos eles com 40% dos ordenados capados.

Dizem, por aí, nas ruas – e eu ouço – que ele é o pai dos pobres. Deu aí o Bolsa Família. Realmente, o povo diz – a voz do povo é a de Deus – é o pai dos pobres. Mas quero dizer aqui, Lúcia Vânia, que tem mãe do PAC, mas tem mãe dos banqueiros. Luiz Inácio foi

e é a mãe dos banqueiros! É a mãe dos banqueiros. É muito claro. Ele é o culpado. Os nortes-americanos tem culpa lá, os bancos de lá emprestaram para imóveis, residências luxuosas e deu no que deu. Eles não puderam pagar. Nós não tínhamos isso, mas os empréstimos foram para os velhinhos. Os empréstimos... Quando eu vi aquela irresponsabilidade... Comprar um carro em dez anos?! Eu preguei aqui – nós estamos é para ensinar. Um carro em dez anos por R\$300? Eu dizia ao Paim que a escravidão da vida moderna é a dívida, não é mais negócio de negro, não. A Princesa Isabel resolveu aí esse problema. A escravidão de hoje é a dívida. Olha, uma pessoa sair com um carro para pagar em 10 anos, com R\$300, deu no que deu.

Aí, o País doente começa a mexer. Vamos salvar aí os industriais, que estão devolvendo e tal, mas banqueiros nenhum.

Expedito Júnior, qual foi o banco aqui que teve dificuldade aqui no Brasil? Hein, Lúcia Vânia? V. Ex^a que deve ter muitas contas... Não tem? E mais ainda. Eu sou do Piauí. A gente mata a cobra e mostra o pau e a cobra. Os bancos que faliram no exterior, as suas filiais aqui estão bem. Esse Luiz Inácio é a mãe dos banqueiros. A mãe. Nunca estiveram tão bem. Não têm problemas. Aí vai resolver com doente brabo, tira o IPI para favorecer os poderosos, tira justamente o IPI, e os pobres prefeitos que estão aí.

Ele não foi prefeitinho. Eu fui. Eu sabia que ia dar nisso. No Paraná, fizeram greve, 70%; no Tocantins e no Piauí, já vão fazer. Ele não foi prefeitinho, ele não sabia. O Fundo de Participação são duas somas, Luiz Inácio: Imposto de Renda mais IPI. Tirou o IPI, estão aí os prefeitos fazendo greve, atrasando o funcionalismo, atrasando as câmaras, e aí a queda.

Joseph Goebbels. Uma mentira repetida se torna verdade. E como mentiram. Lá no Piauí, o Governador é do PT. Como roubam e como mentem! Mas até não posso lamentar muito, porque eles ainda não mataram, não. Lá em São Paulo, eles andaram matando. É o que se sabe aí. Mas, no Piauí, como roubam! Como mentem!

Mas nasce a reação. Surgiu no jornal **Folha do Brasil**, lá do norte do Piauí, na Parnaíba. Quer dizer, surge. A verdade vem. É mais fácil tapar o sol com a peneira do que esconder a verdade. Ela vem. Olha lá no meu Piauí.

Deputado Estadual – está aqui – João Madison faz pronunciamento cobrando o reinício do porto de Luís Correia.

É só conversa. Eles disseram que iam terminar, mas já está terminando o Governo. Vou me pegar com o José Serra, Lúcia Vânia? Porque aí não estou vendo

nada. Já está terminando, e é só conversa. Eu vi lá, fui lá, comemorando.

João Madison Nogueira subiu à tribuna da Assembleia Legislativa e cobrou com altivez que o Governador inicie de imediato as obras do porto marítimo do Piauí, em Luís Correia, pois o Senador Mão Santa colocou nos dois últimos anos passados suas emendas de Bancada para a conclusão daquela obra estruturante.

E vai mais João Madison:

Não dá para entender porque o Governador não cumpriu a palavra que deu ao Senador Mão Santa há dois anos, quando o Senador alocou os recursos no Orçamento da União para que o Governo construísse o nosso porto.

Aí tem coisa. Só pode. Só falta a ação. E essa é a verdade. Essas emendas eu coloquei lá.

Mas a desgraça é a maior, que é simples. É a gasolina mais cara do Brasil, a mais cara do mundo. E o pior, Senadora Lúcia Vânia, é que veio aqui o Presidente da Petrobras. Mais um alopchado. Porque todo mundo sabe que o barril do petróleo esteve em US\$145 dólares; desceu para US\$45 dólares.

O Chávez, que eles vangloriam – porque eles não aprendem isso do Chávez? –, bem ali, o tanque de um carro é R\$5,00, o botijão de gás é R\$3,00. Por que eles não aprendem essa coisa boa do Chávez?

Mas lá, nessa região, a gasolina é a mais cara do mundo. E o homem disse, Lúcia Vânia, que não vai baixar não, porque a gasolina está mais barata do que água. Aí eu fiquei pensando. Sabe que eles têm razão? Porque esse povo do Partido dos Trabalhadores só está bebendo aquela água Perrier, aquela água francesa.

Foi o que ele respondeu no Senado. Luiz Inácio, está aí, Luiz Inácio, vamos baixar o petróleo, colocar como o nosso Chávez ali.

Bem aí na Argentina, Lúcia Vânia, a gente vai lá e um táxi, o valor da corrida de táxi... A gente pensa que está andando de mototaxi, de tão barato. Bem aí. Está aí, bem aí. E bem ali no Ceará tem uma cidade, Paracuru, bem menor do que o norte do Piauí. Tem um terminal de combustível. É a coisa mais simples: é um cano, aí pega lá o petroleiro, entra, e fica barato. Então, esse porto, no mínimo, deviam fazer isso. Já a gasolina baixa, possibilitaria a indústria de pesca, de barco de pesca; aumentaria o turismo, porque é o mais caro do mundo. Então, esse jornal **Folha do Brasil** coloca aqui: gasolina de qualidade mais barata, em Araióse, e os preços. Araióse é uma cidade do Maranhão. O Piauí está entre o Maranhão e o Ceará. Então, a gasolina para o Piauí vai ou do porto de Fortaleza para Teresina e volta para o litoral, ou do porto de São Luís e volta.

Aqui o jornal, pequeno, mas valente, **Folha do Brasil**, coloca aqui, dá os anúncios: Posto Bacanga, gasolina, R\$ 2,45 o litro. É 12% mais barata do que na cidade de Parnaíba.

Então, não sai o porto, não sai o terminal de petróleo, a gasolina, e o Piauí empobrece.

E mais, Lúcia Vânia. Jornal valente, olha o que ele coloca aqui: Governo do Piauí quer tomar casas populares dos mutuários pobres. Um milhão é bonito, milionário, um milhão é só *marketing*. Lá no Piauí onde o Governador é do PT e o Piauí é Brasil estão tomando as casas populares. Tinha a companhia de habitação, eles gostam de dinheiro, venderam para a Caixa Econômica a carteira de crédito que estão tomando. E o pior, Senadora Lúcia Vânia, é que muitas dessas casas – e Deus me permitiu construir 40 mil casas – a metade delas era em mutirão. O serviço social dava o cimento, a telha e a família trabalhava e agora os aloprados estão tomando as casas do mutirão. Em qualquer construção civil, Luiz Inácio que trabalhou na mecânica – 40% é mão de obra. Então, eles estão roubando as famílias, porque eles estão tomando porque está devendo em função das dificuldades e do desemprego. Mas e a mão de obra que eles construíram as casas? Muitas foram no meu governo e o contrato era assim. Então, vamos supor que se a casa era 20 mil, 40% era mão de obra. Então, 8 mil o Governo tinha que pagar pelo menos, mas estão comprando. Esses aloprados aí estão iludindo e estão numa campanha eleitoral de promessa, de esperança, mas o negócio está é feio aí.

Olha a pesquisa. Na minha experiência, Lúcia Vânia, não conheço freio em queda política. Começaram a cair. Quem planta colhe. Plantaram mentira, enganação. Vou dar um testemunho, uma contribuição.

A Senadora Lúcia Vânia tem 25 anos, é novinha, mas, eu tenho 66 anos. Em 1979, ela estava nascendo, a Senadora, eu estava representando este País como Deputado Estadual para tratar de planejamento familiar, Senadora Lúcia Vânia.

Eu, representando o Piauí, o Dr. Lucídio Portella era Governador e eu médico, mandou. Era México, Colômbia, Bogotá e Estados Unidos. Planejamento familiar. Todos os países se organizando. No México, a coisa mais bela, Luiz Inácio, da Constituição. Os mexicanos, as mulheres poderão se acasalar, ter um matrimônio e terem o número de filhos que desejarem ter. O Estado tem que garantir. Quando se casa lá, o casal de noivos vai num sistema social, no México, num centro social e diz: só quero dois filhos. Aí planeja: esse ano tem eleição, não dá. E o governo dá os meios transitórios e o definitivo quando ela quiser esterilizar, ou o homem faz a ligadura do deferente ou a mulher das trompas. Mas, o governo garante. Isso é no mundo todo.

Planejamento familiar, paternidade responsável! Maternidade responsável! O que está acontecendo no meu Brasil, no meu Piauí? O Governo está dando quatro salários mínimos. O menino, antes de dar aquele grito, a mãe já pergunta se está lá depositado. É dois mil e tantos reais... Olha, eu... Um quadro vale por 10 mil palavras. Noutro dia eu andava no interior, em uma daquelas ilhas do Delta, numa fazendona de um amigo, e vi uma senhora que eu conhecia. Era tanto menino, Lúcia Vânia, e ela barriguda. Eu disse: "Minha filha, eu vou lhe mandar para meu amigo Chico Pires, doutor, médico, ligar suas trompas, fazer a cesária". "De jeito nenhum, Senador! O senhor está vendo aquela televisão, foi esse menino aqui – aí, puxou um bem pequenininho. Este aqui, eu vou comprar uma moto para meu marido!" Olha aí... Então, planejamento familiar, paternidade, maternidade se pegando... Nascendo de 20, de 21 filhos, e é difícil educá-los. Daqui a 10 anos, 12 anos, como estarão esses meninos? Justamente, agora, Luiz Inácio, que foste obrigado a diminuir a verba para a educação no orçamento, nessas altas. Então, essa é a verdade. Essas são as nossas preocupações. Luiz Inácio, há tempo! Oh, Deus, dê coragem e ilumine ele.

V. Ex^a já foi, Lúcia Vânia, ao México? Ele foi, e eu vi a foto de nosso Presidente, com a encantadora esposa, Dona Marisa, nas pirâmides. Luiz Inácio, vá não!

Vá bem na praça. O Palácio do Governo é na praça. Eu gosto dessa confusão, eu adentrei, Lúcia Vânia, e lá tem uma frase que eu trago aqui, do General Obregón, que foi um presidente lá: "Prefiro o adversário que me diga a verdade do que o meu aliado puxa-saco, aloprado, que só me traz mentira". Então é isso. Eu sou esse adversário que ama o País, que ama aqui esta Casa, que é a instituição que garante as liberdades democráticas. Este País não está construindo um Fidel e um Chávez, a perpetuação de um presidente é só o Senado.

Por isso, essa artilharia aí toda que querem fechar esta Casa, como o Chávez fechou. O Chávez fechou o Senado. Porque aqui um brasileiro que lutou pela primeira ditadura e conseguiu derrubá-la, Eduardo Gomes, disse: "O preço da liberdade democrática é a eterna vigilância". Nós é que estamos fazendo. Esta é a riqueza e é o valor do Senado da República. E os que estão aqui, do Estado de Roraima, um Estado pequeno mas grandioso, aqui é que garante a igualdade. A Câmara é diretamente proporcional ao número de habitantes os representantes.

Então bastaria juntar São Paulo com Minas e o Rio para ficarem com todo dinheiro do País. Aqui, não. Aqui, é igualdade. Para o Piauí e Roraima são três para cada um, e aí dividimos e garantimos a igualdade da

Federação. Essa é a razão. Não pelo meu mandato defendendo o Senado como República. É necessário garantir a Federação e as liberdades democráticas.

Luiz Inácio, Cristo dizia de "De verdade em verdade vos digo...". Há tempo, há tempo. Vamos realinhar, agradecer a Deus, ao povo do Brasil – já ganhaste dois mandatos – e reconhecer que esta Casa é para isso. Pedro II, que governou 49 anos, pouco viajou. Só foi duas vezes à Europa, Lúcia Vânia. Pedro II, em 49 anos, vinha ao Senado. Deixava a coroa e o cetro e se sentava para ouvir os Senadores. Então, é isso. Queremos que repense, esqueça esse negócio de campanha. Ofereça. Isso está feito.

O Presidente da República não pode ser um cabo eleitoral. Presidente é Presidente de todos nós. Tem de ser o árbitro, permitir, facilitar. Assim foi a grandeza – vamos ver – da última República. O Presidente Sarney foi um estadista. Passou a faixa para o seu adversário, Fernando Henrique.

Fernando Henrique, estadista, passou para o Luiz Inácio.

O povo foi às ruas e gritou: "Liberdade, igualdade e fraternidade". Caíram os reis, que eram eternos. E uma das coisas é essa alternância de poder.

Então Luiz Inácio, é um aconselhamento: seja grandioso, seja um juiz, seja a esperança, não se rebaixe, não se apequene sendo um cabo eleitoral, deixe o sábio povo escolher o melhor candidato.

Esse é um aconselhamento, Luiz Inácio, do "pai da Pátria". Os Senadores são conhecidos como "pais da Pátria". Só tem essa razão. E nós estamos aqui cumprindo essa missão. E esta Casa é para aconselhar, é para frear os outros dois Poderes, como eles também nos freiam.

Então, neste momento de dificuldades, não vamos culpar os outros, vamos nos unir, Luiz Inácio, e reconstruirmos juntos.

Vossa Excelência é o Presidente de todos nós. Vossa Excelência está deixando de ser Presidente para ser um cabo eleitoral. Não é por aí.

Essas são as nossas palavras e a contribuição e os meus aplausos ao povo bravo da minha cidade que faz um jornal que leva a verdade. E não é pelas cores, pelo colorido do jornal, ele vale pela verdade que diz. Esse jornal está trazendo a verdade ao Brasil.

Era o que eu tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Gilvam Borges, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Lúcia Vânia.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)
– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 340, DE 2009

Requer VOTO DE PESAR Pelo
falecimento da Srª. HELENA
MUTRAN.

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado nos anais do Senado Voto de Pesar pelo falecimento da Srª HELENA MUTRAN. Requeiro ainda:

- a) Inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento;
- b) Apresentação de condolências à família.

JUSTIFICATIVA

Helena Mutran morreu de problemas cardíacos. Era mãe de três filhos, Délio, Celso e Evandro Mutran. Tinha dez netos e três bisnetos.

O marido Jorge Mutran morreu em 1975 num desastre de carro na Transamazônica. Desde então, Helena Mutran foi o esteio da família. Era matriarca onipresente, sempre incentivando os filhos a estudar, trabalhar e vencer. Mulher empreendedora que nunca deixou crise alguma abalar os negócios da família.

Sala das Sessões em 31 de março de 2009.

Senador FLEXA RIBEIRO

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 341, DE 2009

REQUEREM a realização de Sessão Especial do SENADO FEDERAL, no dia 17 de junho de 2009, comemorativa do Centenário da Morte do Escritor EUCLIDES DA CUNHA.

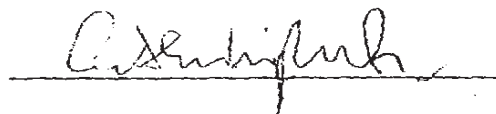
REQUEREMOS, de acordo com o art. 199, do Regimento Interno, a realização, no dia 17 de junho de 2009, de **SESSÃO ESPECIAL** do Senado comemorativa do *Centenário da Morte do Escritor EUCLIDES DA CUNHA*.

JUSTIFICATIVA

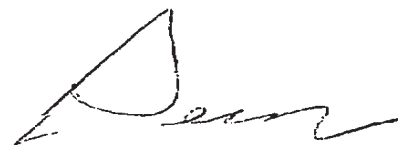
O Brasil tributa este ano merecida homenagem ao escritor Euclides da Cunha, autor de “Os Sertões”, pelo transcurso do Centenário de sua morte. A Academia Brasileira de Letras, da qual Euclides foi membro, organizou programa especial comemorativo da efeméride, ao qual, com este requerimento, o Senado Federal igualmente evoca o nome do grande brasileiro, com a realização de Sessão Especial, que é tributo do País ao talento do autor de uma das mais festejadas obras literárias nacionais, “Os Sertões”.

Sala das Sessões, 31 de março de 2009.

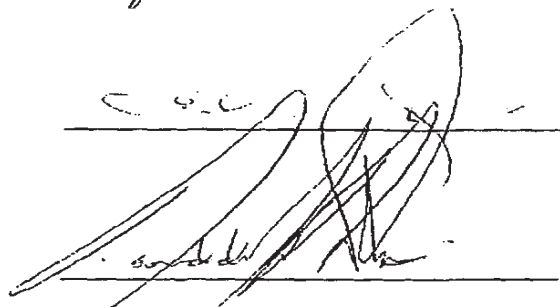
Senador ARTHUR VIRGÍLIO



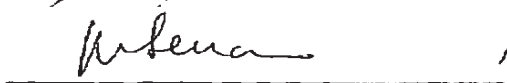
MARCONI PEREIRA



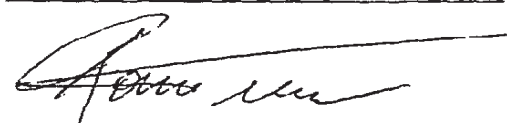
EDUARDO AZEREDO



FLÁVIA RIBEIRO



MARISE SENA



RAMÉU TUMA

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO
Nº 342, DE 2009**

Requer Voto de aplauso à Deputada Federal Rebecca Garcia, à Deputada Estadual (Am) Conceição Sampaio e ao Vereador Marcelo Ramos (Manaus), pela iniciativa de promover o I Fórum das Águas de Manaus.

Requeiro, nos termos do art. 222, Do regimento interno, e ouvido o plenário, que seja consignado, nos anais do senado, voto de aplauso à deputada federal rebecca garcia, à deputada estadual (am) conceição sampaio e ao vereador marcelo ramos (manaus), pela iniciativa de promover o i fórum das águas de manaus.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento dos homenageados.

Justificação

Mais do que oportuno, o I Fórum das Águas de Manaus prima pela circunstância de os assuntos do maior interesse da Amazônia serem debatidos em reuniões temáticas, com preleções de técnicos e órgãos públicos ligados ao tema sem dúvida mais relevante do momento, no Brasil e no mundo. A iniciativa é da Deputada Federal Rebecca Garcia, da bancada do Amazonas, da Deputada Estadual do Amazonas Conceição Sampaio e ao Vereador (Manaus) Marcelo Ramos.

O importante seminário, demonstra o empenho dos representantes do meu Estado em relação a questões do meio ambiente, pelo que proponho aos seus organizadores, citados, este Voto de Aplauso.

Sala das Sessões, 31 de março de 2009. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 342-A, DE 2009

Requer Voto de Aplauso ao Povo deo Rio Preto da Eva, pelo transcurso do aniversário do Município e pela realização do Festival da Canção.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Povo de Rio Preto da Eva/AM, Pelo transcurso de seu aniversário e pela realização, simultaneamente, do Festival da Canção.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Prefeito de Rio Preto da Eva, Flulvio da Silva Pinto, ao Vice-Prefeito Manoel Paixão da Graça e, por intermédio do Prefeito, ao Presidente e membros da Câmara, bem como à população da cidade.

Justificação

Rio Preto da Eva, um dos mais progressistas municípios do Amazonas, comemora mais um aniversário e realiza, entre outros eventos, o Festival da Canção, reunindo o que há de melhor na música folclórica do meu Estado. Como homenagem do Senado ao povo de Rio Preto da Eva, estou requerendo este Voto de Aplauso.

Sala das Sessões, 31 de março de 2009. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**REQUERIMENTO
Nº 342-B, DE 2009**

Requer Voto de Aplauso ao Povo de URUCARÁ/AM, pela realização, em 2 de abril de 2009, da tradicional Festa do Tucumã.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Povo de Urucará/AM, pela realização, em 2 de abril de 2009, da tradicional Festa do Tucumã.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Prefeito e ao Vice-Prefeito de Urucará, Fernando Falabella e Marcos Antonio Magalhães de Carvalho, respectivamente.

Justificação

A “Festa do Tucumã”, tradicional em Urucará, destina-se a exaltar a importância da Palmeira que dá nome ao evento. A palmeira, que chega a ter 20 metros de altura, é nativa na minha região. De seus frutos se extrai polpa usada no município nos sanduíches apelidados de Xca-boclinho (inspirado em cheeseburger). Dela extraem-se também palmito, óleo, madeira e fibra. A madeira é utilizada para fabricação de brincos e outros adornos. Da fibra são produzidas cordas que resistem à ação da água salgada do mar. E o óleo é muito usado na cozinha.

Sala das Sessões, 31 de março de 2009. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)
– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
Nº 343, DE 2009**

Solicita informações à Sra. Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre o repasse de recursos para entidades sem fins lucrativos com atuação em Manaus, no exercício de 2008.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações à Sra. Ministra-

Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre o repasse de recursos para entidades sem fins lucrativos com atuação em Manaus, no exercício de 2008:

1º Qual foi o valor repassado pelo governo federal, no exercício de 2008, para entidades sem fins lucrativos – como ONGs, OSCIPs e Fundações – com atuação em Manaus?

2º Quais foram as entidades beneficiadas e quanto foi repassado a cada uma delas?

3º Quais foram os órgãos federais que repassaram os recursos para as entidades acima mencionadas?

4º Como é feita a fiscalização destas entidades no que diz respeito à aplicação desses recursos?

5º As entidades acima relacionadas apresentaram suas prestações de contas aos órgãos que concederam os recursos?

6º Alguma irregularidade foi constatada na prestação de contas dessas entidades?

7º Alguma providência está sendo tomada para evitar novas irregularidades?

8º Alguma sanção foi aplicada nas entidades em que foram constatadas irregularidades?

Justificação

O jornal **Diário do Amazonas** publicou, em sua edição de 23 de março do corrente, matéria intitulada “*Governo federal repassou mais de R\$ 45 milhões a ONGs de Manaus*”, mostrando que uma única entidade recebeu, nos últimos repasses de 2008, 67,8% do volume de recursos federais liberados.

Ocorre que essa entidade foi citada várias vezes pelo Tribunal de Contas da União por irregularidades na condução de convênios federais e já coleciona, inclusive, inúmeras condenações por irregularidades cometidas como, por exemplo, dispensa de licitação e contratos em andamento sem a devida aprovação pelas instâncias competentes.

Assim, o requerimento que ora apresento tem por objetivo tornar transparente a utilização de verbas públicas federais por entidades sem fins lucrativos.

Sala das Sessões, 31 de março de 2009. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(*À Mesa para decisão.*)

REQUERIMENTO Nº 344, DE 2009

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Minas e Energia sobre a ocorrência de petróleo no Município de Santo Antonio do Iça (AM), no Alto Solimões.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do

Regimento Interno, requiero que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Sr. Ministro de Estado das Minas e Energia informações sobre a existência de algum estudo ou expectativa quanto a indicação de ocorrência de petróleo no Município de Santo Antonio do Iça (AM), no Alto Solimões.

Justificação

Informações que circulam no estado do Amazonas dão conta de que haveria indícios de que o município de Santo Antonio do Iça, no Alto Solimões, poderia contar com reservas de petróleo em seu subsolo.

Assim, o presente requerimento busca informações sobre a existência de pesquisas ou estudos realizados pela Petrobras que confirmem a presença de petróleo no subsolo daquele município.

Sala das Sessões, 31 março de 2009. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(*À Mesa para decisão*)

REQUERIMENTO Nº 345, DE 2009

REQUEIRO, nos termos dos arts. 50, parágrafo 2º, da Constituição da República, e 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministério da Integração Nacional (MIN) informações sobre as providências tomadas pela Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sindec), acerca das enchentes enfrentadas pelos municípios amazonenses abaixo relacionados, com detalhamento de ações e dos recursos financeiros a elas alocados:

- Atalaia do Norte;
- Barreirinha;
- Benjamin Constant;
- Guajará;
- Tabatinga; e
- Eirunepé.

Justificação

Em Tabatinga, que, a exemplo dos quatro primeiros municípios acima, teve estado de emergência decretado, as fortes chuvas desta temporada, deverão elevar as águas do Solimões a um nível superior ao das cheias de 1953, as piores do século passado. Em consequência, a produção agrícola começa a se perder, e as condições de moradia ficam insuportáveis, em 30 das 52 comunidades rurais do município, localizado a 1.105 quilômetros de Manaus. As epidemias que vem com a enchente e ocorrem com a vazante se alastram. O prefeito Samuel Bemerguy decretou estado de emergência. A situação é particularmente grave em comunidades indígenas como Terezinha 3 e 4 (etnias cocama e ticuna), onde o medo da perda total na agricultura de subsistência levou à colheita antecipada da mandioca, o que a torna imprópria para a produção de farinha; as crianças estão sem aulas dado o alagamento da escola local; e os moradores se

Senador Flávio Arns

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 347, DE 2009

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do inciso I do Artigo 397 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50 da Constituição Federal, que seja convocado o Sr. Ministro da Justiça, **Tarso Genro** para prestar esclarecimentos, no Plenário do Senado Federal, sobre a atuação da Polícia Federal na Operação Castelo de Areia.

Justificação

Os meios de comunicação têm divulgado amplamente a atuação da Polícia Federal na Operação “Castelo de Areia” em que a empreiteira Camargo Corrêa é acusada de irregularidades na doação de campanha para partidos políticos.

O relatório da PF cita diversos partidos, principalmente os que fazem oposição ao governo Lula, mas omitiu as doações da construtora Camargo Corrêa a outros três partidos políticos: PT, PTB e PV, segundo extensa reportagem do Jornal Nacional, da TV Globo.

Não obstante esse estranho fato, são correntes os indícios de que as ilegalidades que caracterizam a atuação da empreiteira Camargo Corrêa estão amplamente ligados às obras do Governo Federal e não em relação aos Partidos Políticos que fazem oposição. Há provas de superfaturamento, no valor de R\$ 72 milhões, na refinaria Abreu e Lima, que está em construção em Suape. O dinheiro da construção da refinaria é da Petrobras e a execução, de um consórcio de empresas, entre elas a Camargo Corrêa. Uma investigação do Tribunal de Contas da União (TCU)

sobre superfaturamento na obra cita suposto prejuízo ao erário público no valor destes 72 milhões de reais entre março e abril do ano passado, que representa apenas dez por cento do total da obra.

A atuação da Polícia Federal também é objeto de várias críticas. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal avaliaram que a Operação Castelo de Areia mostrou que os excessos nesse tipo de investigação da Polícia Federal continuam a ocorrer. De acordo com eles, é inadmissível que se mantenha a tática de prender suspeitos apenas para ouvi-los. Para os ministros, usou-se a mesma metodologia de outras investigações de repercussão, como a Operação “Satiagraha”, na qual foi preso o banqueiro Daniel Dantas.

Os Ministros também criticaram a tática de invasão de escritórios de advogados para a busca de provas, como mostrou o Estado. Segundo eles, é garantido o direito à inviolabilidade do trabalho do advogado, que não deve sofrer operações de busca e apreensão, a menos que seja investigado por suspeitas de envolvimento com delitos.

O STF já decidiu que operações em escritórios de advocacia têm de ser comunicadas à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e acompanhadas por um representante da entidade.

O Tribunal Regional Federal também teve a mesma avaliação sobre a Operação Castelo de Areia: “A decisão não demonstra nenhuma fundamentação da imprescindibilidade da medida, baseando-se em afirmações genéricas e extremamente vagas”, afirmou a autora da ordem de soltura, a desembargadora federal Cecília Mello.

Sala das Sessões, 31 de março de 2009. – Senador **Arthur Virgílio**.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER

Nº 102, DE 2009

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2006 (nº 7.226/2006, naquela Casa), do Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para prever a indisponibilidade de bens do indiciado ou acusado e a necessidade de comparecimento pessoal em juízo para a apresentação de pedido de restituição ou disponibilidade.

Relator: Senador DEMÓSTENES TORRES

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão para exame, nos termos do art. 101, II, *d*, do Regimento Interno, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 138, de 2006, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que prevê a indisponibilidade de bens do investigado ou acusado no curso da persecução penal.

O Projeto foi aprovado por esta Comissão no dia 17 de maio de 2006, momento em que várias propostas sobre o tema de segurança pública foram aprovadas, em resposta à crise no setor enfrentada pelo País. O Projeto foi à Câmara dos Deputados, onde recebeu Substitutivo, o qual agora retorna para esta Casa, para a conclusão de sua tramitação no Congresso Nacional.

O Substitutivo propõe as seguintes alterações ao Código de Processo Penal (CPP): a) na hipótese do seqüestro dos bens imóveis do indiciado ou acusado, adiciona a circunstância de os bens estarem misturados ao patrimônio legalmente constituído; b) aumenta o prazo de 60 para 120 dias para que a ação penal seja ajuizada e o seqüestro não seja levantado; c) define o limite do seqüestro como sendo a soma dos valores do produto, dos rendimentos auferidos e dos prejuízos causados com a prática do crime; d) prevê a indisponibilidade de bens nas mesmas hipóteses do seqüestro, arresto e da hipoteca legal; e e) prevê a necessidade de comparecimento pessoal do réu para que qualquer pedido de restituição seja conhecido.

Até o momento não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

II – ANÁLISE

A matéria está adstrita ao campo da competência privativa da União para legislar sobre direito processual penal, conforme dispõe o art. 22, I, da Constituição Federal.

Não identifico vícios de injuridicidade ou de inconstitucionalidade no projeto.

De uma forma geral, o Substitutivo da Câmara dos Deputados incorpora as principais alterações na legislação em vigor propostas pelo Senado Federal, preferindo, contudo, situá-las topograficamente no Capítulo relativo às medidas assecuratórias, e não no Capítulo inicial do CPP.

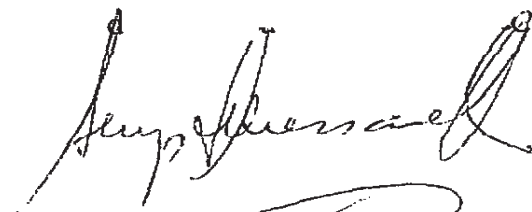
Trazer o instituto da indisponibilidade de bens para o processo penal é uma proposta de mais alta relevância. Iniciativa meritória do Senador Antonio Carlos Magalhães. Já tive a oportunidade de relatar a matéria nesta Comissão. Importante frisar que a indisponibilidade de bens pode incidir sobre bens de procedência lícita ou ilícita, e tem como principal função a reparação do dano causado pela conduta criminosa.

Julgo tratar-se de contribuição fundamental para a segurança pública do nosso País.

III – VOTO

Diante do exposto, voto pela **aprovação** do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 138, de 2006.

Sala da Comissão, 25 de março de 2009.



Presidente EM EXERCÍCIO



, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIAPROPOSIÇÃO: SCD Nº 138 DE 2006

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 25/03/2009, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO: SENADORA SERYS SLHESSARENKO	
RELATOR: SENADOR DEMÓSTENES TORRES	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PPB)	
MARINA SILVA	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPPLY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
EXPEDITO JÚNIOR	6. SERYS SLHESSARENKO
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEUPO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPIANO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUERRA	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. PATRÍCIA SABOYA

Atualizada em: 19/03/2009

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Arthur Virgílio e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “O custo da farra”, publicada pela revista **Veja**, em sua edição de 28 de janeiro de 2008.

A matéria, uma entrevista com Raul Veloso, um dos maiores especialistas em finanças públicas do País, analisa os gastos do Governo Lula e afirma que o governo do PT promoveu um inchaço estatal na fase de bonança e agora terá menos poder de manobra para reagir à crise.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a matéria acima citada passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O custo da farra

Especialista em finanças públicas afirma que o governo promoveu um inchaço estatal na fase de bonança e agora terá menos poder de manobra para reagir à crise

Governos ao redor do planeta aumentam os gastos públicos para combater a pior crise financeira em oitenta anos. O Brasil deveria fazer o mesmo? Não, diz um dos maiores especialistas em finanças públicas do país, o economista Raul Veloso, de 63 anos, ex-secretário adjunto de Planejamento e Ph.D. pela Universidade Yale, nos Estados Unidos. Para Veloso, o custo da máquina pública no Brasil já passou da medida há muito tempo. Agora, segundo ele, a crise reduzirá a arrecadação de impostos, e o setor público terá de frear suas despesas na marra: “Durante muito tempo, os cidadãos engoliram pagar novos tributos para financiar os gastos. Isso acabou. Ao contrário da China, por exemplo, o Brasil vai ter de enfrentar ao mesmo tempo o déficit nas contas externas e a ameaça da inflação. Por isso não poderá aumentar os gastos para combater a desaceleração na economia”.

O governo brasileiro vai elevar para 103 o total de adidos no exterior, com salário de até 37 000 reais. Também planeja admitir até 50 000 novos servidores. O que o senhor acha dessas contratações? Elas deveriam ser imediatamente suspensas, assim como deveriam ser renegociados todos os reajustes de servidores aprovados no fim do ano passado. Historicamente, em início de mandato, há restrição de contratações e de aumento salarial do funcionalismo. Com o passar do tempo, os governantes cedem às pressões políticas e aos lobbies dos sindicatos dos servidores. Os presidentes perdem a força, ficam menos austeros. Abrem as comportas. Essa é a regra. Mas agora as comportas se abriram demais. O governo perde a cada dia sua disposição de reduzir os custos da máquina pública.

Mas no mundo inteiro os governos decidiram aumentar os gastos públicos para combater a recessão econômica. Por que no Brasil o remédio deve ser o oposto? Porque, ao contrário de outros países, o Brasil precisa lidar com o déficit nas contas externas e com a inflação. Se os gastos públicos crescerem ainda mais neste momento de escassez de dólares, haverá um aprofundamento do saldo negativo nas transações do país com o exterior. Isso enfraqueceria o real, e a alta do dólar seria repassada para os preços, pressionando a inflação. Haveria também o risco de um aumento na taxa de juros, desestimulando os investimentos privados e o consumo.

Por que países como a China não enfrentam esse dilema? Lá a inflação deixou de preocupar, e os chineses não possuem déficit nas contas externas — há ainda sobra de dólares na economia deles. Aqui, o peso do governo terá de encolher, e não aumentar, para que o ajuste no setor privado seja menos severo — e para que não haja uma retração mais aguda dos investimentos. É isso que muitos parecem não ter compreendido. Aqui não sobra dinheiro público para investimentos. A máquina absorve praticamente tudo.

O governo argumenta que há falta de mão-de-obra em alguns departamentos, daí a necessidade das contratações. O senhor concorda? Reconheço a necessidade de trazer gente nova à administração pública. Mas por que não remanejar os funcionários antigos, muitas vezes ociosos? Por que um engenheiro ou um técnico de informática precisam ser exclusivos de determinada repartição ou setor? *Deu-se prioridade* aos aumentos generalizados, e não à eficiência. Todos os sindicatos dos servidores se aproveitaram para reivindicar aumento de salário no ano passado, com a recomposição dos planos de carreira de praticamente todo o funcionalismo. Veio uma farra de reajustes que vão custar mais de 20 bilhões de reais aos cofres públicos em 2009. Com a crise, é preciso enxugar a máquina pública, e não aumentá-la.

“No início, os governantes restringem contratações. Com o tempo, cedem aos lobbies dos sindicatos. Perdem a força e abrem as comportas. Essa é a regra. Mas agora as comportas se abriram demais”

Se esse ajuste não for feito, quais serão as consequências? O Banco Central terá de aumentar os juros. Ou deixar a inflação correr solta. O resultado de mais inflação seriam juros ainda mais altos no futuro, e menos crescimento, por causa da queda nos investimentos privados. Portanto, o setor público terá de ajustar seus gastos inexoravelmente, por bem ou por mal. É melhor que o faça por bem. Chegou a hora de mudar a atitude em relação à gestão das contas públicas. A arrecadação, durante os anos de bonança, cresceu sempre mais do que o PIB (*produto interno bruto, soma de todas as mercadorias e serviços produzidos por um país em um ano*). O ápice desse processo foi em outubro do ano passado. Mas isso já faz parte da pré-história. Agora a arrecadação deixará de crescer.

O que precisa ser feito para controlar o inchaço dos gastos com o funcionalismo? Além da suspensão dos concursos e da renegociação do aumento de salários já programado para este ano, é emergencial que se aprove o projeto de lei que impõe um teto ao reajuste dos servidores. O mais curioso é que esse projeto foi proposto pelo próprio governo, no início de 2007, no lançamento do PAC (*Programa de Aceleração do Crescimento*). Seu texto prevê um limite para o reajuste do funcionalismo, que seria dado pelo repasse da inflação medida pelo INPC mais 1,5%. Se essa lei já estivesse valendo, teria sido possível economizar 11 bilhões de reais em 2007. Esse projeto se perdeu, virou uma alma penada no Congresso. Ninguém sabe onde ele está. Justamente enquanto se postergava a votação dessa medida, todos os sindicatos dos servidores se aproveitaram para reivindicar o aumento de salários.

Como se dará o contágio da crise externa nas finanças públicas do país? Chegou ao fim, depois de seis anos, a bonança internacional, que havia incentivado o crescimento econômico brasileiro e o consequente aumento na arrecadação de tributos. O mundo mudou completamente de três meses para cá. O que valeu no Brasil até outubro virou pré-história. Antes, o governo conseguia ampliar seus gastos e ainda assim manter o superávit fiscal primário, porque a arrecadação tributária crescia ainda mais. Essa fatura, decorrente da bolha financeira, acabou. Agora vai surgir um novo mundo, o qual não sabemos ainda direito como será. Ocorrerá a reversão de muitos dos ventos favoráveis que empurravam o país e ajudavam o governo.

Que ventos deixaram de soprar a favor do país? O crédito externo secou. As empresas passaram a ter dificuldades para refinar suas dívidas em moeda estrangeira. Um exemplo foi a Petrobras, que precisou recorrer a credores locais, até mesmo à Caixa, porque não encontrou quem lhe emprestasse lá fora. Estima-se que haja 72 bilhões de dólares em débitos das companhias brasileiras que vencerão em 2009. De onde sairão esses dólares? Haverá uma disputa por recursos. O ingresso de capital dos investimentos estrangeiros também diminuirá. As multinacionais, com dificuldades em sua matriz, vão reduzir os projetos. As compras de empresas nacionais por grupos estrangeiros cessaram. Houve ainda fuga de investidores internacionais no mercado financeiro. O Brasil voltou a enfrentar um problema antigo, que imaginava extinto: a falta de dólares.

Como o governo deveria reagir a esse problema? Se eu fosse o presidente Lula, eu me mudaria para Washington para tentar atrair dólares do Tesouro americano ou de instituições multilaterais — o Banco Mundial e, quem sabe, até o Fundo Monetário Internacional — a fim de garantir que o ajuste do déficit externo não seja tão drástico. O drama é exatamente este: o sistema financeiro privado dos países ricos não vai poder ser fonte de financiamento exatamente porque é nele que a crise está enraizada. O governo americano, portanto, tornou-se praticamente a única fonte disponível de dólares.

Como, se o coração da crise está exatamente nos Estados Unidos? Não podemos nos esquecer de que, por serem os emissores do dólar, a moeda de curso internacional, o dinheiro mais aceito no mundo, os Estados Unidos recebem uma enxurrada de recursos de todo o planeta. Verifica-se agora uma versão ainda mais acentuada da chamada *flight to safety* (fuga para a segurança), comportamento esperado em qualquer turbulência. Posso fazer um paralelo com a crise do petróleo na década de 70. Naquela ocasião, o dinheiro estava com os países árabes. Eles depositavam os dólares adicionais que recebiam nos bancos americanos, e estes faziam a reciclagem para países como o Brasil, importadores de petróleo. Agora, os dólares estão sobrando não nos bancos, mas no governo americano. Só ele poderá fazer essa reciclagem.

“A carga tributária chegou ao limite. Não há como criar mais impostos sem que a sociedade reaja e se oponha. Durante muito tempo, os cidadãos engoliram pagar novos tributos. Isso acabou”

Uma vez passada a fase mais crítica, os ventos não podem voltar a inflar as velas do Brasil? Não na mesma intensidade. Esqueça. O setor bancário mundial está encolhendo. É o que se chama de desalavancagem. Os bancos internacionais emprestavam, em média, doze vezes o total de seus depósitos. A alavancagem era de doze, portanto. Estima-se que vá recuar para oito. A conclusão é que vai diminuir o fluxo de dólares na economia global. As grandes empresas brasileiras, que estão profundamente inseridas no mercado mundial, sentirão esse efeito. Para completar, houve redução no preço das matérias-primas (*commodities*) exportadas pelo Brasil, o que enxugou ainda mais a oferta interna de dólares. Por isso, não resta dúvida de que esse novo mundo será pior do que o anterior, o que exigirá um ajuste nas contas do governo.

O que pode ser feito a curto prazo, que independa de reformas profundas e difíceis, para travar o avanço na ganância pública? Os esforços precisam se concentrar nos itens de maior peso no orçamento do governo. As despesas de previdência, assistência social e funcionalismo representam 70% dos gastos do governo. É necessário conter o avanço desses gastos. Essa conta cresceu bastante por causa da política de

conceder aumentos ao salário mínimo bem acima da inflação. Isso não pode acontecer. Os pagamentos ligados ao salário mínimo representam quase um quarto de todas as despesas do governo. É justo manter o poder de compra do salário mínimo, mas, na atual circunstância, não faz nenhum sentido conceder reajustes acima da inflação. O impacto nas contas públicas é devastador. Cada real de aumento no salário mínimo significa uma despesa extra superior a 200 milhões de reais ao ano.

O governo não poderia acomodar o aumento dos gastos e a queda na arrecadação valendo-se da criação de mais impostos? É improvável que consiga. Na última década, o total dos impostos pagos pelos brasileiros subiu de menos de 30% para quase 40% do PIB. É esse o tamanho da bicada do governo. Essa carga chegou ao limite. Não há como criar mais tributos ou alíquotas sem que a sociedade reaja e se oponha. Durante muito tempo, os cidadãos engoliram pagar novos tributos. Isso acabou. A derrota do governo em sua tentativa de prorrogar a CPMF (*contribuição provisória sobre movimentação financeira*) comprovou a aversão da sociedade. Ninguém aceita mais. Isso não impede, obviamente, que a Receita Federal busque aumentar a arrecadação apertando a fiscalização.

Há uma década, os estados são obrigados a gastar menos do que arrecadam, por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal. Que avaliação o senhor faz dessa lei? A Lei de Responsabilidade Fiscal, junto com a renegociação das dívidas dos estados, mostrou-se fundamental para equilibrar as contas do setor público. Os governos estaduais, até 1998, possuíam déficits em suas finanças. Aquela situação trazia uma incerteza muito grande sobre se a dívida pública sairia do controle e deixaria de ser paga. Essa fragilidade tornava o país vulnerável em meio a crises financeiras, porque, ao menor sinal de perigo, havia fuga de dólares. A questão é que os gastos do governo federal permanecem descontrolados. Ao contrário dos estados, a União pode aumentar suas despesas de custeio à larga, como tem feito, sem que haja nenhum impedimento. Chegou o momento de acabar com essa farra. ■

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, chegou-me recentemente às mãos o Relatório de Sustentabilidade 2007 da Companhia Vale do Rio Doce, documento que relata o desempenho da empresa em termos de sua contribuição para o desenvolvimento sustentável – nas dimensões econômica, ambiental e social –, cobrindo o período de 2005 a 2007, o qual foi marcado por intensa transformação interna da empresa.

As grandes mudanças pelas quais a empresa passou durante o mencionado período – com acelerada expansão de produção, um amplo portfólio de projetos em implantação e um processo em andamento de integração de empresas adquiridas – representaram, por certo, um desafio com relação à abrangência e padronização das informações de sustentabilidade.

Enfrentado e superado esse desafio, a divulgação das informações constantes do Relatório demonstra o compromisso da Vale com a transparência de suas atividades e com o aprimoramento da gestão interna de sustentabilidade, na qual a empresa manifesta a intenção de continuar investindo firmemente nos próximos anos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o relatório produzido pela Vale revela o quanto os três anos nele analisados foram excepcionais para a empresa, com a superação de todas as marcas de produção, de investimentos e de valor para os acionistas. No período em tela, a Vale transformou-se na segunda maior mineradora diversificada do mundo, com presença em 34 países, nos cinco continentes.

No ano de 2007, em particular, verificaram-se resultados muito expressivos, com retorno aos acionistas de 123% e lucro de US\$2.42 por ação. O valor de mercado da empresa, em 31 de dezembro de 2007, aproximava-se dos US\$152 bilhões. São resultados que demonstram o acerto da estratégia traçada e a capacidade de gestão da empresa.

Um dos principais fatores que atestam o grau de amadurecimento da Vale é o seu compromisso com a transparência, não apenas de seus resultados financeiros, mas também de seu desempenho socioambiental, conforme retratado no Relatório de Sustentabilidade de 2007, o qual foi elaborado de acordo com as diretrizes da **Global Reporting Initiative** (GRI), padrão adotado internacionalmente.

Com efeito, o Relatório é bem-sucedido em seu objetivo de apresentar a busca da empresa pelo desenvolvimento sustentável, os desafios enfrentados e o posicionamento diante da responsabilidade socioambiental, bem como os resultados de desempenho. As informações nele contidas demonstram os destaques e as melhores práticas de atuação da Vale, além de

retratar as oportunidades de melhoria, o que, logicamente, induz um processo contínuo de aprimoramento da gestão.

O compromisso com a ética e a transparência, explicitamente declarado entre os valores da Vale, pauta cotidianamente as ações da empresa. E isso atrai aqueles investidores que orientam suas decisões de acordo com os Princípios para o Investimento Responsável (PRI). Esses Princípios, como se sabe, aliam a busca dos mais elevados padrões de retorno ao acionista com o desempenho em sustentabilidade.

As práticas corporativas da Vale evidenciam que a empresa está plenamente consciente de que o desenvolvimento sustentável é um desafio para toda a sociedade, da qual ela faz parte. Percebe-se nitidamente que a empresa está atenta à evolução de temas críticos, como os de direitos humanos, desenvolvimento socioeconômico, conservação ambiental e mudanças climáticas, entre outros. Coerentemente com sua visão de sustentabilidade, a Vale engaja-se com os setores público e privado e com a sociedade civil para a resolução dos desafios socioambientais que se apresentam.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o período entre 2005 e 2007 foi marcado, além dos excelentes resultados de desempenho, também por grandes avanços na trajetória do desenvolvimento sustentável da Vale. Isso fica evidenciado, inclusive, pelos expressivos investimentos socioambientais, os quais têm crescido ano após ano e alcançaram, em 2007, a cifra de 686 milhões de dólares.

Naquele ano, a empresa definiu sua nova Missão: “Transformar Recursos Minerais em Riqueza e Desenvolvimento Sustentável”, e também sua Visão e seus Valores. Esse processo de atualização da Vale culminou na mudança da marca, de modo a refletir sua nova realidade empresarial e seus compromissos com o presente e o futuro. A partir de 2007, em todo o mundo, a empresa passou a ser conhecida pela marca Vale.

A nova Missão da Vale, recém-mencionada, reflete o entendimento da empresa de que a sustentabilidade é imprescindível para a viabilidade da mineração, no curto, médio e longo prazos, e também da relevância da sua contribuição para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua, por meio do engajamento e da articulação das diversas partes interessadas. Esse é um dos grandes desafios e prioridades que a Vale conduz de modo coerente com sua posição de empresa privada atuante nos setores extrativo e industrial.

A Vale faz questão de deixar claro que sua preocupação com a sustentabilidade se inicia na relação com seus empregados, mais especificamente nas questões de saúde e de segurança. Nesse particular, a estratégia

da companhia passa pelo treinamento e pela conscientização de lideranças, empregados e terceiros, bem como pela implementação de ferramentas que possam evitar ou minimizar a ocorrência de acidentes.

Apesar dos investimentos e dos avanços obtidos, contudo, a empresa teve de lamentar, em 2007, a perda de 14 valiosas vidas. A Vale, assim, redobra seus esforços na busca da meta de acidentes fatais zero, definida como seu principal desafio, consciente de que ele somente será superado com persistência, disciplina, determinação e ações coordenadas em todas as localidades onde a empresa atua.

Com o intenso crescimento das operações no período de 2005 a 2007, verificou-se um crescimento superior a 50 mil empregos diretos, entre empregos próprios e terceirizados, na Vale. A expectativa constante no Relatório era de que os investimentos previstos para o período entre 2008 e 2012, da ordem de US\$59 bilhões, deveriam gerar mais 62 mil empregos.

A capacitação, a contratação e a retenção dos empregados são entendidas como essenciais para a estratégia da empresa. A partir dessa compreensão, a Vale tem investido fortemente em educação e capacitação de seus empregados e das pessoas nos territórios influenciados pelas atividades e projetos de mineração. Com essas iniciativas, a Vale colabora significativamente para a geração de mais oportunidades de emprego – seja nela própria ou em outras empresas. São investimentos que contribuem para o aumento de renda e a melhoria da qualidade de vida.

No período mencionado, a Vale ampliou, também, seus compromissos com entidades e princípios globais de sustentabilidade, devendo ser destacada sua adesão ao Pacto Global das Nações Unidas, à Coalizão Global de Negócios contra o HIV/Aids, a Tuberculose e a Malária (GBC), e sua participação ativa no Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM), fórum global de sustentabilidade da indústria de mineração.

Evidentemente, não passou despercebido para a Vale o fato de que a Amazônia, nos últimos anos, ganhou atenção mundial e passou a integrar a agenda de sustentabilidade de muitas instituições. Para a Vale, no entanto, essa atenção à região amazônica não é novidade. A empresa já desenvolve, há muitos anos, projetos de conservação e preservação ambiental em diversas regiões e, em especial, na Amazônia, onde a Vale mantém importantes unidades operacionais, no sudeste paraense.

Lá, a companhia apóia e incentiva a conservação de 8 mil km² de floresta nativa, no chamado Mosaico Carajás, e dá suporte à implantação de tecnologias de monitoramento de desmatamento e queimadas na Floresta Amazônica, apoiando os esforços das autoridades brasileiras no combate a atividades predatórias.

Cabe ressaltar, igualmente, a atuação da Vale para recuperar o bioma amazônico e para promover práticas sustentáveis na região, por meio do Projeto Vale Florestar, cujo objetivo é a reabilitação de uma área de 3 mil km² de terras degradadas, até 2015. Trata-se, nesse caso, de terras fora das áreas de operação da empresa, e o esforço é no sentido de colaborar com sua restauração por meio de um modelo social e ambientalmente sustentável.

E a Vale tem atuado com especial atenção, também, nas questões globais de sustentabilidade, atenta que está às tendências e preocupações da comunidade internacional, em particular diante da nova realidade imposta pelas mudanças climáticas. Recentemente, a empresa desenvolveu sua Diretriz Corporativa de Mudanças Climáticas e Carbono, além do Programa Carbono Vale.

A par disso, a Vale vem ampliando o inventário de emissões de gases de efeito estufa. Na verdade, a companhia possui um perfil de emissões privilegiado, pelo fato de a energia elétrica que consome ser, predominantemente, de origem hidrelétrica. Com efeito, nada menos que 89% da energia elétrica consumida pela Vale provém dessa fonte.

Ainda assim, a empresa não tem poupado investimentos na busca por alcançar o necessário equilíbrio entre suprimento energético, custo e sustentabilidade, no que tange às emissões de gases de efeito estufa. A Vale tem ampliado o uso de biocombustíveis em suas operações, investido em tecnologias de energias limpas e renováveis e realizado esforços para melhorar sua eficiência energética.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a partir da leitura do Relatório de Sustentabilidade 2007 da Vale, fica evidente o empenho da empresa em conciliar os objetivos de crescimento e de geração de valor para seus acionistas, não apenas com a minimização do impacto ambiental em escala territorial e global, mas também com a contribuição efetiva para o desenvolvimento da sociedade. Igualmente nítida, fica a convicção da empresa de que a construção de um futuro sustentável depende da cooperação entre as partes envolvidas e começa com as decisões que cada um de nós toma a cada dia.

Nessa medida, o documento em apreço é prova cabal de que a ação empresarial pode ser desenvolvida dentro dos mais rigorosos critérios de responsabilidade socioambiental. Por isso mesmo, não poderia deixar de apresentar minha saudação à Diretoria e aos empregados da Vale pela publicação de seu Relatório de Sustentabilidade 2007.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, dia 1º de abril, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, DE 2009

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 320, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2009 (nº 1.664/2007, na Casa de origem, do Deputado William Woo), que *dispõe sobre a residência provisória para o estrangeiro em situação irregular no território nacional e dá outras providências*.

Parecer nº 99, de 2009, de Plenário, em substituição às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4, do Relator.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 29, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social)*.

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 5, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o artigo 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições*.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

Observação: foram apresentadas duas emendas.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal*.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e
20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e
20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)*

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e
20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)*

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

10

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 19, DE 2008**

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2008 (nº 7.282/2006, na Casa de origem), do Deputado Leandro Vilela, que *inscreve o nome de Antônio de*

Sampaio, o Brigadeiro Sampaio, no Livro dos Heróis da Pátria.

Parecer favorável, sob nº 569, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Sérgio Zambiasi.

11

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 140, DE 2007 -COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

12

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 11, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 11, de 2008, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior, que *dispõe sobre a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens e revoga a Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992.*

Pareceres sob nºs 732, 733 e 734, de 2008, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ;

– de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Flexa Ribeiro, favorável, com a Emenda nº 2-CCT; e

– Diretora, Relator: Senador Alvaro Dias, favorável, com as Emendas nºs 3 e 4-Cdir.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 7 minutos.)

ATO DA MESA Nº 2 , de 2009

Define e delega competências aos membros da Mesa para o biênio 2009/2010.

Considerando ser necessário conferir maior dinâmica às decisões de competência da Mesa;

considerando ser adequado promover uma melhor distribuição de atribuições entre os membros da Mesa;

A MESA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, **RESOLVE**:

Art. 1º Os membros da Mesa, além das competências que são previstas na Constituição Federal e no Regimento Interno, têm como atribuições:

I – conforme designação do Presidente, funcionar como Relatores das seguintes matérias:

a) requerimentos de informação a Ministro de Estado ou a qualquer titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República (art. 50, § 2º, da Constituição Federal; art. 216 do Regimento Interno);

b) projetos de resolução que modifiquem ou reformem o Regimento Interno (art. 401 do Regimento Interno);

c) proposições encaminhadas ao exame da Mesa, quando cabível;

II – aprovar a consolidação das modificações feitas no Regimento, conforme disposto no Regimento Interno;

III – na impossibilidade do Presidente, abrir e dirigir, preferencialmente, as sessões especiais;

IV – propor à Mesa diretrizes para divulgação das atividades do Senado Federal e medidas adequadas para promoção da imagem e valorização do Poder Legislativo;

V – por designação do Presidente, representar:

a) a Mesa, nas suas relações externas à Casa;

b) o Senado Federal, em eventos e solenidades de elevada significação institucional.

Parágrafo único. Os Suplentes de Secretário funcionarão como Relatores das matérias relacionadas nas alíneas do inciso I nas condições descritas no art. 84, § 2º, do Regimento Interno.

Art. 2º É delegada ao Primeiro Vice-Presidente a atribuição de decidir sobre os requerimentos de licenças previstos:

I – no art. 13 do Regimento Interno;

II – nos incisos I e II do art. 43 do Regimento Interno.

Parágrafo único. Na impossibilidade do Primeiro Vice-Presidente, as atribuições relacionadas no *caput* serão exercidas pelo Segundo Vice-Presidente.

Art. 3º É delegada ao Segundo, Terceiro e Quarto-Secretários a atribuição de decidir sobre os requerimentos de tramitação em conjunto ou de desampensamento de proposições que sejam de competência da Mesa.

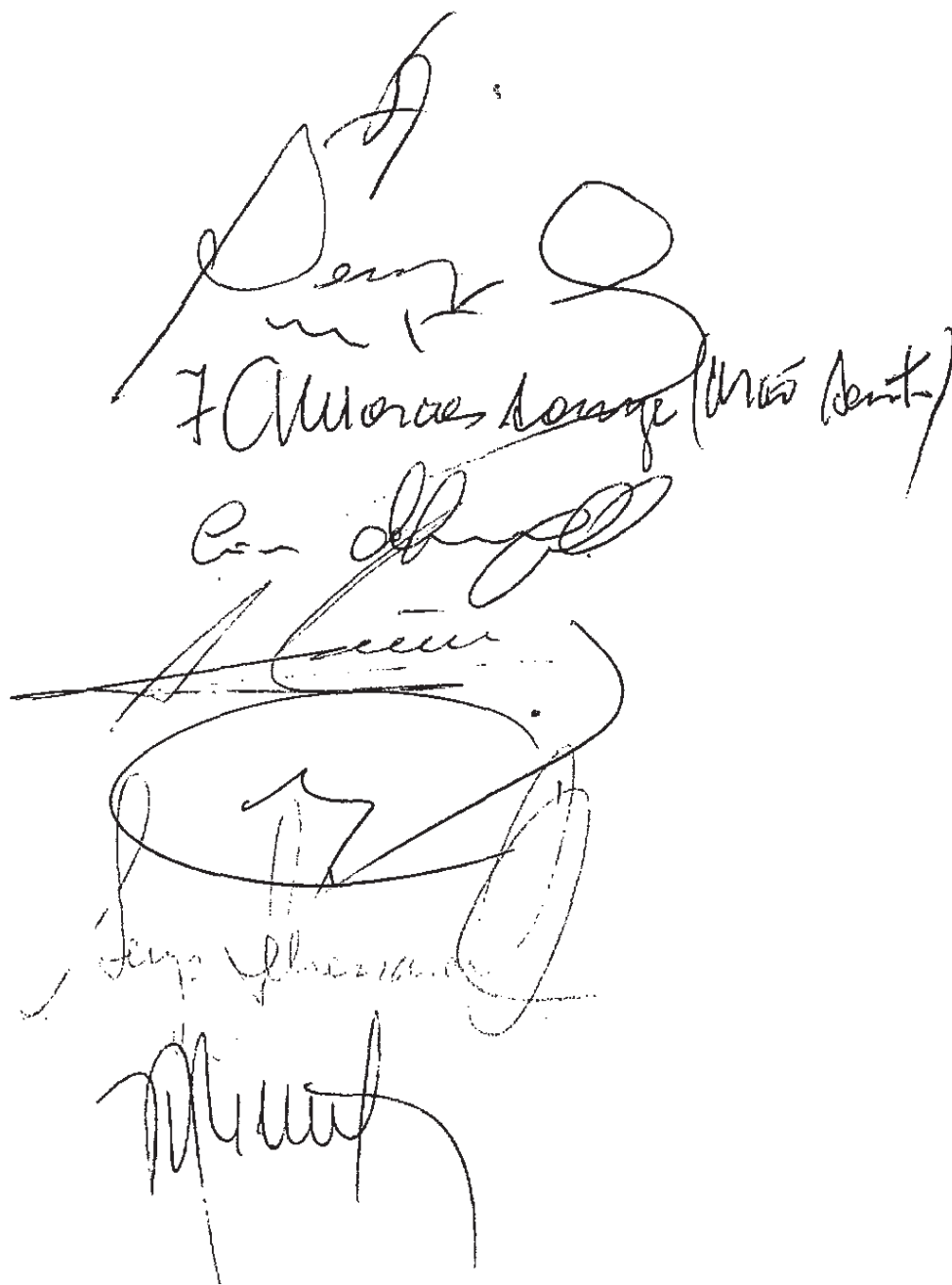
Art. 4º Compete ao Segundo-Secretário controlar o fornecimento de requisições de passagens de transporte aéreo aos Senadores.

Art. 5º Compete ao Terceiro-Secretário supervisionar o sistema habitacional do Senado Federal.

Art. 6º Compete ao Quarto-Secretário providenciar passaportes diplomáticos e solicitar notas de visto ao Itamaraty.

Art. 7º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Mesa, em 18 de março de 2009.

The block contains several handwritten signatures and stamps. At the top, there is a large, stylized signature. Below it, the name "F. Moraes" is written in a cursive script, followed by "(Mesa de)" in parentheses. Below this, there is another signature, followed by a large, stylized signature that appears to be "S. F. Moraes". At the bottom, there is a signature that appears to be "M. Moraes".

(*)ATO DO PRESIDENTE**Nº 050, DE 2009**

Dispõe sobre a extinção na estrutura da Secretaria Especial de Comunicação Social, da Subsecretaria de Divulgação e Integração.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentadas,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica extinta da estrutura administrativa da Secretaria Especial de Comunicação Social, a Subsecretaria de Divulgação e Integração.

Art. 2º - O presente Ato será convalidado pela Comissão Diretora e posteriormente encaminhado ao Plenário, por meio de projeto de Resolução, para que seja convalidada a alteração de que trata este Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 25 de março de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

(*) Republicado por haver saído com incorreções

ATO DO PRESIDENTE**Nº 051 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **FERNANDA NARDELLI DE C. CARDIM**, aprovada no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Técnico Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Produtor de Rádio, Nível II, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora n.º 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 26 de março de 2009.




Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 052, DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **PEDRO HENRIQUE COSTA E LIMA**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Técnico Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Produtor de Rádio, Nível II, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora nº. 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 26 de março de 2009.



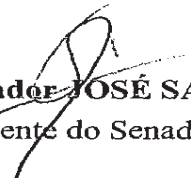
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 053 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **GUILHERME GUIMARAES MIQUELUTTI**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Técnico Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Produtor de Rádio, Nível II, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora nº. 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 26 de março de 2009..



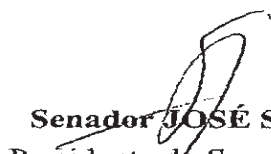
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 054 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **FILIPPE VASCONCELOS KAFINO**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Técnico Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Produtor de Rádio, Nível II, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora n.º 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 26 de março de 2009.



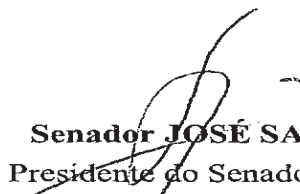
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 055 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **MARINA DOMINGOS DOS SANTOS**, aprovada no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Técnico Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Produtor de Rádio, Nível II, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora n.º 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 26 de março de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 056 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **SAMARA COUCEIRO SADECK**, aprovada no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Técnico Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Produtor de Rádio, Nível II, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora n.º 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 26 de março de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 057 . DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **RODRIGO DE CASTRO RESENDE**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Técnico Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Produtor de Rádio, Nível II, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora n.º 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 26 de março de 2009.




Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 058 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **FABIANO NASCIMENTO DA SILVA**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Analista de Produção Executiva, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 26 de março de 2009.



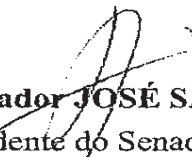
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 059 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **ESTHER LERNER**, aprovada no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Supervisor de Programação de Rádio, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 26 de março de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 060 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **RAFAEL GRANJA NEVES**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Produtor de Multimídia, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora n.º 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 26 de março de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 061, DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **ANDRE HONORIO MENDES PHEENEY SILVA**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Técnico Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Técnico em Videografismo, Nível II, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora n.º 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 26 de março de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 062 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **LEONARDO MENEZES FERREIRA**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Técnico Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Técnico em Videografismo, Nível II, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 26 de março de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 063 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **DIEGO BRUNO JIMENEZ**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Técnico Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Produtor de Infografia Jornalística, Nível II, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 26 de março de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 064 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **ARGEMIRO DE FIGUEIREDO NETO**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Técnico Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Técnico em Videografismo, Nível II, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora n.º 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 26 de março de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 065, DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **FABIANO SANTOS REZENDE DE ARAUJO**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Técnico Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Técnico em Videografismo, Nível II, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora n.º 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 26 de março de 2009.


Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 066 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **LYA VIEGAS PASSARINHO**, aprovada no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Técnico Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Técnico em Locução, Nível II, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 26 de março de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 067, DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **RAQUEL DE MELO TEIXEIRA LULA**, aprovada no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Técnico Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Técnico em Locução, Nível II, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 26 de março de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 068 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **REGINA LAURA PINHEIRO DE M. SOARES**, aprovada no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Técnico Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Técnico em Locução, Nível II, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 26 de março de 2009.

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal



ATO DO PRESIDENTE**Nº 069 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **NATANAEL ALVES FERREIRA**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Técnico Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Técnico em Locução, Nível II, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora n.º 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 26 de março de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 070 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **ENY MARIA AVELINO MONTEIRO**, aprovada no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Técnico Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Técnico em Locução, Nível II, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora n.º 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 26 de março de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 071 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **ROSANGELA DA SILVA TEJO**, aprovada no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Técnico Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Técnico em Locução, Nível II, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora n.º 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 26 de março de 2009.


Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 072 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **LUIS HENRIQUE ZUCATTI**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Produtor de Publicidade e Propaganda, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora n.º 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 26 de março de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 073 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **JULIANA BORGES DOS SANTOS**, aprovada no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Produtor de Marketing, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 26 de março de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 074 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **AMANA MATOS VELOSO**, aprovada no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Analista de Relações Públicas, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora n.º 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 26 de março de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 075 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **AGUIRRE ESTORILIO SILVA PINTO NETO**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Analista de Relações Públicas, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora n.º 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 26 de março de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 076, DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **MARCOS PAULO DA ROCHA EIRADO**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 3, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 29 de janeiro de 2009, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Estatístico, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 26 de março de 2009.



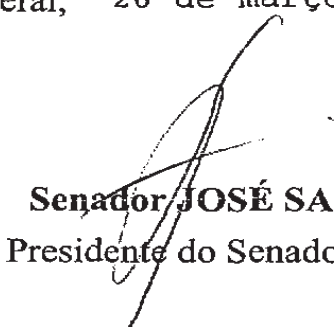
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 077 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **FERNANDA VIDIGAL CABRAL DE MIRANDA**, aprovada no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Produtor para Revisão de Conteúdos Jornalísticos, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora nº. 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 26 de março de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 078 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **PEDRO LOPES PINCER**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Produtor para Revisão de Conteúdos Jornalísticos, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora n.º 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 26 de março de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 079 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **JORGE PORCARO**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Produtor de Pesquisa e Opinião, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora n.º 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 26 de março de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 080, DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **CLAUDIO MARCIO GUIMARAES PORTELLA**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Técnico Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Produtor de Infografia Jornalística, Nível II, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora n.º 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 26 de março de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 81 , DE 2009**

Dispõe sobre a extinção na estrutura do Senado Federal da Subsecretaria de Treinamento e Logística na Secretaria de Polícia do Senado Federal.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentadas,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica extinta na estrutura administrativa do Senado Federal a Subsecretaria de Treinamento e Logística na Secretaria de Polícia do Senado do Senado Federal.

Art. 2º - O presente Ato será convalidado pela Comissão Diretora e posteriormente encaminhado ao Plenário, por meio de projeto de Resolução, para que seja convalidada a alteração de que trata este Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de março de 2009.


Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 82 , DE 2009**

Dispõe sobre a extinção na estrutura do Senado Federal da Coordenação de Análise de Notícias na Secretaria de Comunicação Social.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentadas, **RESOLVE**:

Art. 1º - Fica extinta na estrutura administrativa do Senado Federal a Coordenação de Análise de Notícias na Secretaria de Comunicação Social.

Art. 2º - O presente Ato será convalidado pela Comissão Diretora e posteriormente encaminhado ao Plenário, por meio de projeto de Resolução, para que seja convalidada a alteração de que trata este Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de março de 2009.


Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 83 , DE 2009**

Dispõe sobre a extinção na estrutura do Senado Federal de 01 (uma) função de Diretoria Geral Adjunta na Diretoria-Geral do Senado Federal.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentadas,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica extinta na estrutura administrativa do Senado Federal 01 (uma) função de Diretoria-Geral Adjunta na Diretoria-Geral do Senado Federal.

Art. 2º - O presente Ato será convalidado pela Comissão Diretora e posteriormente encaminhado ao Plenário, por meio de projeto de Resolução, para que seja convalidada a alteração de que trata este Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de março de 2009.


Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE

Nº 84 , DE 2009

Dispõe sobre a extinção na estrutura do Senado Federal da Diretoria Adjunta do Instituto Legislativo Brasileiro – ILB

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentadas,

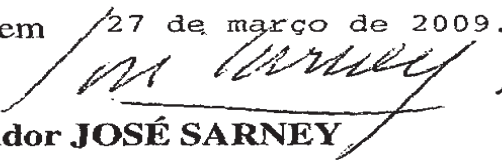
RESOLVE:

Art. 1º - Fica extinta na estrutura administrativa do Senado Federal a Diretoria Adjunta do Instituto Legislativo Brasileiro - ILB.

Art. 2º - O presente Ato será convalidado pela Comissão Diretora e posteriormente encaminhado ao Plenário, por meio de projeto de Resolução, para que seja convalidada a alteração de que trata este Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de março de 2009.


Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 85 , DE 2009**

Dispõe sobre a extinção na estrutura do Senado Federal da Coordenação de Apoio Técnico da Advocacia do Senado Federal.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentadas, **RESOLVE**:

Art. 1º - Fica extinta na estrutura administrativa do Senado Federal a Coordenação de Apoio Técnico da Advocacia do Senado Federal.

Art. 2º - O presente Ato será convalidado pela Comissão Diretora e posteriormente encaminhado ao Plenário, por meio de projeto de Resolução, para que seja convalidada a alteração de que trata este Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em, 27 de março de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY

Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 86 , DE 2009**

Dispõe sobre a extinção na estrutura do Senado Federal da Subsecretaria de Apoio Técnico na Secretaria Especial de Editoração e Publicação do Senado Federal.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentadas,

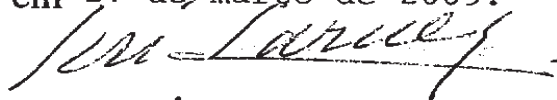
RESOLVE:

Art. 1º - Fica extinta na estrutura administrativa do Senado Federal a Subsecretaria de Apoio Técnico na Secretaria Especial de Editoração e Publicação Treinamento e Logística do Senado Federal.

Art. 2º - O presente Ato será convalidado pela Comissão Diretora e posteriormente encaminhado ao Plenário, por meio de projeto de Resolução, para que seja convalidada a alteração de que trata este Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de março de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 87 , DE 2009**

Dispõe sobre a extinção na estrutura do Senado Federal da Subsecretaria de Planejamento e Execução de Convênios.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentadas,

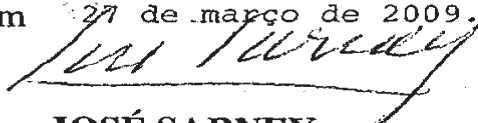
RESOLVE:

Art. 1º - Fica extinta na estrutura administrativa do Senado Federal a Subsecretaria de Planejamento e Execução de Convênios.

Art. 2º - O presente Ato será convalidado pela Comissão Diretora e posteriormente encaminhado ao Plenário, por meio de projeto de Resolução, para que seja convalidada a alteração de que trata este Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de março de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY

Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 92 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **CARLA CRISTINA OSORIO CALDAS**, aprovada no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Técnico Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Produtor de TV, Nível II, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora n.º 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 31 de março de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 93 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **GUILHERME DI ANGELLIS DA S. ALVES**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Técnico Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Produtor de TV, Nível II, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora n.º 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 31 de março de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 94 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **JOSE GERALDO FREIRE COELHO**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Técnico Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Produtor de TV, Nível II, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora n.º 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 31 de março de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 95 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **NARA RIELLA**, aprovada no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Técnico Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Produtor de TV, Nível II, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 31 de março de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 96 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **SARA REIS SILVA**, aprovada no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Técnico Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Produtor de TV, Nível II, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 31 de março de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 97 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **DANIELA DA SILVA ANDRADE MENDES**, aprovada no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Técnico Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Produtor de TV, Nível II, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora n.º 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 31 de março de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 98 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **LILIAN MARINA TAVARES HODGSON**, aprovada no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Técnico Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Produtor de TV, Nível II, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora n.º 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 31 de março de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 99 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **CARLA DANTAS BENEVIDES DE CASTRO**, aprovada no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Técnico Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Produtor de TV, Nível II, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 31 de março de 2009.



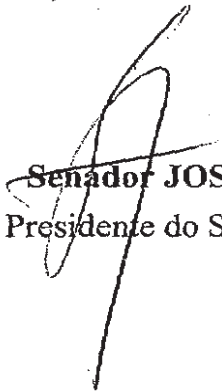
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 100 . , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **DIOGO DINIZ CAVALCANTI**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Técnico Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Produtor de TV, Nível II, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora n.º 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 31 de março de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 101 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **GILSON CARVALHO DO SACRAMENTO**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Técnico Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Produtor de TV, Nível II, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 31 de março de 2009.



Senador JOSE SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 102 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **MAYRA MESQUITA ARAUJO DA CUNHA**, aprovada no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Técnico Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Produtor de TV, Nível II, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora n.º 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 31 de março de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 103 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **CARLOS PENNA BRESCIANINI**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Editor de TV, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora n.º 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 31 de março de 2009.



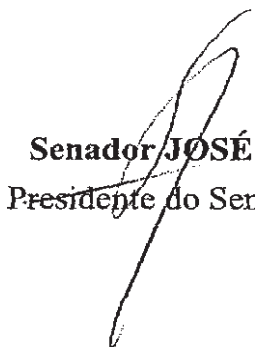
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 104 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **ISABELA RODRIGUES DUTRA**, aprovada no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Editor de TV, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora n.º 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 31 de março de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 105 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **ANTONIO JOSE MACHADO FORTUNA FILHO**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Editor de TV, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora n.º 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 31 de março de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 106 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **ANDREA PAULA FARIAS ALVES**, aprovada no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Editor de TV, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora n.º 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 31 de março de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 107 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **GLAUCIENE DINIZ LARA**, aprovada no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Editor de TV, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 31 de março de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 108 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **ANA LUIZA ZENKER DALL'IGNA**, aprovada no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Editor de TV, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora nº. 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 31 de março de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 109 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **LUCIANA HIOKA**, aprovada no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Editor de TV, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 31 de março de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 110, DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **DANIEL AFONSO BENZAQUEN H. SANTOS**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Editor de TV, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora n.º 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 31 de março de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 111 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **RODRIGO ELCIO MARCELOS MASCARENHAS**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Editor de TV, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora n.º 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 31 de março de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 112 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **ALBERTO DE LA PENA Y OZAKI**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Supervisor de Programação de TV, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora n.º 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 31 de março de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 113 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **LEONARDO ALVES SA**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 42, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de março de 2009, para o cargo de Técnico Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Produtor de Desenvolvimento de Conteúdos Jornalísticos para Internet, Nível II, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº. 6, de 2009.

Senado Federal, 31 de março de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1233, de 2009

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pela Resolução-SF nº 9, de 1997, tendo em vista o que consta do Processo nº 00410/09-8, resolve DECLARAR aposentado compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, a partir de 21 de março de 2009, MOTOZO NORITA, matrícula 34050, Técnico Legislativo, Classe Especial, Padrão 30, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, nos termos do artigo 40, § 1º, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com o artigo 187, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Senado Federal, em 31 de março de 2009.


JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO
Diretor-Geral

AGENDA DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY

31-3-2009
terça-feira

Aniversários:

11h Recebe Juca Ferreira, Ministro de Estado da Cultura

Presidência

11h30 Recebe Miguel Jorge, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

Presidência

14h Sessão solene em comemoração aos 87 anos de fundação do Partido Comunista do Brasil – PCdoB

Plenário

15h Reunião de líderes

Sala de Audiências

16h Ordem do Dia

Plenário

19h Participa do lançamento do livro “Direito Constitucional Contemporâneo”, de Luís Roberto Barroso

Espaço Renata La Porta, SHIS QI 9, comércio local, bloco D, loja 70

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozerildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁸⁾
RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁸⁾

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 01/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹⁴⁾	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Fátima Cleide (PT-RO) ⁽¹³⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(3,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
João Pedro (PT-AM) ^(2,12,17)	
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT	
Jefferson Praia (AM) ⁽¹⁶⁾	
PDT/PSOL ⁽¹⁰⁾	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
3. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3311-3514

Fax: 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2008

Prazo final prorrogado: 23/09/2009

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).

6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).

*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.

**. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gerson Camata

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo final prorrogado: 30/04/2009

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3311-3511

Fax: 3311-1176

E-mail: ems@senado.gov.br

**2) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE
ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.602, de 2008, aprovado em 9.12.2008)

Número de membros: 9

COORDENADOR: Hamilton Carvalhido
RELATOR-GERAL: Eugenio Pacelli de Oliveira

Leitura: 25/03/2008

Designação: 01/07/2008

Prazo final: 20/02/2009

Prazo final prorrogado: 02/09/2009

MEMBROS

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(2,3)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.

2. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. Nº 092/2009-GLPTB/SF).

3. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).

**5) COMISSÃO TEMPORÁRIA - IDENTIFICAR DISPOSITIVOS
CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO**

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
	1.
	2.
	3.
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
	1.
PDT	
	1.

**COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA
CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE**

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)
(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Eduardo Suplicy (PT) ⁽²⁹⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽²⁸⁾
Delcídio Amaral (PT) ⁽³⁷⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽³⁹⁾
Aloizio Mercadante (PT) ⁽³²⁾	3. João Pedro (PT) ^(11,35)
Tião Viana (PT) ⁽³¹⁾	4. Ideli Salvatti (PT) ⁽³⁶⁾
Marcelo Crivella (PRB) ⁽³⁰⁾	5. Roberto Cavalcanti (PRB) ^(38,72)
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³⁴⁾	6. Expedito Júnior (PR) ^(4,33)
César Borges (PR) ⁽⁴⁰⁾	7. João Ribeiro (PR) ⁽⁴¹⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) ^(57,66)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(53,67)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) ^(55,68)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(56,59)
Gerson Camata (PMDB) ^(54,71)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ^(3,69)
Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶¹⁾	4. Leomar Quintanilha (PMDB) ^(2,69)
Neuto De Conto (PMDB) ^(8,15,63,65)	5. Lobão Filho (PMDB) ^(9,58,70)
Pedro Simon (PMDB) ^(60,62)	6. Paulo Duque (PMDB) ^(1,69)
VAGO ⁽⁶⁴⁾	7. VAGO ⁽⁶⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM) ⁽⁵⁰⁾	1. Gilberto Goellner (DEM) ⁽⁴⁶⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM) ^(18,46)	2. Demóstenes Torres (DEM) ^(17,47)
Efraim Moraes (DEM) ⁽⁵²⁾	3. Heráclito Fortes (DEM) ⁽⁴⁴⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁹⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽⁴⁶⁾
Adelmir Santana (DEM) ^(14,16,42)	5. Kátia Abreu (DEM) ⁽⁴⁸⁾
Jayme Campos (DEM) ^(13,43)	6. José Agripino (DEM) ^(5,45)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁶⁾	7. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁵⁾
João Tenório (PSDB) ⁽²⁷⁾	8. Sérgio Guerra (PSDB) ^(19,23,73)
Arthur Virgílio (PSDB) ^(26,74)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²²⁾
Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁶⁾	10. Papaléo Paes (PSDB) ⁽²⁴⁾
PTB ⁽⁷⁾	
João Vicente Claudino ⁽⁵¹⁾	1. Sérgio Zambiasi ^(12,51)
Gim Argello ⁽⁵¹⁾	2. Fernando Collor ⁽⁵¹⁾

PDT

Osmar Dias (21)

1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. n° 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. n° 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. n° 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. n° 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB n° 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. n° 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. n° 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. n° 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. n° 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
23. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. n° 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. n° 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. n° 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
26. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. n° 023/09-GLPSDB).
27. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. n° 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
29. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. n° 016/09-GLDBAG).
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
31. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.

32. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
33. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
34. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
35. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
38. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
39. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
40. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
41. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
46. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
48. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
49. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
50. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
51. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
52. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
53. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
56. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
58. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
61. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
64. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
66. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
67. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
68. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. VAGO ⁽⁹⁾
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO ⁽⁸⁾
PDT PSDB PMDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
VAGO ⁽⁵⁾	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

5. Vago em 17.02.09 em virtude de o Senador não pertencer mais à Comissão.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(3,4)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. VAGO ⁽⁵⁾
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)
4. A Senadora Kátia Abreu retornou ao mandato em 29.10.2008. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Flávio Arns (PT) ^(3,17,26)	1. Fátima Cleide (PT) ⁽³²⁾
Augusto Botelho (PT) ⁽³⁵⁾	2. César Borges (PR) ⁽³¹⁾
Paulo Paim (PT) ⁽³⁶⁾	3. Eduardo Suplicy (PT) ⁽³³⁾
Marcelo Crivella (PRB) ⁽³⁴⁾	4. Inácio Arruda (PC DO B) ^(1,2,13)
Expedito Júnior (PR) ⁽²⁹⁾	5. Ideli Salvatti (PT) ^(28,30)
Roberto Cavalcanti (PRB) ^(27,60)	6. VAGO ⁽²⁷⁾
Renato Casagrande (PSB) ^(27,59,64)	7. José Nery (PSOL) ^(27,62,63)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(56,67)	1. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁵⁰⁾
Gilvam Borges (PMDB) ^(9,52)	2. Romero Jucá (PMDB) ⁽⁵⁷⁾
Paulo Duque (PMDB) ^(6,49)	3. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁵⁴⁾
Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽⁵¹⁾	4. Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽⁵³⁾
Mão Santa (PMDB) ⁽⁴⁸⁾	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽⁵⁵⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁴⁰⁾	1. Heráclito Fortes (DEM) ⁽³⁸⁾
Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽³⁹⁾	2. Jayme Campos (DEM) ⁽³⁷⁾
Efraim Morais (DEM) ^(12,15,42)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) ^(10,41)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁶⁾	4. José Agripino (DEM) ^(4,43)
Lúcia Vânia (PSDB) ^(21,44)	5. Marisa Serrano (PSDB) ^(25,66)
Eduardo Azeredo (PSDB) ^(20,65)	6. João Tenório (PSDB) ⁽²³⁾
Papaléo Paes (PSDB) ⁽²⁴⁾	7. Sérgio Guerra (PSDB) ^(22,45)
PTB ⁽⁸⁾	
Mozarildo Cavalcanti ^(7,11,58)	1. Gim Argello ^(14,16,61)
PDT	
João Durval ^(19,47)	1. VAGO ⁽¹⁸⁾

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclydes Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
18. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
19. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
22. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
23. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
26. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
28. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
29. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
30. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
32. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
33. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
34. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
35. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
36. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
38. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
40. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
41. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
42. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

43. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
44. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
45. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
59. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
60. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
62. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade, PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
64. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
65. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
66. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB, PP) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO ⁽³⁾
Flávio Arns (PT)	2.
Maioria (PMDB, PP) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Papaléo Paes (PSDB)	2. VAGO ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Marina Silva (PT) ^(37,71)	1. Renato Casagrande (PSB) ^(17,32)
Aloizio Mercadante (PT) ^(10,39)	2. Augusto Botelho (PT) ^(1,15,17,36)
Eduardo Suplicy (PT) ⁽³⁷⁾	3. Marcelo Crivella (PRB) ⁽³³⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁵⁾	4. Inácio Arruda (PC DO B) ^(16,17,34,74)
Ideli Salvatti (PT) ⁽³⁷⁾	5. César Borges (PR) ^(30,52)
Exedito Júnior (PR) ^(31,52)	6. Serys Slhessarenko (PT) ^(19,38,77)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) ^(54,63)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(55,64)
Almeida Lima (PMDB) ^(58,63)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) ^(61,67)
Gilvam Borges (PMDB) ^(59,63)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ^(60,66,78)
Francisco Dornelles (PP) ^(62,63)	4. Lobão Filho (PMDB) ^(5,69,76)
Valter Pereira (PMDB) ^(2,63)	5. Valdir Raupp (PMDB) ^(40,57,65)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ^(9,18,56,68)	6. Neuto De Conto (PMDB) ^(3,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM) ⁽⁴⁵⁾	1. Efraim Morais (DEM) ⁽⁵⁰⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁴²⁾	2. Adelmir Santana (DEM) ⁽⁴⁹⁾
Jayme Campos (DEM) ⁽⁵¹⁾	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴³⁾
Marco Maciel (DEM) ^(14,20)	4. José Agripino (DEM) ^(4,47)
Antonio Carlos Júnior (DEM) ⁽⁴⁴⁾	5. Eliseu Resende (DEM) ^(8,21,46)
Alvaro Dias (PSDB) ^(25,72)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽²⁶⁾
Sérgio Guerra (PSDB) ^(29,75)	7. Marconi Perillo (PSDB) ⁽²⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²⁵⁾	8. Arthur Virgílio (PSDB) ^(27,70)
Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁵⁾	9. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(28,73)
PTB ⁽⁷⁾	
Romeu Tuma ⁽⁴⁸⁾	1. Gim Argello ⁽⁴¹⁾
PDT	
Osmar Dias ^(12,13,23)	1. Patrícia Saboya ^(11,22,53)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
23. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
24. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
26. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
27. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
29. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
30. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
32. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
33. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
34. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
35. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
36. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
37. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
38. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

39. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
40. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
41. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
42. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
43. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
45. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
46. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
48. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Epitácio Cafeteira.
49. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
50. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
52. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).

71. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).

72. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).

73. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).

74. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).

75. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).

76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).

77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).

78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT) ⁽³⁵⁾	1. João Pedro (PT) ^(1,38)
Augusto Botelho (PT) ⁽³⁵⁾	2. Ideli Salvatti (PT) ⁽³⁷⁾
Fátima Cleide (PT) ⁽³⁵⁾	3. Eduardo Suplicy (PT) ^(12,31)
Paulo Paim (PT) ^(35,44,65)	4. José Nery (PSOL) ⁽³⁶⁾
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³²⁾	5. Roberto Cavalcanti (PRB) ^(34,66)
Marina Silva (PT) ⁽³³⁾	6. VAGO ⁽³⁴⁾
Exedito Júnior (PR) ⁽³⁰⁾	7. VAGO ⁽³⁴⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) ⁽⁵⁷⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ⁽⁵⁹⁾
VAGO ^(8,16,63,69)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽⁵⁹⁾
Gilvam Borges (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB) ⁽⁵⁹⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽⁶¹⁾	4. Neuto De Conto (PMDB) ⁽⁶²⁾
Gerson Camata (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	5. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁵⁵⁾
Francisco Dornelles (PP) ^(5,9,54)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) ^(15,17,58)
VAGO ^(56,64)	7. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁵³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ^(4,45)	1. Gilberto Goellner (DEM) ⁽³⁹⁾
Marco Maciel (DEM) ⁽⁵⁰⁾	2. Kátia Abreu (DEM) ^(11,47)
Rosalba Ciarlini (DEM) ^(6,19,49)	3. Jayme Campos (DEM) ⁽⁴⁸⁾
Heráclito Fortes (DEM) ⁽⁴¹⁾	4. Efraim Morais (DEM) ⁽⁴⁰⁾
José Agripino (DEM) ^(13,51)	5. Eliseu Resende (DEM) ^(14,18,52)
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁴³⁾	6. Maria do Carmo Alves (DEM) ^(2,46)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁴⁾	7. Eduardo Azeredo (PSDB) ^(26,67)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²³⁾	8. Marconi Perillo (PSDB) ⁽²⁷⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ^(29,68)	9. Papaléo Paes (PSDB) ⁽²⁸⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽²⁵⁾	10. Sérgio Guerra (PSDB) ⁽²²⁾
PTB	
Sérgio Zambiasi ^(7,42)	1. João Vicente Claudino ⁽⁴²⁾
Romeu Tuma ⁽⁴²⁾	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁴²⁾
PDT	
Cristovam Buarque ⁽²⁰⁾	1. Jefferson Praia ^(10,21)

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
23. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
24. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
25. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
26. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
27. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
28. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
29. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
30. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
31. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 ; GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
36. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
37. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
38. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.

39. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
40. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
41. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
42. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
43. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
44. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
45. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
46. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
47. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
48. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
49. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
50. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
52. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
53. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
65. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
66. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
67. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ⁽⁷⁾	1. VAGO ⁽⁷⁾
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. VAGO ⁽⁷⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁷⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ^(1,6)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
VAGO ⁽⁷⁾	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁶⁾	1. Fátima Cleide (PT) ⁽²²⁾
Marina Silva (PT) ^(7,26)	2. César Borges (PR) ⁽²⁴⁾
João Pedro (PT) ⁽²⁰⁾	3. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽²⁵⁾
João Ribeiro (PR) ⁽²³⁾	4. Delcídio Amaral (PT) ⁽²¹⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽³⁸⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ⁽³⁸⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽³⁸⁾	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(5,11,40)
Gilvam Borges (PMDB) ⁽³⁹⁾	3. Almeida Lima (PMDB) ⁽³⁸⁾
Valter Pereira (PMDB) ⁽³⁸⁾	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽³⁸⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) ⁽²⁹⁾	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽³⁴⁾
Kátia Abreu (DEM) ⁽³¹⁾	2. Raimundo Colombo (DEM) ^(1,35)
Heráclito Fortes (DEM) ⁽³³⁾	3. Maria do Carmo Alves (DEM) ^(3,27)
Eliseu Resende (DEM) ⁽³²⁾	4. Jayme Campos (DEM) ^(9,30)
Arthur Virgílio (PSDB) ^(10,19)	5. Alvaro Dias (PSDB) ^(4,14)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁵⁾	6. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁸⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽¹⁶⁾	7. Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁷⁾
PTB	
Gim Argello ^(6,28)	1. Sérgio Zambiasi ⁽²⁸⁾
PDT	
Jefferson Praia ^(8,13,36,41)	1. Cristovam Buarque ^(12,37,42)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
32. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
34. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 30/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽⁸⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Marina Silva (PT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. Nº 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Flávio Arns (PT) ⁽²²⁾	1. João Pedro (PT) ⁽¹⁹⁾
Fátima Cleide (PT) ⁽²²⁾	2. Serys Shessarenko (PT) ⁽²⁰⁾
Paulo Paim (PT) ⁽²²⁾	3. Marcelo Crivella (PRB) ^(11,24,29)
Magno Malta (PR) ^(2,23)	4. VAGO ⁽²⁴⁾
José Nery (PSOL) ⁽²¹⁾	5. VAGO ⁽²⁴⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(38,44)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Gerson Camata (PMDB) ⁽³⁷⁾	2. Romero Jucá (PMDB) ⁽³⁹⁾
VAGO ^(33,43)	3. Valter Pereira (PMDB) ⁽⁴¹⁾
Gilvam Borges (PMDB) ⁽³⁶⁾	4. Mão Santa (PMDB) ⁽³⁵⁾
Paulo Duque (PMDB) ^(10,12,42)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽³⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) ^(3,32)	1. Heráclito Fortes (DEM) ⁽²⁸⁾
Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁶⁾	2. Jayme Campos (DEM) ⁽²⁷⁾
Eliseu Resende (DEM) ^(4,30)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽³¹⁾
Gilberto Goellner (DEM) ⁽⁸⁾	4. Adelmir Santana (DEM) ^(9,13,25)
Arthur Virgílio (PSDB) ⁽¹⁸⁾	5. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁶⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁸⁾	6. Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁷⁾
VAGO ^(1,5)	7. Papaléo Paes (PSDB) ⁽¹⁸⁾
PTB ⁽⁷⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque ⁽¹⁴⁾	1. Jefferson Praia ⁽¹⁵⁾

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 GLDBAG).
25. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
26. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
27. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
28. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
30. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
32. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
33. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(1,5)	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
5. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Prazo final: 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽²⁾	2. VAGO ⁽⁶⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(1,5)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
6. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shessarenko (PT)	2. VAGO (2,5)
Maioria (PMDB, PP)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (3,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
3. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁴²⁾	1. Flávio Arns (PT) ^(40,72)
Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(38,73)	2. Marina Silva (PT) ⁽⁴⁵⁾
João Ribeiro (PR) ^(43,66)	3. Renato Casagrande (PSB) ^(46,74)
João Pedro (PT) ⁽⁴⁷⁾	4. Magno Malta (PR) ⁽⁴⁴⁾
Tião Viana (PT) ^(41,58,70)	5. Augusto Botelho (PT) ^(22,39,52,67)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) ⁽¹⁾	1. Almeida Lima (PMDB) ^(5,65)
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁶²⁾	2. Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽⁶⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽⁶⁴⁾	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽²⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(3,69,75)	4. Valdir Raupp (PMDB) ^(19,24,63)
Paulo Duque (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Gilvam Borges (PMDB) ^(10,21,61)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM) ⁽⁵⁰⁾	1. Adelmir Santana (DEM) ^(11,55)
Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁴⁹⁾	2. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(7,57)
Marco Maciel (DEM) ^(18,29,48)	3. José Agripino (DEM) ^(23,27,53)
Heráclito Fortes (DEM) ^(8,56)	4. Kátia Abreu (DEM) ⁽⁵⁴⁾
João Tenório (PSDB) ^(33,68)	5. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³⁶⁾
Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽³³⁾	6. Arthur Virgílio (PSDB) ^(17,37,71)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁴⁾	7. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽³⁵⁾
PTB ⁽¹²⁾	
Fernando Collor ^(13,14,15,16,25,26,28,30,51)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁵¹⁾
PDT	
Patrícia Saboya ^(31,60)	1. Cristovam Buarque ^(20,32,59)

Notas:

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
14. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
32. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
35. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
36. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
37. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
38. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
39. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
40. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
41. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
42. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
43. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
44. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

45. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
46. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
49. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
50. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
52. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
53. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
54. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
55. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
56. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
57. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
58. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
67. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
69. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
70. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
71. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
72. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
75. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 063/2009).

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ^(3,4,6)	1. VAGO ⁽⁷⁾
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclydes Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Serys Slhessarenko (PT) (22)	1. Marina Silva (PT) (25)
Delcídio Amaral (PT) (22,28,60)	2. Paulo Paim (PT) (23,28,58)
Ideli Salvatti (PT) (22)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (20)
Inácio Arruda (PC DO B) (19)	4. Expedito Júnior (PR) (24)
Fátima Cleide (PT) (17)	5. Eduardo Suplicy (PT) (21)
João Ribeiro (PR) (18)	6. João Pedro (PT) (16)
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB) (46)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,53)
Gilvam Borges (PMDB) (47)	2. Lobão Filho (PMDB) (34,44)
Paulo Duque (PMDB) (52)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,51)
Mão Santa (PMDB) (5,9,48)	4. Valter Pereira (PMDB) (50)
Valdir Raupp (PMDB) (43,56)	5. Francisco Dornelles (PP) (49)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (54)	6. VAGO (45,55)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (33)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (31)
Eliseu Resende (DEM) (30)	2. Efraim Moraes (DEM) (35)
Heráclito Fortes (DEM) (36)	3. Adelmir Santana (DEM) (38)
Jayme Campos (DEM) (27)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (37)
Kátia Abreu (DEM) (7,32)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,26)
Alvaro Dias (PSDB) (41)	6. Cícero Lucena (PSDB) (15)
João Tenório (PSDB) (40,59)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (14,57)
Flexa Ribeiro (PSDB) (15)	8. Mário Couto (PSDB) (15)
Marconi Perillo (PSDB) (42)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (13)
PTB (4)	
Fernando Collor (29)	1. Gim Argello (29)
PDT	
João Durval (12)	1. Osmar Dias (39)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
14. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
15. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
16. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
17. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
18. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
19. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
20. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
21. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
24. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
25. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
26. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
28. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
29. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
30. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
32. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
34. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
35. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
36. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
37. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
38. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
41. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

43. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
55. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
56. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
57. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
58. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
59. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
60. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
César Borges (PR) ⁽²⁴⁾	1. Delcídio Amaral (PT) ^(7,27)
Serys Shlessarenko (PT) ^(2,28)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) ^(23,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽²⁶⁾	3. VAGO ⁽²³⁾
José Nery (PSOL) ⁽²⁵⁾	4. VAGO ⁽²³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ^(33,41)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁴⁾
Valter Pereira (PMDB) ^(1,48)	2. Pedro Simon (PMDB) ⁽⁴⁷⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(4,11,45)	3. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁴²⁾
Almeida Lima (PMDB) ⁽⁴³⁾	4. Gerson Camata (PMDB) ^(46,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) ⁽³⁰⁾	1. Gilberto Goellner (DEM) ⁽²⁹⁾
Marco Maciel (DEM) ⁽³⁶⁾	2. Jayme Campos (DEM) ⁽³⁸⁾
Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽³⁷⁾	3. Demóstenes Torres (DEM) ^(9,12,34)
Adelmir Santana (DEM) ⁽³¹⁾	4. Kátia Abreu (DEM) ^(6,14,32)
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁸⁾	5. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²²⁾
Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹⁹⁾	6. Sérgio Guerra (PSDB) ^(10,13,17)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽²¹⁾	7. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁰⁾
PTB ⁽⁵⁾	
Gim Argello ⁽³⁵⁾	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽³⁵⁾
PDT	
Jefferson Praia ^(8,15,40)	1. João Durval ^(16,39)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
17. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
25. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
26. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
27. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
28. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
32. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
34. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
36. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
37. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
38. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
39. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).

46. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT) ⁽²²⁾	1. Paulo Paim (PT) ⁽²²⁾
João Pedro (PT) ⁽¹⁸⁾	2. Fátima Cleide (PT) ^(4,6,17)
Augusto Botelho (PT) ^(20,26,49)	3. Expedito Júnior (PR) ⁽²¹⁾
Magno Malta (PR) ⁽¹⁹⁾	4. VAGO ⁽²³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ^(2,11,34,37)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(41,47)
Neuto De Conto (PMDB) ^(35,44)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(39,48)
Gerson Camata (PMDB) ^(36,38)	3. Renan Calheiros (PMDB) ^(43,46)
Valter Pereira (PMDB) ^(42,50)	4. Paulo Duque (PMDB) ^(40,45)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) ⁽²⁴⁾	1. Demóstenes Torres (DEM) ^(3,31)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽³²⁾	2. Heráclito Fortes (DEM) ⁽²⁹⁾
Kátia Abreu (DEM) ⁽³⁰⁾	3. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(7,28)
Jayme Campos (DEM) ^(8,10,33)	4. José Agripino (DEM) ⁽²⁵⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁵⁾	5. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹²⁾
Mário Couto (PSDB) ⁽¹³⁾	6. João Tenório (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽¹⁴⁾	7. Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹⁶⁾
PTB ⁽⁵⁾	
Romeu Tuma ^(9,27)	1. Sérgio Zambiasi ^(27,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno da titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
13. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
17. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
19. Em 16.02.2009, o Senador Magno Maltaé designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
20. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
33. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
35. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 31/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. GLPMDB nº 31/2009).
38. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
39. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
40. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 31/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (Of. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 31/2009).

44. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).

45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).

46. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).

47. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).

48. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).

49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).

50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).

51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽³⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Marcelo Crivella (PRB) ⁽²⁰⁾	1. Delcídio Amaral (PT) ⁽¹⁸⁾
Renato Casagrande (PSB) ⁽²²⁾	2. Flávio Arns (PT) ⁽²⁰⁾
Magno Malta (PR) ⁽²¹⁾	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(19,42)
Roberto Cavalcanti (PRB) ^(19,41,45)	4. João Ribeiro (PR) ^(19,46)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽³⁵⁾	1. Valter Pereira (PMDB) ⁽³⁴⁾
Lobão Filho (PMDB) ⁽³⁹⁾	2. Romero Jucá (PMDB) ⁽³⁶⁾
Gerson Camata (PMDB) ^(7,10,37)	3. Gilvam Borges (PMDB) ^(8,9,40,43,48)
Valdir Raupp (PMDB) ^(38,47)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) ⁽²⁹⁾	1. Gilberto Goellner (DEM) ⁽²⁶⁾
Demóstenes Torres (DEM) ^(3,31)	2. Eliseu Resende (DEM) ⁽²³⁾
José Agripino (DEM) ^(6,12,24)	3. Marco Maciel (DEM) ⁽¹⁾
Efraim Morais (DEM) ⁽²⁷⁾	4. Kátia Abreu (DEM) ⁽³⁰⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁶⁾	5. Eduardo Azeredo (PSDB) ^(17,28)
Flexa Ribeiro (PSDB) ^(17,28)	6. Sérgio Guerra (PSDB) ^(14,49)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽¹⁵⁾	7. Arthur Virgílio (PSDB) ^(11,17,44)
PTB ⁽⁵⁾	
Sérgio Zambiasi ⁽²⁵⁾	1. Fernando Collor ⁽²⁵⁾
PDT	
Patrícia Saboya ^(13,33)	1. Cristovam Buarque ⁽³²⁾

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
15. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
17. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
18. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
22. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
23. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
29. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).

43. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
44. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
45. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
46. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
47. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO ⁽⁵⁾
VAGO ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(2,5)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Mão Santa não mais pertencer à Comissão.
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS**

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)**

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP)	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁵⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. VAGO ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹²⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽⁹⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹⁰⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
VAGO ⁽¹³⁾	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 18/02/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epitácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

2. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

3. Eleito em 30.05.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
5. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
9. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
10. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
11. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
12. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
13. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.
14. Em virtude de renúncia ao mandato do Senador José Maranhão em 18.02.2009.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos e Conselhos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS

PMDB

DEM

Marco Maciel (PE)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

Fátima Cleide (RO) ⁽¹⁾

PTB

VAGO ⁽²⁾

PDT

Patrícia Saboya (CE)

PR

Expedito Júnior (RO)

PSB

Renato Casagrande (ES)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PP

PSOL

José Nery (PA)

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Indicada para ocupar a vaga destinada ao PT, conforme Of. 013/2009-GLDPT, lido na sessão do dia 03.03.2009.
2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Cavalcanti, conforme Of. nº 088/2009/GLPTB.

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PMDB-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Waldir Neves (PSDB-MS)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Mário Couto (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Severiano Alves (PDT-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 17.03.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA²

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

² Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Composição

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)
Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 12.03.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> WALDIR NEVES PSDB-MS	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> MÁRIO COUTO PSDB-PA
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> SEVERIANO ALVES PDT-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 09.03.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 292 PÁGINAS

(OS: 11444/2009)